

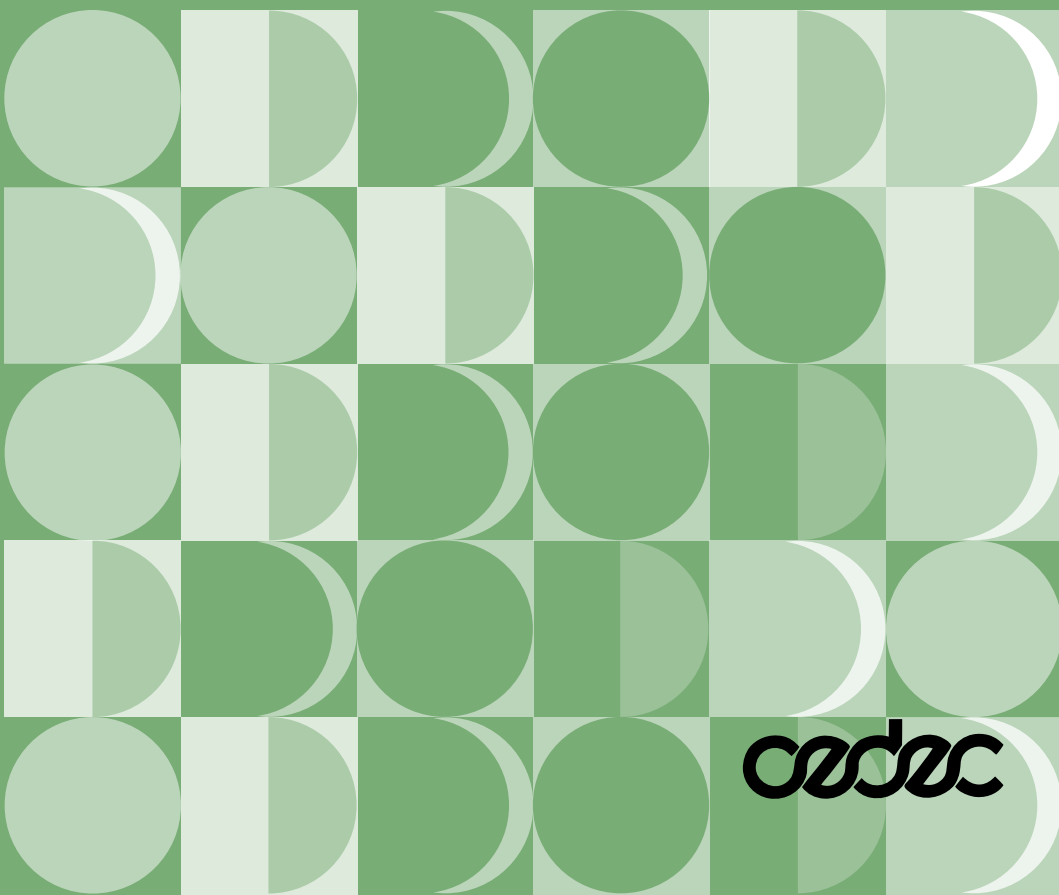
# LUA NOVA

revista de cultura e política

2021 | Nº 114

ISSN 0102-6445

## A SEGURANÇA EM MUTAÇÃO



**ozdc**



## SOBRE A REVISTA

*Lua Nova* tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.

# LUA NOVA

revista de cultura e política

2021 | Nº 114

ISSN 0102-6445

## A SEGURANÇA EM MUTAÇÃO

**cebsc**

# LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2021

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC  
Rua Pedro Américo 32, 19 andar - República - CEP: 01045-010 São Paulo, SP  
E-mail: luanova@cedec.org.br  
CNPJ 48.608.251/0001-80- ISSN 0102-6445

## Diretoria

Bernardo Ricupero  
*Diretor Presidente*

Carla Regina Mora Alonso Diéguez  
*Diretora Vice-Presidente*

Bruno Konder Comparato  
*Diretor de Publicações*

Maria Rita Loureiro  
*Diretora Secretária*

Natalia Nóbrega de Mello  
*Diretora Tesoureira*

## Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)  
Brasílio Sallum Jr. (USP)

Maria Rita Loureiro (FGV-SP)

Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

## Editor

Bruno Konder Comparato (Unifesp)

## Editores Assistentes

Andre Bittencourt (UFRJ)

Christian Jecov Schallenmüller (UFRGS)

Natália Nóbrega de Mello (PUC/SP)

Pedro Henrique Ramos Prado Vasques (Unicamp)

Roberta Kelly Soromenho Nicolete (UERJ)

## Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasília Sallum Jr. (USP), Celi Regina Pinto (UFRGS),  
Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ),  
Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires),  
John Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Comitê Assessor do Conselho de  
Direitos Humanos das Nações Unidas), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp) (*in Memoriam*),  
Marco Aurélio Garcia (Unicamp) (*in Memoriam*), Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université  
Paris I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto  
(UFMG), Paulo Eduardo Elias (USP) (*in Memoriam*), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter  
(European University, Florence), Renato Lessa (IUPERJ), Rossana Rocha Reis (Editora) (USP) Sebastião  
Velasco e Cruz (Unicamp), Sergio Costa (Freie Universität Berlin), Tullo Vigevani (UNESP), Victor Manuel  
Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

## Preparação e revisão de texto

Tikinet

## Editoração eletrônica

Tikinet

## Impressão

Tikinet

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

O **Cedec** agradece a

*Andrei Koerner*

*Bernardo Ricupero*

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

*Maria Rita Loureiro*

*Raquel Kritsch*

*Ricardo Sennes*

peelo apoio e contribuição recebidos na Campanha da  
Lua Nova.





## SEGURANÇA PÚBLICA E POLICIAMENTO: NOVAS ABORDAGENS

No Brasil, como na maioria das cidades latino-americanas, “os cidadãos aprendem desde cedo a temer a polícia tanto quanto os criminosos” (Chevigny, 1995, p. 15). Nossa experiência cotidiana mostra que os agentes públicos responsáveis pelo policiamento podem também se tornar transgressores da lei e os dados estatísticos provam que centenas de mortes são atribuídas anualmente a policiais em grandes cidades, como São Paulo ou Rio de Janeiro. Os números da corrupção são igualmente alarmantes, de modo que se corrobora o que vários pesquisadores já afirmaram, que “a polícia é uma ocupação de alto risco para a corrupção” (Prenzler, 2000, p. 663), e “estudar a história da polícia é estudar os desvios, a corrupção e as más condutas da polícia” (Kappeler, Sluder e Alpert, 1994, p. 28). Nesse contexto, é legítimo perguntar se, ao sermos abordados pela polícia, “o Estado vai nos trazer de volta” (Tanner, 2000, p. 101), num trocadilho com o título do já clássico livro sobre a abordagem neoinstitucionalista *Bringing the State Back In* (Evans, Rueschemeyer e Skocpol, 1985).

Para entender as contribuições das pesquisas recentes sobre o assunto, trazemos neste número de Lua Nova o dossiê “A segurança em mutação: concepções, práticas e experiências no século XXI”, organizado por Cleber Lopes (UEL) e Eduardo Paes-Machado (UFBA). No artigo de apresentação ao dossiê, os organizadores chamam a atenção para o caráter escorregadio e controverso da noção de segurança e propõem abordar a questão a partir da análise de fenômenos relacionados à “pluralização do policiamento” da forma como acontece no Brasil. No artigo que abre o dossiê, “Failure to impose control: private security and the mexican state”, Logan Puck analisa um dos principais desafios colocados pelo policiamento: o de controlar e dirigir o setor comercial de segurança privada em países onde as



agências regulatórias são fracas ou inoperantes, como é o caso do Brasil e dos países da América Latina e da África. Em seguida, Gabriel Patriarca investiga, no artigo “A âncora da segurança: centralidades e capitais na rede de segurança do porto de Santos”, as posições ocupadas por atores estatais e não estatais em redes de provisão de segurança, a partir de uma pesquisa desenvolvida no porto de Santos. No terceiro artigo do dossiê, “Transnational policing field: the relations between the drug enforcement administration (DEA) and the Brazilian Federal Police (PF)”, Priscila Villela busca compreender as relações entre a DEA e a PF no combate ao tráfico internacional de drogas, que se desenvolveram de maneira relativamente autônoma e paralela às relações governamentais, a partir do conceito de policiamento transnacional, ainda pouco discutido por pesquisadores brasileiros. Em seguida, Susana Durão, Erika Robb Larkins e Carolina Andrei Fischmann, abordam no artigo “Securing the shopping: everyday hospitality security practices in São Paulo” as práticas de segurança em shopping centers em São Paulo de modo a criar um mundo seguro e limpo para os clientes, distinguindo-se de uma paisagem urbana que é vista como violenta, perigosa e povoada de criminosos. Por fim, para fechar o dossiê, Alcides Eduardo dos Reis Peron e Marcos César Alvarez argumentam no artigo “O governo da segurança: modelos securitários transnacionais e tecnologias de vigilância na cidade de São Paulo” que a segurança pública em São Paulo tem sido impactada por discursos associados à noção de *smart city*, que se traduz pela introdução de sistemas de câmeras de vigilância compartilhadas por empresas privadas e o governo municipal.

Ainda trazemos três artigos avulsos. Em “Caliban ou Canibal?”, Bernardo Ricupero procura entender como se forma depois da Revolução Cubana uma certa ideia da América Latina, num processo ainda pouco estudado de circulação de ideias entre países periféricos. No artigo

seguinte, “Decifrar a esfinge: figuração e escritura em Clarice Lispector”, Fernando Antonio Pinheiro Filho busca desvelar o sentido da aura de mistério que envolve Clarice Lispector a partir da análise de suas crônicas publicadas na grande imprensa e argumenta que esse afastamento da representação mais canônica do escritor contribuiu para a conquista de certo tipo de autonomia na literatura que produziu em sua fase final. Por fim, no artigo “Teoria sociológica e cidadania: velhos e novos desafios da sociologia política”, Fernando Cardoso Lima Neto oferece um panorama sobre as inflexões teóricas mais recentes da sociologia política sobre a noção de cidadania.

Todos os nove artigos foram enviados por seus autores ao sistema de submissão da SciELO e receberam uma avaliação positiva dos nossos pareceristas, aos quais muito agradecemos.

## **Bibliografia**

- CHEVIGNY, P. 1995. *Edge of the Knife: Police Violence in the Americas*. New York: The New Press.
- EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. 1985. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAPPELER, Victor; SLUDER, Richard; ALPERT, Geoffrey. 1994. *Forces of Deviance: Understanding the Dark Side of Policing*. Prospect Heights: Waveland.
- PRENZLER, Tim. 2000. Civilian Oversight of Police: A Test of Capture Theory. *British Journal of Criminology*. v. 40, n. 4, pp. 659-674. Disponível em: <https://bit.ly/3ruV88L>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- TANNER, Murray Scot. 2000. Will the State Bring You Back In? Policing and Democratization. *Comparative Politics*, v. 33, n. 1, pp. 101-124. DOI: 10.2307/422426

Bruno Konder Comparato

é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).  
Guarulhos, SP, Brasil. E-mail: [bruno.comparato@unifesp.br](mailto:bruno.comparato@unifesp.br)

Orcid: 0000-0001-9356-0362

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-007009/114>



## SUMÁRIO

- 13 A SEGURANÇA EM MUTAÇÃO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS NO SÉCULO XXI**  
Cleber Lopes e Eduardo Paes-Machado
- 29 A FAILURE TO IMPOSE CONTROL: PRIVATE SECURITY AND THE MEXICAN STATE**  
Logan Puck
- 69 A ÂNCORA DA SEGURANÇA: CENTRALIDADES E CAPITALS NA REDE DE SEGURANÇA DO PORTO DE SANTOS**  
Gabriel Patriarca
- 105 TRANSNATIONAL POLICING FIELD: THE RELATIONS BETWEEN THE DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION AND THE BRAZILIAN FEDERAL POLICE**  
Priscila Villela
- 137 SECURING THE MALL: DAILY HOSPITALITY SECURITY PRACTICES IN SÃO PAULO**  
Susana Durão, Erika Robb Larkins e Caroline Andrei Fischmann
- 175 O GOVERNO DA SEGURANÇA: MODELOS SECURITÁRIOS TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO**  
Alcides Eduardo dos Reis Peron e Marcos César Alvarez
- 213 CALIBAN OU CANIBAL? DIÁLOGOS BRASILEIROS DE ROBERTO FERNÁNDEZ RETAMAR**  
Bernardo Ricupero

**253 DECIFRAR A ESFINGE: FIGURAÇÃO E  
ESCRITURA EM CLARICE LISPECTOR**

Fernando Antonio Pinheiro Filho

**287 TEORIA SOCIOLÓGICA E CIDADANIA: VELHOS E NOVOS  
DESAFIOS DA SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Fernando Cardoso Lima Neto

**315 RESUMOS/ABSTRACTS**



# A SEGURANÇA EM MUTAÇÃO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS NO SÉCULO XXI

Cleber Lopes<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Professor Associado de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR, Brasil. E-mail: [clopes@uel.br](mailto:clopes@uel.br)

Orcid: 0000-0002-2197-159X.

Eduardo Paes-Machado<sup>b</sup>

<sup>b</sup>Professor no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, BA, Brasil. E-mail: [epaesm@gmail.com](mailto:epaesm@gmail.com)

Orcid: 0000-0001-6092-0464.

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-013028/114>

*Diferente do risco que ameaça, a segurança promete. É neste poder de prometer o que não pode ser satisfeito que está o seu perigo específico... seja como justificativa de políticas públicas de segurança, seja de práticas privadas” (Zedner, 2003, p. 176).*

Na introdução de um dossiê sobre segurança cabe retomar as considerações de Lúcia Zedner (2003; 2009), que assinala o caráter escorregadio, polissêmico, obscuro, capcioso – e, portando, propício a manipulações políticas – da noção de segurança. O desafio de se definir segurança decorre do fato de o termo captar tanto dimensões objetivas e subjetivas – que podem estar ou não correlacionadas – quanto os meios para se atingir essas dimensões ou até um objetivo em si.

A dimensão objetiva da segurança remete a três formas distintas: a existência sem ameaça ou estado hipotético de segurança absoluta; a capacidade de neutralizar ou se

proteger de ameaças; e a possibilidade de evitar o perigo. Por sua vez, a dimensão subjetiva da segurança pode sugerir a condição positiva de se sentir livre e seguro da ansiedade, assim como a condição negativa de apreensão em relação à insegurança. Tal dimensão subjetiva está ligada a estados relativamente autônomos da realidade objetiva, a magnitude e a identificação dos riscos percebidos. Trata-se, portanto, de um terreno fértil para confusões e distorções que provocam a subestimação ou a sobrestimarão das ameaças e perigos representados por situações, práticas, pessoas e lugares, que contribuem para a tomada de decisões individuais e coletivas equivocadas, mal-intencionadas e danosas. Quanto à noção da segurança como um fim em si mesmo, essa concepção é nutrida por quatro razões: o caráter quimérico da segurança absoluta; a dificuldade de precisar se o fim está sendo ou não alcançado; as potencialidades de novas ameaças; e o desinteresse daqueles que proveem ou vendem segurança de que ela venha a ser efetivamente alcançada, reduzindo o seu mercado ou poder (Zedner, 2009).

Por isso, diferente de fenômenos como a violação de direitos, a segurança não pode ser vista e medida como uma série de eventos objetivamente mensuráveis. De acordo com Mariana Valverde (2011; 2014), é mais adequado compreender a segurança como uma tendência ou probabilidade cujo estudo pode começar pelas práticas que os próprios participantes descrevem como meios de promoção da segurança. Esse ponto de partida se justifica porque a segurança é configurada por práticas pelas quais ela é buscada, seja para construir e responder aos problemas sociais, seja para equacionar ameaças imediatas.

Nessa linha de raciocínio, a abordagem da “segurança cotidiana” chama atenção para a interpretação das experiências dos processos de segurança e das práticas que as pessoas implementam para governar sua própria segurança (Crawford e Hutchinson, 2016). Em termos mais específicos,

as experiências de segurança remetem às realidades vivenciadas das medidas práticas de segurança, incluindo os modos como os programas, estratégias e técnicas para governar a segurança são experienciados, assumidos, resistidos e até intensificados por diferentes indivíduos e grupos.

O modo como a segurança é pensada e promovida vem passando por mudanças profundas, provocadas pela ampliação das ameaças reais e percebidas, bem como pelo avanço da securitização em países desenvolvidos e emergentes. Essas mudanças ocorrem por diferentes razões nesses dois grupos de países. Nos países desenvolvidos as transformações na paisagem da segurança se tornaram mais pronunciadas a partir dos eventos de 11 de setembro de 2001, da reativação dos serviços de segurança após o fim da Guerra Fria e da diluição da distinção entre ameaças externas e internas. Ao lado dessas alterações, não se pode ignorar as novas e tremendas ameaças presentes no ciberespaço e na biosfera planetária. Por sua vez, nos países emergentes da América Latina e da África, as mudanças na segurança estão associadas à persistência e ao aprofundamento das desigualdades sociais, aos conflitos armados, ao aumento dos crimes violentos, à falta de respostas por parte dos poderes públicos e à disseminação da sensação de insegurança em amplas camadas da população.

A mudança na preocupação e na demanda por segurança em ambos os grupos de países também é fruto de fatores como as políticas públicas, a pressão dos meios de comunicação de massa e a própria operação da indústria da segurança. Tais fatores terminam retroalimentando essa demanda, exacerbando a securitização de várias esferas sociais e reforçando a importância do policiamento, isto é, do controle social instrumental por meio de vigilância e mobilização de sanções contra ameaças percebidas (Reiner, 2004). O policiamento vem sendo tomado como a principal senão a única resposta para os problemas sociais



assinalados. Recaindo preferencialmente sobre as condutas de trabalhadores pobres e não brancos que habitam as cidades, o policiamento não tem garantido o aumento da segurança objetiva e subjetiva de todos os sujeitos. Para muitos desses sujeitos, o policiamento é visto como uma prática de segurança que satisfaz segmentos sociais privilegiados e aumenta a insegurança dos pobres.

Várias disciplinas interessadas no tema segurança têm se destacado na análise das transformações descritas acima, com contribuições que, variando de acordo com o contexto sociocultural e intelectual, nem sempre dialogam entre si (Bigo e Tsoukala, 2008). Uma parte da sociologia europeia, por exemplo, vem examinando há mais de três décadas as formas e consequências das ameaças emergentes na chamada modernidade tardia (Bauman, 2008, 2014; Beck, 2000, 2016; Giddens, 1991). Por outro lado, fenômenos como o crescente envolvimento de atores não estatais na governança dos riscos associados ao crime vêm sendo sistematicamente problematizados na criminologia anglo-americana há décadas (Crawford e Hutchinson, 2016; Johnston e Shearing, 2003; Loader, 2000; Shearing e Stenning, 1981; Shearing e Wood, 2003; Valverde, 2011, 2014; Zedner, 2009).

16

Já no contexto brasileiro os estudos sobre segurança têm focado principalmente o papel desempenhado pelo Estado na manutenção da ordem pública e controle do crime. Essa abordagem estadocêntrica é visível nos principais termos que orientaram o debate público e acadêmico sobre segurança no Brasil nas últimas décadas: segurança nacional, segurança pública e segurança cidadã. Dados os estreitos nexos estabelecidos entre essas formas de nomear e conceber a segurança e o policiamento estatal, não é de estranhar a sua assumida centralidade no debate. Efetivamente, animados por uma forte expectativa positiva de consolidação da perspectiva democrática aberta pela Constituição de 1988, muitos cientistas sociais se voltaram para o estudo da

polícia, incorporando abordagens internacionais nos seus trabalhos e contribuindo para a compreensão do padrão de policiamento autoritário e pouco eficaz do país.

Entre os vários estudos inspirados por esse anseio de democratização estão os que abordaram o uso excessivo da força, o desrespeito aos direitos civis dos sujeitos pobres e negros, a cultura e a investigação policiais, a corrupção e os problemas de legitimidade e prestação de contas das polícias (Adorno, 1998; Barreira, 2004; Borges, 2003; Cano e Massini, 1997; Costa e Lima, 2014; Lima e Bueno, 2015; Oliveira, Oliveira e Adorno, 2019; Paes-Machado e Noronha, 2002; Paixão e Beato Filho, 1997; Porto, 2013; Santos, 2004; Saporì, Lopes, Zanetic e Soares, 2018; Soares, 2003). Por outro lado, foram poucos os estudos que analisaram a participação de atores não estatais na promoção da segurança e/ou problematizaram os nexos, as combinações, misturas e influências mútuas entre atores estatais e não estatais dentro da realidade brasileira (Huggins, 2010; Lopes, 2018; 2021; Muniz e Paes-Machado, 2010; Oliveira e Paes-Machado, 2021; Paes-Machado e Nascimento, 2016; Zanetic, 2012).

17

Este dossiê busca contribuir para a ampliação e o aprofundamento dos debates acadêmicos sobre segurança no Brasil. Ele reúne cinco artigos que analisam fenômenos relacionados à “pluralização do policiamento” (Jones e Newburn, 2006; Loader, 2000), com foco na realidade nacional. Em sociedades como a brasileira o policiamento sempre foi pluralizado, já que grandes proprietários de terra, grupos vigilantes e organizações criminosas constantemente desempenharam ou desempenham essa atividade visando a defesa dos seus interesses e concepções de ordem. Entretanto, nas últimas décadas essa pluralização se tornou mais complexa e desafiadora em termos de compreensão. Essa complexidade foi bem captada por Loader (2000), que usou uma classificação posicional que toma o governo como referência

para descrever as formas contemporâneas de policiamento. Segundo essa classificação, o policiamento hoje é provido *pelo governo, por meio do governo, acima do governo, além do governo e abaixo do governo*.

Além do policiamento estatal tradicional provido *pelo governo*, em diversas partes do mundo o policiamento hoje também ocorre *por meio do governo*, que contrata serviços de segurança no mercado ou vende serviços dessa natureza para determinados atores sociais (clubes de futebol, por exemplo). O policiamento também vem ocorrendo *acima do governo* por meio de esforços conjuntos entre países ou organizações internacionais, a exemplo da Interpol e a Europol, e a formação de redes policiais transnacionais. Paralelamente, desde os anos 1970 o policiamento vem crescentemente sendo implementado *além do governo*, isto é, por meio de uma gama diversificada de tecnologias e serviços comercializados pelo mercado de segurança privada. Por fim, o policiamento também vem sendo realizado *abaixo do governo* por meio de cidadãos engajados, com alguma supervisão estatal, na vigilância dos seus bairros ou em atividades de vigilantismo apenas indiretamente apoiadas pelo Estado ou nas organizações de feitiço mafioso (milícias) compostas por agentes estatais e não estatais ou mesmo nas atividades de manutenção da ordem exercidas por organizações do tráfico de drogas.

Embora um tanto rígida, a classificação das formas plúrais de policiamento proposta por Loader (2001) é útil para descrever a paisagem da segurança analisada neste dossiê, que joga luz sobre fenômenos importantes como a regulação e o controle do setor de segurança privada em estados fracos ou desprovidos de autoridade regulatória; a organização e a dinâmica das redes de segurança voltadas para o controle de atividades criminosas transnacionais; e as características do policiamento plural em contextos sociais desiguais e autoritários.

No artigo que abre o dossiê, Puck (2022), analisa um dos principais desafios colocados pelo *policiamento além do governo*: o de controlar e dirigir o setor comercial de segurança privada em países onde as agências regulatórias são fracas ou inoperantes, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina e África. Embora a pluralização do policiamento venha sendo acompanhada pela diversificação das formas de controle sobre essa atividade, observa-se que a regulação do setor comercial de segurança por meio de mecanismos de mercado – mediante selos de qualidade para bons provedores e a imposição de sanções contratuais aos maus provedores – é falho ou não assegura a prestação de serviços de acordo com o interesse público (Lopes, 2014). Nessas condições, o Estado continua sendo a última linha de defesa da sociedade contra maus provedores. Como mostra Puck (2022), isso tem ocorrido por meio da criação de regulações estatutárias rígidas que colocam uma série de exigências legais para que empresas entrem e permaneçam no mercado regular de segurança privada. Entretanto, nos locais onde as agências estatais são fracas esse padrão de regulação tem o efeito paradoxal de reduzir a capacidade do Estado de controlar e monitorar essa indústria. O autor mobiliza a teoria da escolha pública para mostrar como essa resultante paradoxal tem sido produzida em três jurisdições mexicanas. Embora possuam regulações estatutárias rígidas, as práticas regulatórias são marcadas pela corrupção, pela fraca imposição de regras e por altas barreiras à entrada de novas empresas. Consequentemente, tal ambiente regulatório acaba incentivando o descumprimento generalizado das regulações vigentes e a criação de um amplo mercado informal de segurança privada que se assemelha, em muitos aspectos, ao existente no Brasil.

O artigo de Patriarca (2022) também aborda um tópico proeminente na agenda de pesquisa sobre policiamento plural, que são as posições ocupadas por atores estatais e

não estatais em redes de provisão de segurança. Na linha de autores como Loader e Walker (2001; 2006) que têm defendido o chamado pluralismo ancorado, segundo o qual o Estado e a polícia continuam – e devem continuar – tendo um papel central na provisão desse bem público, Patriarca explora essa centralidade da polícia em uma rede formada por dezenas de agências governamentais, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos. O caso estudado é o porto de Santos, que pode ser interpretado como crucial para a compreensão da pluralidade e complexidade do policiamento contemporâneo, pois agrega, simultaneamente, arranjos de *policimento pelo governo, por meio, para além e acima* dele. A partir de dados coletados em entrevistas com gestores e ex-gestores da segurança portuária, o autor utiliza Análise de Redes Sociais e Análise de Conteúdo para identificar os atores centrais da rede de segurança portuária e explorar os recursos que influenciam suas centralidades. Os resultados mostram que as posições centrais da rede são ocupadas tanto por atores estatais, como a Cesportos e a Polícia Federal, como pelo ator não estatal representado pela segurança privada orgânica dos terminais portuários. Diante desses achados, Patriarca argumenta que a centralidade desse ator não estatal pode ser entendida como uma centralidade dominada em uma rede ancorada no Estado.

O artigo de Villela (2022) trata do *policimento acima do governo*. Ele analisa a cooperação entre a Polícia Federal e o órgão norte-americano de controle às drogas (a *Drug Enforcement Administration – DEA*), visando o compartilhamento de normas e estratégias de fiscalização entre as agências. Levando em conta a autonomia relativa dos laços entre os escalões burocráticos médios e inferiores dessas agências com respeito às relações entre os governos dos dois países, o texto mobiliza as noções de policiamento transnacional e de campo para pensar essa cooperação. O conceito de policiamento transnacional, pouco ou nada discutido pelos

pesquisadores brasileiros, possibilita situar e aprofundar essas conexões diretas entre burocracias estatais. Por sua vez, a noção de campo (Bourdieu, 1971) permite entender o compartilhamento de conhecimentos, valores, práticas e rotinas por parte de profissionais públicos e privados, bem como a definição de agendas e prioridades próprias com respeito ao controle do crime, em especial os que envolvem drogas. Com base em análise documental e entrevistas com pessoas-chaves, a autora conclui que o desenvolvimento de ações de assistência, treinamento e operações conjuntas entre as agências em tela formou uma rede fundada na confiança que contribuiu para a DEA difundir seu discurso de “guerra às drogas” e, ao mesmo tempo, influenciar os objetivos e estratégias da Polícia Federal.

O policiamento *além do governo* é o foco do artigo de Durão, Larkins e Fischmann (2022), que analisa o papel fundamental da segurança na estrutura e dinâmica dos shopping centers. Com base na teorização acerca do caráter e da atuação da segurança privada na vigilância desse e de outros espaços urbanos semipúblicos diferenciados, que se expandiram nas últimas décadas no mundo e no Brasil, as autoras analisam a influência das práticas de segurança na produção social da imagem dos shoppings. Esses espaços exibem-se como lugares limpos, confortáveis e seguros, que contrastam com a visão difusa da paisagem urbana como perigosa, violenta e minada pelo crime. A partir de dados etnográficos e de entrevistas com a equipe de segurança de um shopping center de São Paulo, o trabalho examina as possibilidades e eficácia do esforço empreendido por essa equipe na implementação do que as autoras denominam de “segurança como hospitalidade”. Efetivamente, por meio de interações amistosas e empáticas, a equipe investe na criação de uma atmosfera pacífica, relaxante e envolvente que estimula a fruição e o consumo de bens e serviços. Sob essa perspectiva, o cliente ou pelo menos uma parte da clientela,

não deve sentir a presença da mão de ferro do controle, nem muito menos as formas violentas e dramáticas do policiamento estatal efetuado nas ruas. Os seguranças atuam como provedores de um senso exclusivo ou privilegiado de tranquilidade e bem-estar, atuando, assim, tanto na proteção do espaço físico dos estabelecimentos comerciais, como para aplacar a ânsia de segurança dos clientes.

Por fim, o artigo assinado por Peron e Alvarez (2022) analisa projetos de segurança como meios de se governar as condutas de sujeitos considerados de risco. Tais projetos se baseiam sobretudo na vigilância, realizada por meio da extração ou produção descentralizada de informações, assim como pela conversão, a comparação e o compartilhamento dos dados obtidos (Marx, 2016). A partir da abordagem da governança da segurança (Paes-Machado e Nascimento, 2016; Wood e Dupont, 2006) o trabalho analisa os discursos associados à noção de “*smart city*” e aos projetos Vizinhança Solidária, City Câmeras e São Paulo Inteligente, que articulam modalidades de *policiamento por meio do Estado e abaixo do Estado* na cidade de São Paulo. Os autores exploram o modo como essas iniciativas público-privadas, empresariais e municipais implementadas nos últimos anos têm intensificado esse tipo de vigilância e estimulado a responsabilização de indivíduos e grupos. Tais características, que se manifestam em tendências denominadas de esferização, securitização e aumento da infraestrutura da vigilância, provocam o fortalecimento das hierarquias preexistentes, a apropriação privada dos espaços públicos e a exclusão social e criminalização de grupos estigmatizados.

Por meio dos artigos sumariamente descritos acima, esperamos que este dossiê contribua para a produção acadêmica sobre segurança e policiamento plural, até o momento majoritariamente realizada e focada na realidade dos países do Norte Global. Também apostamos que estes trabalhos fomentem novas pesquisas acerca da maneira como a segurança

vem sendo efetivamente demandada e suprida na sociedade brasileira. Trata-se aqui de estimular uma visão comparativa, realista e contextualizada dos fenômenos em tela, que possibilite a superação de vieses doutrinários e simplistas vigentes nos estudos sobre segurança existentes no Brasil. Ao tempo que tais vieses reificam ou idealizam as formas ortodoxas ou oficiais de policiamento estatal, eles subestimam ou ignoram a diversidade, a força e a capilaridade de modalidades heterodoxas, informais ou ilícitas de policiamento não estatal.

A superação dos vieses mencionadas acima requer atenção às particularidades das modalidades plurais de promoção da segurança e o desenvolvimento de uma compreensão relacional, dinâmica e complexa dos níveis de policiamento implementados *pelo, por meio, além, acima e abaixo do governo* (Loader, 2000). Requer também foco nos efeitos das misturas, hibridismos e influências recíprocas entre tais níveis de policiamento, uma vez que esses efeitos impactam, tanto de forma positiva quanto negativa, as forças policiais sem que se disponham, estejam preparadas ou possuam mecanismos efetivos para contrabalançá-los.

Por fim, os trabalhos reunidos aqui também são importantes para se pensar em novos modos de elaboração, implementação e monitoramento de políticas de segurança fundadas em medidas mais situadas, acertadas, justas e democráticas. Ao mesmo tempo, podem frutificar debates públicos sobre a regulação ou a neutralização de modalidades de policiamento e provisão de segurança incompatíveis com o Estado democrático de direito.

### **Cleber Lopes**

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, coordenador do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS) da mesma instituição. Seus principais temas de interesse são



criminalidade urbana, redes de segurança, segurança pública e segurança privada, que vêm sendo pesquisados de forma multidisciplinar a partir de contribuições das áreas de criminologia, sociologia, ciência política e políticas públicas.

### **Eduardo Paes-Machado**

Professor Titular de Sociologia dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (LASSOS/UFBA) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (nível 2). Seus principais temas de pesquisa são vitimização, mercados de drogas, policiamento e segurança.

### **Bibliografia**

- ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael. 2009. C. Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics. *International Political Sociology*. [S. l.], v. 3, n. 1, pp. 1-17. DOI: 10.1111/J.1749-5687.2008.00060.X
- ADORNO, Sérgio. 1998. Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. In: Zaverucha, Jorge. *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Recife: Bagaço. pp. 149-189.
- BARREIRA, César. 2004. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 77-86. DOI: 10.1590/S0102-88392004000100011
- BAUMAN, Zygmunt. 2008 *Medo líquido*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. 2014. *Vigilância líquida: diálogos com David Lyon*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECK, Ulrich. 2000. Risk Society Revisited: Theory, Politics and Research Programmes. In: ADAM, Barbara; BECK, Ulrich; VAN LOON, Joost. (ed.). *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*. London: SAGE Publications. pp. 211-229
- BECK, Ulrich. 2016. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. 2008. Understanding (in)security. In: Bigo, Didier; Tsoukala, Anastassia. (org.). *Terror, Insecurity and Liberty*. London: Routledge.

- BORGES, Nilson. 2003. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (ed.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, pp. 13-42.
- BOURDIEU, Pierre. 1971 [1966]. Intellectual Field and Creative Project. In: *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education*. [Originally published as *Champ intellectuel et projet créateur*, *Les Temps Modernes* 246 (nov.)] London: Macmillan.
- BRODEUR, Jean-Paul. 1983. High Policing and Low Policing: Remarks about the Policing of Political Activities. *Social Problems*. Oxford, v. 30, n. 5, pp. 507-520.
- CANO, Ignacio; MASSINI, Nelson. 1997. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER.
- COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio. 2014. Segurança Pública. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; GHIRINGELLI, Rodrigo Azevedo. (ed.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto. Pp. 482-490.
- CRAWFORD, Adam; HUTCHINSON, Steven. 2006. Mapping the Contours of 'Everyday Security': Time, Space and Emotion. *The British Journal of Criminology*. Oxford, v. 56, n. 6, pp. 1184-1202. DOI: 10.1093/bjc/azv121
- DELANDA, Manuel. 2013. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. London: Bloomsbury.
- DURÃO, Susana; Larkins, Erika; Fischmann, Carolina. 2022. Securing the Shopping: Everyday Hospitality Security Practices in São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 114.
- GIDDENS, Anthony. 1991 *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, SP: Unesp.
- HOBBS, Thomas. 2010. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret.
- HUGGINS, M. K. 2010. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH*. V. 23, n. 60, pp. 541-558. DOI: 10.1590/S0103-49792010000300007.
- JOHNSTON, Les; SHEARING, Clifford. 2003. *Governing security: explorations in policing and justice*. London: Routledge.
- JONES, Trevor; NEWBURN, Tim. 2006. *Plural Policing: A Comparative Perspective*. London: Routledge.
- LIMA, Renato Sérgio; BUENO, Samira. 2015. *Polícia e Democracia: 30 Anos de Estranhamentos e Esperanças*. São Paulo: Alameda Editorial.

- LOADER, Ian. 2000. Plural policing and democratic governance. *Social & Legal Studies*. v. 9, n. 3, pp. 323-345.
- LOADER, Ian; WALKER, Neil. 2001. Policing as a public good: Reconstituting the Connections between Policing and the State. *Theoretical Criminology*. v. 5, n. 1, pp. 9-35. DOI: 10.1177/1362480601005001002
- LOADER, Ian; WALKER, Neil. 2006. Necessary virtues: The legitimate place of the state in the production of security. In: WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoît. *Democracy, society and the governance of security*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 165-195.
- LOPES, Cleber Silva. 2015. Segurança privada e direitos civis na cidade de São Paulo. *Sociedade e Estado*. Brasília, DF, v. 30, n. 3, pp. 651-671. DOI: 10.1590/S0102-69922015.00030004
- LOPES, Cleber; LIMA, Fabrício; MELGAÇO, Lucas. Solidary neighbors? The involvement of middle-class communities in the governance of security and disorder in Brazil. *Journal of Contemporary Criminal Justice*. Thousand Oaks, pp. 1-17. DOI: 10.1177/10439862211034323
- LOPES, Cleber Silva. 2014. Assessing private security accountability: a study of Brazil. *Policing & Society*. Abingdon, v. 25, n. 6, pp. 641-662. DOI: 10.1080/10439463.2014.912649
- MARX, Gary. 2016. *Windows into the soul: Surveillance and society in an age of high technology*. Chicago: University of Chicago Press.
- MUNIZ, Jaqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. 2010. Polícia para quem precisa de polícia: Contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 60, pp. 437-447. DOI: 10.1590/S0103-49792010000300001
- OLIVEIRA, Pedro; PAES-MACHADO, Eduardo. 2021. Itinerant bubbles: hybrid carnival security and privatisation of public spaces. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*. Abingdon, Latest Articles, pp. 1-18.
- OLIVEIRA, Thiago; OLIVEIRA, André Rodrigues de; ADORNO, Sérgio. 2019. Legitimidade policial: um modelo de mensuração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 34, n. 100, e3410007. DOI: 10.1590/3410007/2019
- O'REILLY, Conor; ELLISON, Grahah. 2006. 'Eye Spy Private High' Re-Conceptualizing High Policing Theory. *The British Journal of Criminology*, [S. l.], v. 46, n. 4, pp. 641-660. DOI: 10.1093/BJC/AZI090
- PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO FILHO, Claudio. 1997. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social*. São Paulo, v. 9, n. 1, pp. 233-248.
- PAES-MACHADO, Eduardo; NORONHA, Ceci Vilar. 2002. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas.

- Sociologias*. Porto Alegre, n. 7, pp. 188-221. DOI: 10.1590/S1517-45222002000100009
- PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. 2016. Governing security in the streets: the case of the Brazilian taxi drivers. *In: Klein, Analise. (ed.). Crime and Criminal Behavior*. New York: Nova Science Publishers. pp. 87-220.
- PATRIARCA, Gabriel. 2022. A Âncora da Segurança: Centralidades e Capitais na Rede de Segurança do Porto de Santos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 114.
- PERON, Alcides Eduardo Reis; ALVAREZ, Marcos César. 2022. O governo da segurança: modelos securitários transnacionais e tecnologias de vigilância na cidade de São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 114.
- PORTO, Maria Stela Grossi. 2013. Pensando segurança pública no brasil: desafios para a pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, v. 1, n. 2, pp. 277-298. DOI: 10.20336/rbs.51
- PUCK, Logan. 2022. A Failure to Impose Control: Private Security and the Mexican State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 114.
- REINER, Robert. 2004. *A política da polícia*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, José Vicente Tavares 2004. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 3-12.
- SAPORI, Luis Flávio; LOPES, Cleber da Silva; ZANETIC, André; SOARES, Glauco Ary Dillon. 2018. A Segurança Pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. *In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana; AMARAL, Oswaldo. (org.). A Constituição de 88: trinta anos depois*. Curitiba: UFPR. pp. 101-136.
- SHEARING, Clifford; STENNING, Philip. 1981. Modern private security: Its growth and implications. *Crime and Justice*, v. 3, p. 193-245. DOI: 10.1086/449080
- SHEARING, Clifford; WOOD, Jennifer. 2003. Nodal governance, democracy, and the new ‘denizens’. *Journal of Law and Society*. Hoboken, v. 30, n. 3, pp. 400-419. DOI: 10.1111/1467-6478.00263
- SOARES, Luiz Eduardo. 2003. Novas políticas de segurança pública. *Lua Nova*. São Paulo, v. 17, n. 47, pp. 75-96. DOI: 10.1590/S0103-40142003000100005
- SØGAARD, Thomas; HOUBORG, Esben; PEDERSEN, Michael. 2017. Drug policing assemblages: Repressive drug policies and the zonal banning of drug users in Denmark’s club land. *International Journal*

- of Drug Policy*. Amsterdam, v. 41, pp. 118-125. DOI: 10.1016/j.drugpo.2016.11.009
- VALVERDE, Mariana. 2011. Questions of security: A framework for research. *Theoretical Criminology*. Thousand Oaks, v. 15, n. 1, pp. 3-22. DOI: 10.1177/1362480610382569
- VALVERDE, Mariana. 2014. Studying the governance of crime and security: Space, time and jurisdiction. *Criminology & Criminal Justice*. Thousand Oaks, v. 14, n. 4, pp. 379-391. DOI: 10.1177/1748895814541899
- WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoît. *Democracy, society and the governance of security*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- ZANETIC, André. 2012. *Polícia e segurança privada: relações entre as forças na prevenção do crime*. São Paulo: Sicurezza.
- ZEDNER, Lucia. 2003. The concept of security: an agenda for comparative analysis. *Legal Studies*, v. 23, n. 1, pp. 153-176. DOI: 10.1111/j.1748-121X.2003.tb00209.x
- ZEDNER, Lucia. 2009. *Security*. London; New York: Routledge.



# A FAILURE TO IMPOSE CONTROL: PRIVATE SECURITY AND THE MEXICAN STATE

Logan Puck<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Visiting Assistant Professor of Politics at Bates College, Lewiston, Maine, EUA.

E-mail: [lpuck@bates.edu](mailto:lpuck@bates.edu)

ORCID: 0000-0002-6417-4902

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-029068/114>

## Introduction

The private security industry is growing rapidly across the globe and governments are implementing numerous strategies to attempt to control it. Scholars tend to agree that drafting and imposing comprehensive regulations is one of the most effective strategies states can use to control and direct private security companies to reduce insecurity and operate effectively, safely, and accountably. A number of studies on private security tend to highlight – and rightfully so – the weaknesses or absence of states' private security regulations (Argueta, 2012; Born; Buzatu, 2008; Lopes, 2018; McCrie, 2017; Nagaraj, 2012; Simelane, 2008). However, strengthening a regulatory regime is not sufficient for solving many problems plaguing the private security industry and can even be counterproductive if state institutions are weak.

In this essay, I explore how attempts to strictly regulate private security firms at the federal and state level have failed to rein in the industry in Mexico. The Federal government of Mexico, Mexico City, and every state have developed some form of regulation to control the activities of

the private security industry. Although varied from state to state, these regulations are quite comprehensive, detailed, and stringent in states with the largest number of private security providers. In this study, I argue that these strict laws have limited the State's ability to effectively impose control over the industry. First, the complicated, expensive, and time-consuming registration process and requirements to remain in good standing are too high a barrier to entry for potential firms. Second, government officials and bureaucrats may use their power as gatekeepers to extract bribes and restrict access to private security and weapons licenses to friends and associates. Third, weak enforcement of private security regulations due to corruption and a lack of political will disincentivizes companies from abiding by the law. These factors led to a widespread regulation evasion, which has in turn created an expansive market of unregulated and undisciplined private security companies that further contribute to disorder and insecurity.

I base my findings on a qualitative research design focused on three subnational cases, – Mexico City, Jalisco, and Nuevo León. I analyze the regulations of each state and their consequences based on data collected from government documents, archival materials, and interviews with representatives from Mexico's security field.

To assess the attempts of the Mexican government to regulate the private security industry, this essay will discuss the literature on private security regulations, examine competing theories on regulations and show how the Mexican case aligns more closely with the public choice theory as opposed to the public interest theory. After presenting a brief history of private security regulations in Mexico, I apply a model to assess their quality and scope. Finally, I describe how and why these regulatory efforts have failed to successfully rein in the industry, reinforcing the weakness of Mexican state institutions.

The literature on private security regulations tends to be centered on the Global North, providing rich insights about the political process and motives behind the creation of or resistance to regulations (Bure 2015; Smith; White 2014; White, 2010; Zedner 2006), the type and quality of regulations in individual countries (Button, 2011; Hemmens et al., 2001; McCrie, 2017; Nalla; Crichlow, 2017) and comparatively across countries (Button, 2012; Button; Stiernstedt, 2017; Button; Stiernstedt, 2018; Leloup; White, 2021; Prenzler; Sarre, 2008; White, 2014; Scheerlinck et al., 2020a; Scheerlinck et al., 2020b; Waard, 1999), as well as the best practices and regulatory frameworks for the industry (Button et al., 2019; Button; George, 2006; Prenzler; Sarre, 2008).

When compared with many areas of the Global South, the Global North tends to possess higher state capacity and lower corruption, crime, and violence levels. Therefore, states in the Global South face different and greater challenges when confronting the private security industry. Likewise, the issue of regulation takes on higher stakes as private security providers have greater potential to significantly exacerbate inequality and insecurity. In Latin America, for example, the murder rate is higher than in any other region in the world; police forces are often widely disrespected for poor effectiveness and abusive and corrupt behavior; and government bureaucracies, often rife with corruption, struggle to serve the citizenry. Nevertheless, the literature on private security regulations in the Global South, and especially Latin America, lags behind that in the Global North, thus demanding greater attention. the recently published edited volume *Regulating the Security Industry: Global Perspectives* (Nalla; Prenzler, 2018), which does an excellent job compiling research on regulatory regimes in the United States, Western and Eastern Europe, Oceania, East Asia, and Africa, while completely disregarding Latin America.



While the literature on private security in Latin America is slowly growing, few studies focus directly on regulations (some exceptions include Lopes; Moraes, 2018 and Perret, 2013). Much of the literature on private security in Latin America describes the emergence of the industry and its current make-up in either a single country (Argueta 2013; Huggins, 2000; Muller, 2010; Solar, 2019; Wood; Cardia 2006) or multiple countries in the region (Ungar, 2007-2008). Although critically valuable for understanding how and why the industry has grown in Latin America and its various manifestations across the region, most of these texts include a relatively brief discussion of regulations that tend to rightly emphasize rampant informality within the industry. Generally, these texts either highlight a country's lack of sufficient private security regulations (see Argueta, 2013; Solar, 2019) or weak state enforcement of regulations (Muller, 2010; Perret, 2013) or else the link is mentioned but not deeply explored (Huggins, 2000; Wood; Cardia, 2006).

Reports on private security in Latin America provide useful insights on the state of regulations and the challenges faced by many countries in the region; however, they tend to lack theoretical development (see DCAF, 2016; Kinoshian; Bosworth, 2018; Robert Strauss Center, 2018). While countries such as Chile and Guatemala possess outdated and insufficient regulatory regimes, other countries in the region such as Mexico and Brazil possess relatively strict private security laws, but also high levels of informality. Focusing on the case of Mexico and relying on the tollbooth variant of the public choice theory, this study analyzes the link between strict regulations and weak enforcement – which has created a chaotic security market where informality reigns.

## **Theories of regulation and private security**

One of the primary debates within the literature on regulations contemplates governments' motivations and

consequences, which splits many scholars into two diametrically opposed camps: public interest theorists and public choice theorists. Formulated by English economist Arthur Cecil Pigou, the public interest theory posits that regulations are imposed by able and benevolent governments to serve the public interest by remedying market failures, particularly monopolistic behavior, and negative externalities. Pigou explains that “in any industry, where there is reason to believe that free play of self-interest will cause an amount of resources to be invested different from an amount that is required in the best interest of the national dividend, there is a *prima facie* case for public intervention” (1938, p. 331). Government regulations are assumed to be costless and, therefore, the most logical and effective mechanism for creating a more equitable and efficient market. Examples of poor regulatory performance are written off as cases of bad management that can be remedied with more experience (Posner, 1974; Shleifer 2005; Stigler, 1970). Scholars of private security tend to align with the public interest theory by arguing that imposing and enforcing regulations is the most effective tool for controlling burgeoning private security industries within a state’s borders and promoting “optimal security” (Button, 2012, p. 204). Despite some exceptions (Argueta, 2012; Muller, 2010), most studies on the field fail to consider the downside to imposing more regulations on the industry, thus exhibiting an implicit bias towards the public interest theory.

33

On the other hand, the public choice theory “sees the government as less benign and regulation as socially inefficient” (Djankov et al, 2002, p. 2). Inspired by Mancur Olson’s (1965) logic of collective action, this theory argues that regulations solely benefit the interests of specific groups (Farber and Frickey, 1991; Hantke-Domas, 2003). Although generally credited to George Stigler

(1971; 1974), Posner (1974) and Peltzman (1976) were other important early contributors to the theory. The original variant is Stigler's "capture theory" – which argues that "as a rule, regulation is acquired by the industry and is designed and operated primarily for its benefit" (Stigler, 1971, p. 1). More specifically, economic entities manipulate the political system to obtain regulations designed for their own benefit and often to the detriment of the public interest.

Industries have lower collective action costs because they tend to have homogenized interests and a greater stake in the regulatory process than a diffuse public with varying interests, less access to information, and a lower overt stake in the issue. They are better equipped to influence political representatives to pass legislation that is favorable to their interests and alter regulations that have already passed (Etzioni, 2009; Posner 1974). For example, industries may dilute, repeal, and weaken enforcement of existing regulations and/or manipulate and switch regulators (Etzioni, 2009).

A new variant of the public choice theory emerged in the late 1980s and 1990s, shifting the focus from the interests of industries to those of state actors. Dubbed by Djankov et. al. as the "tollbooth view," this approach initially developed by McChesney (1987) and De Soto (1989) "holds that regulation is pursued for the benefit of politicians and bureaucrats" (Djankov et al, 2002, p. 3). According to this view, politicians and bureaucrats develop and enforce regulations to wield power over those seeking access to the industry being regulated, thus profiting off the industry by demanding bribes to access to the sector in question. Such a view also poses that "more extensive regulation should be associated with socially inferior outcomes, particularly corruption" (p. 3).

Djankov et al. (2002) conducted a study on entry regulations with 85 countries,<sup>1</sup> verifying that countries with more regulations tend to be more corrupt and possess much larger informal economies. According to their findings, strict and copious entry regulations in these situations rarely succeed at fulfilling the intended positive social outcomes. Glaeser and Shliefer (2003) explain that “countries with more regulations of entry exhibit higher corruption and larger unofficial economies, but not superior social outcomes that regulation allegedly aims for” (p. 420).

The public choice theory functions as a guide for the Mexican case. Stringent Mexican regulations and the high costs to abide by them has allowed politicians and bureaucrats in the federal and state governments to use the tollbooth approach by rewarding associates with expedited private security licenses, reduced costs, and limited supervision. Simultaneously, these actors create high barriers for non-connected firms by demanding expensive fees, bribes, and/or delaying registration process. In an environment of widespread informality and corruption, Mexican private security owners have been disincentivized to properly register their firms and abide by state and federal regulations. However, before delving into the problems, I will first recount the history of regulatory regimes in Mexico and their current make-up.

35

## **Private security regulations in Mexico**

In 1948, the Federal government of Mexico passed its first private security legislation, the *Reglamento para los Investigadores, Detectives y Policías Privados o pertenecientes a Organismos de Servicio Público Descentralizado o Concesionado* (Regulations for Investigators, Detectives and Private Police

---

<sup>1</sup> Entry regulations refers to legal requirements imposed upon businesses attempting to enter an industry.

or those Belonging to Decentralized or Licensed Public Service Agencies). Primarily applied to private detectives and private policing units tasked with guarding public institutions, the regulations were relatively rudimentary and lacked width and depth – despite including some registration, hiring, and uniform requirements.

In 1985, President Miguel de la Madrid repealed and decreed this legislation unconstitutional for violating Article 21, which states that public policing is the exclusive right of the Mexican state and, therefore, cannot be delegated or licensed to private individuals (México, 1985; Universal, 1984a). Despite the decree, private security companies were only barred from performing police functions and using the term *policía* in their documentation, identification, or company name. Firms complying with these rules were permitted to continue operating (México, 1985). As the abrogated 1948 legislation was not replaced by a new federal private security law until 2006, states had to formulate their own private security regulations.

Due to the massive growth of the private security industry during in the 1990s, the Federal District and Mexican states began formulating their own private security regulations. The growth in private security provision in Mexico peaked in 1999, showing a 40% increase compared to the year before (Muller, 2010). By 2000, over 1,400 private security companies were registered with the federal government and many more operated informally. Be it specific private security codes or regulations within public security laws, today, every Mexican state has some type of private security regulation. In the following section, I classify regulatory regimes using a modified version of the model proposed by Button and George to show how private security law and regulations of the Federal government and of states with cities with the highest number of private security companies – Mexico City, Guadalajara, Jalisco,

and Monterrey Nuevo León – are quite comprehensive and generally wide in scope.

### *Assessing Private Security Regulations in Mexico*

Currently, we still lack internationally agreed upon standards for private security regulatory frameworks. In 2008, “The Montreux Document” outlined a set of good practices and standards for the private security industry, focusing on the practices of private military and security companies in armed conflict zones. The document was ratified by 54 states, including four from Latin America, but not Mexico, for its scope was not entirely applicable to private security companies operating in non-military contexts. Despite the lack of an international agreement for private security companies engaged in non-military-related activities, scholars, practitioners, and international governmental organizations have endeavored to develop standards and best practices applicable specifically to this sector. To assess the regulations in Mexico, I rely on a rubric developed by Button and George (2006) for analyzing the quality and depth of statutory private security regulations, incorporating elements from more recent research to update the framework.

37

#### *Scope of coverage*

Button and George (2006) analyze regulations along two spectrums – “width and depth”. Regulations width is defined as “the extent to which the different sectors of the private security industry are regulated” (2006, p. 567). The field of private security is quite broad and includes a variety of sectors. A wide regulatory model includes at least two sectors of the industry, such as security consultants and security equipment installers (2006). Prenzler and Sarre (2008) reinforce and expand on the need for wide coverage, advocating for comprehensive licensing that covers “all occupations involved in security work” (p. 24).

**Table 1**  
Width of Regulations

	Narrow	Wide
Scope of Coverage	Manned Security Services, Private Investigators	Manned Security Services, Private Investigators, Security Consultants, Installers of Security Equipment, and beyond

Source: Adapted from George and Button, 1997, p. 191-192

38

Despite not covering every occupation connected to security work, Mexican regulations tend to have a wide scope that account for many different private security sectors. Regulations from the federal government and Nuevo León cover seven private security sectors, whereas those from Mexico City cover five (México, 2014; México, 2011; Nuevo León, 2021). By casting a large coverage net, these regulations ensure that all (or at least most) forms of private security provision are accounted for, monitored, and directed by the state. Among the states under study, Jalisco is the only one with narrower coverage, addressing manned security services, goods transfer protection, and custody and surveillance of goods (Jalisco State Government, 2004).

**Table 2**  
Width of Regulations Applied to Mexican Cases

	Federal Government	Mexico City	Jalisco	Nuevo León
Scope of Coverage	Wide	Wide	Narrow	Wide

### *Depth of coverage*

Depth of regulations are defined as “the number and type of regulations to be met by private security firms and employees” (George; Button, 2006, p. 567). Governing bodies

may impose “minimal” to “comprehensive” requirements for firms and individuals seeking to obtain and retain a private security operator’s license. George and Button (2006) distinguish between two main types of private security regulations: (1) those “that seek to address the character of employees, owners, etc.,” and (2) those “that seek to enhance the quality of security provision through minimum standards of training and operation” (p. 568). A comprehensive regulatory system must cover both regulations types and apply them to private security firms and employees. Prenzler and Sarre (2008), Button and Siterstedt (2017), and the UNODC (2014) provide important additions to the model proposed by Button and George (2006), included below in italics.

**Table 3**  
**Depth of Regulations**

Comprehensive Regulatory System
Entrance Requirements for Firms to Enter Industry a) Payment of Fee for License b) Restrictions on Background of Owner/Qualifying Agent c) Minimum Experience/Qualifications of Owner/Qualifying Agent d) Minimum Training for Owner/Qualifying Agent e) Passing of Examination of Owner/Qualifying Agent f) <i>Fingerprinting of License Applicants</i>
Entrance Requirements for Individuals to Work in Industry a) Payment of Fee for License/Registration b) Restrictions on Background of Employees c) Minimum Training for Employees d) <i>First Aid Certification</i> e) Passing of Examination by Employees f) <i>Drug and Alcohol Testing Programs</i> g) Requirement or Refresher/Specialist Training
Minimum Standards of Operation a) Bonding/Insurance b) Facilities/Equipment c) Other Standards d) <i>Code of Conduct</i> e) <i>Use of Force Guidelines</i> f) <i>Police Cooperation</i>

39

**Source:** Adapted from George and Button, 1997, p.193; Prenzler and Sarre, 2008; George and Stierstedt 2017; UNODC 2014.



### *Entrance requirements for firms*

Mexican private security regulations tend to follow some of the entrance requirements for firms, but not all. In all cases, paying a license fee is required. Although some regulations do require minimum experience and restrictions on the background of the owner or qualifying agent, these tend to be vague and/or somewhat minimal. Most of the regulations simply demand that firm owners or qualifying agents must possess Mexican citizenship and provide evidence of possessing the human, technical, financial and material means to provide private security services. Nuevo León, Mexico City, and Jalisco require firm owners to undergo fingerprinting (Jalisco State Government, 2014; México, 2011; México, 2014; Nuevo León, 2021). Moreover, only the federal regulations require owners/qualifying agents to possess minimal training and none of the regulations mention the need for owners/qualifying agents to pass an examination (México, 2011).

40

### *Entrance requirements for individuals*

Individual entrance requirements are much more comprehensive than those for firm owners. None of the regulations mention the need for paying a fee to work in the private security industry; however, hiring requirements are included in all of them. All regulations require background check to confirm that potential hires do not have a criminal record or are current members of the armed forces or the police. Moreover, anyone dishonorably discharged from the armed services or a public security force is prohibited from working for a private security company. Before hiring, Mexico City and Jalisco require applicants to pass a medical and drug tests (Jalisco State Government, 2014; México, 2014), and Mexico City's regulations also mandate psychological and lie detector tests. Furthermore, medical, psychological, and drug tests

must be administered annually to all personnel (México, 2014). Although not mandatory during the hiring process, Nuevo León requires all operative personnel to take medical, psychological, and toxicology exams annually once they have been employed by a firm (Nuevo León, 2021). None of the regulations mandate first aid certification or alcohol tests.

All the regulations require some form of personnel training, either laying out a specific training regimen that all companies must enact or requiring employees to receive training at the state police academy. The training guidelines of Mexico City, for example, are quite rigorous, and employees must undergo evaluation after completing each training session (México, 2014). Overall, private security guards are expected to receive approximately 80 hours of training immediately after enrollment and periodic training throughout their careers, as well as annual accreditation (Arámbula, 2014; México, 2014). Although below the European average, 80 training hours is far above the requirements for several countries in the region, including Germany, Switzerland, Bulgaria, Italy, and the United Kingdom (CoESS, 2015). In Nuevo León, employees must receive training at the University of Security Sciences or at private training centers approved by *La Dirección de Control y Supervisión a Empresas y Servicios de Seguridad Privada*. In turn, to ensure that all personnel are subjected to the training regimen desired by the state, private security employees in Jalisco are instructed at the State police academy (Ibarra, 2014; Jalisco State Government, 2014; Nuevo León, 2021).

41

### *Minimum standards of operation*

In general, the regulations cover most of the criteria established by George and Button (2006) for minimum standards of operation. According to Mexico City and

Jalisco, firms must possess insurance policies that guarantee payment to clients for any damages caused during their services. All the regulations address facilities and tend to be quite strict in regard to equipment. To ensure everything has been registered and is working properly, facilities and equipment undergo annual inspections. The regulations also specify that uniform colors, logos, and emblems must be different from those used by the police and armed forces and vehicles, cannot be similar to those used by public security forces nor be equipped with sirens.

Some regulations are much more specific and detailed. In Mexico City, for example, vehicles must display their denomination, logo, ID number, permit and authorization number, and the words *seguridad privada*. The letters and numbers must be at least fifteen centimeters high and seven centimeters wide (México, 2014). Metal badges are prohibited. Stripes on shirtsleeves and along the sides of pants must contrast in color (México, 2014). In Jalisco, private security personnel must wear a white shirt with the company logo located on their left sleeve five centimeters below the seam on the left shoulder of the uniform. “*Seguridad Privada*” must be written along the left chest area of the uniform. Pants must be black with a five-centimeter white stripe on each side. Similarly, hats and footwear must be black, the former including “*Servicio de Seguridad Privada*” written across their front. Coats must be gray. The words *policía*, *agentes*, and *investigadores* are prohibited from being written anywhere on the uniform. Vehicles must be white and state “*seguridad privada*” below the company logo on the side of each back door (Jalisco State Government, 2014).

Except for Mexico City, all regulations describe the proper conduct to be followed by private security employees when interacting with citizens. Both the federal government and the Jalisco government emphasize human rights standards in their regulations. Federal regulations state that personnel must respect human rights as delineated in the Mexican Constitution and international treaties, by treating people correctly, impartially, and with dignity and integrity and abstaining from all arbitrary and unjustified violence, including abuse and torture. In turn, Jalisco's regulations state that private security employees must respect human rights in the same manner as the rules accorded to the state public security forces (Jalisco State Government, 2014). In Nuevo León, private security personnel are expected to show professionalism, honesty, and respect for other people's rights, as well as to avoid abuse and arbitrary violence and follow the principles of conduct expected of public security employees as established in the Public Security Law of Nuevo León (Nuevo León, 2021). Despite mentioning the avoidance of abusive behavior and arbitrary violence, none of the regulations include detailed guidelines regarding the use of force.

43

All the regulations provide guidelines regarding cooperation between private security firms and police departments. The federal government, Mexico City, Jalisco, and Nuevo Leon stipulate that private security serves an auxiliary and complementary service to public security, requiring it to share data with the police and assist on criminal investigations (México, 2011; México, 2014; Jalisco, 2014; Nuevo León, 2021). Nuevo León and Jalisco mandate private security to assist the police "when it is required", so that coordination is even more generalized (Jalisco State Government, 2014; Nuevo León, 2017).

**Table 4**  
**Entrance Requirements for Firms to Enter Industry Applied to Mexican Cases**

<b>Entrance Requirements for Firms to Enter Industry</b>				
	Federal Government	Mexico City	Jalisco	Nuevo León
Payment of Fee for License	X	X	X	X
Restrictions on Background of Owner/Qualifying Agent	Partial	Partial	Partial	Partial
Minimum experience/Qualifications of Owner/Qualifying Agent	Partial	Partial	Partial	Partial
Minimum Training for Owner/Qualifying Agent	X			
Passing of Examination of Owner/Qualifying Agent				
Fingerprinting of Licensing Agent	X	X	X	X
<b>Examination Requirements for Individuals to Work in Industry</b>				
Payment of Fee for License/Registration				
Restrictions on Background of Employees	X	X	X	X
Minimum Training for Employees	X	X	X	X
First Aid Certification				
Passing of Examination by Employees	X	X	X	X
Drug and Alcohol Testing	Partial	Partial	Partial	Partial
Requirement or Refresher/Specialist Training				
<b>Minimum Standards of Operation</b>				
Bonding/Insurance		X	X	
Facilities/Equipment	X	X	X	X
Other Standards	X	X	X	X
Code of Conduct	X		Partial	X
Use of Force Guidelines	Partial	X	X	Partial
Police Cooperation	X	X	X	X

## *Summary of Findings and Brief Comparisons with Other Cases*

Despite some variation, the regulations formulated by the Federal government of Mexico, Mexico City, Nuevo León, and Jalisco tend to be quite stringent and robust, entailing fees for private security licenses, copious amounts of documentation for registration, and strict uniform, vehicle, and equipment requirements. Apart from Jalisco, all the regulations address a wide number of private security sectors. Although documents lack precise requirements for firms to enter the industry and vary as to hiring requirements, all the regulations include standards for new hires and for the administration of several tests either before hiring or to continue employment. Training standards also vary, but they all provide detailed requirements or force companies to send their employees to police academies. All the cases also stipulate coordination with law enforcement, and only Mexico City lacks a code of conduct.

45

In comparison, these regulations tend to be wider and more comprehensive than most U.S. states and a number of foreign countries (Button, 2007; Button, 2012; Button and George, 2006; McCrie, 2017; Waard, 1999). In a study conducted by McCrie (2017), the author demonstrates the massive deficiencies and gaps in state private security regulations in the United States of America, verifying, for example, that twelve states lack any regulations for unarmed guards, while thirteen have none for armed guards. Moreover, just over half of states require background checks as part of the hiring process, and multiple states require no basic training or firearms training for guards. In Slovakia, private security companies do not need a license to operate and uniforms for guards are optional. In Austria and the Czech Republic, the industry falls within the country's general commercial

law, thus there are no specific private security regulations (CoESS, 2013).

Nevertheless, the consequence of imposing tight regulations has had the opposite effect that regulators intended: instead of promoting increased state control over the private security industry, private security providers have distanced themselves from the state by avoiding registration and regulatory measures. As the Director General of the federal private security office of Mexico explained, “it’s easier not to comply than to comply” with private security laws (Arámbula, 2014). Moreover, weak enforcement has allowed security providers to avoid the law while corrupt government officials use their power as gatekeepers to make access to private security and weapons licenses easy for some and extremely difficult for others. Consequently, informality in the industry is widespread as will be described in the following section.

46

### **Widespread informality**

Private security firms operating on the margins of the law by failing to register or only partially registering are colloquially known as *patitos*. *Patitos* tend to be small, local firms that appear for a few months with one name, disappear, and then re-emerge with a new name. The highly variable quality of private security firms served as a major impetus to develop private security laws. After the establishment of these laws, *patitos* quickly emerged, spurring reforms to create more stringent regulations to eliminate these unregulated and underregulated firms. Nevertheless, I argue that the imposition of even stricter and more costly regulations, combined with weak enforcement and corruption, have further fueled the spread of *patitos* throughout Mexico. Private security representatives, government officials, journalists, academics, and members of civil society all tend to agree that

widespread informality in the private security sector is one of the most serious – if not *the* most serious – problem affecting the industry.

The number of unregistered private security firms in Mexico fluctuates widely due to a lack of solid documentation, with some reports placing the number at forty to sixty percent, while other estimates go as high as eighty or ninety percent (Domínguez, 2013; Frutos, 2014; Universal, 2014). A study conducted in 2013 by the *Consejo Nacional de Seguridad Privada* found that only 659 out of the 8,500 private security companies in Mexico were registered with the government (Milenio, 2013). Around 60% of firms in Jalisco are estimated to be unregulated, while 25–30% of the companies in Nuevo León are unauthorized (Abundan empresas..., 2015; Ibarra, 2014; Osorio, 2016).<sup>2</sup> Despite the lack of data on the specific percentage of unregistered companies in Mexico City, complaints of widespread informality are common in the capital.

47

### *High costs of obeying regulations*

Besides registering in each state where they are active, private security firms operating in more than one state must also register with the federal government. Moreover, some municipal governments also mandate that companies register with them. Paying registration fees with the state, municipal, and federal governments can be exceedingly costly for companies, thus serving as a major deterrent to registration. The following table shows the costs involved with registering and maintaining a private security company in each jurisdiction.

---

<sup>2</sup> One estimate places the unregistered rate in Nuevo León as high as eighty percent (La Seguridad..., 2010).



**Table 5**  
**Private Security Licensing Fees (Mexican pesos)**

	Federal	Mexico City	Jalisco	Nuevo Leon
<b>Private security permit (fee varies depending on service)</b>	\$18,353 – \$19,808 (~\$885 - \$956 USD)	\$13,723 – \$18054 (~\$662 - \$871 USD)	\$18,500 (flat rate) (~\$1,032 USD)	\$15,448 – \$16,328 (~ \$865 - \$915 USD)
<b>Authorization for individuals and companies to perform private security activities</b>	\$5,943 (~\$287 USD)	\$5,149 (~\$248 USD)		\$6,030 (\$340 USD) \$4,962 per year for revalidation (\$280 USD)
<b>Issuance of documents and information from the private security registry</b>		\$329 (~\$16 USD)		
<b>Documents certification</b>	\$22 (~\$1 USD)	\$13.50 (per page) (~\$0.65 USD)		
<b>Personnel registration</b>	\$199 (~\$10 USD)	\$215 (per person) (~\$10 USD)		\$160 (\$9 USD)
<b>Canine registration</b>		\$132 per canine (~\$6 USD)		\$80 per canine (~\$4 USD)
<b>Vehicle and radio communication registration</b>	\$60 (~\$3 USD)	\$332 per item (~\$16 USD)		\$80 per vehicle (~\$4 USD)
<b>Equipment registration</b>	\$60 (~\$3 USD)	\$12 per item (~\$0.58 USD)		\$80 per bulletproof vest (~\$4 USD)
<b>Firearms registration</b>	\$60 (~\$3 USD)	\$332 per firearm (~\$16 USD)		\$80 per firearm (~\$4 USD)

**Sources:** Dirección General de Seguridad Privada y Colaboración Interinstitucional de la Secretaría de Seguridad Ciudadana de la Ciudad de México; Dirección de Seguridad Privada de la Comisión Nacional de Seguridad; State Employee, 2014; Ibarra, 2014.

Private security providers openly complain about the high costs associated with registering and maintaining a company and the copious amounts of paperwork involved in the process. Due to these elevated costs, many companies register after they have existed for a few years and earned enough income to afford to pay registration fees and compete with other registered companies (Security Company Manager, 2014). Moreover, most companies that do register tend to only do so with individual states and not with the federal government, either because they only operate in one state or because they want to avoid the registration fees, additional paperwork, and regulations linked to the federal law. Consequently, only 20% of registered companies are regulated by the federal government (Desfassiaux, 2011, p. 88). As one security consultant explained, “it’s an expensive proposition for them [private security firms] and if they can get away without it then they do it” (Security Consultant [1], 2013).

Hiring and maintaining personnel can also be very costly and time consuming for private security companies. According to the Director General of the federal government private security office, a company with 1,000 employees must submit thousands upon thousands of training reports to the government (Arámbula, 2014). Moreover, requesting background checks and administering each test – medical, psychological, toxicological – can be quite expensive for the companies, adding up to about \$5,000 to \$10,000 pesos per employee or applicant (Retired Government Functionary, 2014).

Employee turnover rates are extremely high in the field of private security, and firms often provide short-term contracts that may last only a few weeks or months. Consequently, companies are even more reluctant to spend hiring and training costs on them (Perret 2013, p. 168). Some companies will attempt to reduce costs by withholding information during the registration process or by registering only part of their personnel. A company with one hundred

employees, for example, may only report fifty of them, thus paying the hiring and registration fees of half of their personnel and avoiding major costs. Avoiding detection of this discrepancy is not difficult because verifiers are mostly interested in looking at paperwork and documentation instead of observing actual operations (Retired Government Functionary, 2014).

Proper training also incurs an elevated cost, so that many companies, especially small ones, often bypass or curtail this process. In many cases, guards receive a basic one-to two-hour lesson and are sent into the field (Bagur, 2014; Security Consultant [2], 2014). To avoid training expenses, unregulated private security companies often hire former military and police officers dishonorably discharged for corruption or incompetence, since they already have prior experience in the field (Security Company Manager, 2014; Alvarado, 2012).

50 Acquiring a firearms license is costly and difficult, which dissuades companies from legally obtaining them. All firearms licenses are granted by SEDENA and all firearms purchases must be made through the institution. The application process for a license involves significant amounts of paperwork, time, and money (Security Company Owner [2], 2014). The license cost for private security companies is \$40,503.00 pesos (~\$1,957 USD) – more than double the cost of a license to operate a private security firm in most states – and, once granted, the company must revalidate the license annually for the same cost as the initial registration fee listed (SEDENA, 2021). These companies are also required to rent or construct a shooting range and provide weapons training certification to all of their employees, both costly endeavors (Security Company Manager, 2013).

Beyond legal requirements, private security providers have highlighted the importance of political connections for obtaining a firearms license, thus providing evidence of the

tollbooth model in action. (Security Consultant [2], 2014). As stated by a private security representative, although members of militias, former police officers, military officers, commanders, and politicians acquire firearm licenses with ease, such a doing is extremely difficult for everybody else (Security Manager [4], 2014). By establishing these barriers to access, government officials can use their power to benefit those with whom they have personal and prior professional relationships while ignoring the rest. The thriving underground economy around weapons licenses is yet another factor for obtaining a license, whereby individuals connected to those within SEDENA acquire and illegally sell licenses off for a profit. According to one of these sellers, “winning the lottery is easier than obtaining a license” (Gutierrez, 2013, translated from Spanish. As a result, the high barriers to acquiring a weapons license seemingly indicates that the state is effectively controlling the security industry in this realm, however, the process for obtaining a license is arbitrary and does not follow the stated intentions of the regulations put into place. Moreover, the creation of high and arbitrary barriers also serves to incentivize private security providers to avoid the process altogether by purchasing weapons licenses or firearms themselves on the black market.

51

### *Corruption*

Upper and lower-level government corruption plagues state – private security relations. By creating strict and costly regulations, politicians, government officials, and bureaucrats working in private security law enforcement agencies have enhanced opportunities to use their authority as gatekeepers to provide preferential treatment and unequal benefits to associates while extracting bribes and complicating the registration process for others. These cases evince the capture theory “tollbooth” variant. As Davis (2003) explains, “formal laws do little to regulate private police in a

country where regulators – i.e. the public police – themselves are corrupt. If the keepers are themselves transgressors, what value is the law, even with a formal democracy on the books?” Corruption in registration, inspection, and enforcement has further limited the power and effectiveness of private security regulations to allow the state to control and direct the industry in a manner beneficial to state capacity as it creates inequality in the registration process, further discourages companies from abiding by regulations, and creates resentment from firm owners.

52 At the upper levels of the federal and state governments, there is something of a revolving door between public security departments and the private security industry. Those who retire from the armed forces and public security will most likely enter private security. A retired captain who later founded his own security company described a common joke between retired military officers that goes: “Now that you’ve retired, what company are you going to run?” (Retired Private Security Owner, 2014). Private security enforcement agencies are also populated with former members of the police and the military, thus facilitating collusive relationships. For example, Raúl Rojas Mendoza was appointed Director of the *Dirección de Seguridad Privada y Procedimientos Sistemáticos* of Mexico City only after serving a long career in the Mexican Armed Forces (Rojas Mendoza, 2014). Former officials from the State Department, intelligence, military, and public security use their government connections to establish security companies more easily, obtain weapons licenses, avoid or receive rubber-stamped private security registration, and acquire public and private contracts.

For example, Eider Martín Silva Arboleda established a private security company while working at the *Secretaría de Seguridad Pública de Jalisco* under the supervision of Attorney General Luis Carlo Nájera. After Arboleda left the public sector, Nájera granted his company a contract worth close

to \$15 million pesos (~\$863,000 USD) to provide specialized training to the preventive police of Jalisco (Plascencia, 2014). Similarly, soon after leaving his post as *Secretario de Seguridad Pública* (Mexico's top police chief), Genaro García Luna established himself within a private security company whose owner he had connections with while in public office, bringing a group of people with whom he had worked with in the secretariat along him – including former members of the U.S. Federal Bureau of Investigations, Drug Enforcement Agency, Central Intelligence Agency, and the Colombian National Police force (Ramírez, 2014). Additionally, private security company owners accused Francisco Cienfuegos, a Nuevo León deputy and spokesman for Governor Rodrigo Medina de la Cruz, of using his authority to delay other companies from receiving their private security licenses so that he could garner more security contracts for his own company, *Protege* – a private security company he owned with his sister (Frutos, 2014).

53

Private security company owners have also used their power and connections to gain public office and manipulate government policy for their own benefit. In 2010, Servando Sepúlveda – the owner of *Centurión Alta Seguridad Privada*, one of the largest private security providers in Guadalajara – was appointed the *Director de Seguridad Pública* of the city. Once in office, Sepúlveda proposed and advocated for policy changes benefitting the private security industry, such as requiring all banks to use the services of private security companies for their protection needs (La Seguridad..., 2010; Reza, 2010).

These cases provide clear evidence of the means through which relationships between government officials and private actors involved with the security sector lead to acts of collusion. In an attempt to reward themselves, their former colleagues, or their friends by providing them with security contracts or weapons and private security licenses,

public officials are violating the rules and norms of their office and consequently creating resentment in the industry. Private security providers have complained that those with special government connections possess an unfair competitive advantage (Frutos, 2014; Security Company Manager [2], 2014), thus harming their interests because other actors are receiving benefits to which they are not legitimately entitled (Philp 2008, p. 310). As a result, further distrust of the government is sowed within the private security industry and incentives to engage in the registration process are reduced. Additionally, executives from smaller firms that lack government connections complain that they have been barred access to security licenses, which left them with no choice but to operate as *patitos* (Frutos, 2014).

54 Strict and costly regulations, unequal treatment towards private security providers, and lax enforcement encourages informality in an environment where it is already the norm. Despite the difficulty in identifying the percentage of unregulated firms due to the hidden nature of informality, 60% of Mexican workers are estimated to operate in the informal economy (Hughes, 2013). In the private security industry, these estimates reach as high as 80–90%, surpassing the national average of general participation in the informal economy (Universal 2014).

Bribery is yet another major problem in Mexico, being commonly expected and widely accepted in the registration process. According to Bailey (2014), a high prevalence of informality promotes a culture of illegality and reinforces “expectations for extra-legal exchanges throughout society” (p. 32). Transparency International’s 2017 Global Corruption Monitor report found 51% of Mexicans admitted to paying bribes. This percentage is the highest in all of Latin America. Bribery is, therefore, commonly expected and accepted in the registration process. Verifiers regularly demand bribes from company owners during inspection

visits, which smaller firms may try to avoid by entering the informal market instead. Security firm owners will also take the initiative by offering bribes to verifiers in order to receive rubber stamped registration or inspection certification (Muller 2010, p. 141; Arámbula, 2013). Although problematic in any sector, corruption and evasion are particularly dangerous in the security sector, considering the ability of private security providers to wield violence and the state's primary responsibility to provide security to its citizenry and maintain law and order.

### *Weak enforcement*

Corruption and the high costs associated with strict regulations help discourage security providers from registering and abiding by the law – issues further aggravated by the state's inability to effectively enforce it. As Perret (2013) explains, “Although Mexican laws such as the Federal Law on Private Security contemplate and seek to address several of the challenges posed by the privatization of security in Mexico, such regulations are only adequate on paper. In real life, implementation of the laws falls short, resulting in deficient regulation of private security” (p. 169). The government's inability to identify, sanction, and compel this large swath of unregulated firms to register and obey the law is evidence of the state's failure to enforce its private security regulations.

Weak enforcement is linked to a lack of political will and pressure to designate more energy and resources to strengthening government oversight of private security companies (Muller, 2010, p. 142). Mexico City, Jalisco, and Nuevo León all face shortages in personnel that make authorizing and inspecting all the companies in their domains quite difficult, if not impossible. In many cases, site visits to company headquarters are rare (Security Company Manager 2014). Therefore, regulated companies often lack supervision and



can easily subvert the law. In Mexico City, the *Dirección de Seguridad Privada* has only four official verifiers authorized to validate the registration of private security companies and oversee their operations to ensure they are complying with regulations (Rojas Mendoza, 2014). Considering the hundreds of private security companies operating and attempting to register in the capital, having so few verifiers makes the oversight process very difficult. The *Director General de Seguridad Privada y Procedimientos Sistemáticos de Operación del Distrito Federal*, Raúl Rojas Mendoza, argues that the office needs more verifiers to successfully perform the tasks demanded of the *Dirección de Seguridad Privada* (2014). Oversight that does occur of registered companies is, therefore, quite minimal. It generally amounts to the *Dirección de Seguridad Privada* making sure a company's registration papers are all accounted for and then checking in once a year to demand its annual fees. Even Rojas Mendoza admitted that, despite their efforts, his office is unable to inspect every company operating in the city each year (2014).

In Jalisco, the *Consejo Estatal de Seguridad Pública* sets a goal to inspect twenty-five percent of registered companies per year (State Employee 2014). According to a staffer at the *Consejo's Area de Seguridad Privada*, his low bar was established due to a lack of manpower to inspect every company in the state. Despite their goal, a recent report by the Robert Strauss Center (2018) found that the *Consejo* only inspects an average of three percent of the companies operating in the state each year (p. 5). Only four employees work in the *Area de Seguridad Privada* and three of them are qualified to do inspections. The staffer noted that it is quite difficult to create new openings in the area and therefore doubts any new verifiers will be hired soon (State Employee, 2014). Inspecting a maximum of 25% of companies per year is clearly unacceptable and, therefore ,

exhibits the *Consejo's* clear inability to properly enforce the state's private security regulations.

An administrator at the *Dirección de Control y Supervisión a Empresas y Servicios de Seguridad Privada* in Nuevo León described how the office only has two verifiers along with a legal representative who is also sent out to do inspections since they are so understaffed. She explained that the office needs at least five verifiers to effectively perform all inspections in the state (Ibarra, 2014).

Public office holders have received minimal public pressure to reign in the private security industry, thus limiting their incentives to expend more resources on private regulations enforcement. Despite the major efforts taken by civil society to critique, protest, and improve public security forces in Mexico, little public attention has been directed at the private security industry. Major Mexican news publications often publish a few stories each year lamenting the high levels of informality in the industry, but they do not seem to have much effect amongst the public. Although large demonstrations have taken place throughout the country over the past three decades to protest increases in crime and the failures of Mexico's police forces and criminal justice system, none have addressed improving the private security industry. Civil society organizations, such as *Mexicanos Contra la Delincuencia* and *Causa en Común* and think tanks, such as *El Instituto para la Seguridad y Democracia* and *El Instituto Ciudadano de Estudios sobre la Inseguridad*, have formed out of these protests with the primary goal of understanding how to improve the criminal justice system in Mexico and reduce incidences of crime and violence. Yet none of these groups pay much (if any) attention to private security. Such a lack of pressure translates into a lack of incentive for office holders to take additional actions regarding the industry. As Muller (2010) points out, "due to the lack of both public

and academic debates on private security, the topic of private security does not rank high on the security agenda of local politicians, as engaging in issues of private policing offers little political gains” (p. 142).

Beyond the lack of public pressure, politicians may resist the enforcement of strict regulations due to political calculations. The private security sector is a major employer in Mexico with low entry barriers. Jobs in the security field, such as guard services, require little to no experience nor education, therefore private security company headquarters are often located in lower-income neighborhoods for recruitment purposes (Security Company Owner [1], 2014). Consequently, it is in the interest of politicians to ensure their constituents continue to have access to these employment opportunities. Muller (2016) describes the predicament of a local politician in Mexico City who, despite believing in stringent private security regulations, opposes its enforcement because many of her poorer constituents rely on the private security sector as a source of employment. Thus, the stricter enforcement of private security regulations would disqualify a number of her constituents from working in the sector, which could lead to negative electoral repercussions (p. 135).

58

As a result of weak enforcement, firms can benefit financially by avoiding regulations and undercutting the market in an environment where informal exchanges are more readily acceptable. Unregistered companies can charge much lower prices for their services because they do not pay taxes and registration fees and avoid laws regulating training requirements, uniforms, hiring standards, and wages. Thus, these companies often pay lower wages than those established by the law and provide their employees with shoddy uniforms and equipment. As a result, registered private security companies

charge clients an average of \$13,000 to \$14,000 pesos (~\$700 - \$740 USD) per month, whereas unregistered companies may charge as little as \$6,000 pesos (~\$325 USD) (Pallares Gómez, 2014).

## Conclusion

Despite the traditional view that comprehensive regulations improve government control over private security actors, the Mexican case displays the opposite effect: strict and expensive regulations have helped reduce the state ability to effectively control and monitor the private industry and dissuaded private security owners from participating in the formal market. Government bureaucrats and officials have used the rigidity of private security laws to their advantage, adopting the “tollbooth approach” to provide their associates and those willing to pay bribes with easier access to private security permits while barring access to others. Weak enforcement of the law has enabled the avoidance of the government’s reach, which has to do with a lack of strong political incentives to devote additional resources to private security enforcement agencies. In sum, high entry barriers, weak enforcement, and rampant corruption, have led most firms to avoid or only partially register, or engage in corrupt activities to gain access to the security market, leading to widespread informality that has severely limited government control over the industry.

The Mexican government should take a number of steps to improve this situation. Unlike some public choice theorists, I am not arguing to eliminate most or all regulations in favor of letting the free market take over. In many ways, much of the Mexican private security market is already guided by the free market – since a large percentage of firms operate outside of the government’s reach. As evidenced, firms operating in this environment often contribute to the problem of insecurity through their tendency to hire unqualified individuals,

potential criminals, and dishonorably discharged members of the police and military, provide little to no training to employees, and low wages. Prenzler and Sarre (2008) describe the deficiencies of relying on criminal law, civil law, market forces, or self-regulation for controlling the industry (p. 269-270). Moreover, Zedner (2006) highlights that private security regulations serve a number of important functions. Most notably, security is of a higher and more sensitive order than most commodities and, therefore, “the level of risk to which the public are exposed by ill-qualified staff, inadequate training or inadequate (or no) insurance cover is deemed so grave as to justify, even demand, state intervention” (p. 276).

60 Therefore, instead of eliminating regulatory frameworks in Mexico, private security regulations should be simplified and standardized across the country. Private security companies should be subject to one standard national law as opposed to a different one in each state where they operate. Subjecting all private security providers to one national private security law would reduce confusion amongst providers, standardize registration costs, and create a consistent standard for firms to follow throughout the country. Limiting requirements to acquiring state-specific permits and additional fees would also reduce the number of access points for “tollbooth activity” that promotes corrupt activity. Mexican private security companies have lobbied the federal government to pass a standardized national security law, however, the bill has languished in the Mexican legislature for years. Unfortunately, the hurdles to passing this law are immense as a standardized national law would eliminate individual states’ access to registration fees and reduce their power over local private security providers.

Second, the enforcement of regulations must be significantly strengthened by hiring, training, and certifying more verifiers to expand government coverage and ensure that all firms are properly following the law specifications. Third,

the government must identify and reach out to firms avoiding regulations to explain the regulatory process and demand that they register with the government. Firms that continue avoiding registration should be shutdown with fines assessed to the owners. Combining a simplified, standardized law that covers all firms with a larger and enhanced regulatory enforcement apparatus would go a long way toward improving Mexico's private security crisis. Unfortunately, deeply entrenched corruption at the municipal, state, and federal levels and a lack of strong public pressure and political incentives to alter the status quo, make the implementation of the suggested policy improvements unlikely.

This study shows the connections between strong private security regulations and weak compliance in certain instances. Without strong state institutions able to properly enforce the law, tamp down on corruption, and discourage informality, strict and comprehensive private security regulations can backfire and reduce state control over the industry, thus reinforcing its own weakness. Therefore, simply assessing the strengths and weaknesses of a state's regulatory regime is obviously not sufficient to understanding its effectiveness. Likewise, describing low compliance and weak enforcement without highlighting potential links between these outcomes and regulations rigidity is also unsatisfactory. With this study, I hope to stimulate more research in the Global South where these instances are more common that bridges this gap and questions commonly held misperceptions about private security regulations and the causes for their ineffectiveness.

### **Logan Puck**

Visiting Assistant Professor of Politics at Bates College.  
Lewiston, Maine, EUA.

## Bibliography

- ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael. 2011. *Security beyond the state: Private security in international politics*. New York: Cambridge University Press. DOI: 10.1017/CBO9780511974441
- ABUNDAN EMPRESAS de seguridad “patito”. 2015. *ABC Noticias*, Monterrey, 4 aug. Disponível em: <https://bit.ly/32opdi1>. Acesso em 27 dez. 2021.
- ALVARADO, Arturo. 2012. *El tamaño del infierno: Un estudio sobre la criminalidad en la Zona Metropolitana de la Ciudad de México*. Mexico City: El Colegio de México.
- ARÁMBULA, Juan Antonio. 2014. Director General de Seguridad Privada, Comisión Nacional de Seguridad, Secretaría de Gobernación. Mexico City, January 17.
- ARGUETA, Otto. 2013. *Private security in Guatemala: Pathway to its proliferation*. Baden-Baden: Nomos. DOI: 10.5771/9783845245133
- BAGUR, Afonso Ramón. 2014. Commissioner, *Servicio de Protección Federal*. Mexico City, January 24.
- BAILEY, John. 2014. *The Politics of Crime in Mexico: Democratic Governance in a Security Trap*. Boulder: First Forum Press.
- BORN, Hans; BUZATU, Anne-Marie. 2008. New dog, old trick: An overview of the contemporary regulation of private security and military contractors. *Security and Peace*. Baden-Baden, v. 26, n. 4, pp. 185-190. DOI: 10.5771/0175-274x-2008-4-185
- BUTTON, Mark. 2007. Assessing the Regulation of Private Security across Europe. *European Journal of Criminology*. Thousand Oaks, v. 4, n. 1, pp. 109-128. DOI: 10.1177/1477370807071733
- BUTTON, Mark. 2012. Optimizing security through effective regulation: Lessons from around the globe. In: PRENZLER, Tim. (ed.). *Policing and security in practice: Challenges and achievements*. London: Palgrave MacMillan. pp. 204-220.
- BUTTON, Mark; GEORGE, Bruce. 2006. Regulation of Private Security: Models for Analysis. In: GILL, Martin. (ed.). *The handbook of security*. New York: Palgrave MacMillan. pp. 563-585.
- CIUDAD DE MÉXICO. 2021. Secretaría de Seguridad Ciudadana. Dirección General de Seguridad Privada y Colaboración Interinstitucional. *Pagos en la Tesorería de la Ciudad de México*. Disponível em: <https://bit.ly/3JqixR6>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- CoESS. 2013. Private security services in Europe: CoESS Facts and Figures 2013. Brussels: Coess.
- CoESS. 2015. Private security services in Europe: CoESS Facts and Figures 2015. Brussels: Coess.

- DAVIS, Diane E. 2007. Law Enforcement in Mexico: Not Yet Under Control. *Nacla*. Washington, 25 de setembro. Disponível em: <https://bit.ly/3qhe1f0>. Acesso em: 22/12/2021.
- DE SOTO, Hernando. 1989. *The other path: The invisible revolution in the Third World*. New York: Harper & Row.
- DEFASSIAUX, Alejandro. 2011. *Tu seguridad: Mitos y realidades de la seguridad privada*. Morelos: Grupo Mundo Ejecutivo.
- DJANKOV, Simeon; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILAMES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. 2002. The regulation of entry. *The Quarterly Journal of Economics*. Oxford, v. 117, n. 1, pp. 1-37. DOI: 10.1162/003355302753399436
- DOMINGUEZ, Pedro. 2013. “Patito”, nueve de cada 10 empresas de seguridad privada. *Milenio*, Cidade do México, 12 jul. Disponível em: <https://bit.ly/3pkGOjB>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- DOMÍNGUEZ, Pedro. 2013. Ilegales, 9 de cada 10 empresas de seguridad en México. *Milenio*, Cidade do México, 12 mai. Disponível em: <https://bit.ly/33LaiP3>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- ETZIONI, Amitai. 2009. The capture theory of regulations – revisited. *Society*. New York, v. 46, pp. 319-323. DOI: 10.1007/s12115-009-9228-3
- FARBER, Daniel; Frickey, Philip. 1991. *Law and Public Choice: A Critical Introduction*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FRUTOS, Melva. 2014. Seguridad privada es 60 percent “patito”. *Reporte Indigo*, Cidade do México, 28 nov. Disponível em: <https://bit.ly/3JbRf0M>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- GLAESER, Edward; SHLEIFER, Andrei. 2003. The rise of the regulatory state. *Journal of Economic Literature*. Nashville, v. 41, n. 2, pp. 401-425. DOI: 10.1257/002205103765762725
- HANTKE-DOMAS, Michael. 2003. The public interest theory of regulation: Non-Existence or misinterpretation? *European Journal of Law and Economics*. New York, v. 15, n. 2, pp. 165-194. DOI: 10.1023/A:1021814416688
- HEMMENS, Craig; MAAHS, Jeff; SCARBOROUGH, Kathryn; COLLINS, Pamela. 2001. Watching the Watchmen: State Regulation of Private Security 1982-1988. *Security Journal*. New York, v. 14, n. 4, pp. 17-28. DOI: 10.1057/palgrave.sj.8340095
- HUGGINS, Martha. 2000. Urban violence and police privatization in Brazil: Blended invisibility. *Social Justice*. Ann Arbor, v. 27, n. 2, pp. 113-134. Disponível em: <https://bit.ly/3qjUWsv>. Acesso em: 22 dez. 2021.



- HUGHES, Krista. 2013. Mexico Aims to Bring Shadow Economy into the Light. *Reuters*, Londres, 26 jun. Disponível em: <https://reut.rs/3yR4K0O>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- IBARRA, Karla. 2014. Administrator, Dirección de Control y Supervisión a Empresas y Servicios de Seguridad Privada. Monterrey, November 24.
- JALISCO. 2004. *Reglamento de los Servicios Privados de Seguridad del Estado de Jalisco*. Guadalajara, 29 jun. Disponível em: <https://bit.ly/3JcpHZ2>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- LA SEGURIDAD privada, negocio rentable fuera de norma oficial. 2010. *Informador*, Guadalajara, 23 mai. Disponível em: <https://bit.ly/3yQQYve>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- LELOUP, Pieter; WHITE, Adam. 2021. Questioning Anglocentrism in plural policing studies: Private security regulation in Belgium and the United Kingdom. *European Journal of Criminology*, Thousand Oaks, pp. 1-20. DOI: 10.1177/14773708211014853
- LOPES, Cleber. 2018. Plural Policing and Public Opinion in Brazil. *Security Journal*, New York, v. 31, n. 2, pp. 451-469. DOI: 10.1057/s41284-017-0110-5
- LOPES, Cleber; MORAES, Caio de. 2019. Statutory regulation of the security industry under pressure: The Brazilian case. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, Abingdon, v. 45, n. 2, pp. 189-205. DOI: 10.1080/01924036.2019.1695641
- MCCHESNEY, Fred. 1987. Rent extraction and rent creation in the economic theory of regulation. *Journal of Legal Studies*. Chicago, v. 16, n. 1, pp. 101-118. DOI: 10.1086/467825
- MCCRIE, Robert. 2017. Private Security Services Regulations in the United States Today. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*. Ann Arbor, v. 41, n. 4, pp. 287-304. DOI: 10.1080/01924036.2017.1364281
- MÉXICO. 1948. El Reglamento para los investigadores, detectives y policías o pertenecientes a organismos de servicio público descentralizado o concesionado. *Diario Oficial de la Federacion*. Cidade do México, 13 out. Disponível em: <https://bit.ly/3eePtxF>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- MÉXICO. 1985. Decreto por el que se abroga el reglamento de los investigadores, detectives y policías privadas o pertenecientes a organismos de servicio público descentralizado o concesionado, de fecha 22 de septiembre de 1948, publicado el 13 de octubre del mismo año. *Diario Oficial de la Federacion*. Cidade do México, 25 abril. Disponível em: <https://bit.ly/33GP7O4>. Acesso em: 22 dez. 2021.

- MÉXICO. 2011. Reglamento de la Ley de Federal de Seguridad Privada. *Diario Oficial de la Federación*. Cidade do México, 18 out. Disponível em: <https://bit.ly/3pijXjE>. Acesso em: 22 dez. 2021. October 18.
- MÉXICO. 2014. Ley de seguridad privada para el Distrito Federal. *Gaceta Oficial del Distrito Federal*. Cidade do México, 18 dez. Disponível em: <https://bit.ly/3mquTyJ>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- MÉXICO. 2021. Dirección de Seguridad de la Comisión Nacional de Seguridad. *Tarifas de los Trámites de Dirección General*. Disponível em: <https://bit.ly/3EBPmqx>. Acesso em 27 dec. 2021.
- MÉXICO. 2021. Secretaría de la Defensa Nacional. *Formatos de Pagos E5 del 2021*. [Online] 6 jan. Disponível em: <https://bit.ly/3JzdnCq>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- MULLER, Markus-Michael. 2010. Private Security and the State in Latin America: The Case of Mexico City. *Brazilian Political Science Review*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pp. 131-154. (1): 131-154. Disponível em: <https://bit.ly/3yPrm1Y>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- MULLER, Markus-Michael. 2016. *The Punitive City: Privatized Policing and Protection in Neoliberal Mexico*. London: Zed Books.
- NAGARAJ, Vijay. 2012. Mapping the Political Economy of India's Private Security Industry. *Economic and Political Weekly*. Mumbai, v. 47, n. 33, pp. 10-14. Disponível em: <https://bit.ly/3egaPue>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- NALLA, Mahesh; CRICHLLOW, Vaughn. 2017. Have the standards for private security guards become more stringent in the post 9/11 Era? An assessment of security guard regulations in the US from 1982 to 2010. *Security Journal*. New York, v. 30, n. 2, pp. 523-537. DOI: 10.1057/sj.2014.21
- NALLA, Mahesh; PRENZLER, Tim. (ed.). 2018. *Regulating the security industry: Global perspectives*. New York: Routledge.
- NUEVO LEÓN. 2016. Permiso / Registro Autorización / Revalidación de permiso para prestar servicios de seguridad privada. Nuevo León, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3qIV2j8>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- NUEVO LEÓN. 2021. *Ley de Seguridad Privada para el Estado de Nuevo León*. Monterrey, 17 mai.
- OLSON, Mancur. 1965. *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press.
- OSORIO, Enrique. 2016. Acusa seguridad privada patito. *El Norte*, Guadalajara, 11 ago. Disponível em: <https://bit.ly/30UHym2>. Acesso em: 22 dez. 2021.

- PALLARES GOMEZ, Miguel Ángel. 2014. Inseguras, empresas de seguridad privada. *El Universal*, [Online], 26 ago. Disponível em: <https://bit.ly/3pju2BE>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- PELTZMAN, Sam. 1976. Toward a more general theory of regulation. *Journal of Law and Economics*. Ann Arbor, v. 5, n. 2, pp. 211-240. Disponível em: <https://bit.ly/3ef36g8>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- PERRET, Antoine. 2013. Privatization without regulation: The human risks of private military and security companies (PMSCs) in Mexico. *Mexican Law Review*, Cidade do México, v. 6, n. 1, pp. 163-175. Disponível em: <https://bit.ly/3FpTnPW>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- PHILP, Mark. 2008. Peacebuilding and corruption. *International Peacekeeping*, Abingdon, v. 15, n. 3, pp. 310-327. DOI: 10.1080/13533310802058786
- PIGOU, Arthur Cecil. 1952. *The Economics of Welfare*. 4 ed. London: Macmillan and Company.
- PLASCENCIA, Ángel. 2014. Dan contrato millonario a expleado del fiscal. *Reporte Indigo*, Cidade do México, 20 ago. Disponível em: <https://bit.ly/3qhzdBl>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- POSNER, Richard. 1974. Theories of economic regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, Ann Arbor, v. 5, n. 2, pp. 335-358. DOI: 10.2307/3003113
- PRENZLER, Tim; SARRE, Rick. 2008. Developing a risk profile and model regulatory system for the Security Industry. *Security Journal*, New York, v. 21, n. 4, pp. 264-277. DOI: 10.1057/palgrave.sj.8350064
- RAMIREZ, Peniley. 2014. Los socios de Genaro. *Reporte Indigo*, Cidade do México, 24 mar. Disponível em: <https://bit.ly/3FqkFQ6>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- RETIRED GOVERNMENT FUNCTIONARY. 2014. Monterrey, November 20.
- RETIRED PRIVATE SECURITY COMPANY OWNER. 2014. Monterrey, November 20.
- REZA, Glória. 2010. De la seguridad privada a la pública. *Proceso*, 14 mar. Disponível em: <https://bit.ly/345hUMz>. Acesso em: 27 dec. 2021.
- ROBERT STRAUSS CENTER. 2018. *Regulating Mexico's Private Security Sector, April*. Austin: Robert Strauss Center. Disponível em: <https://bit.ly/32kSWIn>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- ROJAS MENDOZA, Raúl. 2014. Director General de *Seguridad Privada y Procedimientos Sistemáticos de Operación del Distrito Federal*. Mexico City, January 17.
- SCHEERLINCK, Glenn; BUTS, Caroline; COOLS, Marc; RENIERS, Genserik. 2020a. The impact of regulation on private security

- industry dynamics. *European Journal of Law and Economics*, New York, v. 50, n. 2, pp. 223-240. DOI: 10.1007/s10657-020-09663-5
- SCHEERLINCK, Glenn; BUTS, Caroline; COOLS, Mark; RENIERS, Genserik. 2020b. A private security regulation index: Ranking EU member states from 1931 until 2019. *Security Journal*, New York, v. 33, n. 2, pp. 266-292. DOI: 10.1057/s41284-019-00184-8
- SECURITY COMPANY MANAGER. 2014. Mexico City, May 7.
- SECURITY COMPANY OWNER [1]. 2014. Guadalajara, October 31.
- SECURITY COMPANY OWNER [2]. 2014. Monterrey, November 19.
- SECURITY CONSULTANT [1]. 2013. Mexico City, December 9.
- SECURITY CONSULTANT [2]. 2014. Mexico City, April 29 and December 9.
- SHLEIFER, Andrei. 2005. Understanding regulation. *European Financial Management*, Cambridge, v. 11, n. 4, pp.439-451. Disponível em: <https://bit.ly/3yOn8Yo>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- SIMELANE, Hamilton Siphon. 2008. Security for All? Politics, Economy & the Growth of Private Security in Swaziland. *Review of African Political Economy*, Abingdon, v. 35, n. 118, pp. 599-612. DOI: 10.1080/03056240802569276
- SIN CONTROL, empresas de seguridad privada. 2014. *El Universal*. [Online], 9 mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3evwAqf>. Acesso em: 27 dec. 20201.
- SMITH, Martin; WHITE, Adam. 2014. The paradox of security regulation: Public protection versus normative legitimation. *Policy and Politics*, Oxford, v. 42, n. 3, pp. 421-437. DOI: 10.1332/030557312X655495
- SOLAR, Carlos. 2018. Non-state security in Chile. *Peace Review*, Abingdon, v. 30, n. 2, pp. 238-245. DOI: 10.1080/10402659.2018.1458969
- STATE EMPLOYEE. 2014. Area de Seguridad Privada, Consejo Estatal de Seguridad Publica de Jalisco. Guadalajara, October 8
- STIERNSTEDT, Peter; BUTTON, Mark; PRENZLER, Tim; SARRE, Rick. 2021. The ‘three pillars-model of regulation’: A fusion of governance models for private security. *Security Journal*, New York, v.34, n. 2, pp. 247-260. DOI: 10.1057/s41284-019-00224-3
- STIGLER, G. 1971. The Theory of Economic Regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, Ann Arbor, v. 2, n. 1, pp. 3-21. DOI: 10.2307/3003160
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. 2017. *Corruptions Perceptions Index 2016*. [Online] 25 jan. Disponível em: <https://bit.ly/32vb5Di>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- UNGAR, Mark. 2007. The privatization of citizen security in Latin America: From elite guards to neighborhood vigilantes.

- Social Justice*. Ann Arbor, v. 34, n. 3-4, pp. 20-37. Disponível em: <https://bit.ly/3plCX5O>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. 2014. *State regulation concerning civilian private security and services and their contribution to crime prevention and community safety*. New York: United Nations.
- WAARD, Jaap. 1999. The Private Security Industry in International Perspective. *European Journal on Criminal Policy and Research*. New York, v. 7, pp. 143-174. DOI: 10.1023/A:1008701310152
- WHITE, Adam. 2010. *The politics of private security: Regulation, reform and re-legitimation*. New York: Palgrave MacMillan.
- WHITE, Adam. 2014. Beyond the regulatory gaze? Corporate security, (in)visibility, and the modern state. In: WALBY, Kevin; LIPPERT, Randy. (ed.). *Corporate security in the 21<sup>st</sup> century: Theory and practice in international perspective*. London: Palgrave Macmillan. pp. 39-55
- WOOD, Jennifer; CARDIA, Nancy. 2006. Brazil. In: JONES, Trevor; NEWBURN, Tim. (ed.). *Plural policing: A comparative perspective*. New York: Routledge. pp. 139-168
- ZEDNER, Lucia. 2006. Liquid security: Managing the market for crime control. *Criminology & Criminal Justice*, Thousand Oaks, v. 6, n. 3, pp. 267-278. DOI: 10.1177/1748895806065530



# A ÂNCORA DA SEGURANÇA: CENTRALIDADES E CAPITAIS NA REDE DE SEGURANÇA DO PORTO DE SANTOS

Gabriel Patriarca

*Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: gabriel-patriarca@hotmail.com*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-069104/110>

## Introdução

Em meados de 2018, a inteligência da Polícia Federal averiguava a informação de que grandes remessas de cocaína seriam exportadas pelo porto de Santos ocultadas em maquinários de construção civil. Em colaboração com a Alfândega da Receita Federal, que submete os dados da movimentação portuária à análise de risco, uma dessas cargas foi identificada em 17 de setembro. Tratores com rolos compactadores seriam exportados ao porto de Abidjan, na Costa do Marfim. O scanner, operado por funcionários do terminal portuário que embarcaria os tratores, apontava anomalias na carga, e as suspeitas aumentaram quando policiais e fiscais identificaram marcas de recortes em alguns rolos. Quase 13 horas foram necessárias até que funcionários do terminal conseguissem abri-los com maçaricos, revelando centenas de tabletes que totalizaram mais de uma tonelada de cocaína com alto grau de pureza. Após a apreensão, a Polícia Federal instaurou inquérito e prosseguiu com as investigações em conjunto com a Alfândega, ambas em colaboração com agências africanas e europeias.

Em junho de 2019, a Operação Spaghetti Connection foi deflagrada em Abidjan: um grupo marfinense usava o porto de Santos para exportar cocaína para o continente africano e, depois, para a Europa. O esquema envolvia pessoas ligadas às máfias italianas ‘Ndrangheta e Camorra, bem como ao Primeiro Comando da Capital (PCC) (Pimentel, 2019).

Além de culminarem em grandes operações, apreensões como essa são ilustrativas das atividades cotidianas da segurança portuária que ocasionam trocas de informações, solicitações de apoio material e outras relações formais e informais entre diversos atores, públicos e privados. O tráfico internacional de cocaína é apenas um exemplo dos problemas que relacionam os atores na “complexa rede de esforço colaborativo por trás da segurança portuária” (Madsen, 2018, p. 30, tradução nossa). Mas tal complexidade dificulta, senão impede, uma definição *a priori* de quais atores ocupam posições centrais nessas redes, o que reflete debates teóricos e normativos em voga nos estudos anglo-saxões sobre policiamento (Marks *et al.*, 2013). De fato, uma perspectiva teórica e metodológica tem buscado mapear as relações pelas quais os atores envolvidos na segurança intercambiam recursos ou “capitais”, abordando suas posições nas redes como questões empiricamente abertas. Contudo, ainda é preciso explorar as articulações entre posições e capitais, bem como ampliar os campos de pesquisa em diferentes contextos, como o latino-americano (Dupont, 2004; Whelan e Dupont, 2017). No Brasil, pouca atenção foi dada às redes de segurança em geral, muito menos em zonas de trânsito e espaços fronteiriços, como os portos. A segurança e a insegurança portuária ainda não foram pesquisadas pelos cientistas sociais, provavelmente em razão dos limitados dados abertos ao público e da dificuldade em acessar esse campo restrito (Cohen, 2019).

Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a rede de segurança do porto de Santos, o maior da América Latina,

tido como o principal ponto de exportação da cocaína que atravessa o Brasil com destino ao continente europeu (Manso e Dias, 2018). O artigo busca mapear as relações entre os atores envolvidos na segurança portuária com os objetivos de identificar as organizações centrais dessa rede e compreender os capitais intercambiados que influenciam suas centralidades. Quais organizações ocupam posições centrais na rede de segurança portuária, relacionam-se com muitas outras, posicionam-se mais próximas das demais e intermedeiam um maior número de relações? Quais capitais essas organizações buscam e mobilizam em suas relações, influenciando as posições centrais que ocupam? Para responder a essas perguntas, o artigo se baseou em uma pesquisa de método misto. A coleta dos dados foi realizada em entrevistas semiestruturadas em profundidade com 17 gestores e ex-gestores de níveis intermediários de órgãos públicos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos envolvidos na segurança portuária. Os dados foram descritos quantitativamente, por meio de análise de redes sociais, para a identificação das organizações que ocupam posições centrais, e, na sequência, aprofundados qualitativamente pela análise de conteúdo dos capitais intercambiados nas relações de três dessas organizações: a Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis do Estado de São Paulo (Cesportos), a Polícia Federal e a segurança privada orgânica dos terminais portuários.

O artigo está organizado em três seções, além das considerações finais. A primeira seção revisa os debates dos estudos anglo-saxões sobre policiamento, em que a perspectiva das redes de segurança se insere. A segunda descreve os procedimentos metodológicos usados no estudo de caso sobre a rede de segurança do porto de Santos. A terceira apresenta os resultados, primeiramente ao mapear quantitativamente as organizações que ocupam posições centrais na rede e, depois, ao explorar qualitativamente os capitais buscados e



mobilizados nas relações da Cesportos, da Polícia Federal e dos terminais portuários. As considerações finais discutem os resultados à luz dos debates teóricos e normativos sobre a pluralização do policiamento.

## **Âncoras, nós e laços**

Os estudos anglo-saxões sobre policiamento passaram por importantes revisões nas últimas décadas. Até os anos 1970, com inspiração na definição weberiana do monopólio estatal do uso legítimo da força, esse campo de estudos se concentrava nas atividades desempenhadas pela polícia com a premissa de que ela exerceria o monopólio em nome do Estado (Loader e Walker, 2001; Shearing, 2006). Desde então, em um processo de pluralização do policiamento, atores voluntários, comunitários e, principalmente, comerciais se envolveram cada vez mais em atividades antes associadas à polícia, superando, inclusive, os seus contingentes em muitos países – no caso da expansão do setor de segurança privada (Florquin, 2011). A partir dos anos 2000, novas perspectivas teóricas foram elaboradas para dar conta desse policiamento plural.<sup>1</sup> Entretanto, divergências substanciais preencheram esse campo de estudos com debates teóricos e normativos a respeito da posição que o Estado ocupa e deveria ocupar, sobretudo a polícia, diante da pluralidade de atores no policiamento.

Dois perspectivas refletem grande parte desses debates. A primeira é a da governança nodal, elaborada diante da pluralização do policiamento no contexto norte-americano. De acordo com os seus expoentes, essa pluralização não se limita às estratégias de responsabilização por meio das quais

---

<sup>1</sup> Pluralização tornou-se o termo mais comum para dar conta desse processo, que não é adequadamente descrito como privatização, pois grande parte não foi antecipada ou planejada pelo Estado, tampouco implicou na substituição ou exclusão da polícia. O maior envolvimento de atores privados no policiamento ocorreu ao lado ou além dos atores públicos (Bayley e Shearing, 2001).

o Estado continua dirigindo o policiamento, enquanto delega sua implementação para os atores privados. Empresas, comunidades e outros atores privados também assumiram maiores papéis nessa direção (Bayley e Shearing, 2001). Como “governos privados”, segundo Shearing (2006, p. 11), eles decidem o curso das ações que serão implementadas a partir dos seus próprios objetivos, alinhados aos interesses e bens comuns a determinadas coletividades que não necessariamente convergem com os interesses e bens públicos que remetem ao Estado. Compreender essa pluralização requer o abandono do viés estadocêntrico dos estudos sobre policiamento, de modo que antigas premissas sejam abordadas como questões empiricamente abertas – incluindo a importância da polícia. Por isso, nenhum ator deveria ser priorizado, em princípio. Na perspectiva da governança nodal, cada ator público ou privado é definido como um nó que governa a segurança por si mesmo, embora frequentemente integre redes. Além da importância, as características e as relações de cada nó também devem ser investigadas (Johnston e Shearing, 2003).

73

A segunda perspectiva é o pluralismo ancorado, que refletiu a pluralização do policiamento no contexto britânico. Embora concordem que os atores privados assumiram maiores papéis tanto na direção quanto na implementação do policiamento, seus expoentes discordam que a polícia ou o Estado como um todo representam apenas mais um nó entre tantos outros (Boutellier e Van Steden, 2011). As razões para essa divergência incluem discussões teóricas e pesquisas empíricas que demonstram a contínua influência da polícia em crenças e sentimentos populares, sobretudo por uma associação até afetiva do policiamento público às noções de ordem e cidadania (Loader, 1997). Para Loader e Walker (2007), os estudos sobre policiamento deveriam abandonar um tipo de ceticismo *a priori* com relação ao Estado para reconhecer sua proeminência nessas dimensões não só subjetivas, mas também objetivas, como a contínua

demanda por uma presença visível da polícia e os limites morais impostos ao avanço da segurança privada. Na perspectiva desses autores, o Estado segue indispensável para a busca da segurança como um bem público, contribuindo, assim, para que os interesses e os bens comuns a determinadas coletividades não resultem em insegurança para outras. Ainda que haja tanto pluralismo quanto possível, o Estado deveria permanecer como uma âncora com a qual todos os demais atores se relacionassem legal e moralmente.

Apesar das divergências, essas duas perspectivas convergem ao reconhecerem que a pluralização dos atores envolvidos no policiamento requer maior atenção sobre os laços formais e informais que eles mantêm entre si. Além disso, ambas recorrem ao conceito de rede como uma metáfora para descrever conjuntos de atores mais ou menos relacionados (Loader, 2000). De fato, uma terceira perspectiva teórica e metodológica tem contribuído para os debates sobre a pluralização do policiamento a partir de pesquisas empíricas sobre relações e redes. Por um lado, essa perspectiva busca compreender teoricamente as relações entre os atores a partir dos recursos que eles intercambiam, inspirando-se na teoria bourdieusiana e sua “metáfora dos capitais” (Dupont, 2004, p. 84). Essa metáfora conceitualiza os recursos como capitais de tipo econômico, político, cultural, social e simbólico, por exemplo, que os atores buscam e mobilizam para alcançar seus objetivos – incluindo melhores posições nas redes de segurança.<sup>2</sup> Somadas aos capitais, estratégias e normas compõem as propriedades relacionais no interior das redes. Por outro lado, muitos expoentes dessa perspectiva propuseram uma técnica específica: a análise de redes

74

---

<sup>2</sup> O modo como Dupont (2004) discute essa metáfora dos capitais pode ser entendido como uma adaptação, em vez de uma aplicação completa da teoria bourdieusiana dos campos. O que a perspectiva das redes de segurança veio a definir como posição ou estrutura, decorrentes de interações concretas, difere do significado que esses termos assumem na teoria de Bourdieu (2011).

sociais, que permite representar visualmente o conjunto das relações e mensurar as propriedades estruturais das redes de segurança (Whelan e Dupont, 2017).

Uma das grandes vantagens da análise de redes sociais é a possibilidade de contribuir empiricamente para os debates teóricos e normativos nos estudos sobre policiamento, sobretudo por mapear as posições centrais ou periféricas ocupadas por determinados atores (Nøkleberg, 2020). Contudo, como Whelan e Dupont (2017) apontaram em um balanço da literatura, são poucas as pesquisas empíricas que articularam as propriedades relacionais e estruturais das redes de segurança, como os capitais que os atores intercambiam nas relações e as posições que eles ocupam nas redes. Essas pesquisas também precisam ser ampliadas para outros contextos, como o latino-americano, uma vez que se concentraram predominantemente na América do Norte. No Brasil, por exemplo, esse tema ainda não recebeu a devida atenção. São recentes os estudos que abordaram relações e redes, sejam elas formais, entre agências estatais (Costa, 2018), informais, entre grupos ocupacionais (Paes-Machado e Nascimento (2014), ou entre atores públicos e privados específicos, como polícias, empresas de segurança e comunidades (Lopes, Lima e Melgaço, 2021; Nalin e Lopes, 2021; Zanetic, 2010).

Assim, este artigo oferece mais uma contribuição para os recentes estudos sobre o tema no país, buscando preencher as lacunas apontadas por Whelan e Dupont (2017) ao mapear a rede de segurança do porto de Santos, identificar as organizações que ocupam posições centrais e compreender os capitais intercambiados que influenciam suas centralidades.

## **Procedimentos metodológicos**

Com base em conceitos já operacionalizados pela perspectiva teórica e metodológica das redes de segurança, este artigo buscou mapear a rede de relações entre as organizações que atuam na segurança do porto de Santos. Nesse

sentido, os nós da rede foram definidos a nível organizacional e abrangem um conjunto de órgãos públicos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos, direta ou indiretamente envolvidos na segurança portuária. As organizações foram identificadas previamente em regulações, documentos, notícias e conversas preliminares com interlocutores, bem como no decorrer da coleta dos dados. Os laços entre as organizações também foram definidos em termos deliberadamente amplos, a fim de contemplar uma multiplicidade de relações formais ou informais, desde que em atividades de segurança – considerando o que a língua inglesa compreende por *security*, como prevenção, reação e investigação de suspeitas ou flagrantes de problemas criminais.<sup>3</sup> Como critério geral, seguindo outras pesquisas exploratórias sobre o tema (Nøkleberg, 2020; Brewer, 2014, 2015; Dupont, 2006), o roteiro que guiou o mapeamento dessa rede buscou identificar parcerias, colaborações e quaisquer outras relações mantidas pelas organizações nas atividades de segurança do porto de Santos em algum momento no período de um ano. Em virtude da coleta de dados, feita entre o final de 2019 e o começo de 2020, o período foi definido como o ano de 2019.

Para a coleta, o roteiro foi aplicado em entrevistas semiestruturadas em profundidade com 17 interlocutores, gestores e ex-gestores da Cesportos, das Polícias Federal, Civil e Militar, da Alfândega da Receita Federal, da Capitania dos Portos e da Guarda Portuária, bem como de terminais portuários, empresas de segurança, consultorias, sindicatos e associações do setor portuário e de segurança privada. Assim como em outras pesquisas exploratórias, foram selecionados gestores de níveis intermediários que ocupavam ou haviam ocupado cargos de coordenação ou supervisão, por exemplo, considerados informantes-chave sobre as relações

---

<sup>3</sup> Não foram incluídas as relações sobre *safety*, que dizem respeito a problemas como acidentes ou incêndios, tampouco contatos pessoais fora das atividades de segurança portuária.

geralmente mantidas pela organização (Brewer, 2014).<sup>4</sup> O roteiro consistiu em uma lista das organizações previamente identificadas e três perguntas para identificar as relações mantidas pela organização do interlocutor com as demais da lista, os motivos das relações e as atividades desenvolvidas. Documentos concedidos pelos interlocutores e notícias jornalísticas que descreviam programas e operações conjuntas serviram como dados complementares.

A pesquisa adotou um método misto por meio da integração entre uma técnica quantitativa e outra qualitativa na análise dos dados, implementadas em fases sequenciais com propósitos complementares. A análise quantitativa foi implementada na primeira fase. Para tanto, as entrevistas transcritas foram inicialmente codificadas a partir de um referencial com todas as relações possíveis entre as organizações previamente identificadas e alguns grupos maiores, como operações conjuntas. Cada código aplicado gerou um relatório com as relações, que foram convertidas em um banco de dados e analisadas quantitativamente por meio das medidas de centralidade de grau, proximidade e intermediação, próprias da análise de redes sociais (Freeman, 1979). Na sequência, os resultados dessa primeira fase quantitativa serviram à seleção de três atores centrais para uma segunda fase de aprofundamento qualitativo, por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016; Hollstein, 2014). As relações mantidas por esses três atores, codificadas nas entrevistas, foram comparadas entre si a partir da categorização

77

---

<sup>4</sup> Três ex-gestores haviam ocupado cargos nos anos anteriores a 2019, fora do recorte temporal da pesquisa. Nestes casos, as entrevistas se concentraram nas relações que mantinham regularmente enquanto estavam em suas antigas organizações, complementando os dados coletados com os de outros interlocutores. No entanto, dois desses ex-gestores se tornaram gestores de outras organizações dentro do recorte temporal, de modo que foram entrevistados a respeito das relações mantidas por suas organizações antigas e atuais. De fato, outros interlocutores puderam ser entrevistados a respeito de duas organizações. Os membros da Cesportos, por exemplo, contribuíram com as relações mantidas pela comissão e por suas próprias organizações.

dos capitais buscados e mobilizados, visando compreender as suas influências nas centralidades. Foram usados os softwares Pajek, na análise de redes sociais, e Atlas.ti, na codificação e na análise de conteúdo.

## Resultados

Com instalações distribuídas nas duas margens de um estuário que separa os municípios de Santos e Guarujá, no litoral do Estado de São Paulo, o complexo portuário de Santos totaliza uma área útil de 7,8 milhões de m<sup>2</sup>. Cerca de 1.400 vagões de trem, 7.400 caminhões e 7.200 contêineres passam diariamente pelo porto, embarcando e desembarcando cargas que, em mais de 4.800 atracações anuais, movimentam o equivalente a  $\frac{1}{4}$  da balança comercial brasileira. Essas instalações estão situadas no interior de um território pertencente à União, legalmente definido como área do porto organizado e administrado por uma empresa estatal, a Santos Port Authority (SPA), que, dentre as suas atribuições, constitui e mantém a Guarda Portuária para a segurança dessa área. Alinhada ao modelo de gestão conhecido como *landlord*, a SPA tem pouca atuação nas operações portuárias propriamente ditas. O armazenamento, embarque e desembarque são realizados em 45 terminais portuários administrados por empresas privadas, que são igualmente responsáveis pela segurança de suas instalações. Desses terminais, 39 estão sob arrendamento de terreno na área do porto organizado e seis sob autorização para operar ao redor dessa área, além de serem auxiliados logística e burocraticamente por oito terminais retroportuários situados na zona secundária do porto (Santos Port Authority, 2020).

Nesse sentido, a segurança portuária reflete os recortes desse território e as suas especificidades como um espaço fronteiriço que reúne um amplo conjunto de atores públicos e privados, locais e globais. Autoridades portuárias, policiais e aduaneiras, agências reguladoras e forças navais atuam ao

lado dos segmentos da segurança privada orgânica e especializada, prestadores de serviços, representantes dos modais de transporte e de outros intervenientes, bem como de agências estrangeiras e organizações internacionais. Os dados coletados possibilitaram o mapeamento de uma rede formada por 29 organizações: 15 (52%) públicas e 14 (48%) privadas, conectadas por 89 relações.<sup>5</sup> A densidade e o grau médio dessa rede indicam que ao menos 22% das relações possíveis foram mantidas em algum momento de 2019, enquanto cada organização manteve, em média, seis relações no período.

## Centralidades

A análise de redes sociais dispõe de um conjunto de medidas que operacionalizam a importância dos atores nas redes, identificando as posições centrais ou periféricas que eles ocupam. As medidas de centralidade de grau, proximidade e intermediação são as três principais, cada uma baseada em sua respectiva concepção de importância (Freeman, 1979). A primeira delas, a centralidade de grau, concebe os atores centrais como aqueles que mantêm um maior número de relações diretas. Uma das suas premissas básicas, por exemplo, é a de que os atores mais conectados ocupam posições importantes na rede por contarem com muitas fontes de recursos e terem maior capacidade de disseminá-los (De Nooy, Mrvar e Batagelj, 2019). A Figura 1 representa visualmente a rede de segurança portuária por

79

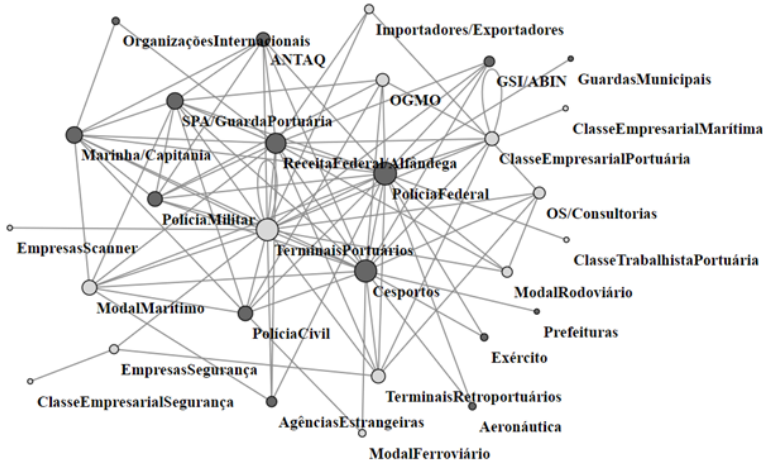
---

<sup>5</sup> A quantidade exata de organizações é muito maior, dado que, por exemplo, 53 terminais portuários e retroportuários compõem o complexo e cada um dos 4.800 navios que passam anualmente pelo porto conta com um oficial de segurança. Diante da impossibilidade de entrevistar todos os gestores e identificar as relações específicas que têm com cada terminal, navio etc., as organizações foram agrupadas em categorias e representadas por um único nó na rede, seguindo a solução encontrada por Brewer (2014, 2015). Vale ressaltar que esse agrupamento tem implicações para a análise de redes sociais, como a impossibilidade de distinguir as centralidades das organizações de uma mesma categoria, como os terminais portuários. Na medida do possível, a análise de conteúdo apontou algumas dessas distinções entre terminais que movimentam contêineres, graneis sólidos ou líquidos, por exemplo.



meio de um sociograma, indicando a centralidade de grau pelo tamanho dos nós.

**Figura 1**  
**Sociograma da rede de segurança do porto de Santos**



80 Nós: atores organizacionais, representados em diferentes tamanhos de acordo com a centralidade de grau; Nós em cinza escuro: atores públicos; Nós em cinza claro: atores privados; Linhas: relações formais ou informais em atividades de segurança portuária em algum momento no decorrer de 2019.

**Fonte:** Elaboração própria.

O sociograma indica vários atores públicos centrais, sobretudo a Cesportos e a Polícia Federal. A Cesportos é um colegiado com atribuições relativas ao Código Internacional para a Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) adotado pela Organização Marítima Internacional (OMI) após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Composto por medidas obrigatórias e recomendações para navios, companhias de navegação e terminais portuários, o ISPS Code constitui uma emenda à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), atualmente ratificada por 166 países, incluindo o Brasil, que atribui as responsabilidades por seu cumprimento para uma comissão nacional e 21 comissões

estaduais.<sup>6</sup> A Cesportos tem atribuições próprias que a distingue dos seus membros, como a Polícia Federal, que coordena a comissão. Na segurança portuária, a Polícia Federal atua na prevenção, na repressão e na investigação de crimes praticados a bordo ou contra embarcações e bens, serviços ou interesses da União, como o tráfico internacional de drogas. Além da área de inteligência, um Núcleo Especial de Polícia Marítima (NEPOM) realiza patrulhamentos com lanchas no estuário e participa de outras ações ostensivas.

Mas o sociograma também aponta que uma das posições mais centrais nessa rede é ocupada por uma categoria de ator privado que representa os terminais portuários, administrados por empresas sob arrendamento ou autorização. As relações dos terminais em atividades de segurança portuária são mantidas por funcionários próprios que compõem o segmento orgânico da segurança privada, especialmente os Supervisores de Segurança Portuária (SSP) – cargo definido e exigido pelo ISPS Code. Entre outras coisas, esses funcionários são responsáveis pela implementação das medidas exigidas pelo código internacional, pela coordenação das atividades de segurança e pela comunicação com os outros atores públicos e privados.

Os resultados das outras medidas de centralidade são semelhantes. A Tabela 1 apresenta os resultados das centralidades de grau, proximidade e intermediação. Diferentemente da medida de grau, as outras duas medidas

81

---

<sup>6</sup> A Cesportos é composta por representantes da Polícia Federal, Receita Federal, Capitania dos Portos, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Autoridade Portuária, por meio da Guarda Portuária, e da Secretaria de Segurança Pública do governo estadual (SSP-SP), por meio das Polícias Civil e Militar. No banco de dados, os membros da Cesportos foram conectados ao nó que representa a comissão, em vez de conectá-los uns aos outros. Essa pareceu uma opção mais justificada, tendo em vista que alguns membros se relacionavam institucionalmente apenas no âmbito da comissão. Essa opção também está de acordo com a análise de Brewer (2014), que excluiu os laços “latentes” da mera coparticipação em comissões e incluiu apenas os laços “ativos” entre os atores.

levam em conta o conjunto das relações da rede, incluindo as indiretas que envolvem intermediários.

**Tabela 1**  
**Medidas de centralidade**

<b>Organização</b>	<b>Grau</b>	<b>Proximidade</b>	<b>Intermediação</b>
Polícia Federal	19	0.7368	0.2539
Terminais portuários	19*	0.7368	0.2495
Cesportos	18	0.7179	0.2199
Receita Federal/Alfândega	15	0.6667	0.1009
Marinha/Capitania	10	0.5833	0.0756
SPA/Guarda Portuária	10	0.5833	0.0277
Polícia Civil	8	0.5600	0.0714
Classe Empresarial Portuária	8*	0.5600	0.0390
Polícia Militar	8	0.5714	0.0204
Terminais retroportuários	7	0.5600	0.0079
Modal marítimo	8	0.5600	0.0071
ANTAQ	7	0.5490	0.0047
Órgão Gestor de Mão de Obra	6	0.5000	0.0042
Organizações de Segurança/Consultorias	5	0.5000	0.0039
Gabinete de Segurança Institucional/ Agência Brasileira de Inteligência	4	0.5000	0.0029
Modal rodoviário	4	0.5185	0.0000
Agências estrangeiras	4	0.5000	0.0009
Aeronáutica	2	0.4590	0.0000
Exército	2	0.4590	0.0000
Empresas de segurança	3	0.4516	0.0000
Importadores/Exportadores	3	0.4516	0.0000
Modal ferroviário	2	0.4308	0.0000
Organizações internacionais	2	0.4308	0.0000
Classe Trabalhista Portuária	1	0.4308	0.0000
Empresas de scanner	1	0.4308	0.0000
Guardas municipais	1	0.4242	0.0000
Prefeituras	1	0.4179	0.0000
Classe Empresarial Marítima	1	0.3636	0.0000
Classe Empresarial de Segurança	1	0.3146	0.0000

\*: inclui *loops* (+1).

**Fonte:** Elaboração própria.

A centralidade de proximidade considera a distância que separa os atores na rede. Quanto mais perto um ator estiver posicionado dos outros e menos dependente for de intermediários, ocupando, assim, uma posição central, mais facilidade ele terá para acessar os recursos intercambiados na rede e disseminá-los, visto que não terá muitas restrições. Por outro lado, a centralidade de intermediação concebe a importância dos próprios atores que se situam entre os outros. Partindo da premissa de que os recursos tendem a fluir pelos caminhos mais curtos na rede, os atores situados no meio de muitos desses caminhos representam elos necessários e, por isso, também ocupam posições centrais ao receberem tais recursos e ao terem a capacidade de controlar os seus fluxos. Ambas as medidas variam de 0 a 1 – quanto mais próximas de 1, maior a centralidade (De Nooy, Mrvar e Batagelj, 2019; Freeman, 1979).

83

Os resultados apresentados na Tabela 1 demonstram que as três medidas de centralidade apontam para um mesmo conjunto de atores centrais na rede de segurança portuária. Os atores mais conectados se posicionam igualmente mais próximos de todos os outros e intermedeiam um maior número de relações. Entre os atores públicos centrais estão, principalmente, a Cesportos e a Polícia Federal, enquanto os terminais portuários são atores privados que também ocupam posições centrais na rede. A Tabela 1 ainda demonstra que a diferença entre os atores centrais e os demais é maior em grau e proximidade do que em intermediação, mas ainda assim apresenta uma variação relativamente baixa. Mensurada em uma escala de 0 a 1, da menor à maior variação entre a centralidade de cada um dos atores, a rede apresenta uma centralização de 0.4934 em grau, 0.4656 em proximidade e 0.2240 em intermediação. Os resultados apontam para uma rede intermediária entre

formas horizontalizadas e verticalizadas, com menor ou maior dependência de atores centrais bem conectados e próximos de todos os demais – de todo modo, uma rede independente de atores centrais que precisam intermediar relações (De Nooy, Mrvar e Batagelj, 2019).

As próximas seções buscam aprofundar esses resultados quantitativos ao ir além das premissas subjacentes às medidas de centralidade e centralização. Uma análise do conteúdo das relações mantidas pela Cesportos, pela Polícia Federal e pelos terminais portuários permite compreender as posições centrais que tais atores ocupam ao explorar qualitativamente os diferentes tipos de capitais buscados e mobilizados.

### **Autoridades e competências**

84

Um primeiro recurso elencado pela perspectiva teórica das redes de segurança é o capital político, entendido como a capacidade dos atores públicos ou privados de influenciar políticas alinhadas aos seus objetivos (Dupont, 2004). Mais do que isso, porém, alguns atores envolvidos na segurança portuária têm a capacidade de, por si, impor políticas, visto que já dispõem de “ferramentas legais” a seu favor (Stenning, 2000, p. 330). Esse tipo de recurso se aproxima do que Bourdieu (2011) chamou de capital jurídico, uma forma objetivada e codificada de autoridade, reconhecida legalmente, que implica “papéis formais” na segurança portuária e relações hierárquicas entre os atores (Brewer, 2014, p. 25).

No caso da Cesportos, tal capital político é previsto juridicamente. Algumas das suas competências incluem baixar normas sobre segurança portuária em nível estadual e apresentar propostas para consolidar ou alterar legislações. Em 2019, a comissão mobilizou esse capital na elaboração de uma proposta de mudança legislativa com o objetivo de tipificar o crime de invasão nos terminais portuários – problema enfrentado em greves e manifestações, atualmente

tipificado como crime contra a organização do trabalho. Além dos intercâmbios entre seus membros permanentes, a comissão também buscou atores privados dispostos a apoiar a proposta, como uma entidade da classe empresarial que representa os terminais.

Em geral, diante de problemas como esse, as competências da Cesportos atribuem à comissão um papel de coordenação que leva à busca de outros atores públicos e privados. Durante as entrevistas, foram apontadas relações com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), visando a coordenação das medidas de segurança durante visitas presidenciais ou ministeriais ao porto, com órgãos da Prefeitura de Santos, em eventuais circunstâncias de os problemas de segurança portuária também afetarem o município, e com terminais retroportuários para discutir a possibilidade de implementação das medidas de segurança do ISPS Code.

Além da coordenação, esse capital jurídico se manifesta em relações hierárquicas de autoridade, sobretudo em regulações e fiscalizações. Sendo a responsável pelo ISPS Code, a Cesportos realiza auditorias nos terminais portuários e cumpre atribuições que exigem relações com os SSP dos terminais, com a Guarda Portuária e com outros atores não necessariamente situados no porto, como as Organizações de Segurança (OS).<sup>7</sup> Em caso de descumprimento do ISPS Code, a comissão comunica formalmente a ANTAQ, que regula os arrendamentos, realiza auditorias próprias nos terminais e aplica multas. Relações semelhantes envolvendo esse capital jurídico são mantidas pela Alfândega da Receita Federal, que estabelece requisitos de segurança para os recintos alfandegados atuantes no comércio exterior, como

85

---

<sup>7</sup> As OS são empresas credenciadas pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) para a elaboração dos estudos de avaliação de risco e dos planos de segurança dos terminais portuários, ambas exigências do ISPS Code.

é o caso dos terminais, realizando fiscalizações periódicas. A Guarda Portuária, embora submetida às mesmas obrigações que os terminais portuários, ainda exerce autoridade sobre os terminais situados na área do porto organizado e sob administração da SPA, reunindo os planos de segurança desses terminais e, eventualmente, acompanhando simulados de segurança e realizando reuniões com os SSP.

Reuniões com o objetivo de estabelecer uma agenda comum indicam certa dose de autonomia dos terminais portuários. Embora o ISPS Code fale “só uma língua”, segundo um SSP, “tem a minha experiência, tem a minha visão, tem a minha especialização” e “são implementadas diversos procedimentos da empresa” (E1, informação verbal). De acordo com o gestor de uma multinacional, “os mesmos padrões de segurança” são implementados nos terminais administrados pela empresa ao redor do globo (E7, informação verbal). De fato, enquanto as regulações e as fiscalizações submetem os terminais às relações hierárquicas de autoridade, elas também atribuem competências aos SSP que os levam à relações mais horizontais com outros atores. No cumprimento dos procedimentos do ISPS Code, por exemplo, os SSP se comunicam com os oficiais de segurança dos navios que atracam nos terminais – seja em contatos protocolares para a troca de documentações e informações, seja por alertas ou situações de irregularidade, casos em que os SSP realizam uma intermediação entre os oficiais dos navios e os atores públicos, como a Capitania dos Portos. Os SSP também representam importantes pontos de ligação para outros atores privados, como empresas transportadoras, quando ocorrem desvios, assaltos ou sequestros de caminhoneiros, ainda que essas relações não decorram do ISPS Code.

Nos termos discutidos neste artigo, o capital jurídico é mobilizado em regulações, fiscalizações e coordenações que decorrem de “papéis formais” na segurança portuária (Brewer, 2014, p. 25). Mas as competências legais também

levam à relações que assumem outros capitais como seus conteúdos. O caso da Polícia Federal é ilustrativo, pois embora desempenhe esses papéis no âmbito da Cesportos, as suas competências na prevenção, reação e investigação de crimes, como o tráfico internacional de drogas, envolvem o intercâmbio de outros capitais em suas relações.

## **Associações e grupos**

Um segundo tipo de recurso é o capital social, entendido como a capacidade de iniciar, manter e expandir relações nas atividades de segurança, na participação em grupos e assim por diante (Diphorn e Grassiani, 2016; Dupont, 2004). Em grande medida, esse conceito é operacionalizado pelas medidas de centralidade, que partem da premissa de que os atores mais conectados e próximos dos demais contam com mais fontes de informações, materiais e apoio (De Nooy, Mrvar e Batagelj, 2019). Na definição de Bourdieu (1986, p. 21), esse capital representa um agregado de recursos que podem ser acessados por meio das “redes de conexões”. Em grande medida, as redes de cada ator público e privado ainda representam recursos de maneira independente, que são buscados pelos demais atores nas relações que formam a rede de segurança portuária (Brewer, 2014).

A posição central ocupada pela Cesportos na rede de segurança portuária se deve largamente à sua constituição como um órgão colegiado, o que conecta a comissão a cada um dos seus membros permanentes. Relações formais mantidas no cumprimento de suas atribuições e relações informais no cotidiano deixam à disposição da comissão e dos demais os recursos institucionais de cada membro. O capital econômico torna isso evidente, uma vez que a Cesportos não possui verba própria, dependendo da mobilização de recursos materiais e financeiros entre as organizações que a compõem – um capital social que também é previsto juridicamente. Muitos outros recursos são acessados por esse meio,



incluindo as redes de conexão dos seus membros. Durante o período analisado, por exemplo, a Cesportos não manteve relações com agências estrangeiras ou organizações internacionais, visto que essas relações são mantidas pela Polícia Federal e pela Alfândega, que transmitem o que é de interesse da comissão. Além disso, como Bourdieu (1986) enfatiza, o capital social não é dado; é o resultado dos esforços em prol de relações úteis. Esses esforços podem ser vistos na institucionalização da ANTAQ como membro permanente – antes membro convidado –, resultado de “um serviço forte, um lobby”, segundo uma interlocutora da comissão (E8, informação verbal).

88 O capital social de alguns atores privados também é buscado pela Cesportos, sobretudo das entidades da classe empresarial portuária. Quando é necessário disseminar informações de interesse comum a todos os terminais, a Cesportos costuma buscar essas entidades como um “elo de comunicação”, segundo um dos representantes sindicais: “quando há uma demanda da Cesportos, por exemplo: ‘ah, a Cesportos está precisando implementar alguma iniciativa diferente’, em vez de ela sair bater na porta de cada um desses terminais, ela nos aciona” (E14, informação verbal). Igualmente, quando são necessários recursos para a realização de atividades que sejam do interesse geral dos terminais portuários, a Cesportos busca o apoio do capital econômico dessas entidades, que reúnem os recursos financeiros e materiais dos terminais associados, incluindo instalações físicas. Foi o caso de um curso ministrado por membros da Cesportos aos SSP, em 2019: “quando nós somos demandados, nós ajudamos a organizar os temas ou usamos a estrutura do próprio [sindicato] para fazer os eventos” (E14, informação verbal).

O pertencimento às entidades da classe empresarial garante, ainda, um capital social relevante para os terminais portuários. Sob demanda ou de modo mais regular, algumas

dessas entidades estabelecem “fóruns comuns de discussão”, nos termos do representante sindical (E14, informação verbal). Em âmbito formal, esse capital social ainda envolve o pertencimento a grupos empresariais que reúnem terminais portuários e retroportuários, o que facilita o contato entre os seus gestores para a troca de experiências e a comunicação diante de suspeitas. Contudo, o capital social dos terminais também pode ser visto informalmente. Os SSP mantêm muitas relações entre si, “existe uma corrente entre nós”, segundo um dos interlocutores (E15, informação verbal). Algumas dessas relações são decorrentes de contatos anteriores nas Forças Armadas, por exemplo, mas o próprio cotidiano da segurança portuária acaba criando laços entre os gestores de segurança:

Todos nós da segurança acabamos tendo [contato]. Porque assim, o porto, e segurança do porto, querendo ou não, é fechado. [...] Nós nos conhecemos, nós nos conhecemos. [...] O itinerário [da pessoa] já é gravado por toda a segurança do porto de Santos. [...] Nós ficamos tachados dentro do porto. Tanto é que quem entra no porto é por indicação e acaba trocando de trabalho até por indicação, na maior parte das vezes. Porque um chama o outro. Porque é uma atividade muito específica. Trabalhar em porto é uma atividade extremamente específica. Você que é especializado em porto, as pessoas aqui do porto procuram pessoas do porto (E2, informação verbal).

89

Esse cotidiano dá origem a grupos informais por meio de aplicativos, mas também reuniões, visitas e outras atividades conjuntas. Alguns grupos incluem SSP de todos os terminais portuários, enquanto outros são formados por SSP de terminais específicos, unidos por questões geográficas ou funcionais – como os terminais da Ilha Barnabé, que movimentam produtos químicos, combustíveis e outros granéis

líquidos de risco, e os terminais que movimentam contêineres, onde se concentram as atividades de segurança contra o tráfico internacional de cocaína. Essas relações foram comentadas pelo interlocutor de uma empresa de segurança privada que presta serviços para um grande terminal de contêineres, cujo SSP “tem conexão com todos os terminais, eu sei disso, eles trocam figurinhas” e “entre eles, os gestores, eles têm uma rede” (E17, informação verbal).

Por sua participação na Cesportos e pela responsabilidade de coordenar a comissão, a Polícia Federal também recebe e dissemina grande parte dos recursos que são intercambiados entre os membros. A sua posição central na rede é um indicativo desse capital social. Mais do que associações e grupos, porém, a sua rede de conexões é formada por um amplo conjunto de contatos, ativados de acordo com ações ostensivas e investigações em curso que exigem a busca de outros recursos materiais e informacionais.

90

## **Finanças e equipamentos**

Um terceiro tipo de recurso é o capital econômico. Por um lado, esse capital inclui os recursos financeiros propriamente ditos, sendo uma forma de medir a capacidade de financiamento das atividades de segurança (Dupont, 2004). Por outro, ele inclui os diversos recursos materiais que objetivam essa capacidade financeira, tais como o efetivo de homens, veículos, tecnologias e outros equipamentos adquiridos e mantidos pelas organizações, também buscados e mobilizados nas relações (Brewer, 2014; Diphooorn e Grassiani, 2016).

Recursos materiais são de suma relevância para as relações mantidas pela Polícia Federal, que reúne seus capitais com os de outros atores públicos em operações conjuntas. Em 2019, três grandes operações foram realizadas no porto de Santos com o objetivo de combater crimes ambientais, tráfico de drogas e contrabando: a Operação Descarte e as

Operações Santos I e II, que envolveram a Receita Federal, Marinha, Guarda Portuária, Polícia Militar e a ANTAQ.<sup>8</sup> Mais comuns são as operações com atores específicos, sobretudo aquelas em conjunto com a Alfândega da Receita Federal, pois há demandas recíprocas de recursos materiais, desde cães farejadores até lanchas. Em suas atividades individuais e conjuntas, tanto a Polícia Federal quanto a Alfândega ainda buscam recursos da Marinha, da Guarda Portuária e da Polícia Militar, como cães para inspeções, lanchas em ações ostensivas e homens e viaturas para escoltas, apoio armado ou serviços especializados, conforme relata um interlocutor da Alfândega:

Esses dias mesmo nós tivemos uma situação atípica, foi na semana passada, em que houve uma movimentação suspeita de mergulhadores próximos a um navio que costuma fazer a rota da Europa e que poderiam estar tentando introduzir drogas no navio. [...] Foram detidos alguns mergulhadores, só que não foi encontrado nada com eles além do equipamento. Mas é uma situação no mínimo bizarra, o que estariam fazendo ali. Então, como a Alfândega não dispõe de equipe de mergulhadores e tampouco a Polícia Federal, nós solicitamos o apoio de uma unidade da Polícia Militar, que é a Polícia Ambiental, que eles têm mergulhadores. Eles fizeram então uma varredura no casco do navio, para ver se havia alguma coisa presa, que é uma das formas que você tem de poder enviar a droga (E10, informação verbal).

91

---

<sup>8</sup> Essas operações também envolveram a Fundação Florestal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Como as atividades dessas organizações no âmbito das próprias operações não se enquadravam no escopo da segurança portuária, definido anteriormente como questões de *security*, elas não foram incluídas na rede analisada, embora sua inclusão não afetasse significativamente os resultados da análise quantitativa.

Além dessas atuações em conjunto com a Alfândega, as relações mantidas pela Polícia Federal durante o período analisado incluíam contatos com a Aeronáutica, especificamente para o uso da base aérea, e com a Polícia Civil, para receber apoio com veículos e outros serviços especializados. Perícia, exame necroscópico e carro de cadáver, nos termos de uma interlocutora da Polícia Civil, são demandados pela Polícia Federal, que investiga os óbitos a bordo de navios de cruzeiro “para ver se realmente foi uma morte acidental ou se teve ali um homicídio”, mas, por não contar com esses recursos, “ela faz parceria com a gente” (E9, informação verbal).

Esse intercâmbio de recursos materiais não se limita às relações entre os atores públicos, uma vez que os terminais portuários também costumam ser buscados por capitais desse tipo. Individualmente ou em operações conjuntas com a Polícia Federal, como exemplificado no caso da apreensão de cocaína que culminou na Operação Spaghetti Connection, a Alfândega inspeciona contêineres e outras cargas selecionadas por meio de análises de risco ou monitoradas em investigações. Para tais ações presenciais nos terminais portuários, os fiscais precisam coordenar ações com os SSP e os outros gestores que ordenam o posicionamento dos contêineres em locais específicos, designam funcionários para a desova das cargas e providenciam os equipamentos necessários à inspeção.

Ainda, algumas relações mantidas pelos terminais portuários envolvem recursos financeiros propriamente ditos, tanto buscados quanto mobilizados. Por um lado, muitos terminais integram programas voluntários, como o Operador Econômico Autorizado (OEA) da Receita Federal, que garante menores interrupções de fiscalização e maiores benefícios econômicos em troca do cumprimento de medidas de segurança. Programas semelhantes a nível internacional, eventualmente, exigem o contato entre os SSP e os gestores da segurança de empresas multinacionais

dos modais de transporte marítimo e rodoviário, bem como com importadoras e exportadoras, visto que elas precisam verificar as medidas implementadas nos terminais por meio de checklists on-line ou auditorias *in loco*. Dependendo do programa, os SSP são contatados pelas agências estrangeiras responsáveis, como é o caso da U.S. Customs and Border Protection (CBP), que verifica o Customs Trade Partnership Against Terrorism (CTPAT).<sup>9</sup> Por outro lado, os terminais mobilizam recursos financeiros na contratação de vários serviços de segurança, incluindo consultorias e OS que auxiliam no cumprimento das medidas de segurança obrigatórias ou voluntárias, empresas que terceirizam scanners e seus operadores e, principalmente, vigilantes de empresas de segurança privada especializada que realizam o controle de acesso, patrulhamentos internos e outras atividades sob gestão da segurança privada orgânica dos terminais portuários.

Essa mobilização de recursos financeiros diferencia os terminais portuários dos atores públicos. Interlocutores da Alfândega e da Guarda Portuária ressaltaram os típicos entraves dos processos licitatórios e muitas atividades-fim que não podem ser terceirizadas. Recursos materiais, por sua vez, são conteúdos de muitas relações da Polícia Federal. De fato, embora esses recursos também sejam intercambiados por meio do capital social da Cesportos, o apoio com homens, viaturas e embarcações se faz ainda mais relevante para as ações ostensivas da Polícia Federal, algo semelhante ao que ocorre com o capital cultural.

93

## Informações e conhecimentos

Um quarto tipo de recurso é o capital cultural, entendido como a expertise acumulada e transmitida formalmente

---

<sup>9</sup> A CBP é uma agência vinculada ao Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos que mantém uma equipe na sede da Alfândega do Porto de Santos como parte da Container Security Initiative (CSI). A iniciativa visa o controle dos contêineres destinados aos Estados Unidos antes do seu embarque para o país.

por meio de treinamentos, o conhecimento adquirido no cotidiano e as informações propriamente ditas, coletadas e analisadas em atividades de segurança (Nokleberg, 2019; Diphorn e Grassiani, 2016; Dupont, 2004). Essas formas correspondem às distinções de Bourdieu (1986) entre o capital cultural incorporado em disposições corporais e mentais, objetificado em instrumentos, máquinas e bens culturais, e institucionalizado, quando sancionado formalmente por meio de qualificações oficiais.

Na busca pelo conhecimento institucionalizado, alguns atores são convidados pela Cesportos a contribuir com os seus projetos. Em 2019, por exemplo, a comissão iniciou o desenvolvimento do Plano de Reação Estratégica do Porto de Santos (PRESP), um protocolo unificado para responder aos crimes no porto. Além da participação dos seus membros permanentes, a elaboração do plano também envolveu a Aeronáutica e o Exército. Segundo a coordenadora da comissão, “eles têm uma formação de reação estratégica mesmo, eles estudam isso, eles têm isso como base científica” (E8, informação verbal):

94

Então, eu falei assim: cada um vem contribuir com a sua base científica, como é que você poderia armar esse plano de reação estratégica? Eu entendo aqui do porto, de como funciona, a Marinha entende muito do porto, mas o Exército tem outra expertise, a Aeronáutica vai ter outra visão. Por exemplo, o que eles podem nos ameaçar via aérea? Qual tipo de ameaça a gente pode sofrer? Pra gente poder pensar um cenário como um todo, um cenário... O que eu não enxergo, o outro enxerga, porque cada um tem uma visão, eles veem o porto de uma maneira diferente da minha (E8, informação verbal).

Nas relações intersetoriais, ao contrário, a própria Cesportos é a responsável pela qualificação oficial dos SSP

dos terminais portuários. Durante o período analisado, membros da Cesportos ministraram o 19º Curso Especial de Supervisor de Segurança Portuária, além de capacitações dos SSP para a elaboração dos estudos de avaliação de risco e dos planos de segurança dos terminais. Até o final de 2018, esses estudos e planos eram elaborados exclusivamente pelas OS, mas essa política foi alterada para que as unidades de segurança dos próprios terminais possam elaborá-los.

Para além dessas qualificações oficiais e institucionalizadas, os SSP são importantes pontos de contato para o acesso às informações e aos conhecimentos sobre as operações portuárias e o cotidiano das atividades de segurança. Eventualmente, essas informações são buscadas por atores públicos, como a Cesportos e a ANTAQ, para auxiliar na criação ou atualização de normativas. De fato, muitas dessas normativas que decorrem do capital jurídico dos atores públicos exigem o envio de informações pelos terminais portuários. Dados e imagens são disponibilizados em tempo real para a Central de Operações e Vigilância (COV) da Alfândega da Receita Federal, os crimes identificados no interior dos terminais devem ser relatados à Cesportos por meio dos Relatórios de Ocorrência de Ilícitos Penais (ROIP) e a comissão baixa portarias para o envio de informações específicas. Mas os SSP também são pontos de contato para atores privados: gestores de segurança das empresas do modal de transporte rodoviário, por exemplo, buscam algo semelhante a uma “consultoria” com os SSP, a fim de aprimorarem suas próprias políticas, segundo um ex-SSP (E3, informação verbal).

O intercâmbio de informações assume uma relevância estratégica em ocorrências que exigem coordenação. Quando estivadores invadiram terminais portuários em movimentos grevistas, por exemplo, as reuniões entre os membros da Cesportos incluíram os SSP desses terminais, bem como os seus representantes sindicais, no intuito de elaborar ações conjuntas e montar uma “rede de inteligência”,



nos termos de uma interlocutora da comissão: “a gente montou um grupo ‘ó, eu escutei que eles vão... Pessoal está querendo fazer, invadir por não sei onde; ah, eles vão interceptar os carros que levam os funcionários’, e a gente já se antecipava” (E8, informação verbal). Igualmente, os SSP são buscados pela Polícia Federal e pela Alfândega durante o planejamento das operações, que demandam informações estratégicas para a realização de flagrantes. Segundo um SSP, essas autoridades não conhecem a “área” e a “rotina” (E15, informação verbal). Após as apreensões de drogas e outras ocorrências nos terminais, informações também são repassadas pelos SSP às autoridades policial e aduaneira para, assim, contribuir com as investigações.

Vistos como fontes privilegiadas de informações e conhecimentos, os SSP dos terminais portuários são procurados por diversos atores públicos e privados, formal ou informalmente. As relações baseadas nesse tipo de capital também correspondem à centralidade da Polícia Federal na rede. Os SSP são apenas um exemplo dos muitos atores privados que são buscados por informações, como os terminais retroportuários, os atores dos modais de transporte marítimo e rodoviário, as entidades da classe trabalhadora portuária e o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).<sup>10</sup> Entre os atores públicos, além das constantes trocas de informação com a Alfândega, a Polícia Federal ocasionalmente demanda imagens das câmeras operacionalizadas pela Guarda Municipal e troca informações com a Polícia Civil, a Marinha, o Exército e a ABIN, assim como com agências estrangeiras, principalmente adidâncias policiais, seja para instruir investigações sobre drogas exportadas do porto de

---

<sup>10</sup> O OGMO é uma associação civil sem fins lucrativos responsável pelo fornecimento de Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA) aos terminais portuários. Os TPA não têm vínculo empregatício com os terminais, mas são cadastrados pelo OGMO, que administra a oferta de trabalho de acordo com a demanda dos terminais.

Santos e apreendidas em portos estrangeiros, seja para colaborar em grandes operações, como a Spaghetti Connection.

## Reconhecimento e legitimidade

Um último recurso elencado pela perspectiva teórica das redes de segurança é o capital simbólico. Embora seja distinguido como um tipo específico, esse capital é definido como uma forma que pode ser assumida por quaisquer recursos reconhecidos e valorizados (Bourdieu, 1986, 2011). Competências e papéis formais, o pertencimento a grupos e redes de conexões, bens materiais e financeiros e conhecimentos e informações, conforme discutidos anteriormente, são recursos não só mobilizados e buscados nas relações, mas também percebidos e apreciados de certas maneiras – como fontes de boa reputação e prestígio, autoridade e legitimidade perante os demais atores (Diphorn e Grassiani, 2016; Dupont, 2004).

Um exemplo dessa valorização é a constituição da Cesportos como um órgão colegiado e baseado na rede de conexões entre seus membros, que tendem a reconhecer positivamente esse capital social. Ao longo dos anos, de acordo com a representante da Polícia Civil, uma cultura orientada para a cooperação foi enraizada no âmbito da Cesportos e trouxe bons resultados para a segurança portuária: “você vê os números, as apreensões, os resultados, muito fruto do trabalho conjunto” (E9, informação verbal). Além dos contatos mais protocolares que são mantidos no cumprimento das atribuições da comissão, muitas relações são oportunizadas e viabilizadas por meio dessas conexões, que proporcionam apoios mútuos e a complementaridade entre os recursos de seus membros. Como “nenhuma instituição sozinha dá conta de tudo”, segundo a interlocutora, “não tem como fugir dessa rede, sabe, não é se isolar. Ninguém vai ficar forte, bam-bam-bam, porque eu sou tal órgão... Não dá. Precisa do outro. E aqui a gente conseguiu essa construção” (E9, informação verbal).

Esse reconhecimento não se limita aos recursos intercambiados pelos membros entre si e com a própria comissão; estende-se para outros atores públicos e privados. As relações de autoridade baseadas no papel formal da Cesportos, como é o caso das fiscalizações do ISPS Code, demonstram esse “capital simbólico de autoridade reconhecida” (Bourdieu, 2011, p. 107). Interlocutores de entidades da classe empresarial que representam os terminais portuários, por exemplo, além de se empenharem como elos de comunicação entre a Cesportos e os terminais, também atuam para garantir o cumprimento das medidas de segurança por seus associados, de modo a evitar atritos com esse “ente mandatário” (E14, informação verbal). As demandas da Polícia Federal também são prontamente atendidas, pois, de acordo com um SSP, os terminais não só devem “abrir as portas” à Polícia Federal, como também colaboram voluntariamente “para que esses trâmites não venham a demorar” (E15, informação verbal). Esse reconhecimento ainda se manifesta no acionamento e no encaminhamento das ocorrências criminais às autoridades competentes. Diante de suspeitas ou flagrantes, os SSP acionam a Guarda Portuária ou entram em contato diretamente com as Polícias Federal ou Civil e a Alfândega. Não raramente, as Polícias Federal e Civil mantêm contato justamente para esclarecer a competência sobre o caso.

Em grande parte das relações apontadas, os SSP estão entre aqueles que reconhecem a autoridade da Cesportos e da Polícia Federal. Entretanto, eles também são valorizados pelos atores públicos e privados e são vistos como importantes pontos de contato e fontes privilegiadas de informações e conhecimentos, com muitas atribuições decorrentes do ISPS Code. A diferença é que esse reconhecimento não significa autoridade, sobretudo em relações com os atores públicos que expressam a sua subalternidade. Por exemplo, embora uma interlocutora da Cesportos reconheça o capital cultural

dos SSP, valorizando o fato de que “os caras têm expertise”, ela também ressalta que “a gente dá expertise pra eles” (E8, informação verbal). Ainda, conforme ressaltado por um ex-SSP, “você tem uma subordinação, vamos dizer assim, à própria Cesportos, acaba que isso ocorre, não tem jeito” (E3, informação verbal). Isso não significa que a comissão não precisa se esforçar para que os seus capitais sejam reconhecidos. Ao lidar com temas sensíveis, como as invasões em movimentos grevistas, foram mantidas relações com entidades representativas das empresas e dos trabalhadores para que suas ações fossem “respaldadas” e realizadas “com a maior transparência, com lisura” (E8, informação verbal).

O saldo das entrevistas é que os atores públicos que ocupam posições centrais na rede de segurança do porto de Santos parecem ter conquistado esse capital simbólico, como demonstram os comentários sobre a Cesportos e a Polícia Federal. Para os interlocutores da Guarda Portuária e da Polícia Militar, a Cesportos reúne “todas as autoridades” (E5, informação verbal) ou “todos os órgãos envolvidos na área de segurança e na área de suporte” (E12, informação verbal). Mais importante, essa legitimidade é declarada pelos próprios SSP dos terminais portuários, que não só reconhecem sua subordinação, como também enaltecem os atores públicos centrais. Em determinado momento da entrevista, um desses interlocutores sugeriu que a pesquisa se concentrasse mais na Cesportos do que nos terminais, porque, em virtude das reuniões, cursos e demais atividades coordenadas pela comissão, “é ela que faz a ligação entre os terminais, entre os supervisores” (E1, informação verbal). Na percepção de outro SSP, a Cesportos “segura” as atividades de segurança portuária, seus membros “são os principais atores que nos apoiam, não só a mim, mas a todo o porto de Santos”, e a Polícia Federal, particularmente, “é o ator, na verdade, principal no porto de Santos” (E15, informação verbal).

## Considerações finais

Este artigo buscou mapear a rede de segurança do porto de Santos com os objetivos de identificar os atores que ocupam posições centrais e compreender os capitais intercambiados em suas relações que influenciam suas centralidades. Os resultados demonstraram que as posições centrais da rede são ocupadas, predominantemente, por atores públicos, como a Cesportos e a Polícia Federal, mas estas não são posições exclusivas. Um dos nós centrais dessa rede representa os terminais portuários, cujas relações são mantidas por funcionários próprios que compõem o segmento orgânico da segurança privada. Os capitais intercambiados nas relações desses três atores centrais indicam os diferentes conteúdos das suas centralidades. A Cesportos, um colegiado com recursos que dependem da rede de conexões entre os seus membros, ocupa uma posição central por um amplo rol de papéis formais na regulação, fiscalização e coordenação da segurança portuária, o que demonstra a relevância dos capitais de tipo social e jurídico. A centralidade da Polícia Federal é igualmente decorrente de competências legais, mas para ações ostensivas e investigativas que requerem intercâmbios de recursos materiais e informacionais, cujo predomínio é de capitais econômicos e culturais. Em ambos os casos, sejam papéis formais ou funções operacionais, grande parte dessas competências e atribuições implicam relações com os terminais portuários, sobretudo com os SSP.

Estes achados corroboram os argumentos da governança nodal de que antigos pressupostos devem ser abordados como questões empiricamente abertas. Mesmo em zonas de trânsito e espaços fronteiriços, que costumam ser enxergados por uma lente estadocêntrica, atores privados ocupam posições centrais. As empresas que administram os terminais portuários contam com certa dose de autonomia na implementação de suas medidas de segurança, investem recursos

financeiros na contratação de serviços e seus SSP compartilham conhecimentos entre si e são vistos como fontes privilegiadas de contato por vários atores públicos e privados. Contudo, muitas dessas relações decorrem da necessidade de responder às solicitações e cumprir obrigações perante atores públicos que continuam ditando os rumos da segurança portuária e sendo reconhecidos como os mais importantes, enquanto os SSP são considerados como dependentes e subordinados. Assim, a posição central da segurança privada orgânica dos terminais pode ser definida como uma “centralidade dominada” pelos capitais mobilizados e buscados por atores públicos. Ainda que os atores privados estejam entre os mais importantes da rede, o Estado continua representando a âncora da segurança portuária.

Em linhas gerais, as posições centrais, ocupadas predominantemente por atores públicos, mas associadas à centralidade dominada de importantes atores privados, são achados que convergem aos de outras redes de segurança portuária (Nøkleberg, 2020; Brewer, 2014, 2015). Contudo, os atores privados em questão parecem variar, inclusive a importância do segmento orgânico da segurança privada dos terminais portuários. Nesse sentido, atores privados que ocupam posições periféricas no porto de Santos podem ocupar posições tão ou mais centrais que a segurança privada orgânica em outros portos. Mais pesquisas empíricas são necessárias para comparar as redes de segurança dos portos brasileiros entre si e com as de outros países, identificar os seus atores centrais, compreender por que eles ocupam tais posições e considerar a estabilidade ou a mudança dessas redes e posições ao longo do tempo.

101

## **Agradecimentos**

Este artigo é decorrente de uma dissertação de mestrado em Sociologia, defendida na UEL e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES). Agradeço ao Prof. Dr. Cleber da Silva Lopes pela orientação e colaboração em uma versão preliminar deste artigo, apresentada no 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), aos membros do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS-UEL) e às(aos) pareceristas anônimas(os) pelas valiosas sugestões à versão preliminar.

## Referências bibliográficas

- BARDIN, Laurence. 2016. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- BAYLEY, David H.; SHEARING, Clifford. 2001. *The new structure of policing: description, conceptualization, and research agenda*. Washington, DC: National Institute of Justice.
- BOURDIEU, Pierre. 1986. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Westport: Greenwood. pp. 241-258.
- BOURDIEU, Pierre. 2011. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11. ed. Campinas: Papyrus.
- BOUTELLIER, Hans; VAN STEDEN, Ronald. 2011. Governing nodal governance: the 'anchoring' of local security networks. In: CRAWFORD, Adam (ed.). *International and comparative criminal justice and urban governance: convergence and divergence in global, national and local settings*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 461-482.
- BREWER, Russell. 2014. *Policing the waterfront: networks, partnerships, and the governance of port security*. Oxford: Oxford University Press.
- BREWER, Russell. 2015. The malleable character of brokerage and crime control: a study of policing, security and network entrepreneurialism on Melbourne's waterfront. *Policing and Society*, v. 27, n. 7, pp. 712-731.
- COHEN, Corentin. 2019. Desenvolvimento do mercado de drogas brasileiro em direção à África: mitos, evidências e questões teóricas. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n. 2, pp. 134-144.
- COSTA, Arthur T. 2018. Public security and policy networks in Brazil. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 7, pp. 149-158.
- DE NOOY, Wouter; MRVAR, Andrej; BATAGELJ, Vladimir. 2019. *Exploratory social network analysis with Pajek*. 3. ed. New York: Cambridge University Press.

- DIPHOORN, Tessa; GRASSIANI, Erella. 2016. Securitizing capital: a processual-relational approach to pluralized security. *Theoretical Criminology*, v. 20, n. 4, pp. 430-445.
- DUPONT, Benoit. 2004. Security in the age of networks. *Policing and Society*, v. 14, n. 1, pp. 76-91.
- DUPONT, Benoit. 2006. Delivering security through networks: surveying the relational landscape of security managers in an urban setting. *Crime, Law and Social Change*, v. 45, pp. 165-184.
- FLORQUIN, Nicolas. 2011. A booming business: private security and small arms. In: BERMAN, Eric et al. (ed.). *Small arms survey 2011: states of security*. New York: Cambridge University Press. pp. 101-127.
- FREEMAN, Linton. 1979. Centrality in social networks: conceptual clarification. *Social Networks*, v. 1, n. 3, pp. 215-239.
- HOLLSTEIN, Betina. 2014. Mixed methods social networks research: an introduction. In: DOMÍNGUEZ, Silvia; HOLLSTEIN, Betina (ed.). *Mixed methods social networks research: design and applications*. New York: Cambridge University Press. pp. 3-34.
- JOHNSTON, Les; SHEARING, Clifford. 2003. *Governing security: explorations in policing and justice*. London: Routledge.
- LOADER, Ian. 1997. Policing and the social: questions of symbolic power. *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 1, pp. 1-18.
- LOADER, Ian. 2000. Plural policing and democratic governance. *Social & Legal Studies*, v. 9, n. 3, pp. 323-345.
- LOADER, Ian; WALKER, Neil. 2001. Policing as a public good: reconstituting the connections between policing and the state. *Theoretical Criminology*, v. 5, n. 1, pp. 9-35.
- LOADER, Ian; WALKER, Neil. 2007. *Civilizing security*. New York: Cambridge University Press.
- LOPES, Cleber; LIMA, Fabricio S.; MELGAÇO, Lucas. 2021. Solidary neighbors? The involvement of middle- class communities in the governance of security and disorder in Brazil. *Journal of Contemporary Criminal Justice* [online], pp. 1-17.
- MADSEN, Chris. 2018. Pacific gateway: state surveillance and interdiction of criminal activity on Vancouver's waterfront. *Salus Journal*, v. 6, n. 1, pp. 26-43.
- MANZO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. 2018. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia.
- MARKS, Peter et al. 2013. Improving policing in the port of Rotterdam, the Netherlands. In: TAYLOR, S. Caroline; TORPY, Daniel J.; DAS,



Dilip (ed.). *Policing global movement: tourism, migration, human trafficking, and terrorism*. Boca Raton: CRC Press. pp. 21-39.

NALIN, Luan; LOPES, Cleber. 2021. Uma análise das relações de poder no campo da segurança: as interações entre vigilantes e policiais nas portas giratórias de agências bancárias. *O Público e o Privado*, v. 19, n. 38, pp. 233-258.

NØKLEBERG, Martin. 2020. Examining the how of plural policing: moving from normative debate to empirical enquiry. *The British Journal of Criminology*, v. 60, n. 3, pp. 681-702.

PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. 2014. Conducting danger: practices and nodal networks of security governance among taxi drivers. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, v. 38, n. 1, pp. 1-22.

PIMENTEL, José C. 2019. Máfia usou máquinas de construção para esconder 1,2 t de cocaína em SP. *G1 Santos*, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3rxt7zj>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SANTOS PORT AUTHORITY. 2020. *Fatos e dados: 2020*. Santos: Santos Port Authority. 47 p. Disponível em: <https://bit.ly/31iflXG>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SHEARING, Clifford. 2006. Reflections on the refusal to acknowledge private governments. In: WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoît (ed.). *Democracy, society and the governance of security*. New York: Cambridge University Press. pp. 11-32.

STENNING, Philip C. 2000. Powers and accountability of private police. *European Journal on Criminal Policy and Research*, v. 8, pp. 325-352.

WHELAN, Chad; DUPONT, Benoît. 2017. Taking stock of networks across the security field: a review, typology and research agenda. *Policing and Society*, v. 27, n. 6, pp. 671-687.

ZANETIC, André. 2010. *A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime: impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP.



# TRANSNATIONAL POLICING FIELD: THE RELATIONS BETWEEN THE DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION AND THE BRAZILIAN FEDERAL POLICE

Priscila Villela<sup>a</sup>

*<sup>a</sup>Professora de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Transnacionais de Segurança (NETS). São Paulo, SP, Brasil.*

*E-mail: pvillela@pucsp.br*

*ORCID:0000-0003-2432-8900*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-105136/114>

## Introduction

With the increasing transnationalization of police activity, new and more robust legal instruments such as laws, treaties, and international conventions progressively emerge to offer legality, recognize and endorse these practices. This leads to drug control norms and law enforcement strategies intensively shared among police agencies around the world, coming to occupy a place of growing importance on the international agenda and making policing a crucial subject to international relations.

Recognized as a trafficking route for cocaine produced in Latin America, Brazil has become an important target for transnational anti-drug policing. The so-called “war on drugs” led US government agencies to work hard to influence drug policies in other countries, providing numerous foreign agencies with assistance and training to this end. The establishment of a police agency dedicated exclusively to drug-related crimes in 1973, Enforcement Administration (DEA), represented a fundamental step in this process. Throughout the years, DEA gained political relevance, accumulating prestige, budget, responsibilities,

and powers, besides expanding its operations abroad. In Brazil, it worked in liaison with the Federal Police (PF)<sup>1</sup>, establishing lasting ties with such institution – the issue addressed by this paper.

Thus, this study aims to understand the connections between the DEA and the PF regarding drug control, focusing on the role of such bureaucracies at the transnational level while considering their relative autonomy in relation to the respective governments. Such an interaction is not solely based on decisions taken at the highest echelons of government, so that analyzing the process from the perspective of organizations and individuals at the middle and lower echelons of state bureaucracies – such as police agencies and police officers – allows us to understand the autonomous decisions they make on a daily basis, as well as how government plans turn into concrete reality (Marenin and Akgul 2010; Sheptycki, 2002).

106

Based on this approach, we apply the “transnational” concept and analytical scale, allowing us to observe direct interactions between state agencies beyond governmental relations. According to the specialized literature on the theme (Aas, 2013; Sheptycki, 2007), globalization processes such as transnational crime and crime control have boosted a demand for new concepts and analytical scales that go beyond the strict internal/external, national/ international, and state/non-state dichotomies so common to IR scholars and decision makers.

To this end, we mobilize Pierre Bourdieu’s (1971) notion of field as a thinking tool to examine the relations between police agencies from various countries within a single network. Also inspired by this analytical lens, Didier Bigo (2013; 2016) highlights that such a network

---

<sup>1</sup> Throughout the paper, the Brazilian Federal Police will be referred as PF, acronym institutionally used to refer to the institution in its native language – “Polícia Federal”.

reach transnational dimensions, producing a transnational policing field termed by him as “transnational guilds,” that is: a group or an elite of professionals who possess their own agendas and priorities transnationally articulated. Here, our understanding of the transnational policing field includes public and private professionals who share the same functions, missions, knowledge, and worldviews of crime control, especially drug-related crimes. With that, we seek to highlight that those police agencies routinely engage with each other outside formal and institutionalized parameters.

Those connections are established between state bureaucracies from different parts of the world, supported by a set of knowledge, ideas, values, routines, and practices that are shared among them and that constitute their *habitus* – to use Bourdieu’s term (1990). From such connections emerge close bonds of identity and loyalty, enabling different mechanisms of exchange, cooperation, competition, and exercise of power. These connections either transcend or occur in parallel to the relations established by the diplomatic field or what we traditionally assume to be inter-state relations (Bigo, 2016; Leander, 2008; 2011).

Since the 1990s, several studies have endeavored to investigate the role of the United States (US) in internationally spreading its own “war on drugs,” influencing a series of laws, policies, and institutions dedicated to this problem, especially in Latin American states (Del Olmo, 1990; Rodrigues, 2012). While some authors addressed the importance of international regimes in homogenizing and shaping other states national laws (Andreas; Nadelmann, 2006; Andreas, 1995), others sought to understand a variety of coercive instruments mobilized by the US, such as international interventions and forms of diplomatic pressure (Bagley, 1988; Grandall, 2002; Rodrigues, 2012; Walker III, 1999). Brazilian scholars such as Batista (1997), Carvalho (2013), Boiteux (2006) and Silva (2013) are committed to understanding how Brazilian

laws and drug-related policies were historically consolidated reflecting international definitions and guidelines. Despite this remarkable bibliography, few authors have investigated the relations between law enforcement agencies and their role in spreading the “war on drugs” to Latin America (Nadelmann, 1993; Ricart, 2018; 2019; 2020; Sheptycki, 1996). Most of those who formulated the research agenda on transnational policing neither have established a definition to the concept of “transnational,” nor have thematized the “war on drugs” radically enough, especially regarding the Brazilian scenario (Bowling and Sheptycki, 2012; Goldsmith and Sheptycki, 2007).

Contributing to this agenda, this paper aims to understand one of the paths by which the US drug control model was disseminated to Brazilian law enforcement institutions, exploring the connections between the DEA and the PF. We argue that such an exchange was possible due to the consolidation of a transnational policing field, which provided a social space for interaction and exercise of power and, consequently, enabled the sharing of knowledge, values, techniques, and common practices among various police forces. Our results also allow us to infer that DEA assumed a prominent role in shaping the field and in disseminating the elements that constituted its *habitus*.

This study intends to contribute to the research agenda in two distinct ways. Firstly, from a theoretical-analytical perspective, by proposing to think about state agencies autonomy and the possibility of examining their interactions as transnational. Such an analysis indicates that those interactions, often taken informally, were enabled by the field, which offered a socialization space for drug policing specialists. Secondly, from a political and empirical perspective, we contributed by highlighting the DEA ability to define agendas and influence police action around the world. With that, we aim to point out

potential implications for democratic accountability over public security.

Data were collected in the light of the historical evolution of DEA/PF cooperation, considering the strategies, interests, and degree of autonomy in daily interactions of each agency, from US and Brazilian government documents describing the cooperation terms. US documents comprised those published by the Department of State (DOS), the Department of Justice, the DEA, and the Government Accountability Office (GAO). The International Narcotics Control Strategy Report (INCSR), published annually by DOS, was one of the most important sources for this research, assessing the drug policies of the major drug producing and transit countries, as well as their cooperation efforts with the US. The audits produced by the GAO provided critical assessments of the programs conducted by the DEA, even pointing to the lack of governmental control. In turn, the documents provided by DOS provided a huge amount of information about US police agencies expectations towards their Brazilian peers, highlighting the role of training and events in these efforts.

109

Brazilian documents comprised all accessible memos of understanding (MoUs) signed between Brazil and the US (from 1992 to 2008), which describe the necessary material, financial, and human resources to implement the agreed upon terms. Besides providing relevant information about how the cooperation took place, these few documents also evince the lack of transparency in Brazilian institutions – given the scarcity and vagueness of the formalized and disclosed information. Such concern was the subject of investigations requested by government sectors, whose reports also provided important information.

However, as official documents offer limited evidence on the informal dimension of DEA and PF relations, we also relied on interviews with Brazilian police agents and

journalistic investigations that denounced DEA presence in Brazil. Besides offering new facts, these sources also enabled a better comprehension on the rationality and degree of autonomy of the authors in their transnational interactions. We had access to a huge amount of information that covered this period, but we chose to highlight key events that illustrated the argument in question.

Apart from this introduction, this paper is divided into four sections. The first section seeks to investigate the associations between law enforcement bureaucracies by mobilizing the transnational analytical scale. By employing Bourdieu's notion of field, we assume a transnational policing field shared by the DEA and the PF. The second section retraces the setting of the transnational policing field, emphasizing the approximation between both agencies at stake. To this end, we present the most diverse mechanisms through which these institutions began to interact to internationally control drugs. In the third section, we propose a power hierarchy that defines the transnational policing field, highlighting asymmetries between both institutions, which allow the PF to influence DEA anti-drug policing practices. Finally, we conclude the text by highlighting the contributions of the thinking tool to further research on police agencies transnational actions and their implications for drug policies.

110

### **New Analytical Scales: understanding the transnational field of policing**

Local, national, and international interdependent relationships established between policing agencies constitute what we conceive as “transnational” – a term used by the IR literature since the 1970s as part of the globalization process, which stimulates “contacts, coalitions, and interactions across state boundaries that are not controlled by the central foreign policy organs of governments” (Nye and Keohane, 1971, p. 331).

IR scholars tend to restrict the term to non-state actors, assuming as transnational an entity that is not part of a given state or nationality, as if its global condition made it foreign or non-national (Bigo, 2016). Such a definition presupposes that state bureaucracies cannot act transnationally, but only through interstate relations.

Although the legal functions of police are limited to the enforcement of state law and thus to national jurisdiction and territory, cooperation between police agencies and the internationalization of police functions have become increasingly common. Therefore, we understand that state agencies such as the police can act in national and transnational social spaces simultaneously, eliminating the possibility of an essential definition of their nature. Before the numerous interactions among different public and private police agencies worldwide, these dimensions are continuous and overlapping.

Considering that, Bourdieu's notion of field may function as a thinking tool to understand a social dynamic little addressed by the literature, namely the transnational interaction between state agencies such as the police. Other IR scholars have likewise employed Bourdieu's contributions as a possible analytic lens to investigate relations between public and private actors on a transnational scale (Adler-Nissen, 2011; Bigo 2011; Dezalay and Garth, 2011; Leander, 2011), as well as by criminology scholars dedicated to understanding policing as its own field of action (Bowden, 2021; Chan, 2001; 2004; Sheptycki, 1998). Thus, the case presented in this paper will be explored by dialoguing with this literature.

According to Bourdieu (1971), field refers to a relatively autonomous subsystem of relations characterized by the sharing of common understandings, values, functions, and practices. Each field is also characterized by its own "capital," which determines the power resources in dispute



and the terms of the relations that take place within it. Relations of cooperation and competition are established within this social space and structured around the access to this capital – which can be budget, technology, knowledge, credentials, or any other resource that is the object of dispute. According to the capital they possess or import from other fields to which they also belong, social actors occupy distinct hierarchical positions within a field (Leander, 2011). Thus, the most powerful actors in a field assume the authority to assign value to the capital possessed by other members (Bourdieu and Wacquant, 1992).

As fields coexist, influencing and affecting each other, a field is only relatively autonomous. In some cases, different fields coexist within a meta-field, whose influence affects other subfields. Bourdieu (2014; 1994) defines the state as a meta-field, consisting of a set of subfields – administrative, parliamentary, or policing-related – within and between which power disputes take place. Therefore, police is understood as a subfield that holds the authority to practice law enforcement by means of a mandate granted by the State, but not as an extension of the State itself. The bureaucracies that make up the State have missions and functions of their own, defining agendas based on possible conflicting interests, including governmental ones. To think “the state” as an actor or as a coherent bloc is a fiction (Bigo, 2016; Bourdieu, 2014).

Agents who belong to a field share a *habitus*, which acts as a “matrix of perceptions, appraisals and actions” that shapes their behavior (Bourdieu, 1990, 53). This indicates that individuals can shape the field, but they tend to act based on the values and practices shared and reproduced within it, resulting in a constant co-constitution of agent and structure (Bourdieu, 1990). This means that the field is not static, but rather in constant transformation due to both its interaction with others and the agency of its members (Bourdieu, 1983b).

We understand that the field of policing is composed of agents committed to crime control from different parts of the world and whose scope is, therefore, transnational. Rather than an institutionalized body, the field is a constellation of actors of varying composition, including law enforcement agencies, but also military or private security companies (Sheptycki, 2002; Leander, 2008). The consolidation of this transnational policing field has enabled complementary and competitive interaction between police agencies worldwide, allowing for the interaction between DEA and PF.

The concept of field allows us to study interactions between social actors beyond the spatiality normally associated with the state-centric and institutionalist approach common to IR (Bigo, 2011). Thus, such a concept enables us to think about the disaggregated action of the State, whose bureaucracies act and circulate transnationally, according to their association with local and transnational fields. Bigo (2016, 409) proposes the notion of transnational guilds “to explain the emergence of a specific group of powerful bureaucratic agents at the transnational scale in the field of (in)security.” Other authors have formulated different terms to provide a better understanding of this phenomenon, describing these new forms of global security governance, namely: transgovernmental (Slaughter, 2004), statist-transnationalism (Marenin and Akgul, 2010), and transnational (Bowling, 2009; Bowling and Sheptycki, 2012).

While part of the transnational field of policing, the police are also linked to the State meta-field (Wacquant, 2004). These professionals may feel more subordinate to their governments or more connected to the transnational policing field due to the missions, values, and knowledge they share – what Bigo (2016, p. 406) names “solidarity at a distance.”

That is, the State itself is a field of action and dispute, not a homogeneous and unified unit. State agencies – even those considered the heart of the State, such as

the police – can acquire a certain level of autonomy that allows them to act transnationally, working towards the achievement of their own goals and priorities in parallel to a broader agenda of interests defined by the government (Aydinli, 2010; Bigo, 2016; Chan, 2004).

In many cases, police bureaucracies have presented themselves as instruments at the government disposal. For example, the DEA has been instrumental in ensuring the achievement of US foreign policy interests on several occasions (Huggins, 1998; Paley, 2015). However, the specialized knowledge, access to budgets, and prestige of DEA agents enable them not only to acquire autonomy on the performance of their duties in a more agile and skillful way, but also to exercise power over the government itself in defining agendas or transferring funds that address their own interests (Bowling and Sheptycki, 2012).

114

Considering the scope with which this work is concerned – the development of a policing field in which drug control became the main catalyst throughout the 1990s and 2000s, – DEA has become the world's most powerful police agency, with an unprecedented transnational reach, leading to the establishment of a transnational policing field (Sheptycki, 2000). This field also enabled the interaction with the PF, over whom DEA came to exercise power. This does not mean that the American and Brazilian governments are completely alienated, sharing no political agenda between them or their police agencies. Although the police may be instruments of their respective governments, the case assessed in this research reveals that interactions between the agencies cannot be fully understood from a state-centered lens.

### **DEA transnationalization and its connections to Brazilian PF**

Since the 1970s, the transnational policing has been oriented by an understanding of the drug issue as a threat to the US national security. In 1971, Richard Nixon declared

“drug abuse” as the country’s number one public enemy, against which the government would promote an effective and total “war.” Identifying drugs as a major threat has granted the problem a wholly new status, making it a priority for the police and other security institutions. Ever since, successive presidents would refer to the topic as a “war” against a “threat” whose origins could be identified in something external to the North American society.

The mobilization for a drug war at the federal level led to the creation, in 1973, of a police agency exclusively dedicated to drug-related crimes: the Drug Enforcement Administration (DEA), which came to be the most important agency for conducting and expanding US transnational policing – especially towards Latin America. Assuming responsibility for an agenda that became central in the US government circles of power, such an institution gained increasing access to state budget, political power, influence, and autonomy before the State field.

Since its creation, DEA has expanded internationally, establishing offices within embassies and consulates worldwide – including in Brazil, where it is based in Brasília, São Paulo and, more recently, in Rio de Janeiro. The institution overseas functions include participating in bilateral investigations; cultivating and maintaining quality relationships with local actors; promoting and contributing to the creation of foreign institutions; supporting intelligence collection and sharing efforts; and offering courses and training (DOJ, 2007). DEA role in the drug control has gradually expanded across the globe, making it the most powerful and widespread anti-drug agency (Andreas and Nadelmann, 2006) and allowing it to lead the creation of a transnational field of anti-drug policing.

Although the presence of the institution in Brazil dates from its creation, it was only expanded between the 1990s and 2000s, bringing it closer to the PF – institution responsible for

the repression of international trafficking in the country. Since the 1980s, Brazil has become a relevant route for international cocaine trafficking, which led to its inclusion in US anti-drug efforts. During this period that, more precisely in 1986, the governments of Brazil and the US signed the “Mutual Cooperation Agreement for Demand Reduction, Prevention of Misuse and Combating Production and Trafficking of Illicit Drugs”, being renewed in 1995 and still in force nowadays.

The joint production and sharing of intelligence are one of the main cooperation fronts between the two countries, so that numerous operations are geared towards this. DEA agents based in Brazil and the PF, for example, hold regular meetings to exchange information. Such constant interactions allow for the building of a relationship of trust, stimulating more permanent cooperation strategies (Hufnagel, 2014). In this sense, the bureaucracies demand agreements that are subsequently negotiated at the governmental level. This scenario ends up defining the DEA main goal, which strives for consolidating a policing field through which it establishes bonds of trust with its peers, thus influencing and shaping the drug debate in the governmental sphere (DOJ, 2007).

116

Resources provided to the PF were allocated to training; equipment; intelligence gathering; interdiction of borders, ports, and airports; as well as to operations aimed at the dismantling of criminal organizations (DOS, 1996-2013; MRE, 1992-2008). Between 1992 and 2013, Memorandum of Understanding documents determined the transfer of resources from the US to Brazil to improve the capacity of the Brazilian police to suppress the cultivation, processing, trafficking, consumption, and export of drugs to the US. With that, the most diverse equipment and technologies were provided to the country, and a series of joint operations were conducted and financed.

DEA agents actuate in US embassies by establishing ties with their local peers to seek evidence and jointly build cases

and charges, recruiting local sources, interviewing witnesses, sharing information, and supporting local operations. After identifying a suspect, DEA and PF exchange information on hotels, airports, shipment, and passports records. When a drug shipment is seized and the authorities want to know its origin, a sample is sent to the DEA headquarters in the US for laboratory analysis (Lumpe, 2002).

A remarkable example of such joint action is the arrest of the famous drug dealer Luiz Fernando da Costa in 2001, better known in Brazil as Fernandinho Beira-Mar. Besides relying on the assistance provided by DEA, such an institution also brought together the Colombian and the Paraguayan police to this case (DOS, 2002). In 2002, North American authorities even asked for his extradition, which was denied (Ojeda, 2011). In 2007, the Special Investigation Unit (DPU) of the Federal Police initiated the Operation Phoenix in Rio de Janeiro, aimed to dismantle the criminal organization led by Fernandinho Beira-Mar from within the Federal Prison of Campo Grande, in Brazil. The operation received financial support from the Narcotics Affairs Session (NAS) of the US Embassy and from DEA (Wikileaks, 2007).

DEA also maintains confidential sources inside and outside the US that provide information and services to conduct investigations, reporting 4,000 active confidential agents abroad in 2017. However, an audit carried out by the Department of Justice verified the lack of a system for tracking payments to such persons, as well as of any specification of their activities, rendering government oversight very fragile (DOJ, 2017). This information indicates little transparency or democratic control over activities carried out by the DEA and other policing agencies in foreign countries.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> The Iran-Contra affair and the death of Kiki Camarena (DEA agent in Mexico) are famous cases that also confirm this assessment.

Government officials reported no general policy orientation for international police training programs coming from Washington. A former US ambassador based in Latin America even mentioned the lack of political guidance from the federal government, so that each agency is free to follow its own program agenda (GAO, 1992, 16) – although the Office of National Drug Control Policy (ONDCP) of the State Department was formally created in 1988 to coordinate these actions.

118 In other words, US government officials recognize the autonomy of police agencies in relation to the government command in working with their foreign peers. A frequent complaint from ambassadors is that law enforcement agencies, especially DEA and the Federal Bureau of Investigation (FBI), share little information about their investigations (Smith and Lippman, 1996). The lack of alignment and coordination between the most diverse programs leads to limited results, especially considering the broader objectives of US foreign policy (GAO, 1992, p. 3). In some cases, DEA interests and agenda may be more in line with the transnational field of policing than with the governmental agenda.

The relationship between police forces, which relate within their own action field, is markedly characterized by informality – a practice recognized and endorsed by the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). The so-called informal cooperation, or agency to agency cooperation, refers to routine police activities such as locating suspects or witnesses, collecting testimony from victims or voluntary witnesses, sharing intelligence and files, collecting evidence, or obtaining criminal records. Despite depending on the existence of bilateral or multilateral legal instruments, these activities are conducted in an autonomous and informal manner (UNODC, 2019). With such a sharing, police officers aim to obtain evidence

that can be used in criminal and trial proceedings, selecting useful evidence, and only then formalizing this cooperation procedure (UNODC, 2013).

Such informality can cross the barriers of legality. In an interview conducted with Getúlio Bezerra, the then head of the General Coordination of Narcotics Enforcement Police (CGPRE), and published in “Carta Capital” in 2002, Bezerra confirmed to journalist Bob Fernandes that part of DEA financial resources were made available to the PF by nominal deposits, informally. A screening conducted by the Central Bank verified two transfers from the US Embassy to Getúlio Bezerra himself (R\$ 800 thousand) and Marco Cavaleiro (R\$ 1.2 million) – the former head of the agency (Diniz, 2004; Brazil, 2004). Bezerra explains that the US prefers to work this way, because “it resulted in more flexibility, more engagement, speed [...] it is much more practical than to have this money go through budgets, bills, and a thousand shelves” (Fernandes, 2002). According to the interviewee, this is an old practice justified by the budgetary limitations of the police and the stiffness of State bureaucracies, “otherwise, we could not rent a house to establish a base, rent a boat, rent a car, pay an informant”, limiting the cooperation possibilities (Fernandes, 2002).

In Brazil, these relations autonomy sometimes clashes with the governmental agenda. Through the Operational Data Center (CDO) – an office financed by the Central Intelligence Agency (CIA) in Brazil – the Brazilian president at the time, Fernando Henrique Cardoso, was wiretapped while discussing the bidding process for the Amazon Surveillance System (SIVAM) project (Diniz, 2002). To listen in on Júlio César Gomes, the CDO claimed to suspect him to be involved in drug trafficking (Diniz, 2002). Justified by the “war on drugs” agenda and using the PF channels, the CIA was able to bug the presidential office. This fact is confirmed by delegate José Roberto Benedito



Pereira in a complaint published by “Istoé” magazine, in which he states that “the equipment used to listen in on Fernando Henrique Cardoso came from the CIA” (Diniz, 2002). With access to the President’s conversations, the then head of the PF declared: “I’ve got the man in my hands, I’m not going anywhere” (Fernandes, 1999). This case reveals that the US government can instrumentalize the trust network built via transnational policing, while the Brazilian police were complicit due to the relationships of trust and fidelity built with their North American peers.

The FBI’s intervention in the “Lava Jato” investigations was yet another striking case, in an operation that took on international proportions and destabilized Dilma Rousseff’s government, Brazilian corporations, and the overall country’s politics. Journalistic investigations revealed that FBI agent Leslie R. Backchies was responsible for fighting corruption in Latin America, namely for conducting Lava Jato in Brazil (Viana and Neves, 2020). Dialogues show that Brazilian police officers felt honored on working in proximity with the FBI agent, evincing the agency prestige in the transnational policing field. Reinforcing this approach, the former coordinator of the Task Force in São Paulo, Thaméa Danelon, was invited to present the operation in Washington and felt extremely honored for such a recognition, which granted her credentials and capital in the fields where she engages professionally (Viana and Neves, 2020).

Despite not involving DEA, this case shows how the transnational policing field operates. Conferences, events, and training contribute not only to knowledge transfer, but also to the construction of socialization hubs between agents of justice from both countries in a deliberate effort to foster relationships of trust with Brazilian authorities, building a direct relationship channel so as to influence police work, investigations, and the formulation of laws and public policies. As judge of the operation, Sergio Moro

also received training from US law enforcement agencies (Wikileaks, 2009), facilitating the FBI involvement against Brazilian governmental interests in cooperation with Brazilian federal judges and PF officers.

Currently, PF has been reproducing this practice with its South American neighbors, especially with the Bolivian police, where PF presence has grown since the late 2000s (Castro, 2017). In 2008, the Bolivian government of Evo Morales suspended DEA activities in Bolivian territory. According to documents released by Wikileaks, US diplomats held talks with PF for DEA agents expelled from Bolivia to be transferred to Brazil. However, the negotiations avoided involving the Brazilian Foreign Ministry, which was opposed to the decision due to its close relations with the Bolivian government (Conroy and Viana, 2011). According to US embassy counselor Lisa Kubiske,

this type of request would have to go through a diplomatic note pending approval by the Director of Transactional Crimes (COCIT) Virginia Toniatti and Secretary-General of the Ministry of Foreign Affairs Samuel Pinheiro Guimarães, both of whom would likely delay the request (Conroy and Viana, 2011).

To indirectly guarantee such an approval, Kubiske advised that DEA agents should simply apply for visas to Brazil, so that authorization could be interpreted as an acknowledgment by the Itamaraty. According to the document, despite government resistance, “the Federal Police has repeatedly expressed support for the increase in DEA personnel in Brazil” (Conroy and Viana, 2011).

In the transnational policing field, relations among police agencies occur with a certain degree of autonomy, so that their objectives and interests are not always aligned with those

defined by the governmental body. Police themselves often define the government direction regarding drug policies, influencing political decision-making. In this sense, the articulation of a transnational field that sets values, guidelines, practices, and knowledge surrounding the drug issue is fundamental to insure harmonization in the formulation and application of public policies. That is, drug policies might be designed in the transnational field and disseminated into domestic spheres of decision.

This also reveals and reaffirms that relations between the PF and DEA are not always promoted and sustained by government bodies – governments are not always capable nor interested in managing routine activities of such a cooperation. In turn, changes in government or eventual diplomatic tensions tend to have little short-term impact on these relations. Moreover, this movement also demonstrates the DEA power of influence to disseminate and reproduce its policing forms transnationally.

122

### **Power relations in the field: DEA's role in defining the guidelines for combating drugs**

The informality of such police cooperation reveals their own agenda and interests, with somewhat autonomy regarding the guidelines established by their respective government. However, this does not mean that DEA–PF relations constitute a “technical” or simply “problem solving” cooperation; rather, they have to comply with a political agenda led both by the government that creates the agencies and assigns missions and budgets to them and by the police agencies themselves, which mobilize and dispute resources, power, and prestige in their interaction with other police forces (in the field of transnational policing) and state agencies (in the meta-field of the state). Besides seeking to share their skills and knowledge with foreign police, they also want to validate and justify their work before the government.

The police themselves formulate and exercise politics, translated by a dispute for their own capitals within the field.

The documentary research reveals that, in most cases, DEA provides the resources or establishes the parameters, models, and priorities around which the PF must adapt (DOS, 1996-2013), which indicates that this institution both concentrates and defines the capitals in dispute in the field, such as access to resources, prestige, knowledge, and technology. Although relatively independent from the US government guidelines, the importance of DEA in the State meta-field – conferred due to the centrality of the anti-drug agenda in North American government bodies – provide it with access to resources that could be transferred to the transnational policing field.

DEA has had an enormous influence on drug policies and bureaucratic anti-drug bodies in Latin America (Ricart, 2018). Through cooperation programs, this institution managed to guide the PF agenda and evaluate the use of resources and technology in line with agreed-upon objectives (DOS, 1996-2013). With that, DEA aims to train police officers occupying key positions so as to deal with the drugs issue in line with the US approach (DOJ, 2007; Ricart, 2018).

Brazilian police officers seem to support relations with the DEA. When asked about the potential threat to national sovereignty presented by the DEA presence in the PF, the federal agent Getúlio Bezerra<sup>3</sup> stated that guaranteeing sovereignty is only important

In an ideal situation [...] Our cooperation exists because it is our feeling and our duty [regarding] the issue of drugs, organized crime, or other illegal acts. We will not win this war without cooperation (Fernandes, 2002, p. 31).

---

<sup>3</sup> Federal Agent at the Narcotics Enforcement Division (DRE/CCP) (1994-2002) and head of the Department for Combating Organized Crime (2003-2007).

Bezerra highlights the sense of duty and mission that he shares with his foreign peers, as well as the need for financial resources on the part of the institution. The 1991 Parliamentary Inquiry Commission on Narcotrafficking (CPI) describes “a situation of flagrant abandonment” of the PF, which had only R\$ 20 million to cover all its work. The report states that:

Today, the Brazilian government does not provide the Federal Police with any resources other than the payment of employees’ wages and the supplying of police and station facilities. Virtually all the resources used today to combat drug traffickers are of foreign origin, predominantly North American (Brazil, 1991).

Thus, access to resources reinforced the “solidarity at a distance” (Bigo, 2016) from the PF towards the DEA.

124

Brazilian police agencies were provided with series of courses for the country to hold the 2014 World Cup. Taking advantage of resources availability and the interest of US state and non-state actors in promoting an anti-terrorism agenda, the Rio de Janeiro state government agreed to establish a DEA office in the capital in 2015 under the claim of combating arms trafficking. According to the Secretary of Public Security of Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame:

DEA is a brand; it has a seal that allows it to obtain information in several places worldwide. It doesn’t necessarily have to be against drugs or weapons. But we will have, here in Rio de Janeiro, a specialized group that is already on our side in this fight (Beltrame diz..., 2015).

Once the DEA gains international prestige and recognition, the PF itself begins to demand and reproduce diffused practices deemed as advanced, efficient, and morally superior

in a process that Ricart (2018) describes as mimetic or emulation mechanisms. Access to DEA training and resources becomes an important credential within the PF and through its relationship with other state bodies.

However, this does not mean that relations within the field go by without resistance and conflict. When taking over as head of National Secretariat for Drug Policies (SENAD) in 1998, Wálter Maierovitch declared to be in favor of greater control over DEA activities in Brazil, placing him in direct confrontation with the US embassy (Evelin and Faria, 1999). In a press interview, Maierovitch stated that:

I did not authorize any foreign agent to operate in national territory. When the Air Force consulted me, I disallowed the landing of a plane with DEA agents and Peruvian police in Cruzeiro do Sul (AC). There's no need for the *chargé d'affaires* at the US embassy (James Derham) to lose his composure, I will not back down (Evelin and Faria, 1999).

125

The authorities of different countries consider the presence of DEA as intrusive (Ricart 2020), including in Brazil. DEA conducted a series of seminars for police and public security authorities on the 2007 Pan American Games (DOS, 2007). According to police chief Andrei Augusto Passos Rodrigues, “we didn’t request, we didn’t suggest, we didn’t indicate any specific course; the organization, the dynamics, the instructors, the cost, the location, are all up to the US government” (Viana 2014). Such a statement leads us to believe that the ability to provide resources is also translated into the ability to determine the Brazilian police agenda.

The power exercised by DEA in the transnational policing field is based on different strategies, including coercive actions and, specially, consensus building (Ricart, 2018). Since its inception, the agency has provided anti-drug training to its foreign colleagues, offering workshops and

training in the US or in host countries. According to the agency itself, their primary goal is to develop long-term working relationships between police forces and build institutional infrastructure within foreign law enforcement agencies and judicial systems (DOJ, 2007). As part of that plan, training also creates the basis for harmonizing drug policies and laws (Hufnagel, 2014). Analysts point out that Brazilian policies and police work on drug control largely reflect guidelines developed and applied in the US (Carvalho, 2013; Labate and Rodrigues, 2016).

Several factors enable the transnational sharing and transfer of knowledge between state bureaucracies, such as the comings and goings of professionals who attend training, seminars, and conferences in other countries; the dissemination of scientific and pedagogical materials such as manuals, magazines, and articles specialized in the theme; and also the development of a security industry that generates technology transnationally shared and commercialized, creating conditions for the application of this knowledge (Viana, 2017, p. 155). Hence, beyond building a transnational policing field, DEA also establishes itself as the most powerful actor capable of defining the structures and capital in dispute in this field.

Workshops and training form “a brotherhood of foreign police officers,” as stated by a DEA agent (*apud* Ricart, 2018, p. 35). This transnational trust network allows for police officers to keep in touch, share knowledge and information, or promote closer ties between their respective institutions. By penetrating and establishing ties in local law enforcement agencies, law enforcement officers build intimate bonds of trust that survive governments changes in both countries, such as in political parties and foreign policy priorities.

The International Drug Enforcement Conference (IDEC) is one of the most important events organized

by DEA. Created in 1983, this conference sought to institutionalize the regional cooperation of policing officers from Western hemisphere countries. It consisted of meetings under the leadership of DEA to share a certain vision and appropriate solutions to the drug issue, as well as to get closer to their foreign peers. The 2010 IDEC took place in Rio de Janeiro, Brazil, and was attended by delegations from 90 countries (DOS, 2011).

The hosting country also offers other courses, in which case the PF must select police officers occupying key positions that will receive training from US agencies to deal with the drug issues in compliance with the North American approach (Ricart, 2018). Once completed, the PF must commit to allocating its use strictly to drug enforcement for a minimum of two years (MRE, 1992).

The training includes a wide range of topics, such as drug enforcement techniques; port, airport, and highway security; intelligence and information gathering; money laundering; precursor chemicals control; and demand reduction. The event also provides training for judges, which includes mutual legal assistance, sentencing, and drug courts. Cybercrime training, community policing, Special Forces operations (SWAT), forensics, interrogation techniques, undercover operations, treatment of informants, cell phone tracking, mega-event security, and training for sniffer dogs are also frequently mentioned in governmental documents (DOS, 1999-2013).

According to a DEA agent, the strategy was to “concentrate training for police officers whose growth possibilities in their own systems were promising” (*apud* Ricart, 2018, p. 37) as to reproduce the knowledge acquired in their own corporations. Brazilian police officers deem that access to DEA training provides them with important credentials to move upward in the corporation. As a result, DEA overlooked the training of specialists



and the organization of a trust network composed of a transnational professional elite. The transnational policing field resulted in the creation of a category of actors with specialized knowledge, disseminating such an expertise both transnationally and locally and potentially shaping the drug enforcement policies of their respective countries.

## Conclusion

The field of transnational policing enabled a socialization that spurred a “solidarity at a distance” (Bigo, 2016) between DEA and the PF, characterized by shared missions, values, practices, functions, and knowledge. Law enforcement officers from both agencies became part of a specific transnational community through which they created bonds of loyalty and trust. In doing so, DEA built a hub through which it could influence the PF work and the Brazilian national drug control policy itself.

128

The reflection presented in this work aims to argue that the relationship established between law enforcement agencies was key in the dissemination of the “war on drugs” policy model from the US to Brazil – a process identified by a robust group of scholars (Boiteux, 2006; Carvalho, 2013; Rodrigues, 2012). We claim that training, technology transfer, financing, and routine coexistence enabled the consolidation of a specific *habitus* within the field, thus somehow harmonizing the work developed by DEA and the PF regarding drug law enforcement. Being holders of specialized knowledge and credentials, polices were able to exert an important influence on how drug policies were defined at the governmental level.

Being widely characterized by state-centric assumptions, the IR literature has paid little attention to the interactions between law enforcement agencies. In general, State agencies are assumed to be merely extensions of the State and, acting internationally under the command

of their respective governments, who define the foreign policy agenda. Such a barrier, however, has been broken by the literature on the transnational policing phenomenon, being of paramount importance for this research (Bigo, 2016; Bowling and Sheptycki, 2012;).

The case described in this paper aimed to evince that the State homogeneity does sustain when we observe transnational interactions among police agents, whose dynamics could not be captured by the state-centric lens often used to focus on diplomatic relations between States. Thus, we seek to highlight that the State action is not unified, but rather a multiplicity of bureaucracies – each endowed with their own agendas and interests that do not fully align (Bigo, 2016; Marenin and Akgul, 2010; Slaughter, 2004). In this sense, we sought to offer analytical possibilities on transnational interactions that occur between state agencies besides the security field.

Such an assumption was supported by the transnational concept and analytical scale developed by Bigo (2013; 2016) – inspired by the Pierre Bourdieu's (1971) field thinking tool. We observed that cooperation does not develop from decisions made at the highest levels of politics, in the governmental level, but rather that police agencies possess a certain degree of autonomy in their transnational relations, which renders a certain informality in the relationship with their foreign peers.

This perspective allows us to conclude that part of the DEA's strategy consisted of building a network of trusted police officers in the countries where it operates, influencing key leaders in these bureaucracies and discreetly building close ties that could survive governmental oscillations (DOJ, 2007). With that, DEA achieved a permanent transnational social space of interactions, guaranteeing a concerted effort among police agencies around the world. The 1990s and 2000s

in Brazil constituted a key period for the strengthening of these relations. Having the capital resources within this transnational policing field, DEA started to diffuse its *habitus* and provide financial resources, thus exerting an enormous influence on the PF and, consequently, on Brazilian drug policy.

From a normative perspective, this analysis raises questions on the limits of democratic accountability. In this regard, Sheptycki (2002, 336) argues that scholars' responsibility is "to gain access, move between and render accountable the great variety of policing type," guaranteeing a democratic policing while facing the challenges posed by the transnational era –precisely what this paper sought to achieve.

### **Acknowledgment**

130

I would like to thank all researchers at the Center for Transnational Security Studies (NETS/PUC-SP), especially Paulo Pereira and Tomaz Paoliello, for their attentive reading and suggestions.

### **Funder Information**

This article is a product of the author's doctoral research. Therefore, she would like to thank the *Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil* (CAPES), for funding it through Finance Code 001.

### **Priscila Villela**

The author holds a Ph.D. from the Interinstitutional Graduate Program in International Relations San Tiago Dantas from the UNESP, UNICAMP, PUC-SP universities. She works as a professor at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) and a researcher at the Transnational Security Studies Center (NETS/ PUC-SP).

## Bibliography

- AAS, Katja Franko. 2013. *Globalization and Crime*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- ADLER-NISSEN, Rebecca. 2011. On a Field Trip with Bourdieu. *International Political Sociology*. Oxford, v. 5, n. 3, pp. 327-330.  
DOI: 10.1111/j.1749-5687.2011.00137\_1.x
- ANDREAS, Peter. 1995. Free Market Reform and Drug Market Prohibition: US Policies at Cross-Purposes in Latin America. *Third World Quarterly*. Abingdon, v. 16, n. 1, pp. 75-87.  
DOI: 10.1080/01436599550036248
- ANDREAS, Peter; NADELMANN, Ethan. 2006. *Policing the Globe: criminalization and crime control in international relations*. Oxford: Oxford University Press.
- AYDINLI, Ersel. 2010. *Emerging Transnational (In)security Governance: A Statist-Transnationalist Approach*. London: Routledge.
- BAGLEY, B. 1988. US Foreign Policy and the War on Drugs: Analysis of a Policy Failure. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Cambridge, v. 30, n. 2-3, pp. 189-212. DOI: 10.2307/165986
- BATISTA, Nilo. 1997. Política Criminal com Derramamento de Sangue. *Revista Brasileira de Ciências Criminais (IBCCRIM)*. São Paulo, v. 20, pp. 129-146.
- BIGO, Didier. 2011. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*. Oxford, v. 5, n. 3, pp. 225-258. DOI: 10.1111/j.1749-5687.2011.00132.x
- BIGO, Didier. 2013. The Transnational Field of Computerised Exchange of Information in Police Matters and Its European Guilds. In: KAUPPI, Niilo; MADSEN, Mikael Rask. (ed.) *Transnational Power Elites: The New Professionals of Governance, Law and Security*. London: Routledge.
- BIGO, Didier. 2016. Sociology of Transnational Guilds. *International Political Sociology*. Oxford, v. 10, n. 4, pp. 398-416. DOI: 10.1093/ips/olw022
- BOITEUX, Luciana. 2006. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. Tese de Doutorado em Direito Pena, Medicina Legal e Criminologia. São Paulo: USP.
- BOURDIEU, Pierre. 1971 [1966]. Intellectual Field and Creative Project. In: BOURDIEU, Pierre. *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education*. London: Macmillan.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. *Sociologia*. [Org. Renato Ortiz] São Paulo: Átila.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. *The Logic of Practice*. Cambridge: Polity Press.

- BOURDIEU, Pierre. 1994. Rethinking the state: genesis and structure of the bureaucratic field. *Sociological Theory*. Ann Arbor, v. 12, n. 1, pp. 1-18. DOI: 10.2307/202032
- BOURDIEU, Pierre. 2014. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOWDEN, Matt. 2021. The security field: Forming and expanding a Bourdieusian criminology. *Criminology & Criminal Justice*. Thousand Oaks, v. 21, n. 2, pp. 169-186. DOI: 10.1177/1748895819839734
- BOWLING, Ben. 2009. Transnational Policing: The Globalization Thesis, a Typology and a Research Agenda. *Policing*. Amsterdam, v. 3, n. 2, pp. 149-160. Disponível em: <https://bit.ly/3ExOQKj>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- BOWLING, Ben; SHEPTYCKI, James. 2012. *Global Policing*. London: SAGE Publications.
- BRAZIL. 1991. CPI do Narcotráfico. Brasília: Câmara dos Deputados.
- BRAZIL. 2004. Audiência Pública: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Brasília: Câmara dos Deputados.
- CARVALHO, Salo. 2013. *A Política Criminal de Drogas No Brasil - Estudo Criminológico e Dogmático*. São Paulo: Editora Saraiva.
- CASTRO, Helena Salim de. 2017. *Policiamento Transnacional: uma análise da cooperação entre Brasil e Bolívia no combate ao tráfico de drogas (2008-2012)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. São Paulo: UNESP; UNICAMP; PUC-SP.
- CHAN, Janet. 2001. Negotiating the Field: New Observations on the Making of Police Officers. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*. Thousand Oaks, v. 34, n. 2, pp. 114-133. DOI: 10.1177/000486580103400202
- CHAN, Janet. 2004. Using Pierre Bourdieu's Framework for Understanding Police Culture. *Droit et société*. Liège, v. 56-57, n. 1, pp. 327-346. DOI: 10.3917/drs.056.0327
- CONROY, Bill; VIANA, Natalia. 2011. Wikileaks: Agentes da DEA expulsos da Bolívia por espionagem vieram para o Brasil. *Agência Pública*. São Paulo, 5 jul. Disponível em: <https://bit.ly/3JpfzMv>. Acesso em 27 dez. 2021.
- DEL OLMO, Rosa. 1990. *A Face Oculta das Drogas*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- DEPARTMENT OF JUSTICE – DOJ. 2007. *The Drug Enforcement Administration's International Operations: U.S. Department Of Justice Office Of The Inspector General Audit Division*. Washington.
- DEPARTMENT OF JUSTICE – DOJ. 2017. *The Drug Enforcement Administration's Payments To Confidential Sources: U.S. Department Of Justice Office Of The Inspector General Audit Division*. Washington.

- DEPARTMENT OF STATE – DOS. 1996-2013. *International Narcotic Control Strategy Report (INCSR) 1996-2013*. Washington: Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL).
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. 2011. Hegemonic Battles, Professional Rivalries, and the International Division of Labor in the Market for the Import and Export of State-Governing Expertise. *International Political Sociology*. Oxford, v. 5, n. 3, pp. 276-293.  
DOI: 10.1111/j.1749-5687.2011.00134.x
- DINIZ, Weiller. 2004. PF no Paralelo. *ISTOÉ*. São Paulo, 14 abril.  
Disponível em: <https://bit.ly/3158Cz2>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- DINIZ, Weiller. 2002. A CIA continua no Brasil. *ISTOÉ*. São Paulo, 21 nov.  
Disponível em: <https://bit.ly/3Jl2y6C>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- EVELIN, Guilherme; FARIA, Tales. 1999. “Wálter Maierovitch: um juiz em guerra.” *Istoé*. São Paulo, 23 jun. Disponível em: <https://bit.ly/3Ha5Oji>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- BELTRAME DIZ que informações do DEA vão ajudar Rio no combate ao tráfico. 2015. *Portal G1*. Rio de Janeiro, 19 out. Disponível em: <https://glo.bo/3EwuKzO>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE – GAO. 1992. *Foreign Aid: Police Training and Assistance*. Washington: United States General Accounting Office.
- GRANDALL, Russel. 2002. *Driven by Drugs: U.S. Policy Towards Colombia*. Boulder: Lynne Reinner Publishers.
- HUFNAGEL, Saskia. 2014. Strategies of police cooperation: comparing the Southern Chinese seaboard with the European Union. *Crime, Law and Social Change*. New York, v. 61, n. 4, pp. 377-399. DOI: 10.1007/s10611-013-9494-2
- HUGGINS, Martha. 1998. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos / América Latina*. São Paulo: Cortez Editora.
- LEANDER, Anna. 2008. Thinking Tools. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. *Qualitative Methods in International Relations*. New York: Palgrave MacMillan. pp. 11-27.
- LEANDER, Anna. 2011. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. *International Political Sociology*. Oxford, v. 5, n. 3, pp. 294-313.  
DOI: 10.1111/j.1749-5687.2011.00135.x
- LUMPE, Lora. 2002. *US Law Enforcement Involvement in Counternarcotics Operations in Latin America*. Washington Office on Latin America.
- MARENIN, Otwin; AKGUL, Arif. 2010. Theorizing transnational cooperation on the police and intelligence fields of security. In:

- AYDINLI, Ersel. (ed.). *Emerging Transnational (In)security Governance: A Statist-Transnationalist Approach*. London: Routledge. pp. 102-132.
- MARTINS, Marco Antonio. 2013. Agentes da CIA conseguem atuar livremente no Brasil. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 15 set. Disponível em: <https://bit.ly/3mDsjpg>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. (1992-2008) *Memorando de Entendimento sobre controle de narcóticos e aplicação da lei entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. Ministério das Relações Exteriores do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores 1992, 1993, 2003, 2008.
- NADELMANN, Ethan. 1993. *Cops Across Borders: the Internacionalization of U.S. Criminal Law Enforcement*. Pennsylvania: Penn State Press.
- NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. 1971. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. *International Organization*. Ann Arbor, v. 25, n. 3, pp. 329-349. DOI: <https://bit.ly/3z0xy7a>
- OJEDA, Igor. 2011. EUA ajudaram PF a desmantelar quadrilha de Fernandinho Beira-Mar. *Agência Pública*. São Paulo, 1 jul. Disponível em: <https://bit.ly/3Jp5pvi>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- PALEY, Dawn. 2015. *Drug War Capitalism*. Oakland: AK Press.
- RICART, Carlos Pérez. 2019. El papel del Federal Bureau of Narcotics en el diseño de la política de drogas en México (1940-1968). *Frontera norte*. Tijuana, v. 31, n. 1. DOI: 10.33679/rfn.v1i1.2045
- RICART, Carlos Pérez. 2020. Taking the War on Drugs Down South: The Drug Enforcement Administration in Mexico. *The Social History of Alcohol and Drugs*. Chicago, v. 34, n. 1, pp. 82-113.
- RICART, Carlos Pérez. 2018. El papel de la DEA en la emergencia del campo policial antidrogas en America Latina. *Foro Internacional*. Ciudad de México, v. 58, n. 1, pp. 5-48. DOI: 10.24201/fi.v58i1.2483
- RODRIGUES, Thiago. 2012. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, pp. 9-41. DOI: 10.1590/S0102-85292012000100001
- SHEPTYCKI, James. 1996. Law Enforcement, Justice and Democracy in the Transnational Arena: Reflections on the War on Drugs. *International Journal of the Sociology of Law*. London, v. 24, n. 1, pp. 61-75. DOI: 10.1006/ijsl.1996.0004
- SHEPTYCKI, James. 1998. The Global Cops Cometh: Reflections on Transnationalization, Knowledge Work and Policing Subculture. *The British Journal of Sociology*. Ann Arbor, v. 49, n. 1, pp. 57-74. DOI: 10.2307/591263

- SHEPTYCKI, James. 2000. The 'drug war': learning from the paradigm example of transnational policing. *In: SHEPTYCKI, James. Issues in Transnational Policing*. London: Routledge. pp. 201-228.
- SHEPTYCKI, James. 2002. Accountability Across the Policing Field: Towards a General Cartography of Accountability for Post-Modern Policing. *Policing and Society*. Abingdon, v. 12, n. 4, pp. 323-338.  
DOI: 10.1080/10439460220000055
- SHEPTYCKI, James. 2007. Criminology and the Transnational Condition: A Contribution to International Political Sociology. *International Political Sociology*. Oxford, v. 1, n. 4, pp. 391-406.  
DOI: 10.1111/j.1749-5687.2007.00028.x
- SILVA, Luíza Lopes da. 2013. *A Questão das Drogas nas Relações Internacionais: uma perspectiva brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. 2004. Disaggregated Sovereignty: Towards the Public Accountability of Global Government Networks. *Government and Opposition*. Cambridge, v. 39, n 2, pp. 159-190.  
DOI: 10.1111/j.1477-7053.2004.00119.x
- SMITH, Jeffrey; LIPPMAN, Thomas. 1996. FBI plans do expand overseas. *Washington Post*. Washington, DC, 20 aug. Disponível em: <https://wapo.st/3erYW4z>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. 2013. *Comprehensive Study on Cybercrime*. New York: United Nations Publications.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. 2019. E4J University Module Series: Cybercrime.
- VIANA, Manuel Trindade. 2017. *Preparando para a guerra, preparando para a paz: a história de sucesso colombiana e a transformação do profissional militar*. Tese de doutorado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro PUC-Rio.
- VIANA, Natalia. 2014. EUA treinaram policiais para conter manifestações na Copa. *Agência Pública*. São Paulo, 11 jun.  
Disponível em: <https://bit.ly/3EDJGMU>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- VIANA, Natalia; NEVES, Rafael. 2020. O FBI e a Lava Jato. *Agência Pública*. São Paulo, 1 jul. Disponível em: <https://bit.ly/3qxcGAV>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- WACQUANT, Loïc. 2004. Esclarecer o Habitus. *Sociologia*. Porto, v. 14, pp. 35-41. Disponível em: <https://bit.ly/3HIEXLb>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- WALKER III, Willian. O. 1999. The Limits of Coercive Diplomacy: U.S. Drug Policy and Colombian State Stability, 1978-1997. *In: FRIMAN, Richard; ANDREAS, Peter. The Illicit Global Economy and State Power*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers. pp. 143-171.



WIKILEAKS. 2007. *NAS Brazil Activity Report, November 2007*. Disponível em: <https://bit.ly/3yZZAQp>. Acesso em: 27 dez. 2021.

WIKILEAKS. 2009. *Brazil: Illicit Finance Conference Uses The “T” Word, Successfully*. Disponível em: <https://bit.ly/3FCjaog>. Acesso em: 27 dez. 2021.

WASHINGTON OFFICE ON LATIN AMERICA – WOLA. 1987. *Police Aid and Political Will: U.S. Policy in El Salvador and Honduras (1962-1987)*. Washington: The Washington Office on Latin America.



# SECURING THE MALL: DAILY HOSPITALITY SECURITY PRACTICES IN SÃO PAULO

Susana Durão<sup>a</sup>

<sup>a</sup>*Professor of Anthropology at the Institute of Philosophy and Human Sciences of the State University of Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. E-mail: sdurao@unicamp.br*

*Orcid: 0000-0001-8096-6806*

Erika Robb Larkins<sup>b</sup>

<sup>b</sup>*Associate Professor of Anthropology and Behner Stiefel Chair of Brazilian Studies at San Diego State University. California, USA. E-mail: erika.larkins@sdsu.edu*

*Orcid: 0000-0002-6710-7799*

Carolina Andrei Fischmann<sup>c</sup>

<sup>c</sup>*Junior fellow and research assistant on the “Policing and Urban Imaginaries: New Security Formats in Southern Cities” project, funded by FAPESP: IFCH, Unicamp. Campinas, SP, Brasil.*

*E-mail: carolfischmann@gmail.com*

*Orcid: 0000-0002-8298-5442*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-137174/114>

## Introduction

On a relatively calm afternoon in December, we accompanied a security guard named Carla to the bookstore, located inside the Rivertown Mall, where she worked.<sup>1</sup> A few minutes earlier, the radio had crackled and the monitoring center operator alerted Carla to a “Code 17” in progress. A 70-year-old white man was stuffing merchandise under his jacket and had been caught

---

<sup>1</sup> To protect the anonymity of the mall and all the respondents, we have used pseudonyms.

by the cameras. Carla intercepted him in the hallway outside the bookstore and politely invited him to explain himself: “Good day, sir. Did you forget something?” she said, smiling.

The man’s face immediately tensed. Somewhat agitated, he hastily removed the hidden books and offered to hand them over. Instead of taking the books, Carla asked him his name. Julian. To keep Julian from feeling cornered, and seeing that he was sweating with nerves, she began speaking to him in a low voice: “Are you feeling sick? Do you need anything?” Her tone was calm and kind. She sought to avoid a crowd forming around the man and, above all, to avoid anyone filming the interaction. Making small talk, occasionally glancing anxiously from side to side, she bought time until the supervisor arrived to lend support. Soon after, the bookstore manager arrived as well. Overall, the interaction was smooth and attracted little attention from passerby. Carla had done her job.

138

Since the “victim” here was not the mall, but the bookstore, it fell on the store manager to decide what course of action to take. He spoke discreetly with the mall’s security supervisor, indicating his desire to file a police report. Julian had committed previous thefts at the store.<sup>2</sup> This time, ironically, he had stolen two law books: one on business law and one on administrative legal codes. As it turned out, he was a lawyer. Escorted by Carla, Julian was taken to an unmarked office on the ground

---

<sup>2</sup> According to the 20th Brazilian Supermarket Retail Loss Assessment Survey, published in 2020, the sector suffered 6.9 billion in losses in 2019, which corresponds to 1.82% of the sector’s gross revenue. The survey was carried out with 204 shopping center chains. Among the top causes of losses in the sector cited by participants are operational breakdown (39%), external theft (17%), inventory errors (12%), administrative errors (11%), internal and supplier theft (with 7% each). Theft by customers, therefore, does not occupy the central position in losses. Although thefts comes second in terms of losses, in total they do not represent a high percentage figure. According to the data, the biggest problem in the sector is at various points in the supply chain. If we think of the gross loss values for Brazil, one billion caused by external theft is not particularly significant.

floor adjacent to the garage. As the mall security team had a pre-arranged relationship with the neighborhood military police, reinforcements arrived quickly. Two police officers entered, dressed in plainclothes. Uniforms, which attract attention, are not a welcome sight in the mall's commercial environment. Julian, head hanging low in apparent humiliation, was taken to the nearest police station.

Security guards call the type of approach Carla adopted with Julian the “social approach,” or the social stop (*abordagem social*). In Brazil, the term “abordagem” is used mainly in reference to military police officers. It implies taking an aggressive and confrontational attitude towards the police-citizen encounter, and is often associated with posturing by novice officers, who usually occupy the lowest status in the corps. In this situation, the “social” aspect restrains the aggression inherent in the confrontation, implying a dimension of tact and care. Guards identify this approach—and the delicate negotiation between addressing security issues while maintaining a level of calm and tranquility in the encounter—as one of the most important tactics used in mall security. As Carla explained after the incident with Julian: “We approach these situations carefully, cautiously, so that others around us don’t get scared. We have to stop the person, but never arrest them!” Or as the mall’s supervisor, Gilson, explained, “You don’t touch the person at any time. We are surrounded by the general population, there among all the shopping guests [referring to the costumers], and we have to be very careful.” In the mall under study, security guards preferred the term “guest.”

As Emmanuel, a successful mall security consultant, told us, the social stop has become a standard practice of private security work, especially in retail settings, being adopted even with customers who act disrespectfully. The social stop is revealing of two central dynamics explored

in this paper, both of which are relevant to understanding how private security works in commercial establishments in Brazil and abroad. First, it suggests that mall security relies on the unspoken agreement that the mall space must be preserved as a peaceful, tranquil, and hospitable place, even when thefts and other disturbances occur. Hospitality is not just a manage trend (Clifton, 2012; Yoel, Pizam, 2006), but socially and politically produced. If crimes are committed, they must be kept hidden from the public. Hentschel and Berg (2010), writing about Cape Town (South Africa), propose thinking about the securitized places they call “governance bubbles” as places where urban governance and private regulations converge. We propose to extend this idea to encompass what we call “hospitality security bubbles.” In cities with high levels of urban violence, places with well-developed security like the mall have a comforting effect on consumers, which is produced primarily through the constant, daily work of security guards. Such private operators, usually outsourced or with precarious in-house contracts, are the preferred intermediaries for this feeling of well-being. In São Paulo, more so than in any other Brazilian city (Moura, 2010; 2012), the experience of residential and leisure spaces considered quiet and pleasant, especially for middle-class, mostly white residents, is directly linked to the presence of private securitization and access control services, but also to a sense of security based on hospitality strategies and tactics.

Second, the social stop, as described above, shows how the work of maintaining this desired calm is accomplished largely by the labor of guards themselves, who create security in and through small-scale social encounters such as the one between Carla and Julian. These two elements together, we argue, reflect a distinct form of private security work we called “hospitality security,” a mode of protection that draws both on long-standing cultural notions of cordiality

and also on the racialized, gendered, and classed labor of low-level security guards themselves.

In this paper, we argue that hospitality security is a private security assemblage that combines architectural and aesthetic elements with security guards careful behavior. Guards must be able to create in clients an overwhelming sense of security (*sensação de segurança*), a comforting feeling separate from that characterized by traditional elements of force and control. While working to maintaining the physical space as a safe, orderly, and clean space, guards must also hone their self-control to not show any signs of aggression, impatience, or indifference. This is no small task, as the dominant security modalities in Brazil are defined by the uncontrolled and unregulated excessive use of violence. Hospitality security therefore represents a counter current—and a fragile one at that.

Managers and guards describe the smooth, subtle, and embodied tactics of hospitality security as part of a larger historical turn related to what Loader and Walker (2003) defined as a move towards “civilizing security.” Most surprising, perhaps, is that this process is occurring in private security environments, rather than as a government-led public policy. Besides, commercial security is not shaped by a rhetoric of human rights, even as managers and guards actively work to distance themselves from the violent images associated with security in Brazil. As Rivertown’s executive manager told us: “A few years ago, the guard wanted to be like a cop: rugged, strong, tall, with an aggressive, tough look. Today it is exactly the opposite. He must know how to talk to people and make them feel welcome on site. The guard is the business card of the mall. What we sell is a *sensação de segurança*.” Consequently, the development of hospitality security rests on the understanding that a certain restraint of a supposedly “natural” state of violence

by security personnel is necessary (Salem; Larkins 2021), not because of moral or ethical parameters, but because violence is seen as antithetical to selling goods.<sup>3</sup>

### **Theorizing Hospitality Security in the Brazilian Context<sup>4</sup>**

Despite the prevalence of hospitality security in São Paulo, and the importance of private security as a management tool for controlling urban milieu in general, the anthropological and sociological literature is much more focused on public security actors, such as police. The presence of private security in the Brazilian cityscape is ubiquitous. Notably, the number of security guards tends to increase relative to the number of police officers in Brazil, following trends observed in nations of the Global North (Manzo, 2004). In 2019, the total registered number of guards in private security was 545,447, while the number of police officers was 592,605, counting all state Military and Civil Police forces (cf. Public Security Yearbook, 2020). The private security market consists of businesses of all

142

---

<sup>3</sup> The public image of police in São Paulo is intrinsically related to urban violence and conflict. Violence workers, perpetrators and facilitators of police atrocities committed during the military dictatorship (1964-1985) still reverberate in police behavior and public consciousness (Huggins et al, 2002). Even the focus on human rights since the 1990s has not reduced continued urban segregation, incarceration and police killings, especially of Black youth (Alves, 2018). In cities like São Paulo and Rio de Janeiro, killing is a shared common practice (Willis, 2015), and police officers often perform what Salem and Robb Larkins call a form of “wild masculinity” (2021). Cases of extreme violence perpetrated by private security guards in supermarkets, malls and other commercial spaces are also not uncommon. More recently, however, they have attracted widespread negative repercussions. The “Carrefour case,” involving the death of João Alberto Silveira at the hands of security employees in the city of Porto Alegre, is an example of how security workers operate through an anti-black framework, whether in public or commercial settings (Durão; Paes, 2021).

<sup>4</sup> This text is based on research results from the “Policing and Urban Imaginaries: New Security Formats in Southern Cities” project, coordinated by Susana Durão and where Carolina Andrei Fischmann worked as an assistant. The Project is the result of a cooperation agreement between the Foundation for Science and Technology of Portugal / FCT and the São Paulo Research Foundation (FAPESP, 2014/19989-5), lasting from 2015 to 2019.

types and sizes.<sup>5</sup> Although largely national, we see a growing presence of multinational players such as G4S, Securitas, GPS, etc. These official numbers, however, do not capture the huge unofficial and clandestine private security market, which is estimated to be double the regulated one (Durão, Paes, 2021). Not surprisingly, the debate on private security in Brazil focuses on discussions about the political system, as the emergence of private security is often framed as a direct consequence of failed public security and a broken judicial system (Caldeira, 2000). The pervasive presence of private security and technological surveillance is seen as an extension of violence and lack of state regulation (Firmino et al, 2013; Huggins, 2010; Lopes 2014; 2015; 2017) and excessive use of force by guards (Lopes, 2020). Private security thus is most often examined through an absence prism, as insecurity, as violence, as unregulated action (Abrahamsen; Leander, 2016; Kim et al, 2018).

As Gluck and Low (2017) noted, however, security is produced and productive, not merely an absent aspect of a system. In Brazil, public and private security reflects and is produced within contexts of long-standing colonial ideas about social order. At the same time, security is an important route for reproducing contemporary social and racial hierarchies. The produced and productive elements of the security field in Brazil are not limited to the performance of ostensible, armed labor that is conducted with recourse to violence or the threat of violence. Rather, more overt or

143

---

<sup>5</sup> Today, legally recognized private security in Brazil is divided into five sectors: property protection, transport of valuables, armed escort of cargo, personal security and major event security. Property security, which mobilizes the most resources and workers, is characterized by protection of tangible and intangible assets (people, goods, and image) of companies and can be subdivided into commercial, industrial, residential, and banking. Armed escort, valuables transport and industrial property security certainly focus on preventing theft of cargo, goods, or valuables. In settings such as malls, however, this purpose is diluted. Guards must protect commercial property, but describe their main goal as related to creating a sense of security for customers.



aggressive forms of security are complemented by a set of practices that comprise what we call hospitality security.

Building on this framework, we focus on private security not as an absence or lack of security, but rather by examining it on its own terms, without invoking more conventional narratives of insecurity. In recent years, a subfield of security anthropology has been gaining traction (Samimian-Darash; Stalcup, 2017), focused particularly on studying policing as it happens in everyday practice (Garriott, 2013; Karpiak, 2016). Despite the several ethnographic accounts of “security providers,” such as gangs, militias, or vigilantes, operating outside the state or on its margins, ethnographic attention to commercial and local security entities, and especially engaging with security employees perceptions and daily practices, are still scarce (Grassiani; Diphooorn, 2017). We seek to bridge this gap in the literature.

144 Simultaneously, hospitality security cannot be divorced from the growth of specific urban environments in Brazil—whether residential condominiums, high rise offices, or retail spaces—that rely on security managers and workers. Security is integral to the formation and desirability of these spaces, and thus our focus on hospitality security shows how security itself is more than overt social control. In recent years, we see this at play in the emergence of a managerial literature promoting “security as a lifestyle.” As one author notes: “Security must protect the pleasures life affords us. It is not a mere case of asset protection” (Lucca; Costa, 2016). Protection, in this formulation, is no longer an external element. Rather, it is embedded in feelings, an omnipresent presence evidenced by the guard’s apparent friendliness, disposition, care, and altruism as it is marshalled to protect the desired pleasure. When understood as such, hospitality security is a macro process that reflects the increasingly micro-entrepreneurial experiences. As security becomes more curated and tailored, it is incumbent on companies

to produce “gourmet security,” whose provision relies on “the entire organization to act as one big customer service department” (Só e Silva; Mesquita, 2017, p. 96).

Hospitality security, centered as it is on upper middle-class spaces of consumption and leisure, such as high-end shopping malls, gated condominiums, country clubs and sports venues, is a material, social and symbolic apparatus that should signal care for the spaces and consideration for clients, visitors, and customers. Hospitality security in São Paulo, as we will be discussed, is set up precisely to confuse and mix security with care. It operates as part of the larger grammar shaping everyday urban life, complementing both the “tougher” forms of security more typically studied in the field (policing and militarism) and the broad realm of services (maids, nannies, gardeners, doormen, drivers) that provide for the well-being of the affluent. Hospitality security in 21st century Brazil, therefore, is indicative of how security is not only—or not merely—a response to fear of crime, insecurity, and violence; it is produced through urban segregation: On one end, low-income communities of color are violently policed; on the other, private security contributes to creating hospitable bubbles for white elites. Hospitality security is also an integral part to cultivating a certain lifestyle and way of being in the city.

Like other elements of security escapism, such as border walls, design fortresses, cybersecurity, security cameras, and security alert systems (Ghertner et al, 2020), hospitality security is part of contemporary aesthetics and the management of urban life. City dwellers not only want access to safe spaces for consumption, but also a sense of freedom from the violence they see as characteristic of the streets. As we heard a customer comment one day, speaking to the friendly, smiling guard: “Here, I can just focus on shopping. I don’t need to think about protecting my purse, looking around, dealing with the feeling that I can be

robbed at any time, like outside, on the street.” Consumers are thus transported to a time space of consumption and fun where São Paulo’s violence and social inequality can be temporarily forgotten. Awash in the malls’ golden light, in aisles or inside stores, consumers experience a sense of tranquility that frees them from social constraints and the fear of being targeted by crime.

This sense of selective freedom, of course, is the direct result of security tactics and mechanisms. Hospitality thus always operates against and in reference to fear, violence, and harsher policing tactics. It exists in a generative and symbiotic relationship with more violent forms of security.

Urban security bubbles in their multiple formats (for housing, shopping, work) have become a status symbol and are the object of escapism and desire for everyone—from the elite, who can afford these services, to the low-income and middle classes who aspire to access them. Production of these spaces, however, depends on the precarious labor of underpaid private security guards who come from the bottom of the social structure.

As illustrated by Carla’s encounter with Julian, as the primary agents of hospitality security, guards are asked to do delicate work: categorize different mall patrons into categories and take different approaches with them depending on that categorization, while keeping the encounter discreet and invisible to the establishment’s wider public. In these micro-encounters, security is entangled with hospitality, as hospitality becomes a technology for maintaining social and spatial relationships that preserve an aesthetic of care and attention while working as a form of crime prevention. Hospitality security, thus, entails not only reducing opportunities for theft, but also reducing the possibilities for any form of tension, manifestation of violence, or physical threat that might disrupt the tranquility of the bubble.

Hospitality security, and its success or failure, is directly tied to the reputation of the space in question. Breaches in the unspoken agreement that the mall be preserved as a peaceful place impact not only the shopping where a particular episode took place, but extend to all others. As Emmanuel, the mall's security consultant explained it: "There is no competitiveness between malls in terms of security. If something bad happens in a mall and the news gets out, for example, about let's say, a case where the guards get overly aggressive, we all lose. The entire sector. It is the mall, any mall, that is no longer seen as a peaceful place." As such, there is great pressure from the industry to toe the line, providing top-notch hospitality security by requiring guards to perform the constant work of micro-negotiation to avoid seeming unprofessional or unchecked.

### **Studying the Mall**

This paper draws on our long-term fieldwork on private security in Brazil from 2014 to the present. We focus on empirical data collected during fieldwork in one of the largest, busiest, and most well-known malls in São Paulo for five consecutive months between October 2017 and March 2018. During this period, we closely monitored the work of guards, supervisors, and managers, including employees of the mall's electronic surveillance center, in their daily activities.<sup>6</sup> Finally, at various points in the project, we attended professional development courses for security supervisors and managers and participated in the initial training course for security guards working in property protection.

Rivertown, the mall chosen for analysis, opened in 1981 and was one of the first shopping center in São Paulo. Architecturally, its building stands out in the city: resembling a

147

---

<sup>6</sup> Besides a more observational work, we also conducted more than 50 interviews with employees and owners of various private security companies. The interviews lasted between 2 and 3 hours.

giant cruise ship, it is covered by glass roof windows. Located in an upscale neighborhood, with easy access by car, bus, train and subway, the mall is quite busy and has a relatively socio-economically diverse clientele. The mall employees we spoke with said that the mall mainly caters to middle and upper class customers during the week, as the establishment is close to the commercial center of São Paulo. They added that most customers would identify as white. At mealtimes, when guests flock to the many restaurants, Rivertown is at its most crowded. On the weekend, however, the clientele is mixed, with people from all social classes circulating in the mall space. On average, 40,000 people visit the mall per day.<sup>7</sup> Rivertown has three floors, 340 stores, and hosts many high profile cultural events.

148 The mall is part of a commercial management group with more than 24 malls in its portfolio, most of them concentrated in São Paulo and Rio de Janeiro. The group runs both elite and more humble establishments. Although all the group's malls share the same corporate security plan and risk analysis, have a security CEO to whom local security managers report, and operate as a well-oiled administrative machine, the mall under study also had what Emmanuel, the security consultant, called a "cordiality plus" policy: guards are specially trained to be "courteous" and even to anticipate guests questions and desires. Details matter, he explained. For example, if the guard patrolling on a Segway is stopped by someone, he will get off the vehicle, and if it is a child, he will bend down to the child's level to address them.

Private security in malls has received little attention in the anthropological and sociological literature. One of the first essays on the advance of private security in commercial venues, based on a Foucauldian perspective, "From the

---

<sup>7</sup> Estimate based on the number of cars entering the parking lot and the number of people connecting to the free Wi-Fi network through registration.

Panopticon to Disney World: The Development of Discipline” (Shearing; Stenning, 1984) describes the “Disney order” as an example of modern private corporate policing, combining safety, comfort, and technological fetish. Similarly, scholars studying malls as regulated and policed structures in the US argue that the sense of “community” rather than “public” stifles political opposition and criticism in the name of civility (Staeheli; Mitchell, 2006), creating a “consumerist citizenship” (Chevalier, 2015; Hobden, 2014; Voyce, 2006). Others have studied how moralizing discourses attempt to create “friendly” exclusions and managed inclusions of Black youth in US malls (O’Dougherty, 2006).

Shopping malls are important for human geography (Goss, 1993). Described as inspiring awe in consumers by combining architecture with emotional and affective sensibilities (Miller; Laketa, 2019), malls have their own political workings and can be seen as places for resisting center-margin relations, and the public social orders represented by the security apparatus. Malls have also been treated by scholars as places of encounter or even resignification of social practices of differentiation, as shown in cities like Johannesburg and Bosniak (Aceska; Heer, 2019). In several Latin America cities, for example, poor urban Black dwellers enter and strategically appropriate regional, middle-class, white-dominated malls (Stüllerman; Salcedo, 2012), such as the “*rolezinhos*” (little stroll) in São Paulo and other Brazilian cities. In 2014, Black teenagers from low-income communities began gathering in large numbers to hang out together (“*dar um ark*”) and have fun in the malls of their cities. The practice caused moral panic and some malls won the judicial right to ban such events, which in turn led to a broad debate on segregation in Brazilian society. *Rolezinhos* have been interpreted as part of the urban struggle for rights, including the right to access predominately white middle-class environments for leisure (Pinheiro-Machado; Scalco, 2014; Larkins, 2015, 2017, 2018).

## The Emergence of Hospitality Security in São Paulo

Over the past two decades, we have seen an evolution in the style of private security provision in São Paulo and other urban centers. Until the 2000s, guards in São Paulo were colloquially known as “B21s”: a 21-year-old from Bahia.<sup>8</sup> The term refers to young people from northeastern Brazil (narrowed into a single state, Bahia, in the public imagination) who arrived in São Paulo with little schooling, but given their knowledge on how to fight and handle weapons, were integrated into the surveillance sector. Security company owners and employees of private security firms often told us that during the 1980s, a van drove through the city center recruiting these young people and taking them directly to work for security companies. Starting in the late 1990s, the industry began to change. Guards who knew how to handle and diffuse tense situations through conversation and not just physical force were increasingly favored. Today, we see a clear trend to hire more women and people with a higher schooling level, especially to work in elite leisure, residence, and consumption spaces, as these people are considered to be calmer and kinder to customers.<sup>9</sup> Such new emphasis on these characteristics mark a transition in the field of private security from a more militarized style and aesthetic to a way of providing security that is often characterized as a “modern” or “professional” alternative.<sup>10</sup>

150

---

<sup>8</sup> During the second half of the 20th century, São Paulo attracted many emigrants from the poorer northeaster states of Brazil, especially Bahia. “Baiano” (person born in Bahia) is a São Paulo slang for northeastern born people, who are discriminated against by residents of the wealthier southern and southeaster states.

<sup>9</sup> Although legislation requires only primary education, it is very rare nowadays to find a guard without a high school diploma.

<sup>10</sup> The “professionalization of the sector” thus dominates the discussions in the continuing education courses offered by SESVESP (Union of Private Security Companies, Electronic Security and Training Courses of the State of São Paulo, cf. LOPES, 2012.), also held in the main security congresses, EXPOSEC (organized by ABESE – Brazilian Association of Electronic Security Companies) and ISC – International Security Conference and Exposition (organized by ABSEG – Brazilian Association of Security Professionals).

## **Cordial/Polite Guards**

To fulfill the promise of tranquility malls offer to customers, a certain security experience must be curated, based on peaceful hospitality and ideals of mitigating crime and everyday annoyances (such as street beggars, threatening motorcycles, fast, possibly armed robbers) that life in a violent city can generate. Importantly, the notion of a sense of security, which guards claim to produce, should not be confused with theories that advocate advancing security as an apparatus for arketes deviance and crime (Lianos; Douglas 2000) or the unlimited extension of the “policing fetish” (Garriot, 2013). In this case, the sense of security is anchored in the human presence—the guard themselves—and how they conduct their interactions, with care for the commercial and social environment, both considered part of a “security ecosystem” (Pena, 2020).

Producing a sense of security implies attention and care for capitalism itself on the part of the guard, where environments must function unhindered by the flow of goods and consumption (Gould et al, 2010). In this dimension, cordial relationships are not just cosmetic, but are key components of hospitality security.

Besides these types of specific ongoing interactions, the vast majority of guard work involves performing activities related to mall maintenance or providing information at the request of customers. The “security man” must walk around the mall and think “like a customer”—and not only like a criminal, as he was encouraged to do early in his career—but also check for irregularities that might cause discomfort. Guards pick up litter from the floor, notify the cleaning staff if a trash can is full, ask teenage couples to be more discreet in their public displays of affection, provide information about store locations to customers, check that the air conditioning and lights are working properly,



help people who are sick, help people pay for parking at the machines, and help older adults or people with reduced mobility, among other functions associated with maintaining the mall as a well-kept and peaceful space. More than an “aesthetic turn” (Hentschel; Berg, 2010) or a “pseudo-state organization” (Garmany; Galdeano, 2017), private security takes over management of the spaces and social relations therein and thus becomes a central ally of the real estate market and insurance companies—in short, of the neoliberal management of global cities.

152 During the field work carried out in this large and representative mall in São Paulo, we noticed that guards assume a moralizing role in the power relations—the violence that characterizes unequal social relations is either hidden or sympathetically disguised. This is how the mall draws a contrast with the dreaded street environment and offers an “exemplary” security model. The zero-tolerance policy for carelessness adopted in these environments stems from the idea that subtle disorder (an unadjusted air conditioner or a paper on the floor) is an invitation to criminality (Berg, 2010). As the security guard becomes responsible for the aesthetic maintenance of the space, private security simultaneously asserts itself as an agent responsible for protecting customers from all kinds of bad influences.

Security is impossible without guards, as they provide the mall environment with a caring and humane service that costumers enjoy and that cannot simply be replaced by cameras and other technologies. Physical violence in the hospitality environment is reconfigured and considered an arrow in the heart of private security, since displays of violence is precisely what it most wants to avoid: the mall is meant to be seen as something different from everyday urban life full of crime and visible inequalities. Letting those undesired aspects of life

into the mall could tarnish its reputation and potentially topple the entire structure.<sup>11</sup>

Buarque de Holanda, one of the best known sociologists and early analysts of Brazilian society, argued that conventions dictating cordial, or polite, behavior are part of the Iberian Portuguese colonial legacy and are linked to the predominance of rural traditionalism, which continues as a dominant force today (Candido [1968] 2016). Being cordial means acting amicably and humbly and hiding forms of interpersonal animosity when dealing with strangers. It also means politely glossing over the inevitable class and racial tensions that inform everyday interactions between people occupying different social classes. Hence, hospitality is fundamental to Brazil's functioning as a "status society," that is, a society where social groups have developed "rights" to certain privileges in relation to the state and other social groups (Guimarães 2004, p. 25).

In the name of a alleged harmony and "cordiality," the mall security can be seen as a symbolic construction of a fallacious and also extremely fragile "racial democracy" (Guimarães, 2002; 2021; Hanchard, 2001). Inequality and racism are disguised under the veil of hospitality, but become incredibly evident whenever a violent public case, generally involving a Afro-Brazilian victim, comes to public. If the eyes of many, such cases are commonplace and are clear evidence of the embedded racism and anti-Blackness prevalent in Brazilian society. In the perspective of private commercial security, however, these are often seen as exceptional,

153

---

<sup>11</sup> Some cases of private security violence has attracted a lot of media attention in recent years, badly impacting the industry. For example, the case of the 13-year-old João Victor, who died after being assaulted in front of a Habib's store in 2017 and the case of João Alberto Silveira, a black customer at Carrefour who was beaten to death by security guards in 2020. In both cases, the population protested and both Habib's and Carrefour had serious image problems that required them to change their staff training, marketing campaigns, etc. (cf. Durão; Paes, 2021).

the work of a “few bad apples” rather than evidence of more systemic issues in the industry (Durão; Paes, 2021).

Hospitality security, as observed in the mall and other protected spaces in São Paulo, is thus consistently based on existing cultural repertoires around cordiality, which normalizes its role as a form of urban social control.<sup>12</sup> Drawing on these long-standing dynamics, security is experienced as familiar, both comfortable and comforting. And because hospitality security is seen as welcoming as much as it is controlling, it can actually work to neutralize resistance to the ever-increasing security and surveillance apparatus. Naturalizing security by making it literally part of the mall’s “environment” requires ongoing work to diminish resistance to the very idea of control. Hence, guards do their job without looking like security.

154

Guards are simultaneously instructed by their security managers to be nice and friendly professionals, but also harsh when the situation demands it. They are expected to be “cordial”: always maintaining a vivid ambivalence when performing security. Such ambiguous interactions simulates intimacies that, precisely due to the ambiguity generated, are sometimes characterized as violent intimacies (Durão, 2018). Urban violence and the so-called peaceful commercial environment, created as being suspended in an urban context considered criminal and violent, make up this modernity of security designed for large enclosed commercial spaces in São Paulo. Hospitality security is not just a response to urban violence; it is an integral part of it.

---

<sup>12</sup> In his classic anthropological work on the role of the stranger in society, Pitt-Rivers argues that the status of guest lies midway between that of hostile stranger and that of community member (Da Col; Shryock, 2017, p. 166). Drawing from this reading, we see the hospitality guard as the guest who controls the access of other guests and denies entry to hostile strangers, suspects, and perpetrators who might invade or rob the home. In other words, the guard becomes the “good stranger”, “the man who comes today and stays tomorrow” (Simmel, 1908, p. 143). In Simmel’s formulation, the stranger does not change status, but *places*, calling attention to the positive relation of that particular form of interaction.

## Daily work of hospitality guards: Deterring crime

Physical interaction and the coercive use of force can only occur in extreme cases, as a reaction to forceful assault—a last resort. As a security manager explained it: “A situation with military police in here shooting would end in one day all the decades of success of our business project. It would make everything fall apart.” According to the security guards, Rivertown experienced only two armed robberies in the last decade and neither involved shooting or resulted in media attention. Security guards stationed inside the mall do not carry firearms, as this would pose a risk to customers and, in the manager’s language, “are not worth the cost-benefit ratio”. But since the city is considered extremely violent, anything can happen in the mall. The guards stationed in the external underground area (garage) are armed, well equipped and trained, being called in critical situations, such as robberies, to “provide support.” While firearms are absent from the customers eyes, they are always available for use in more threatening situations. Some customers would like to see armed guards in the mall corridors, said one of the security managers, suggesting that while this is not currently the norm, it is not a closed issue.

Generally speaking, however, even in the riskiest situations, use of explicit violence by guards in spaces like the mall is seen as a thing of the past. Direct violence is associated with militaristic trends in private security in the 1980s, which have fallen into disuse and are considered unsuitable to manage “modern” businesses. Security militarism brings no commercial advantages. Quite the opposite: it threatens this image of a secure bubble that is being cultivated. Instead, what we see proliferate is a culture of discrete exchange of favors with the police. When there is a more serious occurrence, the mall simply calls on its police contact and gets a much quicker response than regular citizens. In return, supervisors hand over the case

“all lined up” (*todo mastigado*) to the police, as they say, not to waste the cops time. Meaning that they take on the job of providing the written reports, witnesses, and whatever else is needed. Both the police chief in the area and the mall have a shared interest in discouraging the publicizing of crimes that do occur by preventing them from being picked up by TV reporters, as this tarnishes the image of both.

Petty crimes, such as shoplifting in stores, in the food court, or theft from vehicles parked in the garage, however, happen on a daily basis. When the theft is of a low value (which is defined by each store), most store owners do not file a police report, as this means not having a salesperson in the store for several hours, since someone will have to go and take care of the bureaucratic paperwork, losing important potential sales revenue. At the same time, those who intend to commit crimes in this space face a fair amount of security designed to inhibit their actions. The key tactic is to deter crime, that is, to show the “bad guy” (conceived as someone lazy) that committing a crime in that place will be very difficult. In private security parlance, this is explained by the “crime triangle”: the criminal commits a crime according to motivation, technique, and opportunity. An external agent cannot change the subject’s knowledge or will to commit a crime, but they can make its execution far more difficult by effectively reducing the opportunity. Opportunity reduction is the end goal of mall hospitality surveillance. Much of the guard’s efforts are thus focused on deterring the opportunities for crime execution in this particular space.

Identification of suspects cannot be made solely on the basis of a person’s physical appearance – which includes both race and status markers, such as clothing and jewelry, as this would be not only be biased but would also be an ineffective judgment in the guards evaluation. As we were often told, “there are many well-dressed people who come to the mall to shoplift.” Guards are therefore trained to notice

suspicious behavior, such as looking away from the guard, looking up at the ceiling for cameras, entering and leaving several stores without buying anything, holding a bag from a store that does not exist in the mall, using stairs instead of the elevator or escalator. The guard needs to develop “malice,” “he has to think like the criminal” and always be aware of the subtle signs. Such attention to malice develops over time on the job, getting to know the mall and its customers, observing the work of other guards, attending daily lectures where supervisors share crime stories and the successful or unsuccessful guard reactions.

Even so, most of the suspects are predominantly black men, or people identified as coming from poor “communities” and therefore seen as out of step with those who frequent a place designed to provide leisure for middle and upper classes. Another targeted group is what the guards call “tango lima,” immigrants from Latin America with an indigenous appearance, regardless of gender or age. As one of the mall’s long-serving security guards told us: “All these people come to Brazil only to steal.” Given the central place occupied by discussions on racism in the public debate, private security guards know they must be careful not to take actions that might imply racism, but seeing as Latin American immigrants occupy a more vulnerable situation, as many of them are illegal and usually do not carry firearms, their harassment in the mall is a bit more overt, although still subtle enough that other clients don’t notice it.

After a suspect is identified, the guard announces it on the radio so that everyone is on the loop and begins discreetly following the suspect, staying about twenty feet away. Since this is a form of non-verbal communication, the suspect quickly realizes that he is being followed and watched, which is the goal. This attention ultimately dissuades him from committing a crime. If the suspect turns out to be a shopper at the mall, said one guard,

following them is usually not a problem. Customers are looking for comfort and security, so when they see a security guard nearby, they get the impression that the mall is well secured, which makes them feel good and makes the mall look good as well.

As mentioned above, in some suspicious cases, the guard may choose to perform the social stop. Sometimes the order comes over the radio from the monitoring center itself. In this case, the guard approaches the suspect discreetly and asks if they are looking for a store or needs some information, using a respectful tone. If the suspect is a customer, they will likely be pleased with the customer service. But if the suspect is a criminal, they will realize that the security guard understands their intentions. During the approach, the guard must be aware of the subtle signals in the person's response to confirm whether their suspicion is founded or not. This will determine whether to continue or interrupt the social approach.

158

The approach is an interactive procedure involving several transversal tactics designed to avoid visible confrontations and conflicts and to prevent the spectacularization, filming, and dissemination of conflicts that might even require the police. Guards use the notion of social stop as part of their work, but they also refer to it with a certain irony, for they know exactly what “social” means in these cases. It is a preventive moralizing action and therefore carries with it a veiled threat.

In one notable interaction, one of the researchers asked how a guard named Manuel had understood a particular incident. He was told over the radio to approach a young black man at the mall exit. At first, he tried telling us that the incident was of no consequence, simply a suspected robbery and that the supervisor asked him to make the approach, which he did in a “confident” manner—showing confidence is key to “*pegar o mala*” (slang for delinquent). After some insistence on our part, he provided more

details on how he spoke to the young man: “From his looks and attitude, I knew I had to get in there and speak in a certain way.” In this case, he said, his approach was forceful. He arrived on the scene, ordering the young man to stop and move to the corridor, announcing: “I want to talk to you for two minutes.” Once alone with the suspect, he began shouting “I caught you, I caught you,” meaning that Manuel knew he had stolen. At that moment, the young man realized that “there was nothing else he could do. Manuel told him to open his bag and lift up his shirt. Having found no stolen goods on him, Manuel released him, but not before telling the young man that the guards were keeping an eye on him, they know “what he was up to” (“*sacado ele*”), and he shouldn’t come back to shoplift. Although he found no evidence of theft in the body search, at no point did Manuel or his supervisor admit that the young man might be innocent and that they made a mistake. We continued talking about other possible scenarios. “If I had found something in the bag, I would have taken the suspect to a private room and given him “*uma prensa*” (slang for interrogation that would make him confess; it is ambiguous whether a “prensa” involves physical or moral violence), he explained. “No hitting, because hitting a minor can get us into big trouble. But in the small room, we threaten to call the police and child protective services.” The form of embarrassment varies greatly according to the situation and the person, but is preferably done in an isolated area, far from the eyes of customers who might interfere and defend the suspect. Manuel then simulated his intervention. With a very loud voice and a stern face, he yelled “I won!” and “Loser!” He raised his radio, pretending to be talking to a captain or a sergeant: “The sergeant is coming to get you!”, “At this point, young people always start begging to let them go and say they will never come back.”



As Manuel's account shows, in situations like these, it doesn't really matter whether the crime was committed or not. A successful "moral approach" was cited simply as one that prevented the suspect or criminal from committing future crimes and spreading the news on the streets that it was a bad idea to commit crimes in that particular mall.

### **Social Stop as Anti-Blackness**

160 Since the abolition of slavery, Brazil has denied and failed to address the ongoing racism that pervades its social structure. Instead, adherence to the myth of racial democracy, in which everyone supposedly enjoys the same rights regardless of skin color, has prevailed. Black patrons, however, know security guards view them as suspicious, and when a guard watches them, they know they are being followed without words or overt violence required. Conversely, white people do not think of themselves as potential suspects. If they are followed or even confronted with a "social stop," they do not realize they were seen by the guard as a suspect; they believe instead that the guard was just being nice and solicitous. As has been pointed out by critical whiteness scholars, whites see themselves as racially neutral, meaning that they do not have to think about how whiteness affect their daily lives (Schucman, 2020), unlike Black Brazilians who are taught from a young age to deal with security forces that treat them as suspects and fully understands long-distance tracking and social stop as a threat. Thus, these moral weapons cannot be understood as having the same effect on everyone, even if they are supposedly applied to all "suspects" at the mall.

A guard who used to work in a big mall located in a lower middle class and mostly black neighborhood explained that the social stop did not work well there, because customers often felt as they were being followed and disrespected. Cordiality is successful in places where whiteness and buying power are

almost synonyms, and the exceptions to this rule only reinforce the myth of open and democratic spaces. For the guards – mostly black and low-income workers –, their job of keeping order in a white, upper middle-class mall is also contradictory. They are continually taught that the “customer is always right,” even if this results in them being humiliated.

In the next meeting, we learned how norms differ for “valuable” customers (also called “*cidadãos de bem*”) who do not comply with the rules. Customers with dogs (typically well-behaved pedigree dogs) are not allowed in the food court. The guard’s job is to warn them of such prohibition, but in practice he cannot do anything if the customer refuses to leave. At no time, would the guard dare follow a customer with a dog as he follows a code 2 (code for a suspicious person) or subtly harass them until they leave the mall as he does a code 22 (code for street children). João, one of the guards interviewed, said that sometimes customers accepts his orientations and leave, but 10 minutes later he will inevitably find them walking the dog again. When the customers see the guard, they tries to dodge him. A more complicated case, João said, was when another customer came to complain arkets a person with a dog in the food court and he had to inform them that this was not allowed. The person did not want to hear it. All he could do was show them a sign attached to the side of the food court advising such prohibition, since the sign had greater power than the word of a guard. João concluded that it was a real “tightrope walk” (“*sinuca de bico*”).

Even when a customer gets angry and “loses it,” the guard must remain calm and treat them well, trying to solve his problem. Just as that flight attendants are used to sell a good image of airlines and their main duty is to smile (Hochschild, 2012), at the mall the guard is also expected to treat customers well. Both are encouraged to think and act as an arm of the company’s marketing apparatus. In mall security, a job of intense interaction with people and

problems, the guard is required to perform emotional work, ...which “requires employees to induce or suppress their feelings in order to sustain a countenance that produces the right mood in others—in this case, the feeling of being cared for in a safe and pleasant space” (Hochschild, 2012, p. 40). The invisibility of violence towards the unwanted and the show of friendliness with the customer is what defines the guard’s cordiality. Cordiality is this mixture of friendliness and violence, a structuring framework that organizes social relations and social inequality.

### **Daily work of mall guards: Moral weapons**

From the start, one should note that private security is not focused on mitigating violence in the city as a whole. This kind of charge is beyond its scope and jurisdiction. Rather, private security concerns itself with keeping urban violence at bay by maintaining it outside the mall’s walls. Although the mall appears to be a semi-public space where anyone can, in theory, enter to shop, it is also a private investment. As part of protecting this investment, unwanted people—whether panhandlers or potential criminals—are consistently targeted by security guards who seek to dissuade them from entering in the first place or convince them to leave the venue peacefully. Discerning who should be deterred from using the space and who should be welcomed into it is at the heart of guard’s job. Their success in doing so will determine whether or not the company they work for is able to keep the contract to protect the mall.

One of the major problems identified by both guards and supervisors identified is the presence of panhandling children. Interestingly enough, panhandling children defy the boundaries of the social stop, a tactic that works just fine with most suspects, shoplifters, and isolated threats. The “problem” with panhandling children is that they show no fear before guards and even confront them, screaming,

causing the attention and spectacle that guards seek to avoid at all times. Hospitality security strategies and tactics must therefore become more complex. According to the guards, as these minors circulate around the mall for hours asking for food, money, diapers for hypothetical younger siblings, and other goods to sell on the streets, there comes a time when they have to intervene. The supervisor told us: “These children know the judicial system pretty well and also how to get the attention and protection of customers”. One of them said to me: “Put your hand on me and you’ll see, I will start screaming and a dozen people will come to help me.”

After several months of field work, during which we noticed a decrease in the number of panhandling children that normally gathered in the food court, we asked Valter, one of the supervisors, for his opinion on the matter. Valter replied that this was due to the new procedures implemented by the mall: “Now guards are trained to explain to panhandlers that they are not allowed in here. They are now able to stop most of them on the first floor.” He also commented on how guards were instructed not to physically touch the panhandlers, especially those who are minors. Instead, the guard approaches them and say something like: “Hey, you there! Skipping class again?!” If the minor is accompanied by their parents, the same strategy is used: the idea is to shame the mother for using her children for begging, which makes it impossible for them to attend school. Valter explained that this approach ends up embarrassing the child and halting the goodwill of any client who overhears the exchange, as the latter will easily agree with the guard that children should be in school. Thus, by operating through a clear moral discourse that positions it as fundamentally wrong to use one’s child for begging and unethical to prohibit them from attending school, the expulsion of minors from public view occurs without recourse to physical coercion, sparing the customer

from the embarrassment and inconvenience of having to witness a heated exchange.

According to Valter and other guards we spoke with about this issue, the tactic of threatening to call child protective services is also frequently used and works effectively to scare minors and their parents. But this technique is not to be used in front of other costumers as it could be perceived as potentially heavy handed or unsympathetic. After calling child protective services (*Conselho Tutelar de Menores*) a few times, the mall security managers concluded that most of these children were not, in fact, homeless. They lived with their poor relatives. Thus, they took advantage of the minors greatest fear: being taken away from home and institutionalized. For a few months, the mall formed a “partnership” with two professionals from the child protective services who quickly showed up when called.

164

Another tactic adopted involved trying to convince customers that panhandlers pose a threat. When someone “sponsors” the panhandling child (i.e., stands up for them) at a security intervention, guards try to convince them that the child is actually a real threat by showing images of infamous cases, such as video footage stored in their private cell phones of children charging at guards, throwing chairs and threatening objects. Some customers are discouraged by the videos and leave, but others continue to support the child and refuse to watch such videos. In short, the social imagination associated with mall panhandling is always under construction, and sometimes guards take advantage of this.

## Conclusion

Within Rivertown, costumers are freed from the need to be vigilant in what they often describe as a violent and chaotic city. Commercial venues like the mall are places for more than just consumption and leisure. In São Paulo especially, they are places for deploying

security, a deployment that turns a mall like Rivertown into a source of symbolic capital for the city, where the comfort of the social experience is associated with an imagined safety. The absence of crime is not always real, but the guards play an important role in disguising it.

Hospitality security is an active component of the infrastructure, social relations, and daily operation of the mall. Security bubbles protect not only the physical space of the commercial establishment, but the clientele's feelings – providing an important, if ethereal, “sense of security,” as the guards often call it. Hospitality security, therefore, is an ethos and aesthetics that must constantly produce well-being for costumers. As such, it requires us to broaden our conceptualization of security in consumer and leisure spaces to encompass not only modern technological sophistication and the creation of “modern” safe commercial spaces, but also to understand how security is enmeshed in the process of transforming costumers into guests. Such transformation, which is at the heart of commercial success, depends on the guards themselves, their behavior, and their social and emotional skills. But, as shown in this article, this is far from a simple task.

Mall guards must provide comfort and care to guests while also inhabiting a highly ambivalent space. On the one hand, they cannot deploy the ostensive and aggressive security methods that are the purview of police officers – not only due to the legal boundaries that shape their world, but also because doing so would be unacceptable within the institutional norms of private security as it exists today. Instead, guards behavior must be used to promote corporate spaces as security bubbles; they must work tactfully to minimize the presence of unwanted people while protecting guests from experiencing anything triggering, which could remind them of the urban inequality that must remain unseen inside the mall. By combining human and environmental elements to maximize capital flow in

commercial environments, hospitality security is a key tool for managing populations. Violence is made invisible in the name of commercial profit.

As we have discussed in this paper, one of the key characteristics of hospitality security is its absolute emphasis on maintaining a clean and pristine environment, providing impeccable customer service, and preventing crime and “anti-social behavior”. Unlike in other countries, such as the UK, in the Rivertown mall open enforcement of rules and the use of public sanctions is almost entirely absent (Wakefield, 2003). Not that crime control is unimportant – quite the opposite –, as control is increasingly becoming a behind-the-scenes and invisible activity, forged via silent connections between armed guards (strategically positioned underground), the police, and judicial institutions. The client, or at least certain clients, must never feel the presence of control, only a sense of security and well-being.

166

Social stop, as described at the beginning of this text, is how guards commonly practice everyday hospitality security. Such security tactic, among the others examined here, suggests the ways in which policing is occurring via modes other than the overly reactive approach. This represents a marked change in the Brazilian context, where extremely violent policing is the most dominant and common style. Similarly, our findings suggest the need to overcome the security/service and violence/care dichotomies that often characterize the study of plural policing. Hospitality security is more than just being discrete. It is a highly localized activity carried out in commercial space, but also a living social and political project where security is a permanent desire forged across multiple spheres.

Hospitality security consists of maintaining moral and public orders while also securing social orders (Robb Larkins and Durão, in press). Consequently, private guards

do not wield any personal authority that places them above the guests; they remain low-status workers laboring to support the social order. To do so, however, they must accept their roles as protectors of the mall's space, brand, and good image. They must be constantly convinced of their need to resist the temptation to act as pseudo-cops in a city dominated by narratives about crime and violence – a city in which so much is expected of security. As we have seen, for guards, hospitality security involves a constant effort to produce a pleasant atmosphere for guests and to control their own behavior. The market and Brazilian society place an enormous burden on each guard and their behavior. As low-income wage workers, they are asked to humanize security by performing emotional labor. They “take care” of customers and citizens.

If we consider security as a response to an accumulation of constructed urban and social threats (Fawaz et al, 2012), we can better understand hospitality security as a fundamental management style among others. Private security does not simplify the roles of security guards (Loader; White, 2018; Wakefield, 2008). The heterogeneity of guards work is most visible in a policing style that overvalues hospitality, reception, and friendly interactions in security. What we may be seeing here is confirmation of a global form of security where the guards themselves must act not only professionally, but primarily as “civilized” workers in a “professional” security market. The bodies of low-income guards should not threaten – by using authority or other policing tools – the aesthetic tranquility of consumers frequenting commercial spaces (Larkins, 2018). As discussed, the demands placed on guards performance are numerous and often intangible. This is why both managers and guards state that it is difficult to endure many years of working at the mall. The wear and tear of hospitality work is reflected on their own bodies and manifests itself in their



professional trajectories. Hospitality work also generates high turnover (Durão; Paes, 2021).

We need further comparative studies on how hospitality security works in other environments in Brazil and other countries. Comparative ethnographic findings should go beyond surveys and interviews. Observing and describing daily security interactions between guards and city residents in malls and other venues reveals the many ways that security operates as a soft stabilizer of inequality and directs our attention to policing styles beyond more traditionally violent and dramatic performances of force. We now have decades of sustained private security presence in contemporary urban centers, but we still require more knowledge on how this security works.

### **Susana Durão**

Current research focuses on urban anthropology, public and private security, policing governance and practices, issues of race and violence in Brazil. She has published about proximity policing in Portugal, and also on transnational cooperation between national police forces in Lusophone countries (<https://www.susanadurao.org/>).

### **Erika Robb Larkins**

Research and teaching focuses on violence and inequality in urban settings. Her first book, *The Spectacular Favela: Violence in Modern Brazil*, explores the political economy of spectacular violence in one of Rio's most famous favelas. She has also published on issues of race, gender, and politics in Brazil.

### **Carolina Andrei Fischmann**

Research focuses on fear and private security in Brazilian urban spaces. She has participated in research projects as junior fellow.

## Bibliography

- ABRAHAMSEN, Rita; LEANDER, Anna. 2016. *Routledge Handbook of Private Security*. London: New York: Routledge.
- ACESKA, Ana; HEER, Barbara. 2019. Everyday Encounters in the Shopping Mall: (Un)Making Boundaries in the Divided Cities of Johannesburg and Mostar. *Anthropological Forum*. London, v. 29, n. 1, pp. 47-61. DOI: 10.1080/00664677.2019.1585751
- ALVES, Jaime Amparo. 2018. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Minnesota: Univ of Minnesota Press.
- BERG, Julie. 2010. Seeing like private security: Evolving mentalities of public space protection in South Africa. *Criminology and Criminal Justice*. Thousand Oaks, v. 10, n. 3, pp. 287-301. DOI: 10.1177/1748895810370315
- CALDEIRA, Teresa. 2001. *City of Walls. Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press.
- CANDIDO, Antônio. 2016 [1968]. O Significado de Raízes do Brasil. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHEVALIER, Sophie. 2015. Food, malls and the politics of consumption: South Africa's new middle class. *Development Southern Africa*. London, v. 32, n. 1, pp. 118-129. DOI: 10.1080/0376835X.2014.965388
- CLIFTON, Darrell. 2012. *Hospitality Security: Managing Security in Today's Hotel, Lodging, Entertainment, and Tourism Environment*. Boca Raton: CRC Press, Francis & Taylor Group.
- DA COL, Giovanni e SHRYOCK, Andrew. 2017. *From Hospitality to Grace. A Julian Pitt-Rivers Omnibus*. Chicago: Hau Books.
- DURÃO, Susana. 2018. Intimidades na pesquisa etnográfica: A diferença da antropologia. In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins. *Pensar com Método*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens. Pp. 199-216.
- DURÃO, Susana; PAES, Josué Correa. 2021. *Caso Carrefour, Racismo e Segurança Privada*. São Paulo: Unipalmars Editora (2ª edição).
- FAWAZ, Mona; MONA HARB, Mona; GHARBIEH, Ahmad. 2012. Living Beirut's Security Zones: An Investigation of the Modalities and Practice of Urban Security. *City & Society*. Hoboken, v. 24, n. 2, pp. 173-195. DOI: 10.1111/j.1548-744X.2012.01074.x
- FIRMINO, Rodrigo José; KANASHIRO, Marta; BRUNO, Fernanda; EVANGELISTA, Rafael; NASCIMENTO, Liliane da Costa. 2013. Fear, Security, and the Spread of CCTV in Brazilian Cities: Legislation, Debate, and the Market. *Journal of Urban Technology*. London: v. 20, n. 3, pp. 65-84. DOI: 10.1080/10630732.2013.809221

- GARMANY, Jeff; GALDEANO, Ana Paula. 2017. Crime, insecurity and corruption: Considering the growth of urban private security. *Urban Studies*. Thousand Oaks, v. 55, n. 5, pp. 1111-1120. DOI: 10.1177/0042098017732691
- GARRIOTT, William. (ed.). 2013. *Policimento e Governança Contemporânea. A Antropologia da Polícia na Prática*. (Translation from Ed. Palgrave). Campinas: Edunicamp.
- GHERTNER, D. Asher; McFANN, Hudson & GOLDSTEIN, Daniel. 2020. *Futurproof. Security Aesthetics and the Management of Life*. Durham; London: Duke University Press.
- GLÜCK, Zoltán; LOW, Setha. 2017. A sociospatial framework for the anthropology of security. *Anthropological Theory*. Thousand Oaks, v. 17, n. 3, pp. 281-296. DOI: 10.1177/1463499617729229
- GOOLD, Benjamin; LOADER, Ian; THUMALA, Angelica. 2010. Consuming security? Tools for a sociology of security consumption. *Theoretical Criminology*. Thousand Oaks, v. 14, n. 1, pp. 1362-4806(1): 3-30; 1362-4806.
- GOSS, Jon. (1993). The “magic of the mall”: An analysis of form, function, and meaning in the contemporary retail built environment”. *Annals of the Association of American Geographers*. Ann Arbor, v. 83, n. 1, pp. 18-47. Disponível em: <https://bit.ly/3q8VffS>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- GRASSIANI, Erella; DIPHORN, Tessa. 2017. Private Security. Introduction: Ethnographies of Private Security, *Conflict and Society: Advances in Research*. New York, n. 3, pp. 1-7. DOI: 10.3167/arcs.2017.030101
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. 2002. Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. *Estudios Sociológicos*. Ann Arbor, v. 20, n. 59, pp. 305-333. Disponível em: <https://bit.ly/3H3152Z>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. 2004. *Preconceito e Discriminação. Queixas de ofensa e tratamento desigual dos negros no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. 2021. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- GLÜCK, Zoltán; LOW, Setha. 2017. A sociospatial framework for the anthropology of Security, *Anthropological Theory*, v. 17, n. 3, pp. 281-296.
- HANCHARD, Michael. 2001. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

- HENTSCHEL, Christine; BERG, Julie. 2010. Policing South African Cities: Plural and Spatial Perspectives. *In: Cools, Marc et al, Police, Policing, Policy and the City in Europe*. Eleven: The Hague.
- HOBDEN, Deborah. 2014. Your Mall with it All: Luxury Development in a Globalizing African City. *Perspectives on Global Development and Technology*. Leiden, v. 13, n. 1-2, pp. 129-147. DOI: 10.1163/15691497-12341293
- HOCHSCHILD, Arlie Russel. 2012. *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Los Angeles: University of California Press.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. 2012. *O Homem Cordial*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras.
- HUGGINS, Martha, 2010, Violência Urbana e Privatização do Policiamento no Brasil: Uma mistura invisível. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 60, pp. 541-558. DOI: 10.1590/S0103-49792010000300007
- HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. 2002. *Violence Workers. Police Torturers and Murderers Reconstruct Brazilian Atrocities*. Los Angeles: University of California Press.
- KARPIAC, Kevin G. (2016), "The Anthropology of Police, in Bradford et al, *The SAGE Handbook of Policing*. New York, London, New Delhi: Sage. Pp. 103-121.
- KIM, Hyunho; BUTTON, Mark; LEE, Julak. 2018. Public perceptions of private security in shopping malls: A comparison of the United Kingdom and South Korea. *International Journal of Law, Crime and Justice*. Amsterdam, v. 53, pp. 89-100. DOI: 10.1016/j.ijlcrj.2018.03.010
- LARKINS, Erika Robb. 2015. *The Spectacular Favela. Violence in Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press.
- LARKINS, Erika Robb. 2017. Guarding the Body: Private Security Work in Rio de Janeiro. *Conflict and Society*. Leiden, v. 3, n. 1, pp. 60-72. DOI: 10.3167/arcs.2017.030105
- LARKINS, Erika Robb. 2018. Police, Security and Mega-event security in Rio de Janeiro. *In: KARPIAC, Kevin G.; GARRIOT, William. The Anthropology of Police*. London: Routledge.
- LARKINS, Erika Robb; DURÃO, Susana. Guarding the Brazilian Elite: Hospitality Security in Rio and São Paulo. *Policing & Society*. London, (forthcoming).
- LIANOS, Micael. And DOUGLAS, Mary. 2000. Dangerization and the end of deviance: the institutional environment. *In: D. Garland; R. Sparks (ed.). Criminology and social theory*. Oxford: Oxford University Press. pp. 103-126.

- LOADER, Ian. 1999. Consumer culture and the commodification of markets and security. *Sociology*. Thousand Oaks, v. 33, n. 2, pp. 373-392. DOI: 10.1177/S003803859900022X
- LOADER, Ian; WALKER, Neil. 2007. *Civilizing Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOADER, Ian; WHITE, Adam. 2018. Valour for Money? Contested commodification in the markets for security. *British Journal of Criminology*. Oxford, v. 58, n. 6, pp. 1401-1419. DOI: 10.1093/bjc/azy004
- LOPES, Cleber da Silva. 2014. Assessing private security accountability: a study of Brazil. *Policing & Society*. London, v. 25, n. 6, pp. 641-662. DOI: 10.1080/10439463.2014.912649
- LOPES, Cleber da Silva. 2012. *I Estudo SESVESP sobre o segmento prestador de serviços de segurança privada*. São Paulo: SESVESP.
- LOPES, Cleber da Silva. 2015. Como os paulistanos veem os setores de segurança pública e segurança privada: estudo exploratório com dados de uma pesquisa de survey. *O público e o privado*. Fortaleza, v. 13, n. 26, pp. 207-231. Disponível em: <https://bit.ly/3EgJcfs>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- LOPES, Cleber da Silva. 2017. Plural policing and public opinion in Brazil. *Security Journal*. New York, v. 31, pp. 451-469. DOI: 10.1057/s41284-017-0110-5
- LOPES, Cleber da Silva. 2020. Os poderes dos seguranças particulares no policiamento das propriedades privadas de massa. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, DF, v. 35, n. 2, pp. 381-410. DOI: 10.1590/s0102-6992-202035020002
- LOYSA, Carolin. 2015. Of food and courts and other demons: Shopping malls in Mexico as new centers for urban life. *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 16, n. 37, pp. 32-43. DOI: 10.22456/1984-1191.53136
- LUCCA, Diógenes; COSTA, Roberto. 2016. *Security is a Lifestyle*. São Paulo: Magu.
- MANZO, John. 2004. The folk devil happens to be our best customer: security officers' orientations to "Youth" in three Canadian shopping malls. *International Journal of the Sociology of Law*. Amsterdam, v. 32, n. 3, pp. 243-261. DOI: 10.1016/j.ijsl.2003.06.001
- MEIRA, Pedro; SCHWARCZ, Lília Moritz. 2016. *Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. Edição Crítica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MILLER, Jacob C.; LAKETA, Sunčana. 2018. The 'magic of the mall' revisited: Malls and the embodied politics of life. *Progress in Human Geography*. Thousand Oaks, v. 43, n. 5, pp. 910-926. DOI: 10.1177/0309132518794274.

- MOURA, Cristina Patriota de. 2010. Condomínios horizontais em Brasília: Elementos e composições, *Antropolítica*, Niterói, v. 1, n. 28, pp. 47-68. DOI: 10.22409/antropolitica2010.1i28.a41560
- MOURA, Cristina Patriota de. 2012. *Condomínios no Brasil Central. Expansão Urbana e Antropologia*, Brasília: UNB.
- O'DOUGHERTY, Maureen. 2006. Public relations, private security: managing youth and race at the Mall of America Environment and Planning D. *Society and Space*. [S. l.], v. 24, n. 1, pp. 131-154. Disponível em: <https://bit.ly/33BPppp>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- PENA, Ronaldo. 2020. *Ensaio sobre Governança do Ecossistema de Serviços. 20 anos do programa USP. Aspectos do programa de qualidade de vida e segurança da Universidade de São Paulo – 1999-2012*. São Paulo: Editora Lux.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury (2014). Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista Estudos Culturais*, V. 1, n. 1. <https://doi.org/10.11606/issn.2446-7693i1p%p>.
- PITT-RIVERS, Julian. 2017. *From Hospitality to Grace: A Julian Pitt-Rivers Omnibus*. Chicago: Hau Books.
- PUBLIC SECURITY YEARBOOK – Atlas de Segurança Pública. 2020. São Paulo: Forum Brasileiro de Segurança Pública.
- SALEM, Tomas; LARKINS, Erika Robb. 2021. Violent masculinities: Gendered dynamics of policing in Rio de Janeiro. *American Ethnologist*. Hoboken, v. 48, n. 1, pp. 65-79. DOI: 10.1111/amet.13005.
- SAMIMI-DARASH, Limor; STALCUP, Meg. 2017. Anthropology of security and security in anthropology: Cases of counterterrorism in the United States. *Anthropological Theory*, Vol. 17, n. 1: pp. 60–87
- SCHUCMAN, Lia Vainer. 2020. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta.
- SHEARING, Clifford D.; STENNING, Phillip C. 1985. From the Panopticon to Disney World: the Development of Discipline. In: DOOB, Anthony; GREENSPAN, Edward. *Perspectives in Criminal Law: Essays in Honour of John LL.J. Edwards*. Ontario: Canada Law Book Inc. pp. 335-349
- SÓ E SILVA, Fernando; MESQUITA, Michel de. 2017. *Service Level Agreement, Service Level Management. Competitividade em Gestão de Serviços*. São Paulo: Jornal de Segurança.
- STAEHELI, Lynn; MITCHELL, Don. 2006. USA's Destiny? Regulating Space and Creating Community in American Shopping Malls. *Urban Studies*. Thousand Oaks, v. 43, n. 5-6, pp. 977-992. DOI: 10.1080/00420980600676493.

- SIMMEL, Georg. 1908 [1971]. The Stranfer. In LEVINE, Donald n. (ed.). *Georg Simmel: On Individuality and Social Forms*. pp. 143-9. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- VOYCE, Malcolm. 2006. Shopping malls in Australia: The end of public space and the rise of 'consumerist citizenship'? *Journal of Sociology*. Thousand Oaks, v. 42, n. 3, pp. 269-286.  
DOI: 10.1177/1440783306066727
- WAKEFIELD, Alison. 2003. *Selling Security. The Private Policing of Public Space*. New York: Routledge.
- WAKEFIELD, Alison. 2008. Private security: A view from the mall. *Public Administration*. Hoboken, v. 86, n. 3, pp. 659-678.  
DOI: 10.1111/j.1467-9299.2008.00750.x
- WILLIS, Graham Denyer. 2015. *The Killing Consensus. Police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*. Los Angeles: University of California Press.
- YOEL, Mansfeld; PIZAM, Abraham. 2006. *Tourism, Security and Safety From Theory to Practice*. Burlington: Elsevier Butterworth-Heinemann.



# O GOVERNO DA SEGURANÇA: MODELOS SECURITÁRIOS TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Alcides Eduardo dos Reis Peron<sup>a</sup>

*<sup>a</sup>Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) e professor substituto no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS).*

*E-mail: alcides.peron@usp.br*

*Orcid: 0000-0003-4537-2775*

Marcos César Alvarez<sup>b</sup>

*<sup>b</sup>Professor livre docente do Departamento de Sociologia da USP e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). E-mail: mcalvarez@usp.br*

*Orcid: 0000-0001-5984-9082*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-175212/114>

## Introdução

Nos últimos anos, discursos e iniciativas denominadas “inteligentes” ganharam força na cidade de São Paulo. O então prefeito da capital paulista, logo no início de sua gestão, afirmou que transformaria São Paulo em “Smart City” (Venceslau, 2017). Tal intenção foi reafirmada pelo político e por outros atores públicos, tendo como justificativa uma suposta modernização e como objetivo a abertura ao capital privado para exploração de serviços públicos diversos. Em 2017, foi sancionada uma lei (16.703/2017) disciplinando as concessões e parcerias público-privadas (PPPs) realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização, o qual incluiu projetos para transportes, saúde, habitação e segurança. Foi veiculado igualmente um vídeo pela



prefeitura no qual São Paulo foi apresentada a investidores de Dubai como uma cidade global, aberta ao capital estrangeiro (Santos, 2017).

Tais ideias de modernização e propostas de desregulamentação, associadas ao tema das *Smart Cities*, têm ganhado destaque igualmente em fóruns, feiras e demais eventos sobre administração urbana e segurança eletrônica, em diversos contextos em âmbito internacional. Para Morozov e Bria (2019, p. 37), a criação de rankings de cidades inteligentes por diversas plataformas, como a *Bright Cities*, incorpora uma série de critérios, como abertura ao capital privado, transparência e conectividade, funcionando como um índice de investimento, muito próximo ao de agências de *rating*. A expressão “*smart*” denota, assim, um imaginário de conectividade, velocidade e administração tecnológica de todos os fluxos da cidade, mas que também aponta para agendas de extensa privatização de serviços públicos de diversas ordens.

176

Um dos setores que têm sido impactados por essa agenda, na cidade de São Paulo, é justamente o da segurança privada. Segundo dados da Federação Nacional de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist, 2019), entre 2014 e 2018, houve um crescimento de 5,7% nas empresas de segurança privada, particularmente no estado de São Paulo. Nesse sentido, empresas nacionais e transnacionais têm ofertado diversos produtos de segurança eletrônica com a alcunha de “inteligentes”, como câmeras, sistemas de alarme, aplicativos, controles de acesso, entre outros. Elas têm proposto, mediante PPPs, diversos programas de revitalização de espaços públicos, a partir da introdução de sistemas de vigilância e de monitoramento em determinados bairros da cidade.

No âmbito da segurança pública, o município criou programas e sistemas que buscam integrar essas tecnologias do setor privado a *hubs* governamentais de segurança,

a partir da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Polícia Militar (PMESP) e da Guarda Municipal. Algumas iniciativas, promovidas antes da atual gestão, já vinham estimulando a abertura da segurança pública à participação civil e mesmo privada, com programas de policiamento comunitário e de Vizinhança Solidária que buscam aproximar o policiamento de demandas locais e articular redes de moradores e de comerciantes no gerenciamento da segurança. Entre 2014 e 2017, surgiram iniciativas como o City Câmeras, um sistema de vigilância que funciona de forma integrada, compartilhando via “nuvem” as imagens de câmeras, públicas e privadas. Esses empreendimentos podem ser caracterizados como multicêntricos no âmbito da gestão da segurança.

Esses processos não podem ser descritos apenas como privatização ou “smartificação” e “tecnificação” da segurança, uma vez que tais alcunhas negligenciam a multiplicidade de efeitos e de articulações que esses novos modelos de governo têm provocado. Por exemplo, nos anos 1980, Mike Davis apontava para o espraiamento de sistemas de monitoramento sobre Los Angeles e descrevia uma forma de administração securitária na qual agentes públicos e privados se intercalavam no exercício do controle dos espaços públicos na “cidade fortaleza” (Davis, 2009). Nos anos 1990, Sassen (2006) apontou para a emergência das “Cidades Globais”, descrevendo-as como importantes nódulos para a reprodução do capital, refletindo sobre como a globalização econômica fez com que o Estado cedesse espaço para *assemblages* (conjuntos de atores e sistemas público e privados) voltados para a governança desses espaços. No início dos anos 2000, Shearing e Wood (2000; 2003) analisaram os efeitos de modelos e técnicas neoliberais de gestão sobre a formação de redes nodais multicêntricas na segurança pública. David Garland (2008) e Ericsson e Haggerty (2002),

no mesmo período, notaram que tecnologias e parcerias público-privadas estimularam a reorganização da atividade policial em direção ao “prevenционismo”, por meio do qual a identificação, a classificação e o gerenciamento do risco se tornariam métodos centrais de governo da segurança. Nos últimos anos, Klauser (2010), e Caldeira (2011) exploraram a forma como novas tecnologias e novas ideias de “gerenciamento do risco” passaram pelo incremento de estratégias de vigilantismo e controle, mas também de produção de cercamentos e táticas de autogoverno locais, ao mobilizar infraestruturas diversas (e não apenas policiais) para o governo da segurança.

Sem dúvida, é preciso problematizar os efeitos dessas tendências identificadas em diversos países, sobretudo do Norte Global, e investigar como elas interagem com tendências presentes em contextos como o brasileiro. As desigualdades características da sociedade brasileira, bem como as práticas estatais autoritárias, historicamente enraizadas, impõem a recepção crítica de iniciativas como as das *Smarts Cities*. Em dimensões como a da segurança, tanto pública quanto privada, a presença de grandes desigualdades sociais, a persistência da violência na sociedade e a permanência de práticas estatais autoritárias reconfiguram decisivamente o debate local. As políticas de segurança pública no Brasil historicamente se caracterizaram pela direção *top-down* na sua concepção, decisão e implementação, e seus operadores, com frequência, ainda se mostram na atualidade resistentes às dinâmicas de transparência e de avaliação de resultados, próprias do ambiente democrático (Alvarez, Salla e Souza, 2004). As fronteiras porosas entre segurança pública e privada e a presença de grupos ilegais, como os agentes do tráfico e milicianos, tornam ainda mais complexos os espaços de governança nas metrópoles brasileiras.

Desse modo, em contextos como o da metrópole paulista, é possível observar a crescente interação entre modelos, sistemas e tecnologias transnacionais e locais para a segurança pública e privada. O discurso de *Smart Cities*, com propostas de abertura ao capital privado, cogerenciamento da segurança pública e o maior engajamento de civis nesse processo, precisa ser observado e analisado tendo em vista tal complexidade. Especificamente em São Paulo, a introdução de novas tecnologias de vigilância, assim como a circulação de modelos de gestão da segurança, com uma crescente atribuição de responsabilidades a não profissionais de segurança e estímulo ao surgimento de núcleos de autogoverno, de sistemas de vigilância e de outras infraestruturas para a gestão dos riscos, manifestam de forma privilegiada tal interação complexa entre tendências globais e locais na dimensão da governança contemporânea.

O objetivo deste artigo é explorar o modo como iniciativas público-privadas impactam a segurança na cidade de São Paulo, tendo em vista o diálogo crítico com três tendências, já identificadas na literatura internacional: esferização, sociabilidade securitária e infraestruturação da vigilância. Mais especificamente, serão analisados os efeitos dos projetos City Câmeras e Vizinhança Solidária de polícia comunitária em dois bairros da capital, Pinheiros e Alto de Pinheiros, e do projeto São Paulo Inteligente, promovido por empresas, associações privadas e pela prefeitura, para a constituição de esferas securitárias nas regiões de Pinheiros e Jardins. Ao longo de 2018 e 2020, foram recolhidos dados sobre o funcionamento desses sistemas e projetos, bem como sobre o modo como eles parecem se relacionar com as tendências mencionadas aqui. Para isso, o artigo está dividido em duas seções principais: inicialmente, são retomadas algumas das perspectivas teóricas que discutem as tendências transnacionais no âmbito da segurança. Em seguida, são recuperados o histórico e as características

dos projetos City Câmeras, Vizinhança Solidária e São Paulo Inteligente, relacionando-se cada um desses projetos às tendências identificadas pela literatura, que descreve o modo como essas tendências impactam o gerenciamento da segurança na cidade e reconfiguram o relacionamento entre atores privados e públicos nesse processo

## **Para além da privatização: segurança e policiamento no Século XXI**

Nos últimos anos, inúmeros trabalhos têm explorado como as práticas de segurança vêm sendo influenciadas por tendências difundidas globalmente. Dentre elas, destaca-se a discussão em torno da descentralização da atividade policial, da formação de *clusters* de gerenciamento coletivo da segurança e de um crescente vigilantismo. Nesse debate sobre segurança, a discussão não se limita exclusivamente ao policiamento, mas engloba um escopo maior de atores, de instrumentos e de objetivos. Abrahamsem e Williams (2007), por exemplo, descrevem a segurança contemporânea como um *assemblage* de práticas, de discursos e de atores que extrapolam o escopo nacional e incorporam técnicas e procedimentos que circulam transnacionalmente. Nesse sentido, fica evidente como uma análise sobre a transnacionalização de modelos de gestão da segurança necessariamente demanda abordagens que combinem elementos da Criminologia, da Sociologia e também dos Estudos de Segurança Internacional – principalmente no que tange à crescente mobilidade de multinacionais de segurança – pois, como enfatizado por Bigo (2016), somente dessa forma é possível compreender a amplitude e a complexidade dos debates sobre a segurança em um mundo globalizado.

A análise aqui proposta parte da premissa de que práticas locais de segurança se articulam com ideias, tecnologias e modelos transnacionais. O policiamento seria um

dos elementos articulados nesse *assemblage*<sup>1</sup> securitário. Tal expressão se refere às ideias de Sassen (2006), Abrahamse e Williams (2007), entre outros, e significa o conjunto de medidas, de discursos, de tecnologias, de teorias, de atores e de práticas que se articulam e se agenciam mutuamente para a produção de efeitos de segurança. Por um lado, fica claro que a segurança (ou o securitário, isto é, aquilo que se refere à segurança ou à intenção de produzir segurança) não é algo fixo ou concreto, mas sim um estado de coisas que produz efeitos, como sentimentos de segurança que mutuamente denotam “estar livre de preocupações” e “estar a salvo”, livre de danos físicos, numa comunhão dos termos *security* e *safety* (Rodrigues, 2012). Mais do que isso, a segurança não é percebida de forma homogênea por todos os indivíduos e grupos em uma sociedade, o que implica que atos de segurança,<sup>2</sup> mobilizados por um conjunto de indivíduos para construir um estado securitário, podem significar a produção de insegurança para outros (Bigo e Tsoukala, 2008).

Graças aos processos de globalização e à intensificação do intercâmbio internacional de ideias e de políticas, a organização da segurança e do policiamento passou a estar mais suscetível a uma série de tendências e práticas comuns (Sassen, 2006). Isso aconteceu principalmente a partir

181

---

<sup>1</sup> De forma sucinta, a ideia de *assemblage* é a tradução para o inglês da ideia de agenciamento elaborada por Deleuze e Guattari (1995) e denota a ideia de um arranjo transitório, disposição ou composição de dois ou mais elementos. Nesse caso, esses agenciamentos significam, para Deleuze e Guattari (1995), a reunião e a disposição de elementos heterogêneos, que não necessariamente formam uma unidade orgânica, mas um aparato maquínico, uma multiplicidade – que somente pode ser entendida em sua totalidade e a partir de seus relacionamentos externos – na qual os elementos singulares e sua “essência” são pouco relevantes para se compreender o conjunto de afetos e de efeitos dessa multiplicidade (Nail, 2017).

<sup>2</sup> A chamada “Escola de Copenhague” definiu a segurança como o resultado de um “ato de securitização” impelido por atores capazes de articular discursos que configuram indivíduos, grupos e problemas como pertencentes ao campo da segurança – e, portanto, suscetível a medidas emergenciais e urgentes para a sua solução – (Buzan, Waever e Wilde, 1998)

de meados dos anos 1990, nos Estados Unidos e em países Europeus, estimulado, para alguns, pela assim chamada racionalidade neoliberal, que se espraiaria como princípio de desregulação estatal, ao impactar também o campo da segurança (Shearing e Wood, 2000, p. 464). Apresentaram-se igualmente reorganizações do policiamento, no sentido de um controle antecipatório e preventivo, provocando uma maior descentralização, a privatização da segurança e uma crescente dependência de novas tecnologias informacionais e comunicacionais, algo semelhante ao exposto por Terpstra, Fyfe e Salet (2019) em sua discussão sobre as reformas policiais na Holanda e na Escócia. Esses reordenamentos poderiam ser resumidos, de acordo com certos autores, em três tendências para a segurança: a constituição de sociabilidades securitárias; a esféricação da segurança; e a infraestruturação da vigilância.

## 182 *Sociabilidade securitária*

Diversas pesquisas desenvolvidas no final dos anos 1990 nos Estados Unidos apontavam para uma tendência dominante na organização da segurança: a descentralização do seu exercício em prol de grupos civis e privados, o que promoveria uma espécie de “sociabilidade securitária”. Desde meados dos anos 1970, forças policiais de cidades nos EUA e Inglaterra têm levado adiante programas de policiamento de proximidade e, mais especificamente, de policiamento comunitário. Skolnick e Bayley (2017), com base em uma análise de experiências em quatro continentes, descrevem como quatro princípios gerais organizam o policiamento comunitário: (1) organização da prevenção do crime com base nas demandas da comunidade e utilização da própria comunidade como instrumento para vigilância e autocuidado da propriedade; (2) reorientação das atividades de patrulha, de forma a priorizar serviços não emergenciais, ou seja, constituindo métodos de identificação,

prevenção e mitigação de riscos; (3) elevação da responsabilidade das comunidades locais com a segurança; (4) por fim, os autores destacam os processos de descentralização de comandos, dando maior autonomia para oficiais e comunidade se articularem e produzirem resultados no gerenciamento dos riscos. Nesse espírito, diversos programas foram desenvolvidos, como o de Vigilância de Bairro, na Inglaterra, a partir do qual policiais e comunidade interagiram de forma a monitorar riscos, desvios e desordens. Nesse sentido, as interações entre policiais e residentes têm como léxico comum a manutenção da segurança, o estabelecimento e a manutenção de regras de comportamento e de autogoverno.

Shearing e Wood (2000; 2003) analisam esse processo de atribuição de responsabilidades à comunidade e às empresas privadas de segurança como resultado do espraiamento de ideais neoliberais pelo mundo. Em países do Norte Global, essa racionalidade é descrita como utilitária e benéfica à divisão de responsabilidades entre os diversos atores que gerenciam a segurança, pois atribui um senso de empoderamento a essas comunidades (Shearing e Wood, 2000, p. 460). Em geral, definem esse movimento como o estabelecimento de um governo nodular da segurança, marcado pela interação entre corporações, Estado e comunidade na gestão da segurança em redes de relacionamento. Não há uma hierarquia entre esses nódulos, tampouco rigidez, sendo eles estabelecidos como formas não exclusivamente estatais de governo da segurança (Shearing e Wood, 2003).

Os autores avaliam que o resultado imediato dessa formação de nódulos para um governo distribuído da segurança é a emergência de um tipo de cidadão e cidadania que não necessariamente se filia integralmente ao Estado, mas extrai princípios e organiza a sua ação social a partir desses nódulos multicêntricos de governança da segurança.



O termo “denizen” (habitante)<sup>3</sup> é usado pelos autores para denotar um tipo de filiação social que se adequa a uma ou mais esferas de governança e responsabilidades, acessando múltiplos conjuntos de direitos e responsabilidades (Shearing e Wood, 2003, p. 407).

Esses movimentos apontam para o problema de que as práticas de descentralização e de policiamento comunitário levam a uma crescente atribuição de responsabilidades aos moradores de bairros para a autogestão da segurança. Nesse sentido, esse autogoverno não necessariamente exclui o Estado da gestão da segurança, mas compõe com ele por meio de formas de gestão distribuídas, nas quais a sociabilidade, os vínculos e interesses entre os múltiplos atores se dão pela semântica da segurança. Por exemplo, a proposição de projetos, a adoção de mecanismos de vigilância, a identificação e a mitigação de riscos e, fundamentalmente, a construção de perspectivas comuns acerca da segurança. Nessa sociabilidade securitária, termos como autocuidado, atenção e zeladoria tornam-se meios para a criação de laços entre residentes de certos bairros e outros espaços.

184

### *A esferização da segurança*

Uma outra tendência para o governo da segurança seria a da formação de *clusters* ou, como descreveu Tereza Caldeira (2011), a formação de enclaves fortificados, onde o exercício da segurança se espacializa. De acordo com a autora, esse processo está associado a um padrão contemporâneo de segregação que, no caso de São Paulo, se estabelece na cidade (e que se desdobra desde o século XIX) e pode ser definido como a organização de “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” que se estabelecem por conta do medo do crime (Caldeira, 2011, p. 211). A autora analisa esse movimento

---

<sup>3</sup> Como um estrangeiro residente em um país, que não goza de direitos integrais.

em grande medida como algo endógeno, constituído como um desdobramento do processo de segregação urbano em São Paulo. No entanto, outros autores apresentam esses cercamentos e fechamentos, totais ou parciais, como resultados de um movimento securitário global.

Por exemplo, Shearing e Wood (2003) analisam como as redes nodais, nas quais atores públicos e privados desenvolvem dinâmicas para o gerenciamento da segurança, influenciam a espacialização da segurança (formação de esferas e perímetros de segurança), mas também evoluem como resultado desse processo, ao estimular a formação do que descrevem como “espaços comunais”. Esses espaços, que não são nem privados, nem públicos, se assemelham ao que definem como “propriedades privadas de circulação massiva”, como shoppings, parques industriais e espaços recreacionais, onde redes nodulares detêm certa autoridade de gerenciamento, podendo controlar acesso ou ao menos limitá-lo (Shearing e Wood, 2003, pp. 410-411).

185

Ao analisar megaeventos esportivos itinerantes, Klauser (2010) desenvolve uma análise a respeito das formas de controle e de modelos de segurança que evoluem da organização estratégica entre espaço, vigilância e policiamento. Para tanto, ele se debruça sobre as metáforas espaciais de esferas – contidas no trabalho de Peter Sloterdijk – e a tendência securitária em circunscrever e delimitar espaços para ações específicas. A esfera é entendida pelo autor como espaço socialmente criado e “autoanimado”, no qual um conjunto de experiências comunitárias se tornam possíveis e onde se desenvolve um sentimento de proteção em relação ao mundo exterior (Klauser, 2010, p. 329). A esferização evidencia como a segurança pode ser entendida não apenas como um conjunto de práticas de vigilância, articuladas espacialmente, mas também como uma força de criação de (atmo)esferas. Isto é, ela não se resume apenas à criação de espaços

securitizados – fechados ou mais ou menos abertos – mas indica um processo por meio do qual o espaço e as percepções comunais de fragilidade e isolamento passam a afetar psicossocialmente os indivíduos.

Logo, a esferização da segurança não é apenas um fenômeno espacial, mas produz efeitos de regulação dos relacionamentos e das percepções internas (de risco e de segurança). Como o autor irá pontuar: “as estratégias de securitização não apenas separam, diferenciam e articulam espaços físicos distintos; elas também criam e mantêm cuidadosamente defendidas diferenças atmosféricas” (Klauser, 2010, p. 336). Apesar dessa influência e da produção de perspectivas comuns a respeito da segurança, Klauser deixa claro que esses espaços não produzem necessariamente relacionamentos solidários, isto é, os indivíduos agem buscando o interesse próprio, visando sua segurança (Klauser, 2010, p. 337). Como ele aponta, a busca pela segurança e a proliferação de projetos de autogoverno estimulam a formação desses *clusters*. Evolui neles uma sociabilidade que estimula os indivíduos a cooperar para manter a sua segurança, ao promover um permanente vigilantismo para a administração de circulantes e das fronteiras desses espaços. A fronteira que produz essa separação, como pontua Klauser (2010), se manifesta como um complexo padrão de espacialidade ancorada em tecnologias de controle e barreiras físicas, o que deixa claro que ela pode não existir como um impedimento necessariamente físico, mas como um conjunto de técnicas de controle e de gerenciamento de circulantes nesses espaços.

### *Infraestruturação da vigilância*

Um aspecto que perpassa todas essas tendências analisadas é o emprego maciço de aparatos e de técnicas de vigilância, orientados para monitorar riscos em cidades do Norte Global. O exercício de um governo securitário

da vida cotidiana requer o emprego de formas de vigilância, seja para coação ou identificação de “desvios”. Assim, governos têm organizado a segurança como um processo de gerenciamento de riscos, isto é, orientados para a identificação e a mitigação de ameaças futuras ou iminentes (Amoore e Goede, 2008).

Em uma série de trabalhos a respeito do policiamento do risco, Ericsson e Haggerty (2002) analisam como as funções de policiamento se expandem para além das fronteiras formais da polícia (ao incorporar várias outras instituições) e passam a ser orientadas para identificação e comunicação de riscos. As atividades policiais visariam, assim, a produção de saberes e de dados sobre fluxos de pessoas, comportamentos e condutas considerados suspeitos, convertendo-se em um centro de recepção, de análise, de produção e de comunicação de riscos com outras instituições. Ao analisar as instituições policiais estadunidenses, britânicas e canadenses, os autores entendem que elas se tornam um meio para a catalisação, o cálculo e a comunicação de risco criminal. Eles esclarecem que o risco seria uma construção, uma vez que “ameaças e perigos são reconhecidos, respondidos e tornados reais através da invenção humana e do uso de tecnologias para classificação de riscos” (Ericsson e Haggerty, 2002, p. 238).

Diante disso, há muito tempo sistemas de monitoramento ditos “inteligentes” têm integrado o arsenal de redes de governo securitário globalmente. Haggerty e Ericsson (2000, p. 235) apontam que o policiamento paulatinamente se converte em um trabalho informacional, centrado na coleta e na análise de inteligência multiagências. Chama atenção o modo pelo qual a vigilância se difunde não apenas como um instrumento policial, mas como um elemento que viabiliza a espacialização da segurança. O emprego de sistemas de vigilância firma uma autoridade ampliada de redes de autogoverno que impõem

a delimitação de espaços e a consolidação de fronteiras, a partir da interação entre atores não estatais e tecnologias de monitoramento.

A vigilância, assim, se manifesta como um complexo agrupamento de diversos sensores e câmeras, capazes de fornecer aos agentes de segurança informações renovadas. A miríade de aparatos é entendida como um *assemblage* de vigilância (*surveillant assemblage*) (Haggerty e Ericsson, 2000). Tal *assemblage* é marcado por uma coleta difusa de dados operacionalizados por sistemas e métodos distintos, como câmeras e celulares, e que posteriormente são reunidas para a produção de perfis e de classificações, não apenas de indivíduos, mas de situações e espaços. Assim, a vigilância não se exerce a partir de um núcleo central, mas com base em um conjunto de objetos e atores que se conectam em uma raiz única e alimentando um ou vários espaços (Haggerty e Ericsson, 2000, p. 614).

188

Há, desse modo, uma tendência de conformação da vigilância como uma infraestrutura central para o gerenciamento securitário. Nesse caso, ela instrumentaliza outras infraestruturas como aparatos para vigilância, identificação e comunicação de riscos. Isto é, fachadas de casas, postes de luz, guaritas de vigilantes, hospitais, shopping centers, ônibus etc. são convertidos em infraestruturas de apoio para a manutenção da vigilância. Isso significa que os sistemas de monitoramento dessas infraestruturas são mobilizados não apenas para a sua segurança interna, mas também do seu entorno. Como irão pontuar Luque-Ayala e Marvin (2016, p. 5), regimes urbanos de segurança contemporâneos têm se articulado para governar infraestruturas e, a partir delas, a mobilidade e a circulação das pessoas.

Como visto, vários autores identificam como uma série de tendências de reordenamento da segurança tem interagido e se espalhado mundialmente, graças a processos globais.

Mais do que apenas a privatização da segurança, esses processos modulam a segurança como uma atividade conjunta entre agentes estatais e não estatais, e converterem infraestruturas em sistemas de vigilância para o controle de espaços comunais. A produção de efeitos similares em diversas cidades nos EUA e em países europeus, como Inglaterra (Camp e Heatherton, 2016), Escócia e Holanda (Terpstra, Fyfe e Salet, 2019), evidencia a codependência dessas tendências. Em São Paulo, em virtude de projetos de transferência de políticas e de tecnologia iniciados pelo estado e pelo município, é possível notar que essas tendências começam a circular localmente e produzem efeitos que demandam uma análise mais cuidadosa.

### **Tendências securitárias em São Paulo**

Nos últimos cinco anos, diversas inovações securitárias passaram a ser apresentadas como parte de um processo global de internacionalização das cidades, a partir do discurso de *Smart Cities*. Esse discurso passa a subsidiar a adoção de uma sorte de sistemas informacionais em diversos campos da administração pública. Como explicam Morozov e Bria (2019), os discursos e projetos de *Smart Cities* demandam a adoção de uma série de tecnologias somente disponíveis a empresas privadas, o que induziu uma maior proximidade entre entes públicos e privados, bem como uma outorga de autoridade a estes para o gerenciamento e provimento de serviços – algo que já estava na agenda do governo municipal há algum tempo (Franzon, 2018).

Em São Paulo, esse discurso viabilizou uma crescente proliferação de parcerias público-privadas, particularmente na segurança pública, a criação de projetos de vigilância de bairros e a adoção de uma sorte de sistemas de monitoramento. Entre os anos de 2018 e 2020, foram realizadas três entrevistas com provedores de sistemas eletrônicos de monitoramentos que atuam na região de Pinheiros,

Jardins e Alto de Pinheiros, bem como três membros de associação de moradores, conselhos de segurança, e proponentes de projetos de segurança locais, além de frequentar quatro reuniões específicas do programa Vizinhança Solidária. Esse material foi transcrito, lido e interpretado no conjunto maior de entrevistas e dados coletados.<sup>4</sup>

### *Vizinhança solidária e City Câmeras, esferas e atmosferas securitárias*

Embalado pelo discurso de informatização e *smartificação* da segurança pública, em 2017, o governo municipal adotou um programa denominado City Câmeras, que consiste em uma plataforma em nuvem para a vigilância e monitoramento, em tempo real, de espaços públicos, bem como para a integração de sistemas de câmeras públicas e privadas, armazenamento de imagens e mesmo produção de estatísticas sobre atendimento e despacho a partir do software *Compstat*. Essas imagens poderiam ser acessadas tanto pelos proprietários das câmeras como por agentes privados e públicos de segurança e alegadamente serviriam tanto como mecanismo de contenção de delitos, quanto como aparato para investigação policial.

190

---

<sup>4</sup> Essas entrevistas, incursões etnográficas e levantamento de informações estão relacionadas a uma pesquisa mais ampla, apoiada pela Fundação de amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, na qual nos concentramos em investigar o emprego de sistemas de vigilância e monitoramento “preditivos” no estado de São Paulo. Nesse sentido, para essa pesquisa, foram realizadas em torno de 20 entrevistas com membros de associações, moradores, pesquisadores, agentes de polícia, empresários, vigias noturnos e desenvolvedores de sistemas. Para este artigo, dado o escopo relativamente reduzido de entrevistas disponíveis, selecionamos aquelas que mencionavam os bairros de Pinheiros e Alto de Pinheiros, e realizadas com indivíduos e autoridades diretamente ligados ao gerenciamento da segurança nesses espaços. Analisamos as entrevistas de forma a buscar conceitos associados, como “Segurança”, “perímetros”, “dentro” e “fora”, acesso”, “câmeras”, “monitoramento”, cruzando-as com outras informações coletadas, como o histórico das associações e organizações aos quais os entrevistados pertencem, materiais de divulgação, fotos, dados, materiais promocionais etc.

Em grande medida, empresas diversas ligadas ao setor de vigilância e de segurança privada associaram-se à iniciativa City Câmeras, firmaram um contrato com a prefeitura e receberam autorização para comercializar sistemas de câmeras e serviços de integração à nuvem de imagens. Esses sistemas são, assim, ofertados para associações de moradores e comerciais, como uma forma de conectar residências e estabelecimentos ao dispositivo de segurança pública do município. Esse procedimento, assim como a adoção do Detecta<sup>5</sup> pelo estado, fez aquecer um mercado de segurança e infraestrutura privada que se espalhou por diversos bairros da cidade, com o apoio ainda de programas de policiamento comunitário, como o Vizinhança Solidária (Peron e Alvarez, 2019).

O City Câmeras, no entanto, não se resume apenas a um sistema público de Circuito Interno de Televisão (CCTV) para a vigilância de ambientes internos, visto que as câmeras conectadas à nuvem de imagens são privadas, de moradores e comerciantes que as instalam para o monitoramento das vias públicas, na frente de suas propriedades e em seus entornos. Isto é, o programa se utiliza de câmeras privadas instaladas e geridas por residentes e comerciantes e partilha os vídeos com agentes públicos e privados de segurança. Além disso, a pessoa contratante do sistema não o faz

191

---

<sup>5</sup> O Detecta consiste em um sistema de integração de dados de diversas bases policiais, sistemas de imagens e de câmeras inteligentes adotado pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo em 2014. A rigor, ele permite a integração de diversos sistemas em uma sala de controle do COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar), garantindo “consciência situacional” às forças policiais, bem como acessos remotos para fins de investigação. Esse sistema foi provido pela Microsoft e se assemelha ao que foi desenvolvido pela empresa para a polícia de Nova York, que permitiu uma crescente articulação entre empresas privadas, de consultoria de segurança, e o dispositivo de segurança pública. O sistema Detecta ganharia bastante capilaridade no estado nos anos seguintes, com o apoio de pequenos empresários de segurança eletrônica (que comercializam sistemas de câmeras compatíveis com o Detecta) e com o programa Vizinhança Solidária, que, ao demandar maior capacidade de vigilância nos programas de policiamento comunitário, garantia a expansão do Detecta em diversas cidades.



individualmente, mas seguindo orientações de associações, empresas de segurança privada e da própria PMESP quanto ao posicionamento e à quantidade de câmeras, de forma a cobrir melhor os espaços vigiados (Figura 1). Assim, ao utilizar o sistema de câmeras também para fins de segurança pública, o programa instrumentaliza essa infraestrutura de vigilância patrimonial privada (exercida pelos próprios moradores ou por empresas contratadas).

Por um lado, o City Câmeras parece favorecer um modelo de segurança descentralizado, que organiza bairros e outros espaços como verdadeiras esferas de segurança, “espaços comunais”, onde se sobrepõem formas de governança securitária entre diversos atores públicos e privados, civis ou policiais. Esses espaços vão conformando fronteiras maleáveis, mais ou menos permeáveis, administradas por cancelas (Figura 1), e cuja jurisdição informal se estende até o horizonte imagético das câmeras.

192

Figura 1

Postes do City Câmeras/Vizinhança Solidária e cancelas (Alto de Pinheiros)



Fonte: Elaboração própria.

Como exemplo, uma moradora que também é chefe de segurança da associação Sociedade de Amigos de Alto de Pinheiros (SAAP), contratante do City Câmeras, descreve o bairro e a disposição de câmeras como uma empreitada estratégica de segurança e de produção de uma esfera securitária, a partir das suas vias de acesso, pontos de estrangulamento, limites de fronteira e jurisdição e espaços que demandam mais atenção, tudo isso desvelado com a consultoria de agentes privados e públicos de segurança:

Tem uma pequena associação perto da Praça do Pôr do Sol, aí naquela região eles colocaram [as câmeras]. Tá dentro do nosso território, então, enfim, fazia todo o sentido. E, aí, a gente mobilizou algumas instituições que também toparam colocar, que elas estão em lugares estratégicos. Então, aqui [aponta no mapa], o Clube Alto De Pinheiros, que colocou duas, uma aqui e outra aqui – , que a gente precisava na rua da Botelho. Então, esses, eles adquiriram a câmera e mantém elas, ambas aqui. E aqui, na [rua] Nazaré Paulista, descendo para cá, o Colégio Vera Cruz também fez a aquisição de uma. [...] Elas estão distribuídas nas grandes áreas. (...) nos eixos, então tem na Diógenes, tem aqui na rua da Botelho. (Entrevista 8, 2019)

193

Por outro lado, apenas a mera existência e adoção desses sistemas de câmeras e a delimitação de fronteiras não conformam esses espaços necessariamente como esferas. De fato, o City Câmeras permite que os moradores, as empresas e as forças policiais estabeleçam uma forma de vigilância mais ampla sobre pontos de entrada nos bairros, rotas principais, possibilitando o estabelecimento de “fronteiras” digitais e mesmo físicas no bairro. No entanto, como Klauser (2010) aponta, a conformação de esferas de segurança não demanda apenas o estabelecimento de fronteiras físicas, mas também a conformação de um conjunto de percepções comuns de segurança, ameaça e vulnerabilidades que permitam

que a distinção entre “dentro” e “fora” se torne um nexo securitário que produza a sensação de “estar a salvo” entre os moradores. Nesse caso, o programa de policiamento comunitário Vizinhança Solidária foi importante na assimilação e na organização de percepções de segurança entre os moradores desses espaços– nos quais as agências privada e pública se sobrepõem para o gerenciamento da segurança.

O modelo de polícia comunitária em São Paulo data de 1985, com a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg), expandindo-se em 1992, quando a PMESP incorporou conceitos operacionais de atuação policial articulados à cidadania, adequando-se “à importância fundamental de se unir com a comunidade para a busca de soluções comuns” (Polícia, 2017, p. 5). Em 1997, o episódio de extorsão e brutalidade policial na Favela Naval, em Diadema, protagonizado por policiais militares, levou à reformulação de procedimentos policiais e à proliferação de modelos de policiamento comunitário (Godoy, 2017). Em 2009, a PMESP inicia um projeto no bairro do Itaim Bibi junto dos moradores e trabalhadores locais. Além da distribuição de panfletos, o projeto consistiu na realização de reuniões com palestras e debates a respeito dos fatores de risco da segurança, no intuito de captar as demandas desses grupos. Como aponta um Policial Militar:

Inicialmente é feita uma exposição primária aos moradores para que eles evitem riscos desnecessários. A inspiração vem do artigo 144 da Constituição Federal que diz que o Estado é o responsável pela Segurança Pública e que as pessoas são corresponsáveis. Assim, na medida em que o trabalho foi sendo desenvolvido, as pessoas passaram a se integrar umas com as outras e a trocar o número de telefone entre elas e ajudar a vigiar a casa do vizinho [...] As pessoas deixaram de olhar do portão para dentro para olhar do portão para fora. Houve uma mudança de visão e de comportamento e elas passaram a exercer a cidadania. (Governo, 2017)

Esse projeto foi intitulado “Vizinhança Solidária” e passou a ser encabeçado como um programa amplo para todo o município e todo o estado, principalmente pelo deputado estadual “Coronel Camilo”. Percebe-se que essa ação de polícia comunitária coloca o comprometimento com a segurança como elemento determinante da cidadania, pois integra moradores, comerciantes e trabalhadores como parte do dispositivo. Como a cartilha do programa revela (Figura 2), exige-se uma contrapartida da comunidade, já que cidadãos e comerciantes têm uma maior responsabilidade na gestão da segurança local, isto é, na identificação de condutas suspeitas e instalação de sistemas de câmeras.

Figura 2  
Descritivos de Conduta apropriada, Vizinhança Solidária



**9) Instale câmeras de segurança**

Atualmente, é possível adquirir câmeras de segurança a um preço acessível. O custo destes equipamentos pode ser facilmente rateado pelos moradores da sua rua ou condomínio. É fundamental este controle visual, pois uma imagem pode ser decisiva para prevenir, reprimir ou investigar um crime.



Coronel  
**CAMILO**  
DEPUTADO ESTADUAL

**10) Seja um bom observador**



Quando testemunhar um crime, procure identificar peculiaridades físicas dos criminosos e a direção tomada na fuga. Observe características importantes dos infratores da lei e de suspeitos, como a existência de tatuagens, cicatrizes, roupas que usam, tom de voz, sotaques, gestos e formas de se comportar durante a ação criminosa.



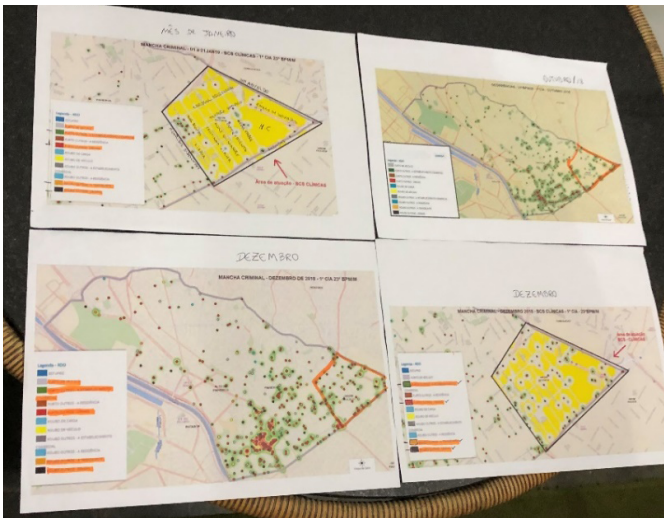
**Fonte:** Cartilha organizada pelo deputado estadual Coronel Camilo, informativa do programa Vizinhança Solidária, do qual o deputado é entusiasta.

Em duas das reuniões do programa que foram observadas no bairro de Pinheiros, constatou-se uma grande interação entre a PMESP e a comunidade local, cujas demandas foram ouvidas, filtradas e trabalhadas quando necessário pelos agentes de segurança. Nessas assembleias, residentes e comerciantes que acumulam as funções de vigilantes e tutores dos bairros e ruas aproveitaram o espaço para expor os medos e ameaças que consideravam relevantes: falhas nas redes elétricas, fluxos de pessoas “estranhas” e “mato muito alto” em praças são apontados como problemas de segurança e de deterioração que podem favorecer a criminalidade.

Em uma reunião de apresentação do programa em um condomínio no bairro de Pinheiros, as forças policiais se encarregaram de debater os principais problemas locais, os índices de ocorrências e expor dicas de segurança.

Na ocasião, foi apresentado um mapa registrando as ocorrências locais, recortando uma região do bairro (em amarelo – Figura 3) como zona de influência da polícia na proximidade do Hospital das Clínicas e do próprio hospital em si. Essas descrições e classificações vão familiarizando os moradores com o linguajar securitário, fator necessário para a conformação das atmosferas. Como visto anteriormente, os atos discursivos são fundamentais para a caracterização e a inserção de problemas no contexto da segurança. As falas sobre segurança e as constantes integração e comunicação dos residentes no entorno da resolução de problemas de segurança, como estimulado pelo Vizinhança Solidária e pelo City Câmeras, potencialmente conformam aspectos da sociabilidade securitária.

Figura 3  
Imagens de “Mancha Criminal” (Pinheiros e Região Clínicas)



197

Mapa da mancha criminal no bairro de Pinheiros apresentado por oficial de polícia em uma das reuniões de exposição do programa Vizinhança Solidária. Para além da mancha criminal, no entanto, o mapa mostra ainda a área de atuação e “jurisdição” da base, localizada no Hospital das Clínicas.

**Fonte:** Elaboração própria.

Assim, o Vizinhança Solidária dá vazão ao City Câmeras – como o fez com o sistema Detecta, em outro contexto – e à constituição de esferas securitárias, orientando a comunidade no desenvolvimento de uma atuação social, centrada em arranjos de segurança, como identificar ameaças diversas, atitudes de permanente suspeita, assim como uma hierarquia de trabalho e vigilância (com tutores de ruas). Segundo o executivo de uma empresa que presta serviços de consultoria e instalação desses sistemas de segurança eletrônica no bairro de Pinheiros e na região de Alto de Pinheiros, há uma preocupação em evitar que a conformação desse serviço (ou modelo de sociabilidade securitária) seja orientado politicamente. Isto é, essa orientação política significaria a dependência de estruturas e projetos exclusivamente públicos para a segurança. Por isso, houve a decisão de utilizar postes privados (Figura 1), fachadas das casas, sistemas privados de internet etc.

198

Segundo o executivo, ao usar as infraestruturas privadas, a comunidade se perceberia como um agente ativo no processo de gestão securitária, tendo acesso a várias outras câmeras de segurança (Entrevista 1, 2018). Um outro empresário deixa claro como essa sociabilidade, estimulada nos espaços comunitários, é resultante desse processo de integração dos residentes como parte da infraestrutura de vigilância. Em verdade, o compartilhamento de imagens e o potencial vigilantismo parecem conformar o cidadão como um agente para a classificação e a comunicação de riscos, espécie de *denizen* mas agora filiado a um conjunto de práticas e de regras securitárias locais:

Então você coloca as câmeras nas vias públicas, [...] e eles [os moradores] têm acesso a todas as câmeras do bairro [...]. Então, com isso, você consegue fazer a solidariedade. Um vizinho ajuda a monitorar o outro vizinho.

Então, por exemplo, você chega à noite na sua residência, você pode talvez ali, parou no farol, você consegue dar uma olhada, para não só ver a câmera da porta da sua casa mas também da esquina, da rua de baixo, da rua de trás, para saber se há alguém suspeito em volta ali. Se houver algum suspeito ou você liga para a polícia, ou você dá uma volta no quarteirão, alguma coisa assim. (Entrevista 7, 2019)

Esse *denizen* e as demais instituições imersas em uma sociabilidade securitária – manifesta na proteção e distinção entre dentro e fora e grupos bons ou maus – têm no exercício coletivo da vigilância uma importante ferramenta não apenas de autoproteção, como também de instrumentalização de suas demandas particulares. Foi possível verificar que essas demandas, como no caso do Alto de Pinheiros, referem-se à restrição da circulação de não residentes na localidade denominada “Praça Pôr do Sol”, o que revela o modo como a adoção de aparatos de vigilância parece atender a interesses de grupos de moradores locais em limitar ou constringer a circulação de “não residentes” no espaço. Isso fica evidente a partir da entrevista com a chefe de segurança da SAAP, que expressa temores acerca do tráfico e uso de drogas no bairro:

Ontem mesmo, no City Câmeras, a gente colocou uma câmera na Praça Pôr do Sol [...] é uma Dome, foi doada pela empresa da rua ao município e, essa sim, a gente colocou no City Câmeras público. Porque é uma praça e, enfim, e aí as pessoas podem ir lá. A polícia também tem acesso a ela, porque ali é um ponto que de vez em quando [...] tem aglomeração de pessoas, bastante gente. Então é esse aspecto, assim, para o morador ter essa possibilidade de ter esse acesso na prevenção, faz mais a diferença. Depois, é lógico, quando acontece alguma coisa, estão lá as imagens que são entregues à Polícia Civil. [...] A gente



percebia que estava aumentando o fluxo de pessoas, principalmente noturno; ali tem um comércio ambulante grande de bebidas; tem uns traficantes que vendem – porque tem muita gente que consome drogas ali. E tinha um grupo que decidia fazer festa “rave” lá à noite; [...]. Então, assim, na super lua, que teve, a quantidade de gente que tinha ali era ridículo. No meio de uma zona residencial. Em uma praça que não tem infraestrutura nenhuma. [...] eles têm a batalha de rap [...] todo domingo do mês, mas isso é à tarde. [...] Aí, algumas coisas foram feitas nesse processo. Teve melhoria na iluminação, hoje parece um estádio. Aí a gente colocou essa Dome, [...] e colocou integrado ao City Câmeras para todo mundo ver. [...] A gente não teve dúvidas, botou lá no City Câmeras público, todo mundo consegue acessar, ver o que está acontecendo, e aí acabou, ficou todo mundo quietinho. (Entrevista 8, 2019)

200

As demandas particulares pela retenção da circulação de pessoas “de fora” são elaboradas no contexto de um enfrentamento com traficantes, usuários de drogas e espaços sem lei, deteriorados. A introdução de instrumentos de vigilância e a proximidade entre moradores e forças policiais são os mecanismos ativados para esse fim. Isso potencialmente conforma uma atmosfera securitária que distingue formas boas (internas) e más (externas) de circulação e reforça aquilo que Klauser (2010) entende como perspectivas comuns acerca de riscos em certas esferas e, conseqüentemente, uma solidariedade inteiramente centrada na manutenção do que se entende por segurança.

Nesse mesmo contexto, por causa da pandemia de covid-19, a SAAP, que há muito identificava o entorno da “Praça Pôr do Sol” como uma zona de risco, após pressão junto da prefeitura, conseguiu autorização para que a praça fosse fechada, cercada por tapumes e alambrados, sob a justificativa de evitar aglomerações. Como apurou uma

reportagem, ao coletar o discurso da presidente da SAAP, a ideia de limitar a circulação e reivindicar o controle e uso exclusivo é o que estaria por trás desse cercamento: “deixou de ser uma praça de bairro, tem um fluxo muito grande de gente que vai não só para assistir ao pôr do sol, mas que fica a noite inteira ali” (Tamamoto, 2021).

Desse modo, a conformação dessas “esferas” possibilita a expansão de uma percepção de segurança que se fundamenta na apropriação do espaço público, no seu controle exclusivista e, conseqüentemente, na expulsão ou administração da circulação de “forasteiros”, como forma de sedimentar essa demanda territorialista pela segurança. Ganha força, assim, a hipótese de que a conformação dessas esferas desdobra um novo capítulo nos longevos processos de disputa pelos espaços públicos em São Paulo, marcados por processos de remoções, especulação imobiliária e remanejamento social (Rolnik, 2017). Todavia, a especificidade desse processo de segregação espacial é que ele se conforma nas bases de projetos securitários, orientados à autoproteção, que não necessariamente se firmam como a construção de muros ou na transferência para zonas remotas, mas sim em uma autoridade mediada por câmeras de monitoramento, placas de orientação, cancelas, vigias privados, que constroem a circulação “estrangeira” desse virtual “lado de dentro” da esfera.

201

### *Programa São Paulo Inteligente e a infraestruturação da vigilância*

Nessa mesma direção, em 2018, a ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), com o apoio do governo municipal, lançou o “São Paulo Inteligente”. O programa consistiu na criação de uma enorme esfera securitária que conectaria os entornos do Shopping Eldorado aos entornos do Hospital das Clínicas, interligando sistemas de vigilância e de

monitoramento internos e externos das duas instituições aos das casas e condomínios inseridos nesse espaço, dividindo essas imagens e informações com as autoridades policiais.

Em ambos os espaços, de acordo com a presidente da ABESE, há riscos e problemas que são típicos do seu entorno – não apenas furtos e roubos, mas a presença de comércio irregular, como vendedores ambulantes, tidos como problemáticos em ambos os entornos tanto pelas autoridades como pelos moradores locais – e que poderiam ser solucionados a partir do emprego de um aparato de vigilância interligado. A descrição acerca do processo de criação e de gerenciamento desse enclave digitalizado se desenvolve a partir do intercâmbio de um saber policial e das demandas dos locais e de agentes de segurança privados locais:

202

Esse programa ele vai ser ampliado para todos os outros tipos de estabelecimentos, não só para os grandes estabelecimentos. Então, como eu falei, colocar câmeras no entorno, bem-posicionadas, olhando as vias públicas, auxilia a segurança pública. São os olhos; aumentam o efetivo de uma maneira eletrônica para eles. [...] Por exemplo, eles apresentaram exatamente os pontos que não tinham nenhuma câmera para gravar e para poder, quando acontecesse alguma coisa, eles... então, por exemplo: Teodoro Sampaio, que tem alguns pontos de Camelô, que são [...] lá embaixo. Ali a gente não tinha nenhum tipo de monitoramento. Nós colocamos uma câmera para poder olhar o que estava acontecendo ali. [...] Nós programamos a tecnologia para isso. (Entrevista 12, 2019)

Da mesma forma, a chefe de segurança do Hospital das Clínicas explica que a PM delineou as zonas estratégicas do entorno do hospital, explicitando gargalos e espaços que

deveriam disponibilizar as câmeras de vigilância e de monitoramento, o que indicaria a formação de uma esfera:

Porque eles [a PMESP] têm um mapa de cores que eles sabem onde acontecem mais coisas, que tipo de ação, dentro desse mapa. Na época, foi a coronel [...] aqui do batalhão, ela andou a pé todo aqui e falou: “aqui é rota de fuga, aqui tem uma interligação perigosa, aqui essa zona é mais quente para furto de celular” e ela foi mapeando. E a gente vai colocar as câmeras, hoje, exatamente onde ela indicou. Mesmo ela não estando mais no comando, a expertise da polícia, os dados que eles têm, é muito importante. [...]. Então, quando a gente junta conhecimento e você tem alguém de tecnologia a fim de fazer essa integração, perfeito (Entrevista 11, 2019).

Nesse sentido, tanto para a chefia da segurança do Hospital das Clínicas, quanto para a presidente da ABESE, a delimitação dessas esferas de segurança e a constituição de mecanismos de vigilância buscam constranger o comércio informal, a mendicância e inibir efeitos de uma intensa circulação de pessoas nessas esferas: agressão, furto, bem como consolidar o Hospital e o Shopping, como centros de monitoramento desse imenso bolsão:

Então, por exemplo, a câmera externa do shopping eu vou enxergar e ele vai enxergar a minha também, isso já vai acontecer. Por exemplo, a gente tem uma grande lá no CESP, que olha a Dr. Arnaldo, eu vou olhar aqui também. Tem aquela que olha o metrô Sumaré [...] Porque meu paciente, meu funcionário, ele frequenta esses lugares, ele anda ali. Muitas cabeças pensando, a gente consegue, porque tem problemas que a gente não consegue resolver porque não pode. Eu consegui barrar entrada de camelô dentro do prédio, por conta do controle de acesso.

Mas e um shopping? Que não pode controlar acesso.  
Como é que ele controla entrada de pedinte, de... como?  
(Entrevista 11, 2019)

204

O que se observa é que esse plano visa elevar autoridades privadas e públicas ao governo da segurança nessa extensão, a partir da ativação tanto do Hospital das Clínicas quanto do Shopping Eldorado como infraestruturas de vigilância, de controle e de monitoramento dos seus entornos. Isto é, ambas as estruturas se convertem em aparatos de identificação e comunicação de riscos que zelam pelo seu entorno “expandido”, com fronteiras, pontos de entrada e vulnerabilidades. Os relatos evidenciam que essas infraestruturas de vigilância não apenas auxiliam forças policiais em seus pontos cegos, mas assumem uma responsabilidade nesse arranjo multicêntrico de governo da segurança, de identificação e de comunicação de padrões de suspeita. Mais ainda, dispendo de centrais modernas, instalações e pessoal especializado, ganham relevância como centros de comando e controle locais, capazes de estabelecer um monitoramento permanente de desvios em seu entorno expandido, além de assumir autoridade para identificar, comunicar, e algumas vezes, agir sobre esses ricos.

A conversão dessas unidades em aparatos de vigilância, assim como a transformação de residências em suportes para monitoramento e “sensores” de risco indicam que a segurança pode se tornar a linguagem dos relacionamentos e da sociabilidade nesses espaços comunais. A constituição dessas esferas, assim, perpassa pela constante instrumentalização e pela modulação de projetos de urbanização, de infraestrutura e de sociabilidade em favor de critérios de segurança estabelecidos principalmente por empresas de segurança eletrônica e associações de moradores, e não necessariamente pelo poder público.

Em geral, a adoção de sistemas de vigilância e de monitoramento, estimulada e mobilizada pelo município de São Paulo, tinha como objetivo conformar a adesão de São Paulo a projetos de cidades inteligentes, com espaços públicos amplamente monitorados e a crescente integração de dados entre diversas unidades da administração pública. Como lembram Morozov e Bria (2019), não apenas a “sensorialização” e a integração de dados marcariam os processos de “smartificação” das cidades, mas também o crescente intercâmbio entre interesses privados e públicos – que nesse contexto teriam como finalidade conferir agilidade e “eficiência” ao gerenciamento da segurança. Entretanto, tais projetos de “smartificação” desconsideram o dinamismo das tecnologias, isto é, a capacidade de mutuamente reconfigurar-se e reordenar o conjunto de interesses nos espaços em que estão inseridas. Conseqüentemente, longe de desenvolver projetos mais eficientes e robustos, pode-se especular que tais sistemas e estratégias securitárias transnacionais possam reforçar disputas espaciais e práticas segregatícias na cidade, conferindo uma influência extraordinária a moradores e agentes privados para o gerenciamento das fronteiras das esferas em formação.

205

### **Considerações Finais**

A intensificação dos processos de globalização produtiva e de circulação de pessoas, de ideias e de capitais observados nos últimos anos tem feito com que projetos, tecnologias e tendências securitárias, desenvolvidos em certos contextos (quase sempre no Norte Global), sejam considerados como soluções relevantes em outros países. Como apontam Peron e Paoliello (2021), houve um intenso crescimento da presença de empresas transnacionais de tecnologia e de consultoria de segurança na América Latina e no Brasil nos últimos 15 anos. Essas empresas e consultorias transnacionais se articulam com o poder público e com empresas e fazem circular localmente modelos,

tendências securitárias e padrões de policiamento considerados “boas práticas” internacionais.

As tendências securitárias que foram listadas no início desse trabalho, de esferização, de modulação da sociabilidade e de infraestruturação da vigilância, buscam dar conta de parte desse conjunto de modelos de segurança que se espalha globalmente como projetos público-privados. No entanto, seria equivocado considerar que essas tendências permanecessem intactas quando deslocadas para outros contextos sociais e ignorassem as dinâmicas e hierarquias locais de poder.

Shearing e Wood (2003) afirmam que, na atualidade, a segurança não poderia ser vista só como função do Estado, mas sim como dimensão em que inúmeros agentes não estatais estariam envolvidos com as questões de governança, devendo-se assim romper com o mito do Estado soberano para pensar e intervir em tais questões. No entanto, um olhar a partir da realidade brasileira torna esse diagnóstico ainda mais complexo, devido ao próprio caráter problemático da construção do monopólio estatal da violência no país (Adorno, 2002). Nas grandes metrópoles brasileiras, o tráfico, as milícias e outros grupos organizados têm significativo protagonismo e constituem mercados de proteção dinâmicos, refratando assim a dinâmica de descentralização da segurança observada nos países do Norte Global. Desse modo, a introdução de programas de *Smart Cities* e modelos descentralizadores da segurança em cidades como São Paulo encontram contextos em que já existem arranjos securitários preexistentes, com apropriações dos espaços públicos e disseminação de formas de segregação diversas que reconfiguram a disputa pelo espaço na cidade.

Assim, os processos de sociabilidade securitária, esferização da segurança e infraestruturação da vigilância, alinhados a projetos de “smartificação” da segurança

podem se converter em mecanismos que reforçam as hierarquias preexistentes e o domínio de grupos sociais sobre certos territórios. Ao analisar-se aqui especificamente o programa Vizinhança Solidária e o sistema City Câmeras, por um lado, foram indicados aspectos do modo como esses aparatos interagem, fazendo circular localmente essas tendências securitárias. Por outro, foi observado como essa multiplicidade de iniciativas e de novos arranjos de governança parece se entrecruzar com formas elitistas e patrimonialistas de administração dos espaços públicos em São Paulo, há muito tempo já descritas por autores como Caldeira (2011), Fix e Arantes (2004), e Rolnik (2017). Destaca-se o potencial de produção de uma sociabilidade securitária nos bairros da cidade, manifesta pela filiação dos moradores a noções particulares de ameaça e de segurança e uma demarcação dicotômica entre dentro e fora, com circulações tomadas como legítimas e não legítimas. Ainda, esses arranjos entre modelos, tecnologias e práticas locais ressignificam o papel de infraestruturas da cidade como aparatos de produção de informação e controle de riscos.

207

A discussão aqui esboçada buscou apontar que os processos de aparelhamento tecnológico e sofisticação operacional implementados atualmente em São Paulo, ainda que apontem para um horizonte de modernidade e de adesão a “boas práticas” internacionais, não rompem necessariamente com o desenho conflituoso do urbanismo nem superam as costumeiras disputas espaciais e patrimoniais da cidade. Sua implementação parece reforçar disputas locais e introduzir novos dilemas, como a apropriação privada de espaços públicos, agora sob o argumento de autogoverno da segurança. A conjunção de projetos supostamente associados às “cidades inteligentes” com modelos transnacionalizados de segurança confere maior protagonismo a agentes privados na gestão de espaços públicos. A fusão de interesses particulares sobre o território com estratégias públicas



de segurança pode diluir a noção de cidadania em uma de solidariedade meramente pautada na semântica securitária.

Sem dúvida, para a confirmação de tais suspeitas, seria necessário ir além das limitações metodológicas da presente investigação. A análise da formação de esferas securitárias em bairros de alta renda em São Paulo limitou-se a um conjunto de atores com poder aquisitivo relevante, capaz de contratar consultorias e sistemas de custos moderados, o que não representa a realidade de todos os bairros da cidade de São Paulo. Para a confirmação das hipóteses ora apresentadas, será necessária a condução de outros estudos capazes de determinar se a relação entre renda e aquisição desses produtos pode ser uma variável importante para o ritmo de expansão desses modelos securitários, fixando-se como uma tendência geral. Também as entrevistas analisadas foram realizadas com indivíduos ligados a associações e organizações, o que inclusive limitou o contato com moradores durante as incursões etnográficas nos bairros em questão e durante as reuniões do Vizinhança Solidária. Outros estudos que empreguem metodologias diversas poderão identificar a amplitude desses processos e práticas que demonstrem mudanças, experiências adversas resultantes da expansão desses modelos securitários nas metrópoles do Sul Global, a fim de compreender a consolidação desses movimentos como tendências.

208

## **Agradecimentos**

Este artigo é resultado do apoio e do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) ao processo 2016/24525-3. É também produto de discussões no âmbito do projeto “Building Democracy Daily: Human Rights, Violence, and Institutional Trust”, desenvolvido no NEV/USP como Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão com

financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (CEPID-FAPESP 2013-07923-7).

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

### **Alcides Eduardo dos Reis Peron**

Graduado em Relações Internacionais e em Economia pela Facamp, mestre e doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp, com pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Foi Pesquisador Visitante da Universidade de Lancaster, e do Department of War Studies do King's College London, ambos na Inglaterra. Atualmente é Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), e do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (NEAI), e professor substituto no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

209

### **Marcos César Alvarez**

Bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professor livre docente do Departamento de Sociologia da USP e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência.

### **Bibliografia**

- ABRAHAMSEM, Rita; WILLIAMS, Michael. 2007. Securing the city: private security companies and non-state authority in global governance. *International Relations*, v. 21, n.º2, pp. 237-253.
- ADORNO, Sérgio. 2002. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira, 1970-2002*. São Paulo: NEV/USP. pp. 1-32.

- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antonio de. 2004. Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica. *Justiça e História*, v. 4, n. 8, pp. 173-199.
- AMOOORE, Louise; GOEDE, Marieke de. 2008. *Risk and the war on terror*. 1. ed. London: Routledge.
- BIGO, Didier. 2016. Rethinking security at the crossroad of International Relations and criminology. *The British Journal of Criminology*, v. 56, n. 6, pp. 1068-1086.
- BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. 2008. Understanding (in)security. In: BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia (org.). *Terror, insecurity and liberty*. London: Routledge.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. 1998. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2011. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34.
- CAMP, Jordan; HEATHERTON, Christina. 2016. *Policing the planet: why the policing crisis led to Black Lives Matter*. London: Verso.
- DAVIS, Mike. 2009. *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Boitempo.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1995. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- ERICSSON, Richard; HAGGERTY, Kevin. 2002. The policing of risk. In: BAKER, Tom; SIMON, Jonathan (ed.). *Embracing risk: the changing culture of insurance and responsibility*. Chicago: The University of Chicago Press. pp. 238-272.
- FENAVIST. 2019. *VI ESSEG: Estudo do Setor de Segurança Privada*. [S. l.]: Editora Gráfica Bernardi Ltda.
- FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. 2004. São Paulo: metrópole-ornitorrinco. *Correio da Cidadania*, n. 383, 8 a 15 de fevereiro.
- FRANZON, Davi José. 2018. *A eleição de João Doria Junior: a ascensão do partido de modelo empresarial?* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP.
- GARLAND, David. 2008. *A Cultura do Controle: Crime e Ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- GODOY, Marcelo. 2017. Após Favela Naval, PM modificou processos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02 set. Disponível em: <https://bit.ly/32uSyXN>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- GOVERNO do Estado de São Paulo. 2017. Vizinhança Solidária: programa da PM reduz assaltos em residências. Disponível em: <https://bit.ly/32vKB4k>. Acesso em: 23 dez. 2021.

- HAGGERTY, Kevin; ERICSSON, Richard. 2000. The surveillant assemblage. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 4, pp. 605-622.
- KLAUSER, Francisco. 2010. Splintering spheres of security: Peter Sloterdijk and the contemporary fortress city. *Society and Space*, v. 28, pp. 326-340.
- LUQUE-AYALA, Andrés; MARVIN, Simon. 2016. The maintenance of urban circulation: an operational logic of infrastructural control. *Society and Space*, v. 0, n. 0, pp. 1-18.
- MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. 2019. *A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia*. São Paulo: Ubu.
- NAIL, Thomas. 2017. What is an Assemblage? *SubStance*, v. 46, n. 1, pp. 21-37.
- PERON, Alcides Eduardo dos Reis; ALVAREZ, Marcos César. 2019. Governing the city: the Detecta Surveillance System in São Paulo and the role of private vigilantism in the Public Security. *Sciences & Actions Sociales*, n. 12, pp. 33-68.
- PERON, Alcides Eduardo dos Reis; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. 2021. Fear as a product, continuum as a solution: the role of private companies in the transnational diffusion of zero tolerance policing to Brazil. *Small Wars & Insurgencies*.
- POLÍCIA Militar do estado de São Paulo. 2017. *Nossa Polícia Comunitária*. Diretoria de Polícia comunitária e de Direitos Humanos.
- RODRIGUES, Thiago. 2012. Segurança planetária, entre o climático e o humano. *Ecopolítica*, v. 3, pp. 5-41.
- ROLNIK, Raquel. 2017. *Territórios em conflito: São Paulo, espaço, história e política*. São Paulo: Três Estrelas.
- SANTOS, Bárbara Ferreira. 2017. Dória anuncia em vídeo o “maior programa de privatização de SP”. *Exame*, São Paulo, 14 fev. Disponível em: <https://bit.ly/3JeTRL3>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- SASSEN, Saskia. 2006. *Territory, authority, rights: from Medieval to Global Assemblages*. Princeton: Princeton University Press.
- SHEARING, Clifford; WOOD, Jennifer. 2000. Reflections on the governance of security, a normative inquiry. *Police Practice*, v. 1, n. 4, pp. 437-476.
- SHEARING, Clifford; WOOD, Jennifer. 2003. Nodal governance, democracy, and the new “Denizens”. *Journal of Law and Society*, v. 30, n. 3, pp. 400-419
- SKOLNICK, Jerome; BAYLEY, David. 2017. *Policamento comunitário: questões e práticas através do mundo*. São Paulo: Edusp.

- TAMAMOTO, Vinicius. 2021. Associações pedem e prefeitura acata: Praça do Pôr do Sol começa a ser cercada. *Veja São Paulo*, São Paulo, 11. fev. Disponível em: <https://bit.ly/3mvpYGf>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- TERPSTRA, Jan; FYFE, Nicholas; SALET, Renze. 2019. The abstract police: a conceptual exploration of unintended changes of police organisations. *The Police Journal: Theory, Practice and Principles*, v. 92, n. 4, pp. 339-359.
- VENCESLAU, Pedro. 2017. “Vamos transformar SP em ‘Smart City’”, diz Doria. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. Disponível em: <https://bit.ly/30XiYAY>. Acesso em: 23 dez. 2021.



# CALIBAN OU CANIBAL? DIÁLOGOS BRASILEIROS DE ROBERTO FERNÁNDEZ RETAMAR

Bernardo Ricupero<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Professor associado do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade de São Paulo (USP).

São Paulo, SP, Brasil. E-mail: bernardoricupero@uol.com.br

Orcid: 0000-0001-8689-7362

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-213252/114>

Em “Calibán” (1971), Roberto Fernández Retamar nota que Caliban é um anagrama da palavra canibal. Esse é um dos motivos, segundo o crítico e poeta cubano, para associar o “escravo selvagem e deformado” de *A Tempestade* à América Latina, já que o nome “canibal” teria surgido de “caribe”, denominação do habitante original das ilhas em que Cristóvão Colombo chegou em 1492. Nessa referência, seria evidente a vinculação da ilha da peça com a nossa América: “Próspero invadiu as ilhas, matou os nossos antepassados, escravizou Calibán e lhe ensinou sua língua para poder se entender com ele” (Fernández Retamar, 1971, p. 131). A língua poderia ao menos nos servir, como a Caliban, como meio para amaldiçoar o colonizador: “ensinaste-me a falar; disso, o meu único proveito é saber amaldiçoar. Que a peste rubra vos roa, por me haverdes ensinado a vossa língua” (Fernández Retamar, 1971, p. 126).

No entanto, críticos têm chamado a atenção, quase desde a publicação de “Calibán”, para uma ausência significativa no influente ensaio: a referência à antropofagia brasileira. Em particular, o uruguaio Emir Rodríguez Monegal (1977) destaca como Oswald de Andrade, muito antes de Fernández Retamar, teria sido mais radical ao defender uma

revolução não apenas política e social, mas total, com implicações até mesmo eróticas e epistemológicas. “Calibán” não ousaria especialmente tratar da questão do canibalismo.<sup>1</sup>

De maneira significativa, Fernández Retamar e Rodríguez Monegal estiveram envolvidos, um pouco antes, numa acalorada polêmica a respeito da revista *Mundo Nuevo*, publicação editada pelo uruguaio, que o cubano, das páginas da revista da *Casa de las Américas*, de que era diretor, denunciava por ser financiada pela Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA). Ou seja, há indícios de que a discussão, travada nos anos 1970, entre os dois críticos a respeito da relação de Caliban com o canibalismo não é apenas uma querela literária, mas também um debate político com importantes implicações na maneira de se entender a América Latina.

Para compreender essas diferentes posições, reconstituo brevemente as experiências da revista da *Casa de las Américas* e *Mundo Nuevo* na segunda metade da década de 1960. Dentro do contexto marcado pelo “caso Padilla”, que levou à publicação de “Calibán”, procuro depois entender como o ensaio é construído em bases intertextuais, em que se dialoga com outros textos da sua época que destacam o “escravo selvagem e deformado” de *A Tempestade*, bem como com trabalhos do modernismo hispano-americano. Para explorar especialmente o diálogo de Fernández Retamar com o Brasil, examino as referências ao país e a autores brasileiros na primeira edição do ensaio e as modificações que foram feitas em suas sucessivas edições. De maneira complementar, também trato da apropriação no Brasil do trabalho do crítico e poeta cubano. Acredito que assim se pode perceber melhor o lugar

---

<sup>1</sup> Mais de vinte anos depois da crítica de Rodríguez Monegal, Fernández Retamar, em texto que trata especialmente da relação de seu ensaio com a antropofagia, reconhece que Oswald deveria estar presente em “Calibán”, explicando singelamente que a razão de sua ausência foi “que em 1971 ainda desconhecia a sua obra” (Fernández Retamar (2005, pp. 142-143). Mesmo assim, teria tratado do escritor brasileiro em conferência pronunciada em Budapeste, em 1976, portanto, antes do artigo do crítico uruguaio.

do país numa visão criada a partir da Revolução Cubana a respeito da América Latina. Por fim, quero entender como é a recepção brasileira dessa ideia da *Nuestra América*.

## Pré-história

O jovem crítico e poeta Fernández Retamar se torna diretor da revista da *Casa de las Américas* a partir do nº 30, de outubro de 1965.<sup>2</sup> Junto com a mudança editorial, o Comitê de Redação passa a se chamar Comitê de Colaboração, contando entre seus membros com importantes escritores e críticos latino-americanos. Pouco depois, é lançada, em julho de 1966, a revista *Mundo Nuevo*. Sediada em Paris, é patrocinada pelo Instituto Latino-Americano de Relaciones Internacionales (Ilari), criado pelo *Congress for Cultural Freedom* (CCF). Tem como editor Rodríguez Monegal, que fora diretor da seção literária do importante semanário uruguaio *Marcha* (Campuzano, 1992; Frenk, 1984; Morejón Arnaiz, 2004).<sup>3</sup>

As duas revistas proclamam a unidade da América Latina e têm importante papel na eclosão do chamado *boom* da literatura da região. Significativamente, Rodríguez Monegal chega a buscar a colaboração de Fernández Retamar e de outros intelectuais ligados à Revolução Cubana em *Mundo Nuevo*. No entanto, as investidas do uruguaio não têm sucesso, com a revista da *Casa de las Américas* denunciando as ligações do CCF com a CIA. Para tanto, se utiliza de informações levantadas por fonte insuspeita, o *New York Times*, que

215

<sup>2</sup> Substitui Antón Arrufat, que tinha sido “secretário da revista” até então. O grupo original da revista da *Casa de las Américas* estivera ligado ao extinto suplemento *Lunes de la Revolución*, que pode ser identificado como mais favorável a uma autonomia relativa da arte. Com a nova direção, acentua-se o caráter político e terceiro-mundista da publicação. Ver: Artaraz, 2009; Lie, 1996; Miskulin, 2009.

<sup>3</sup> O CCF foi fundado em 1950, tendo como principal motivação o anticomunismo e contando com apoio do governo norte-americano. A partir dessa orientação, as posições de seus membros eram muito variadas, reunindo desde conservadores a marxistas. Segundo Patrick Iber (2015), o *ethos* dominante na organização seria social-democrata. Na América Latina publicou, a partir de 1953, a revista *Cuadernos por la Libertad de la Cultura*, sua homóloga brasileira sendo os *Cadernos de Cultura*.



numa série de reportagens, publicadas a partir de abril de 1966, indicara a relação (Frenk, 1984; Iber, 2015; Mcquade, 1992; Morejón Arnaiz, 2004).

Nessa referência, o artigo de Ambrosio Fornet, “New World en español”, que sai no nº 40, de janeiro e fevereiro de 1967 da revista da *Casa de las Américas*, ecoa a caracterização do então responsável pela seção literária de *Marcha*, Rama, de que a revista editada em Paris não passaria da “nova ‘fachada cultural’ do imperialismo norte-americano” (Fornet, 1967, pp. 114-115).<sup>4</sup> Rodríguez Monegal, por sua vez, em “La CIA y los intelectuales”, publicado no nº 14, de agosto de 1967, de *Mundo Nuevo*, insiste que “o destino do escritor independente é ser atacado por todos os bandos, ou – o que é sem dúvida pior – ser convidado a colaborar por todos os extremos” (Rodríguez Monegal, 1967, p. 20).

216

A fim de compensar o isolamento imposto, entre outras medidas, pelo embargo norte-americano, que vigora desde 1960, e a expulsão, em 1962, da Organização dos Estados Americanos (OEA), Cuba apela para a identidade latino-americana. Já em abril de 1959 se fundara a Casa de las Américas, centro cultural que deveria funcionar como janela de Cuba para a América Latina e da América Latina para Cuba, seus prêmios literários logo alcançando grande repercussão. Sinal do sucesso das iniciativas latino-americanistas é que se estende pela região uma rede de intelectuais

---

<sup>4</sup> Na verdade, os dois uruguaios se estranhavam desde os tempos de *Marcha*, podendo até se falar em duas *Marchas*. A Revolução Cubana impacta profundamente a Rama que, a partir de então, monta um programa de trabalho em que privilegia o exame de obras latino-americanas. Além disso, procura entender a literatura num quadro mais amplo, em que a análise sociológica é importante. Por sua vez, Rodríguez Monegal se tornara crítico da Revolução Cubana desde cedo. Enxerga uma falsa oposição entre o regionalismo e o universalismo. Mesmo assim, os dois críticos são marcados pelos ensinamentos do fundador de *Marcha*, Carlos Quijano, que rejeitara o nacionalismo “provinciano” e defendera a liberdade de criação. Ver: Gilman, 2011; Rocca, 2006.

simpáticos à Revolução Cubana que constituiriam uma verdadeira comunidade de escritores, assumindo até um ar de família, devido à proximidade de suas relações (Gilman, 2003). Há, num sentido mais geral, um esforço de fundar instituições, como o Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos (Icaic), a própria Casa de las Américas, a Imprenta Nacional e a Unión Nacional de Escritores Cubanos (Uneac) (Serra, 2007). Os EUA (Estados Unidos da América) reagem, por sua vez, à ofensiva cultural cubana, também criando revistas, oferecendo bolsas, estabelecendo centros de estudos e cursos sobre a América Latina. Significativamente, nos dez anos posteriores à revolução, dobra o número de disciplinas sobre a região nas universidades norte-americanas, tendo o resultado de consolidar os *Latin American Studies* (Feres Jr., 2005). Nesse sentido, é possível afirmar que se cria, a partir da Revolução Cubana, até mesmo uma certa ideia de América Latina.<sup>5</sup>

217

A Revolução Cubana é, em especial, decisiva para o estabelecimento de opções socialistas ou socializantes na América Latina que vão além dos partidos comunistas. A própria forma como se deu a tomada do poder – o que ficou conhecido como “foquismo” – desafiava os modelos de revolução até então consagrados. Além disso, o governo revolucionário logo promove, contra a política soviética, a luta armada na América Latina e no chamado Terceiro Mundo. Num sentido mais amplo, pode-se considerar que Cuba ajuda a moldar o que se entende por nova esquerda. Para tanto, é especialmente importante como a

---

<sup>5</sup> De acordo com Rafael Rojas: “a querela ideológica da Guerra Fria, nos anos 1960 e 1970, reformulou o grande tema cultural das identidades nacionais e o latino-americanismo que se discutia desde a Guerra de 1898 no Caribe” (Rojas, 2017, p. 15).

nova esquerda se identifica com o Terceiro Mundo.<sup>6</sup> Num outro sentido, o “terceiro-mundismo” faz com que a nova esquerda seja um fenômeno com significado global. Nessa referência, mesmo que o desafio à “velha esquerda”, comunista e social-democrata, tenha origem nos países capitalistas centrais, sua atuação se estende ao mundo não desenvolvido (Artaraz, 2009).

Refletindo tal quadro, a disputa entre a revista da *Casa de las Américas* e a *Mundo Nuevo* se dá, em grande medida, como um enfrentamento no interior da nova esquerda (ROJAS, 2017). Num sentido ainda mais direto, Rama adverte Fernández Retamar, em carta, que Rodríguez Monegal “viajou por toda a América – todos os gastos pagos pelos norte-americanos – para assegurar colaborações, dirigindo-se sobretudo à esquerda não comunista”. Depois esclarece: “estão atuando de uma nova forma: proclamam o desgaste dos esquemas ideológicos” (Rama apud Fernández Retamar, 1993, p. 52).

218

De maneira significativa, a revista da *Casa de las Américas* e *Mundo Nuevo* aparentemente são publicações muito similares. Revistas de política e cultura, publicam muito do mais interessante da literatura latino-americana e mundial produzidas na época. É comum que seus temas e até colaboradores se repitam. No entanto, frequentemente as publicações tratam dos temas de maneira muito diferente. Em termos mais amplos, a revista cubana defende o engajamento político dos intelectuais, ao passo que a revista editada em Paris

---

<sup>6</sup> De início, o Terceiro Mundo é visto como alternativo ao Primeiro Mundo capitalista e ao Segundo Mundo comunista, concepção com que sentia afinidade a primeira nova esquerda, que rejeitava tanto a sociedade burguesa como o socialismo real. De maneira sugestiva, o governo cubano, pouco depois da Revolução, se define como nem capitalista, nem comunista, mas humanista, tendo participado, em 1961, da Conferência dos Países Não Alinhados de Belgrado como observador. No entanto, em torno da segunda metade da década de 1960, há uma radicalização, tanto do Terceiro Mundo, como da nova esquerda e da Revolução Cubana. Enfatiza-se, no novo ambiente, a ação imperialista contra a qual se coloca a opção revolucionária, como se percebe na Conferência Tricontinental, de 1966, e na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), de 1967 (Artaraz, 2009).

argumenta em favor do diálogo para além das diferentes posições políticas e artísticas. Em resumo, a visão a respeito da relação entre cultura e política das duas publicações é muito diferente. A revista *Casa de las Américas* defende uma arte comprometida com a transformação social, ao passo que a *Mundo Nuevo* afirma a autonomia da cultura.

Ligadas a essas variadas concepções, as publicações também têm diferentes maneiras de entender a América Latina, como fica indicado nos seus editoriais de estreia (ou quase estreia). A breve nota de apresentação do nº 30 da revista da *Casa de las Américas*, quando Fernández Retamar assume a direção da publicação, reitera a intenção de auxiliar a incrementar o vínculo entre as Américas, “que do Bravo à Patagônica são uma, dizia Martí”. Em termos mais atuais, diz estar voltada para os países chamados de subdesenvolvidos, sendo “a tarefa crescente dessa revista contribuir para retificar esta identificação” (*Casa de las Américas*, 1965, p. 5). Já a publicação dirigida por Rodríguez Monegal avalia que a América Latina se encontraria “na invejável posição de um continente que habita dois mundos: o velho das tradições europeias, sempre renovadas, sempre vivas, e o mundo ainda informe das nações emergentes” (*Mundo Nuevo*, 1966, p. 4). No entanto, considera que a região ainda não ocuparia a posição que lhe deveria corresponder, faltando, em especial, reconhecer a qualidade do artista e do escritor latino-americano. Isto é, a revista da *Casa de las Américas* vê a América Latina como parte do que nos anos 1960 é chamado de Terceiro Mundo, ao passo que a *Mundo Nuevo* busca o reconhecimento do escritor latino-americano numa suposta literatura universal, o que não deixa de corresponder a uma concepção eurocêntrica de cultura (Frenk, 1984).

Para além das diferentes visões a respeito da América Latina, a decisão de Rodríguez Monegal de deixar a direção da *Mundo Nuevo*, em 1968, e o fim da revista, três anos depois, já editada em Buenos Aires e com nova orientação, é sinal

claro da vitória da revista *Casa de las Américas* na disputa entre as duas publicações. Tal resultado não é de se surpreender no ambiente político e cultural da década de 1960. No entanto, a contenda não necessariamente termina aí.

## Contextos

“Calibán” é publicado em meio ao “caso Padilla”, ou como diz Fernández Retamar: “a recente polêmica a respeito de Cuba, que acabou confrontando, de um lado, intelectuais burgueses europeus (ou aspirantes a sê-lo) com evidentes nostalgias colonialistas, e, de outro lado, os mais importantes escritores e artistas latino-americanos” (Fernández Retamar, 1971, p. 124).

220 O poeta Heberto Padilla é preso, em 1971, sob a acusação de atividades contrarrevolucionárias. Em reação ao encarceramento, intelectuais europeus e latino-americanos escrevem diversas cartas a Fidel. Uma das de maior impacto é a assinada por Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Italo Calvino, Alberto Moravia, Julio Cortázar, Octavio Paz, Carlos Fuentes e Mario Vargas Llosa, entre outros, em que indicam sua “inquietação” com a detenção. Pouco depois, Padilla confessa sua culpa, num ato público na Uneac. Devido à estranha autocrítica, uma nova carta, indiscutivelmente de protesto, é produzida. Nela já não constam as assinaturas de alguns dos signatários originais – como Cortázar –, mas por outro lado, novos nomes, como Pier Paolo Pasolini, Juan Rulfo e Susan Sontag, são incorporados ao grupo. Outros, como Ángel Rama, não assinam nenhuma carta, mas se afastam da Revolução Cubana (Casal, 1971; Gilman, 2003; Jáuregui, 2008; Lie, 1996, 1997a, 1997b; Miskulin, 2009).

Aos olhos de muitos, a prisão e, principalmente, a posterior confissão de Padilla lembram as piores práticas stalinistas. Assim, a ação repressiva serve como motivo para que boa parte da intelectualidade de esquerda reveja seu apoio à Revolução Cubana. Pode-se considerar que a questão se

coloca em termos de se enfatizar a dimensão crítica ou revolucionária da atividade intelectual. Em termos não tão diferentes da disputa entre a revista da *Casa de las Américas* e a *Mundo Nuevo*, os que defendem o poeta argumentam que o intelectual deve valorizar especialmente sua independência diante dos poderes constituídos, ao passo que aqueles que optam pela Revolução privilegiam seu compromisso com a transformação da sociedade (Gilman, 2003).<sup>7</sup> Nessa referência, o dilema de Ariel, que precisaria escolher entre Próspero e Caliban, seria, para Fernández Retamar, análogo ao dilema do intelectual latino-americano (Lie, 1997a; Ortiz, 1999).<sup>8</sup>

Em relação direta com o debate da época, o ensaio de Fernández Retamar começa por examinar a questão da existência de uma cultura latino-americana. Argumenta que pôr em dúvida a existência dessa cultura é, em termos colonialistas, pôr em dúvida a própria existência da América Latina, como fariam intelectuais alinhados ao centro capitalista. Na verdade, colonialistas não conseguiriam, ou não desejariam, ver nossa realidade como mais do que uma emanção “daquilo que acontece em outro lugar [...] as metrópoles, os centros colonizadores” (Fernández Retamar, 1971, p. 124).

Num sentido mais amplo, a identificação que propõe Fernández Retamar de “Calibán” com a América Latina se relaciona com o “terceiro-mundismo” do período em que o ensaio foi escrito. De maneira sugestiva, ainda se sentia então,

221

<sup>7</sup> Já Che Guevara, em *El socialismo y el hombre en Cuba*, originalmente carta enviada, em 1965, ao diretor de *Marcha*, Quijano, considerara que “a culpa de muitos de nossos intelectuais e artistas reside em seu pecado original: não são autenticamente revolucionários” (Guevara, 2011, p. 17). Tal falta de compromisso estabeleceria empecilhos para a criação do homem novo, grande tarefa da revolução e do socialismo.

<sup>8</sup> Em termos significativos, a Declaração do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura de Cuba, realizado também em 1971, denuncia “escritores pseudorrevolucionários”, adeptos do colonialismo cultural que se comportariam como juizes da revolução. Diante da tensão entre política e cultura, defende a identificação entre as duas, argumentando que “a revolução socialista é em si a mais alta realização da cultura cubana” (Casal, 1971, p. 110). Não por acaso, o Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura marca o início do chamado *Quinquenio Gris*, época opaca da cultura da ilha caribenha.

segundo seu autor (Fernández Retamar, (2005), o clima dos anos 1960. Significativamente, a Revolução Cubana pode até ser tomada, de acordo com Frederic Jameson (1985), como marco do início dos anos 1960.<sup>9</sup> Talvez o mais forte nessa época histórica tenha sido a sensação de que “tudo era possível” (Gilman, 2003; Jameson, 1985). Ligado a tal sentimento, o fim de tal período pode ser identificado com o bloqueio das expectativas revolucionárias. Se, numa referência latino-americana, o golpe no Chile que derruba, em 1973, o governo de Salvador Allende, é um sinal inequívoco de um novo momento, a institucionalização da Revolução Cubana também não deixa de ser indício da perda do ímpeto revolucionário da ilha caribenha, situação com que, de alguma forma, “Calibán” também pode ser identificado.

222

Ligado ao ambiente político da época, Fernández Retamar toma, no seu ensaio de 1971, a transformação social, que identifica com o intelectual orgânico à maneira de Gramsci, como principal critério de avaliação da atividade de escritores e artistas, em vez da crítica, como em Sartre. Assim, se boa parte daqueles que escreveram a Fidel se viam como intelectuais críticos, sugere que se comportariam, na verdade, como intelectuais tradicionais. Ou seja, no contexto do “caso Padilla”, “Calibán” propõe uma leitura da cultura latino-americana basicamente em termos de oposições (Chanady, 2000; Lie, 1997b).

Exemplos de intelectuais tradicionais seriam Sarmiento, Jorge Luis Borges e Carlos Fuentes. Isto é, Fernández Retamar cria uma família de intelectuais que estariam prontos a servir a Próspero e aos colonizadores. O autor de *Facundo* parece ser selecionado principalmente devido à sua conhecida

---

<sup>9</sup> Como argumenta o crítico norte-americano, a origem daquele momento histórico seria “terceiro-mundista”, tendo sua raiz na anterior descolonização da África e da Ásia: “os 1960 foram, então, o período em que todos esses ‘nativos’ se tornaram seres humanos, tanto interna como externamente” (Jameson, 1985, p. 181). Tal mudança valeria para os colonos externos, “nativos oficiais”, e para os colonos internos do Primeiro Mundo, minorias, marginais, mulheres etc.

dicotomia: civilização e barbárie. Já o autor de *Aleph*, de quem Rodríguez Monegal era próximo, é tomado como talvez o maior exemplo de intelectual colonial, que conhece a cultura da metrópole ainda melhor do que os intelectuais que de lá provém e cujo ambiente natural, em termos livrescos, seria a biblioteca ou o museu.<sup>10</sup> Por sua vez, o comportamento de Fuentes no “caso Padilla” revelaria, de maneira mais direta, que seus verdadeiros compromissos não seriam com o povo latino-americano. Esse autor – antes referência para a revista *Mundo Nuevo* – apesar de usar uma linguagem de esquerda, estaria realmente ligado à cultura do colonizador.

No entanto, existiria também uma genealogia de intelectuais orgânicos que, à maneira de Martí e Che Guevara, teriam decidido se unir à Caliban, ao povo latino-americano.<sup>11</sup> Aquilo que Fernández Retamar defende fica mais claro no fim de seu ensaio com a citação de um discurso de Guevara, de dezembro de 1959, quando o revolucionário recebeu o título de professor *honoris causa* da Universidade Las Villas e proclamou: “é preciso pintar-se de negro, de mulato, de operário e de camponês; é preciso descer ao povo, é preciso vibrar com o povo: quer dizer, as necessidades todas de Cuba inteira” (Fernández Retamar, 1971, p. 151). No entanto, não é difícil de perceber, pelo trecho,

223

---

<sup>10</sup> De forma sugestiva, um crítico brasileiro, Silvano Santiago, num ensaio também escrito em 1971, “O entre lugar da literatura latino-americana”, define o escritor latino-americano como “o devorador de livros de que os contos de Borges nos falam com insistência” (Santiago, 1978, p. 27). Também de maneira semelhante a Fernández Retamar, mas com avaliação muito diferente, considera que a literatura da região brincararia com os signos de uma cultura ocidental, à qual pertenceria e não pertenceria. Por fim, evoca como exemplo de como proceder a antropofagia oswaldiana.

<sup>11</sup> Num sentido mais amplo, Martí e Guevara aparecem como exemplos de intelectuais para a revista *Casa de las Américas*. De acordo com levantamento realizado por Lie (1996), os autores mais citados nos editoriais da publicação entre os n.º 31 e 50, são Guevara (doze) e Martí (oito vezes), ou seja, vinte de 41 citações. Representativo da visão a respeito da relação entre intelectual e político é um artigo da Graziella Pogolotti sobre o Che escritor, em que se insiste na unidade entre sua vida e obra, o que se expressaria “na frase, muitas vezes breve”, em que “exerce seu domínio absoluto o verbo, vale dizer, a ação” (Pogolotti, 1968, p. 156).



que o apelo para que o intelectual se junte ao povo tem sérias limitações, já que a fusão nunca é completa, e o intelectual só pode, no máximo, representar o povo.

Num marco maior, não deixa de ser significativo que Cuba tenha um papel decisivo em momentos fundamentais para o desenvolvimento da identidade latino-americana; em especial, o da Guerra Hispano-Americana de 1898 e o da Revolução Cubana. Talvez a própria situação de fronteira cultural do Caribe – região em que se fala espanhol, mas também francês, inglês, holandês e *creole* – tenha contribuído para a afirmação da identidade latino-americana. É verdade que as Américas Latinas pensadas na passagem do século XIX para o século XX e na década de 1960 eram bastante diferentes; a primeira sendo amparada na ideologia elitista do “latinismo”, a segunda no “terceiro-mundismo” revolucionário. Por outro lado, pode-se perceber, subjacente aos distintos períodos, um anti-imperialismo voltado especialmente contra os EUA, país cujo papel no Caribe tem sido especialmente sentido nos últimos três séculos.

224

Em termos mais positivos e em resposta à questão com que abre seu ensaio, Fernández Retamar defende que a partir do povo mestiço se formaria a cultura latino-americana. Ao reivindicar a mestiçagem – o que é bastante comum na América Latina, como exemplificariam Simón Bolívar e José Vasconcelos – o cubano, como veremos, se afasta do martiniquense Aimé Césaire e de outros escritores da negritude. Mais importante, se evidenciam aí as maiores limitações do argumento de “Calibán”. De maneira não muito diferente de uma formulação bastante difusa, a América Latina é entendida em termos essencialistas e até raciais: “uma vasta zona onde a mestiçagem não é um acidente, mas a essência, a linha central: nós, ‘nossa América mestiça’” (Fernández Retamar, 1971, p. 125). Mais importante, da mestiçagem seria forjada uma autêntica cultura latino-americana. Ou seja, o raciocínio do escritor revolucionário se dá nos mesmos termos do de

escritores anteriores: a cultura latino-americana como uma essência que se expressa em termos raciais.<sup>12</sup>

Esta cultura deveria – ao provir de um povo mestiço – ser, como defendera Alfonso Reyes, uma cultura de síntese. Síntese que idealmente não seria, contudo, um ponto de chegada, mas um ponto de partida. Além do mais, diferente do que indicara o crítico mexicano, não se deveria lidar apenas com elementos europeus, mas também com indígenas e africanos. Em termos mais concretos, o caminho para a constituição de tal cultura se iniciara com a Revolução Cubana: “a data que separa a esperança de Reyes de nossa certeza” (Fernández Retamar, 1971, p. 146).

Em outras palavras, o projeto latino-americano se confundiria com o projeto socialista, o continental assumindo, conseqüentemente, uma dimensão internacional. Em compensação, é possível argumentar que Fernández Retamar não deixa de ter uma visão bastante contingente da América Latina, identificada diretamente com a Revolução Cubana. É verdade que se pode defender que a própria ideia de “América Latina” esteve associada a alguns momentos privilegiados: as reações hispano-americanas, em meados do século XIX, as incursões norte-americanas ao México e à América Central; o choque, no final do século XIX, com a Guerra Hispano-Americana e a emergência dos EUA como potência; a defesa, nas primeiras décadas do século XX, da Revolução Mexicana.

225

### Textos no contexto

O argumento de “Calibán” é construído, todo ele, em bases intertextuais. Fernández Retamar mobiliza, em especial, as leituras e usos de *A Tempestade*, que deram destaque ao

---

<sup>12</sup> No posfácio de 1993, o autor de “Calibán” demonstra irritação com sua associação com visões racialistas a respeito da mestiçagem, argumentando que sua concepção de mestiçagem seria sobretudo cultural. Reivindica assim sua dívida com o antropólogo cubano Fernando Ortiz. Todavia, o criador do conceito de “transculturização” não é citado no ensaio de 1971. Ver: Fernández Retamar, 1993, 2005.

escravo rebelde.<sup>13</sup> A operação de dar um conteúdo positivo a um símbolo como Caliban, antes entendido negativamente, tem antecedentes em interpretações “terceiro-mundistas” de *A Tempestade*. É verdade que aí há, como nota Rob Nixon (1987) e já tinha indicado o próprio Fernández Retamar (1971), uma significativa ambiguidade, já que se incorpora um texto canônico da Europa numa perspectiva anti-imperialista.

Não por acaso, a nova importância atribuída a Caliban reflete diretamente o contexto de descolonização do segundo pós-guerra. Já em 1950, o psicanalista francês Octave Mannoni publica *Psychologie de la colonisation*, livro relacionado à revolta de Madagascar de 1947.<sup>14</sup> Ressalta, entretanto, que algumas de suas conclusões sobre essa experiência particular poderiam ser generalizadas. Assim, o trabalho chama a atenção para o que nomeia de situação colonial. Nela, procura prestar especial atenção, em termos que deseja não serem essencialistas, ao encontro entre personalidades, em que “o nativo se torna o colonizado e o europeu o colonizador” (Mannoni, 1966, p. 17). A partir daí, apareceria um complexo de dependência na relação entre o nativo da colônia e o colonizador, formulação que é inspirada na análise do que Alfred Adler chamou de complexo de inferioridade. De maneira que considera até surpreendente, Mannoni avalia que os traços de personalidade do colonizador e do nativo não apareceriam a partir da experiência colonial, mas estariam latentes nas suas psiques, a nova situação levando-os a se manifestar.

Fazendo uso da literatura, avalia que as narrativas de *Robinson Crusoe* e *A Tempestade* corresponderiam bem à situação

---

<sup>13</sup> Nessa linha, Chantel Zabus nota que, nos anos 1960, o “uso da *ideia* contra-hegemônica de Caliban” serve “para desestabilizar um conjunto de ideias coloniais” (Zabus, 2002, p. 9) e contribui para a perda da anterior centralidade de Próspero.

<sup>14</sup> A revolta custou a vida de oitenta mil pessoas, além de outras vinte a trinta mil que morreram por causas indiretas, isso numa população de quatro milhões de habitantes. No entanto, o autor, que havia sido funcionário colonial por dezoito anos na ilha, de que saiu em razão de não concordar com a repressão, é quase silencioso sobre o acontecimento. Sobre Mannoni, ver sobretudo: Bloch, 1997; Vatin, 2011.

colonial. Num sentido mais específico, a ficção da ilha deserta seria especialmente reveladora. Vazia de seres humanos, ela seria habitada por seres imaginários que corresponderiam a fantasias do seu criador. Ariel e Sexta-feira seriam indicação de que Próspero e Crusoe se sentiriam mais confortáveis com os produtos da sua imaginação do que com os homens e mulheres reais.

Em termos mais profundos, Mannoni considera que as coincidências entre *Robinson Crusoe* e *A tempestade* indicariam que se está na presença de arquétipos: Ariel, Sexta-feira, Caliban, os canibais. Em termos mais diretos, os países coloniais seriam “a melhor aproximação ao arquétipo da ilha deserta” (Mannoni, 1966, p. 105). Os colonizadores, em especial, se identificariam com Próspero. As personalidades dos colonizados, em compensação, não existiriam, não passando de criações do colonizador. No máximo, se poderia, como Caliban, se revoltar, mas tal ato seria “mera bestialidade” (Mannoni, 1966, p. 108).

Apesar do que desejara seu autor, a obra *Psychologie de la colonisation* foi mal recebida em círculos anticoloniais. Aimé Césaire respondeu a seu antigo professor do Liceu Schoelcher na Martinica em seu *Discurso sobre o colonialismo*, do mesmo ano, e Franz Fanon escreveu *Pele negra, máscaras brancas*, em 1952, em boa medida, contra aquele que havia sido seu amigo. Enquanto Mannoni acreditava ter escrito um trabalho anticolonial, seus críticos o tomam como um ideólogo do colonialismo. Aquilo que mais irrita na formulação do francês aos dois martiniquenses é a sugestão de que haveria no colonizado como um complexo de dependência latente. Em outras palavras, o que não aceitam é especialmente a ideia de que existiria uma predisposição do colonizado à submissão colonial, avaliação com que concorda Fernández Retamar. Por outro lado, Mannoni inicia uma linha de reflexão que seus críticos não deixam de levar adiante. Mais especificamente, é dos primeiros a se preocupar com a subjetividade das relações que se estabelecem no seio do que chamou de situação colonial (Vatin, 2011).

Tal orientação tem impacto especialmente no Caribe. Não por acaso, como nota Fernández Retamar, o barbadense George Lamming, em *The pleasures of exile* (1960), o também barbadense Edward Brathwaite, num poema, “Caliban”, o martiniquense Césaire, numa peça, *Une tempête*, e o próprio escritor cubano, num artigo, “Cuba hasta Fidel”, todos em 1969, identificam Caliban com o Caribe. O fato de nosso autor falar de Cuba, ilha historicamente e culturalmente ligada à América Latina e geograficamente e culturalmente ao Caribe, facilita que se evoque Caliban (Nixon, 1987). Em outras palavras, é possível defender, como faz Peter Hulme (2016), que Fernández Retamar “caribaniza” aquele que fora antes um símbolo “latino”.

228

No contexto francófono, Césaire, assim como já fizera Mannoni, ressalta, em *Une Tempête*, a oposição entre Próspero e Caliban.<sup>15</sup> Mas se *A Tempestade* narra, segundo o psicanalista, uma história de reconciliação, em que Próspero renuncia à sua magia e, no final da trama, sua filha se casa com o filho de um antigo inimigo, o decisivo na peça reescrita pelo poeta passa a ser a revolta do escravo Caliban, questão secundária na peça original.

Na verdade, a peça do século XX é bastante fiel à do século XVII, o que faz com que os contrastes entre as duas obras sejam especialmente reveladores. Se a localização da obra de Shakespeare é imprecisa, a de Césaire se situa claramente no Caribe. Especifica-se também que o escravo Caliban é negro, ao passo que o outro escravo, Ariel, é mulato, o primeiro sendo sugestivamente identificado, no contexto dos anos 1960, com Malcolm X, ao passo que o segundo é aproximado de Martin Luther King. Um novo personagem, Exu, o deus-diabo ioruba bastante conhecido não só no Caribe,

---

<sup>15</sup> Já nos anos 1960, inicia o projeto do Teatro Negro, meio pelo qual pode atingir um público muito maior, em que não estão excluídos nem mesmo analfabetos (Porter, 1995). A primeira peça que escreve é *La tragédie du roi Christophe* (1964), seguida de *Une saison au Congo* (1966) e concluída com *Une Tempête* (1969).

mas também no Brasil, é introduzido na trama. A deidade brinca: “da desordem ele faz ordem e da ordem desordem” (Césaire, 1969, p. 70). Em termos formais, se a versão original é em versos, a mais recente é toda em prosa, o que tem um efeito de desestigmatização que pode tornar a denúncia do colonialismo mais eficiente. Na mesma orientação, as máscaras usadas pelos personagens servem, como em Brecht, para distanciar os espectadores do drama que assistem.

*Une Tempête* deve ser entendida com referência a iniciativas anteriores, com que seu autor esteve envolvido. Especialmente importante é o movimento da negritude, que Césaire, junto com o guianês Léon Gontran Damas e o senegalês Léopold Senghor, criou, na década de 1930, em Paris, cidade onde os três foram cursar estudos preparatórios para a universidade ou o ensino superior. Mais especificamente, publicam, entre 1934 e 1935, o jornal *L'Étudiant Noir*, em que o martiniquense elabora, pela primeira vez, o conceito de negritude. Em termos amplos, dá um sentido positivo a um termo que antes era depreciativo, tornando-o a base dos dois lados do Atlântico da identidade e orgulho para homens e mulheres de origem africana.<sup>16</sup>

Em Paris, Senghor, Césaire e Damas encontram uma vibrante esfera pública negra, composta por salões literários, imprensa e organizações políticas (Wilder, 2005).<sup>17</sup> Em termos mais profundos, muitas das características do movimento

229

<sup>16</sup> Laurence Proteau interpreta o movimento da negritude “como espaço político identitário”, que “traduz a recusa” de uma “dominação completa – caracterizada pela conquista, escravidão, deportação, a negação cultural e espiritual, a dominação política e a exploração econômica” (Proteau, 2001, p. 15).

<sup>17</sup> De maneira significativa, é na metrópole que esses escritores afirmam sua negritude, assim como Oswald de Andrade, segundo Paulo Prado, descobriu o Brasil em Paris, “umbigo do mundo”. Também de forma similar ao antropófago, contra a homogeneização colonizadora, afirmam a diferença, no caso, do “negro” em relação ao “branco”. Num sentido ainda mais semelhante à antropofagia, Césaire, no *Cahier d'un retour au pays natal*, de 1939, proclama: “parce que nous vous haïssons vous et votre raison, nous nous réclavons de la démence precoce de la folie flambante du cannibalisme tenace” (Césaire, 1983, p. 28). (“Porque te odiamos a você e à sua razão, reivindicamos a demência precoce, a loucura vistosa, do canibalismo tenaz”).

da negritude provêm da política colonial francesa, que procurou assimilar uma pequena minoria nativa, ao mesmo tempo que excluía a grande maioria da população colonial. Ironicamente, a maior parte dos escritores da negritude provêm da elite que deveria ser assimilada. A posição dos três fundadores da negritude não deixa, porém, de ser ambígua: “dominantes entre os dominados, eles continuam a ser dominados entre os dominantes” (Proteau, 2001, p. 20). Mesmo assim, rejeitam, de forma clara, a ideia de assimilação.

As ambiguidades de Césaire e do movimento da negritude também são, em grande parte, as ambiguidades dos escritores caribenhos anglófilos Lamming e Brathwaite. Membros da elite nativa, é também na metrópole que os dois barbadenses desenvolvem uma identidade caribenha que vai além da sua ilha.<sup>18</sup> Caliban passa, assim, a ser identificado com Toussaint Louverture e a épica dos “jacobinos negros”, tal como recontada pelo trinadense C. L. R. James. Compartilham igualmente do vínculo com a cultura do colonizador por meio da educação, ou como diz o escritor mais velho: “a educação nas Índias Ocidentais era importada assim como a farinha e a manteiga eram importados do Canadá” (Lamming, 2004, p. 27). A relação deles com a cultura europeia é igualmente ambígua; são e não são participantes nela (Donnell e Welsh, 1996).

Esta ambiguidade é, de certa forma, o motivo por trás de *The pleasures of exile* (1960), livro em que, pela primeira vez, aparece a associação entre Caliban e o Caribe.<sup>19</sup> Como afirma seu autor: “meu tema é a imigração do escritor caribenho, como um colonial e exilado do seu reino, que fora habitado por Caliban, para a tempestuosa ilha de Próspero e a sua língua” (Lamming, 2004, p. 13). A experiência de Lamming

---

<sup>18</sup> Essa identidade é, entretanto, basicamente masculina e afro-caribenha, não garantindo grande espaço para mulheres nem tampouco para descendentes de indianos e chineses. Ver: Donnell e Welsh, 1996.

<sup>19</sup> Lamming reescreve depois *A Tempestade* em *Water with berries* (1971).

é, em grande parte, tanto pessoal como coletiva (Hulme, 2000). O escritor se muda para Londres em 1950, momento da primeira grande onda de imigração caribenha para a Grã-Bretanha que, no imediato segundo pós-guerra, se dirige à “mãe pátria” com grandes expectativas, logo desmentidas.

Nessa referência, considera que não há melhor espaço para tratar do exílio que a ilha, como a da peça de Shakespeare. No caso, tanto Caliban como Próspero seriam exilados. No entanto, antes do desterro do escritor colonial na metrópole, houve o exílio africano, a viagem de Sycorax grávida para a ilha de *A Tempestade*, equivalendo à travessia do oceano atlântico por navios negreiros. Mesmo assim, o senhor absoluto da ilha criaria novos laços com o escravo “selvagem e deformado” ao lhe ensinar sua língua, o que equivaleria à maior realização do processo de colonização. Nesse sentido, Lamming considera que “não há escapatória da prisão de Próspero” (Lamming, 2004, p. 109). Por outro lado, Caliban, ao aprender a língua de seu mestre, faria com que ela deixasse de ser apenas dele.

O personagem de *A Tempestade* volta a ser associado ao Caribe no poema “Caliban” de Brathwaite. O poema aparece no livro *Islands* (1969), parte, junto com *Rights of passage* (1967) e *Masks* (1968), da trilogia *The Arrivants* (1973), que trata não do exílio do escritor caribenho na metrópole, mas da anterior diáspora africana na América (Doumerc, 2014; Zabus, 2002). A primeira seção de “Caliban” se fecha mencionando a data do desembarque do navio Granma em Cuba, 2 de dezembro de 1956, junto com a data da abolição da escravidão do Caribe britânico, 1 de agosto de 1838, e a data da chegada de Colombo a essas ilhas, 12 de outubro de 1492. Isto é, ao nomear tais datas, vincula três momentos chave da história caribenha.

Já Caliban, depois de tocar panelas de aço no Carnaval, como ocorre em Trinidad, dança limbo. Essa dança-jogo – em que se deve passar por uma barra cada vez colocada em posição mais baixa – virou uma atração turística. No entanto,



sua origem vem dos navios negreiros, quando, em meio a corpos amontoados, se realizava desafio similar. Transcendendo tal situação, Brathwaite (1981) sugere que o personagem shakespeariano, ao dançar, se libertaria, o que acontece ao refrão do calipso: “limbo like me” (Griffith, 2010).

O “Calibán” de Fernández Retamar compartilha com outras leituras e usos terceiro-mundistas de *A Tempestade* a ênfase no “escravo selvagem e deformado” da peça. Também como Césaire, Lamming e Brathwaite se voltam contra a primeira dessas interpretações, a do francês Mannoni, que sugere existir um “complexo de dependência” em Caliban e, de maneira geral, no colonizado. Em compensação, os caribenhos fazem questão de valorizar positivamente o “escravo selvagem e deformado”. Mas enquanto o martiniquense e os barbadenses identificam Caliban como negro, Fernández Retamar prefere vê-lo, de maneira mais indefinida, como latino-americano.

### **Textos na tradição**

Se “Calibán” é construído com base no diálogo com outros textos, é possível identificar como especialmente importante para Fernández Retamar interpelar trabalhos do modernismo hispano-americano. Nessa referência, o poeta e crítico cubano confronta especialmente escritores como o franco-argentino Paul Groussac e o uruguaio José Enrique Rodó que, em meio à emergência dos EUA como potência, valorizaram a chamada civilização latina, supostamente ameaçada dos dois lados do Atlântico. A partir daí, os EUA seriam aproximados de Caliban e a região que começava a ser conhecida como América Latina do gênio alado Ariel. A importância do escritor uruguaio para o escritor cubano se percebe até porque o que defende é elaborado, em boa medida, em contraste com a formulação de seu antecessor: “nosso símbolo, então, não é Ariel, como pensou Rodó, mas Calibán” (Fernández Retamar, 1971, p. 131). Em outras palavras, a partir dessa reação pode se sugerir uma identidade alternativa para a América Latina.

Para além do arielismo, pode-se considerar que Fernández Retamar intervém no debate modernista a partir da perspectiva de Martí (Fernández Retamar (1993, 2005; Hulme, 2016). Ou melhor, o poeta mais jovem tomaria o ponto de vista do poeta mais velho, assumindo posições que ele poderia ter adotado se tivesse discutido com seus companheiros de geração, Groussac, Darío e Rodó. Até porque a visão do autor de “Nuestra América” contrasta com sua época, marcada pelo evolucionismo, ao recusar, por exemplo, termos como “raça” e não tomar a Europa como modelo.

Apesar das suas diferenças com Rodó, Fernández Retamar concorda com a avaliação do também escritor uruguaio Mario Benedetti que Rodó, mesmo tendo errado ao dar nome ao perigo, acertou em identificar de onde ele viria. Na referência crítica aos EUA, o autor faria parte de uma verdadeira linhagem latino-americana, em que estariam incluídos Simón Bolívar, Francisco Bilbao e José Martí, além de, significativamente, escritores brasileiros, como Sousândrade e José Veríssimo. Além disso, o arielismo teria estimulado o latino-americanismo mais radical da geração posterior, como a do pioneiro do comunismo cubano Julio Mella. O crítico e poeta cubano realiza, portanto, uma espécie de apropriação revolucionária de textos da tradição latino-americana (Bonfiglio, 2014).

Levando adiante o jogo intertextual, ao identificar a América Latina não mais com Ariel, mas com Caliban, Fernández Retamar muda o próprio significado de Próspero. O mago deixa de ser o intelectual, como em Renan e Rodó, para passar a ser identificado com o colonizador, como em Mannoni, Césaire, Lamming e Brathwaite. O que mais destaca nos EUA, por sua vez, não são mais seu materialismo e utilitarismo, como fizeram os arielistas, mas sua posição de poder, análoga à do colonizador Próspero. Já a América Latina deixa de ser a herdeira da cultura clássica europeia para passar a se identificar com Caliban. Finalmente, Ariel,

como no comunista argentino Aníbal Ponce se torna o intelectual, que precisa escolher a que mestre servir: Próspero ou Caliban. Nessa referência, Che Guevara é identificado com um Ariel moderno, que faria o que o gênio alado deveria ter feito na peça de Shakespeare, se ligando a Caliban, ao povo (Jáuregui, 2008).<sup>20</sup>

Ao tomar partido pelo “escravo selvagem e deformado”, Fernández Retamar propõe uma “dialética de Caliban”, em que sua antítese não é mais Ariel, mas Próspero. Na verdade, tanto Caliban como Ariel não passariam de servos de Próspero, com a diferença que o primeiro seria “o rude e rebelde dono da ilha”, ao passo que o segundo, “criatura aérea, embora também seja um nativo da ilha, representa o intelectual” (Fernández Retamar, 1971, p. 133). Ou seja, no contexto da Revolução Cubana e não mais da Guerra Hispano-Americana, na “dialética de Caliban”, não se pensa mais numa síntese com Ariel, realizada por Próspero, mas sim que Ariel deve se identificar com Caliban, em outras palavras, o intelectual tem que se ligar ao povo. Portanto, não há propriamente dialética – nem mesmo de senhor e escravo – mas oposição entre Caliban e Próspero, o que é similar à relação pensada por Mannoni, Césaire e Lamming sobre os dois personagens shakespearianos.<sup>21</sup>

Nesse marco e para além de *A Tempestade*, Fernández Retamar recorre ao pensamento latino-americano ainda na perspectiva de Martí e interpela Sarmiento. Sugere que na sua famosa antinomia – civilização e barbárie – já se esconderia o dilema Próspero ou Caliban. O revolucionário cubano, em termos contrastantes, perceberia que a presumida batalha não passaria do combate entre a “falsa erudição” e a

---

<sup>20</sup> O próprio crítico e poeta cubano, em texto posterior a “Calibán”, sugere a associação, lembrando “Ernesto Che Guevara, o mais calibanesco dos Arieles que pessoalmente conheci e amei” (Fernández Retamar, (2005, p. 140).

<sup>21</sup> No entanto, a solução da oposição é diferente daquela imaginada por *Une Tempête*, em que Próspero, ao final da peça, fica na ilha com Caliban.

“natureza”. Mas é especialmente importante para “Calibán”, como destaca Juan Carlos Quintero Herencia (2000), lidar com a questão do “enigma”, já mobilizado por *Facundo* e retomado por “Nuestra América”. Se o escritor do século XIX quer resolver o enigma de seu país em termos de civilizar a barbárie, isto é, defendendo que a Argentina seja europeizada, os cubanos desejam que a América Latina, de maneira semelhante ao que fariam Fanon e a Revolução Cubana, assuma o ponto de vista da “barbárie”, que não passaria do oprimido, tal como representado pela “civilização”. Ou, em outros termos, a América Latina deveria se identificar com Caliban. Tal opção tem relação, por sua vez, com a ideia da América Latina que a Revolução Cubana ajuda a criar.

Não por acaso, a crítica de Rodríguez Monegal a Fernández Retamar visa especialmente a imagem da América Latina favorecida pelo cubano. Significativamente, a maior parte do artigo do uruguaio é dedicada a defender que “Calibán” faria uma leitura equivocada e superficial de *Ariel*, até porque o ensaio de 1971 buscava atualizar o ensaio de 1900, sugerindo que os EUA ainda seriam a fonte dos principais males de seus vizinhos.<sup>22</sup> Quanto a Rodó, o editor das suas obras completas argumenta que seu projeto arielista corresponde basicamente à tradução para a América Latina de concepções de intelectuais franceses, como Ernest Renan e Alfred Fouillée.

Em termos contrastantes, o canibalismo cultural de Oswald de Andrade ofereceria uma alternativa mais interessante para a identidade latino-americana. Em vez de simplesmente copiar intelectuais franceses, o brasileiro indicaria que se poderia absorver e transformar diferentes influências. Num sentido mais específico, o crítico uruguaio argumenta que o antropófago defenderia “a frutífera noção de que o

---

<sup>22</sup> Segundo Pablo Rocca (2006), já em *Marcha* haveria aqueles que ressaltariam o anti-imperialismo de Rodó, como Arturo Ardao e Benedetti, e outros, como Rodríguez Monegal, que o viam principalmente como um pioneiro da crítica literária uruguaia.

carnaval seria a chave para a transformação da sociedade” (Rodríguez Monegal, 1977, p. 82), tendo significativamente indicado essa possibilidade, em seu “Manifesto Antropófago”, de 1928, quase coincidindo com Mikhail Bakhtin.<sup>23</sup>

Ou seja, quase dez anos depois de deixar de ser editor de *Mundo Nuevo*, Rodríguez Monegal retorna à sua polêmica com Fernández Retamar, sugerindo que a identificação da América Latina com Caliban não seria suficientemente radical. Se, na década de 1960, não havia espaço para a publicação que editara em Paris, bombardeada pela revista da *Casa de las Américas* e por boa parte da esquerda da região, nos anos 1970, o uruguaio vai à forra. Sugere que a visão da América Latina do cubano não iria além da tradição intelectual da região, tal como expressa por Rodó. Por sua vez, o editor das suas obras completas avalia, de acordo com um já secular mal-estar latino-americano, que o autor de *Ariel* basicamente copiaria elaborações europeias. Em termos contrastantes, destaca a originalidade da antropofagia do brasileiro Oswald de Andrade, confirmada pela afinidade de suas formulações com o dialogismo bakhtiano, sugestivamente recém-descoberto na Europa.

236

## Caliban no Brasil

Desde a publicação de “Calibán”, em 1971, Fernández Retamar foi convidado, em diversas ocasiões, a tratar do personagem shakespeariano.<sup>24</sup> Um dos pontos mais interessantes

---

<sup>23</sup> Pouco depois, Rodríguez Monegal (1979) indica como a interpretação de Haroldo de Campos a respeito da utilização por parte de Oswald de noções de paródia e de carnavalização, o influenciaram. Não por acaso, o crítico uruguaio, filho de pai brasileiro e bom conhecedor de literatura brasileira, passara, no final dos anos 1970, a vir com certa frequência ao Rio e a São Paulo, onde ministrou cursos e se tornou amigo dos irmãos Campos (Rocca, 2006).

<sup>24</sup> Tal situação leva o crítico e poeta cubano a considerar que Caliban se tornou, em alguma medida, seu Próspero, no sentido de escravizá-lo e despojá-lo do “meu magro ser” (Fernández Retamar, 2005, p. 76). Diz, conseqüentemente, ter tentado, de maneira inútil, se livrar do seu senhor, tendo até intitulado a versão para a revista de *Casa de las Américas* do posfácio à edição japonesa do seu mais conhecido ensaio de “Adiós a Caliban”.

dessas sucessivas revisitações ao “escravo selvagem e deformado” é como o autor trata de fazer retificações a seu trabalho original que refletem, em grande parte, mudanças no ambiente político-cultural mais amplo. Nessa referência, são reveladores os acréscimos na relação de latino-americanos e caribenhos que poderiam ser identificados com Caliban. Se eles são originalmente, de maneira geral, homens, sobretudo literatos e políticos, na edição do *Todo Caliban* se procura incorporar mulheres, negros e indígenas (Chanady, 2000; Jáuregui, 2008).

Algo de comparável se dá com brasileiros. Se em 1971 eles são três entre quarenta Calibanes latino-americanos, em 1995 eles passam a ser onze entre 88 nomes da linhagem criada por Fernández Retamar, ainda um número minoritário, mas indiscutivelmente mais representativo.

Darcy Ribeiro também aparece, desde a edição de *Calibán y otros ensayos* (1979), junto com Yves Lacoste, na primeira nota de rodapé do ensaio. Se o geógrafo francês é mobilizado pela questão do subdesenvolvimento, recorre-se ao único brasileiro citado por Fernández Retamar em razão da tipologia que elabora a respeito dos povos extra europeus. Tal classificação, bastante polêmica, é formulada em *As Américas e a civilização* (1969), livro que faz parte da série de estudos de Antropologia da Civilização, escrito sobretudo no exílio uruguaio (1964-1968).<sup>25</sup>

Dentro de um esquema evolucionista, Darcy pensa a existência de quatro tipos de povos não-europeus: os *povos testemunhos*, os *povos novos*, os *povos transplantados* e os *povos emergentes*. Os *povos testemunhos* seriam “representantes modernos de velhas civilizações autônomas, sobre as quais se abateu a expansão europeia” (Ribeiro, 2007, p. 78). Se encontrariam em tal situação o México, a Guatemala e o Altiplano Andino, sobreviventes das civilizações asteca, maia e incaica.

---

<sup>25</sup> Compõem os estudos: *O processo civilizatório* (1968), *As Américas e a civilização* (1969), *O dilema da América Latina* (1971), *Os índios e a civilização* (1970) e *Os brasileiros: teoria do Brasil* (1969). Ver: MATTOS, 2007.

Já os *povos novos* seriam “antecipações do que virão a ser, provavelmente, os grupos humanos de um futuro remoto, cada vez mais mestiçados e aculturados e, desse modo, uniformizados racial e culturalmente” (Ribeiro, 2007, p. 82). Essa categoria – de alguma maneira aparentada com a “raça cósmica” de Vasconcelos – corresponderia tanto a países com maior presença africana, como o Brasil, a Venezuela, a Colômbia e as Antilhas, como com maior presença indígena, como o Chile e o Paraguai. Finalmente, os *povos transplantados* seriam o resultado da migração de grandes contingentes da população do Velho Mundo para o Novo Mundo, onde procurariam replicar a cultura europeia. Esse seria o caso dos EUA, do Canadá, do Uruguai e da Argentina.

238

Não é difícil de perceber que Darcy e, provavelmente, também Fernández Retamar, coloca suas esperanças de revolução social latino-americana, especialmente nos *povos novos*, que em razão de não estarem presos a nenhuma tradição poderiam abrir caminho para outro modo de vida. Em compensação, o crítico e poeta cubano tem uma certa dificuldade de lidar com o que o antropólogo brasileiro chama de *povos testemunhos*. O problema aparece, por exemplo, na questão da língua. “Calibán” ressalta como a maldição do “escravo selvagem e deformado” é feita na língua de Próspero. Isto é, em termos que remetem a Lamming e Césaire, indica que a própria identidade do colonizado é dada nos termos do colonizador. No caso especial de latino-americanos, diferentemente de outros povos colonizados, como asiáticos e africanos, nossa língua e, conseqüentemente, nossos instrumentos conceituais seriam os mesmos dos colonizadores. Por outro lado, como lembram Sklodowska e Heller (2000), isso não acontece para boa parte dos povos indígenas da América Central e da América Andina, que fazem questão de manter sua língua até como forma de resistência.

Numa referência mais concreta, os estudos de Antropologia da Civilização de Darcy são produto do “desastre

político” (Ribeiro, 1980, p. 10) que se abateu sobre o Brasil em 1964. O ex-ministro-chefe do Gabinete Civil, como outros nomes importantes ligados ao governo deposto pelo golpe – casos do presidente João Goulart e do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – se exila no Uruguai (Coelho, 2010; Rollemberg, 1999). Em termos mais amplos, para o país vizinho vai boa parte das lideranças do movimento popular anterior ao golpe.<sup>26</sup> Darcy, depois de voltar, em 1968, do exílio, na esperança de que houvesse uma liberalização do regime autoritário, logo frustrada pelo Ato Institucional nº5 (AI-5) que o leva brevemente à prisão, passa por Venezuela, Chile e Peru, até retornar definitivamente ao Brasil, em 1976. Os projetos de reformas universitárias nos diferentes países em que vive fazem com que se valorize a experiência inovadora na educação superior do criador da Universidade de Brasília (UnB) (Bomeny e Josiowicz, 2017).

Para Darcy, por sua vez, o exílio representa principalmente a descoberta da América Latina (Bomeny e Josiowicz, 2017; Coelho, 2010). Como percebe seu grande amigo uruguaio Rama:

239

Apesar de pertencer ao comum denominador América Latina, tem sido pouco usual a comunicação cultural ou política entre o Brasil e seus vizinhos. Estes intelectuais descobriram a existência da América Hispânica, não apenas nas suas singularidades políticas como também nas suas formas culturais: Mario Pedrosa no Chile, Ferreira Gullar em Buenos Aires, Darcy Ribeiro em Montevidéu, Francisco Julião no México, se, por um lado, se tornaram embaixadores de uma cultura ignorada perante grupos politicamente afins, por outro lado, realizaram experiências culturais desconhecidas. (Rama, 1978, p. 4).

---

<sup>26</sup> O autor de *Maíra* não esconde a dificuldade da experiência: “pra sofrer o degredo é preciso ter muito caráter, coisa que não tenho. Sofri à minha maneira, sem exageros” (Ribeiro, 1977, p. 13).



O autor de *As Américas e a civilização* se aproxima especialmente de intelectuais como Rama, Fernández Retamar e os mexicanos Leopoldo Zea e Pablo Gonzáles Casanova. Os cinco participam de projetos comuns, como os *Cuadernos de Cultura Latinoamericana*, publicados a partir de 1978 pela Universidade Autônoma do México (Unam) e dirigidos por Zea. A coleção, que reúne textos chaves da América Latina, é um marco do pensamento da região, composto de cem números, com dez mil exemplares, sendo editados ao longo da sua existência (Zea, 1978; 1995).<sup>27</sup> Significativamente, Darcy é citado em *Cuadernos* escritos por Zea, Gonzáles Casanova e Fernández Retamar (Coelho, 2010). Mais especificamente, em “Nuestra América y el Occidente” (1978), o crítico e poeta cubano discute a tipologia de povos extra europeus, elaborada pelo antropólogo brasileiro e que volta a citar, um ano depois, em *Calibán y otros estudios*.

240 Darcy, por sua vez, já de volta do exílio, como uma espécie de embaixador do latino-americanismo, escreve o Prefácio à edição brasileira de *Caliban e outros estudos*. Nas suas três páginas, fala especialmente de Fernández Retamar: “o mais parecido que se pode pedir de um Quixote: sem deixar de ser dionisiacamente caribenho” (Ribeiro, 1988, p. 7). Isto é, destaca, desde o início de seu texto, a presença de qualidades contrastantes no agora diretor da *Casa de las Américas*. Apesar de seu posto, não seria um intelectual burocrata, talvez até em razão de sua vinculação com as promessas utópicas da Revolução Cubana. Não há, porém, muita dúvida que o autor de “Calibán” é associado especialmente à Revolução Cubana, tomada, com suas realizações sociais, como a prova de que a América Latina seria viável.

---

<sup>27</sup> A partir de 1991 os *Cuadernos* ganham forma de livro, na coleção *Fuentes de la cultura latino-americana*, do Fondo de Cultura Económica. Antes, em 1975, Rama organiza, sob patrocínio do governo venezuelano, a coleção Biblioteca Ayacucho, que reúne alguns dos livros mais importantes produzidos na América Latina. Ambas as iniciativas contam com apoio da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que procura estimular a integração latino-americana (Zea, 1978; 1995). Darcy e Antonio Candido são os responsáveis pela escolha dos títulos brasileiros da Biblioteca Ayacucho (Bomeny e Josiowicz, 2017; Coelho, 2010).

*Caliban e outros estudos* sai por uma editora de existência efêmera, a Busca Vida, que, no final da década de 1980, publica especialmente títulos de esquerda. Com o livro, publicado no contexto do restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba, há, de certa maneira, o encontro das duas “gerações” do exílio brasileiro de que fala Denise Rollemberg (1999). Se Darcy (nascido em 1922) é o autor do Prefácio, Emir Sader (nascido em 1943) o traduziu, junto com Maria Elena Matta Hirriart. Sader, um dos fundadores da Organização Marxista Revolucionária – Política Operária (Polop), saiu do Brasil com a intensificação da repressão, depois da decretação do AI-5, tendo vivido seus últimos anos de exílio em Cuba (Martins, 2011). Significativamente, desde então, é um dos maiores promotores da Revolução Cubana no Brasil.

É também o exílio latino-americano que aproxima Augusto Boal de Caliban. Depois de ser preso e torturado, em 1971, parte para a Argentina, que vive o fim da ditadura de Alejandro Lanusse. Fica em Buenos Aires até 1976 – um pouco antes de ocorrer um novo golpe – quando se refugia primeiro em Lisboa e depois em Paris, retornando ao Brasil já depois da Anistia, em 1986.<sup>28</sup> Como o antropólogo, o exílio estimula o latino-americanismo do teatrólogo, que acreditava que “algo muito importante está acontecendo na América Latina. A ideia bolivariana de Pátria Grande parece depender agora da nossa geração” (Boal, 1979, p. 89).<sup>29</sup>

241

---

<sup>28</sup> Assim como Darcy, o diretor e dramaturgo sente a dureza do exílio: “na minha terra eu fazia diferença, mesmo mínima. Em Buenos Aires nenhuma! Me sentia invisível” (Boal, 2000, p. 289).

<sup>29</sup> No período que mora na Argentina, escreve para o semanário *Pasquim* relatos da vida latino-americana que são reunidos, em 1977, em *Crônicas de Nuestra América*. Frequentemente baseados em notícias de jornal, retratam situações nas ilhas Malvinas, Equador, Uruguai, Venezuela, Peru e Chile, protagonizadas por mulheres e homens anônimos (Andrade, 2014). A ligação com Cuba é exemplificada por Fernández Retamar em carta bem posterior a Boal, de 03 de junho de 1988, em que o identifica como “um dos trabalhadores da *Casa de las Américas* (Archivo Casa de las Américas, 2017).

Mas também como Darcy, os anos de banimento são para Boal um período de grande produtividade. Em especial, com a intensificação da repressão extraoficial por parte de grupos, como a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), enfrenta o isolamento escrevendo (Andrade, 2014; Santos, 2016; 2018). Assim, em três anos, enquanto espera o passaporte brasileiro postergado devido à sua condição de exilado, produz nove livros (Boal, 2000). Elabora fora do país, em particular, a maior parte de seus trabalhos teóricos, *O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas* ganhando forma definitiva devido à sua experiência latino-americana.<sup>30</sup>

242

Antes, o Teatro de Arena, do qual Boal fora um dos principais nomes, tivera evidente afinidade com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu esquema de Revolução Burguesa, que sustentara teoricamente a política de alianças do partido. Com 1964, o grupo é afetado pela crítica à prática da esquerda que se generaliza com o golpe e que abre caminho para a luta armada, de que a Revolução Cubana é o grande exemplo. Significativamente, o autor de *Revolução na América do Sul* se liga à Ação Libertadora Nacional (ALN) (Santos, 2016). Expressão da nova orientação é *Arena conta Tiradentes*, de 1967 (Costa, 1993). Na peça, escrita juntamente com Gianfrancesco Guarnieri, relaciona-se o momento retratado com o momento em que é encenada, por meio de uma chamada às armas (Andrade, 2014). Mesmo assim, é possível identificar um impasse formal (e político) em *Arena conta Tiradentes*, que hesita entre o distanciamento brechtiano e a identificação stanislavikiana (Schwarz, 1978).

---

<sup>30</sup> O impacto do trabalho é considerável. Como aponta Frances Babbage: “técnicas do Teatro do Oprimido têm sido aplicadas, adaptadas e reinventadas em todo mundo. Direta ou indiretamente, sua prática tem penetrado contextos tão diversos como protestos políticos, educação, terapia, prisão, saúde, administração e governo, além de ter infiltrado o *mainstream* do *establishment* teatral – e a lista segue” (Babbage, 2004, p. 1). É sugestivo, como indica Patrícia F. dos Santos, que questões centrais do Teatro do Oprimido relacionam-se com a situação que seu autor vivia quando o redigia, tendo buscado particularmente “resolver o que na prática ainda estava fora de alcance: a relação entre artista e público” (Santos, 2015, p. 95).

No exílio e tendo se tornado amigo de Fernández Retamar, depois de ter sido jurado do prêmio da Casa de las Américas, Boal reescreve, em 1974, *A Tempestade* (Santos, 2016). Em termos amplos, o dramaturgo se filia à interpretação que vê a ilha da peça de Shakespeare como localizada no Caribe, identificando-se, em especial, como crítico e poeta cubano, com o personagem do “escravo selvagem e deformado”. Em carta ao cubano, de 23 de maio de 1974, o brasileiro confessa: “teu livro me fascinou muito, e desde que voltei de Cuba tinha a ideia de fazer a obra”. Indica que, de início, quis manter o texto original da peça, subvertendo-o na encenação. Mas “depois passei a pensar em escrever uma obra minha que fosse uma espécie de retificação da de Shakespeare” (Archivo Casa de las Américas, 2017, n. p.).

Em termos específicos, o anacronismo é marcante na versão de Boal de *A Tempestade*, sendo responsável por alguns dos seus melhores momentos. Caliban, por exemplo, narra a conquista da ilha por parte de Próspero remetendo a acontecimentos recentes em Cuba e no Vietnã: “e viesse com seus navios e bloqueasse minhas terras, e lançasse bombas de fósforo vivo para queimar as carnes dos meus irmãos e de minhas irmãs” (Boal, 1974?, p. 11).

Se pode-se interpretar o tema de *A Tempestade* de Shakespeare como a reconciliação, como faz Mannoni, o tema de *A Tempestade* de Boal é indiscutivelmente a luta de classes. Assim, em meio ao temporal, que dá início à narrativa, ocorre uma greve de marinheiros, que introduz a tormenta social. Nessa orientação, seguindo a linha terceiro-mundista de leitura da peça, a oposição decisiva não é entre Ariel e Caliban, mas entre Próspero e Caliban. O duque de Milão, identificado com o colonizador, se explica: “a mim me coube civilizar esta ilha bárbara”. No entanto, a civilização é relacionada com “violação, destruição, explosões” (Boal, 1974?, p. 8). Caliban, por sua vez, é representado como o revolucionário, que incita à revolta os plebeus, Triúnculo e

Estevão. Em certos momentos, como em Césaire, Lamming e Brathwaite, é negro. No entanto, mais de acordo com o socialismo reivindicado pela Revolução Cubana, proclama:

“Eu sou negro, sou pobre,  
eu sou pena e eu sou pranto.  
Sou índio, sou amarelo”  
(Boal, 1974?, p. 30).

Como em Fernández Retamar, se ressalta em Ariel especialmente seu servilismo diante de Próspero. Contudo, diferente do crítico e poeta cubano, o dramaturgo brasileiro não identifica o gênio alado como intelectual. Talvez, de acordo com um certo machismo revolucionário dos anos 1970, o personagem é transformado praticamente em travesti, que se fantasia “de harpia, vestido com véus, saltos altíssimos, boca terrivelmente pintada, longas pestanas pintadas” (Boal, 1974?, p. 39).<sup>31</sup>

244

Particularmente anacrônica é a orientação mercantil que rege os personagens de *A Tempestade* de Boal. Não que ela inexistisse entre nobres renascentistas, mas nessa versão da peça, ela conduz, junto com a magia de Próspero, seus inimigos à ilha e faz com que o mago lhes proponha, no final da narrativa, a criação de uma sociedade comercial para explorá-la. Não há dúvida, além do mais, que na peça do brasileiro o casamento entre o filho do rei de Nápoles, Ferdinando, e a filha do duque de Milão, Miranda – em geral, entendido como o principal marco de reconciliação da história – é uma grande operação comercial. De maneira ainda mais explícita, a ilha caribenha se converte, tal como sugerido por Brathwaite, num paraíso tropical para turistas, os novos naufragos sendo recepcionados em meio

---

<sup>31</sup> Incomoda especialmente ao gênio alado trabalhar, como o obrigava a antiga senhora da ilha, a bruxa Sycorax, que, numa descrição que remete à Cuba pós-revolucionária, o fazia “moer o açúcar, construir a [...] própria casa, estudar todas as noites” (Boal, 1974?, p. 9).

a “música de macumba misturada com música índia”, por “índios e pretos de papel crepom” e “figuras conhecidas como Zé Carioca, Carmen Miranda, *Latin Lover*, Mexicano Dorminhoco” (Boal, 1974?, p. 36). Não menos importante, Ariel anuncia que se pode encontrar nesse cenário “*real blood in the streets*” (Boal, 1974?, p. 45).

No entanto, a revolta é vencida por meio da repressão e de tramoias de Próspero, que chama Caliban, Triúnculo e Estevão para conversar. O dono da ilha coopta o palhaço, nomeando-o general, que logo se prontifica a reprimir a insurreição. Surge, assim, a questão da política de alianças que, na década de 1960 e 1970, tanto atormentava a esquerda do Brasil e da América Latina. Se Estevão, como os comunistas, insiste que é necessário levar em conta a correlação de forças, argumentando que seria imprescindível trazer Triúnculo para o lado dos revoltosos, Caliban, como a esquerda armada, conclui que a moral da história da derrota é que “ninguém deve beber com seus inimigos” (Boal, 1974?, p. 32).

Não há dúvida, entretanto, que a derrota é o sentimento mais forte por trás de *A Tempestade* de Boal, que termina com a “Canção de tudo que fica igual”:

Tem uns que ficam por cima  
Outros de baixo não saem  
(Boal, 1974?, p. 48).

### **Caliban encontra a antropofagia**

Como vimos, Fernández Retamar (2005) acaba incorporando, quase trinta anos depois de “Calibán”, a antropofagia à sua reflexão – adição que, significativamente, faz questão de ressaltar que não deve às observações de Rodríguez Monegal. Tal referência é sinal de que, no acalorado debate sobre a identidade latino-americana suscitado pela Revolução Cubana, intelectuais hispano-americanos sentem

a necessidade de recorrer a metáforas originalmente brasileiras para pensarem a região que reivindicam. Nesse sentido, a polêmica leva a um alargamento do que se entende por América Latina. É significativo que o cubano e o uruguaio pensavam até então a região com base praticamente apenas na experiência intelectual hispano-americana.<sup>32</sup>

Em “Caliban ante a la Antropofagia”, Fernández Retamar destaca os pontos comuns e divergentes entre sua formulação e a de Oswald. Ambas seriam obras de poetas, que dariam um sentido positivo para imagens associadas à América Latina, antes vistas de maneira depreciativa. No entanto, o crítico e poeta cubano explica ter defendido Caliban da acusação de canibalismo, já que ela seria usada por pretensos civilizados, como Próspero, para justificar sua subjugação.<sup>33</sup> Por outro lado, o autor de *Memórias sentimentais de João Miramar* não faria referência a Caliban, já que ele não seria parte da tradição cultural brasileira, o que contrastaria com a América Hispânica e o Caribe. Lembra, finalmente, que o escravo rebelde aparece apenas na literatura do país num romance de Darcy, *Utopia selvagem*, de 1982.

Ou seja, entre a publicação de “Calibán” e de “Caliban ante a la Antropofagia”, o personagem shakespeariano se aproxima da cultura brasileira. Para que isso ocorra, também Darcy e Boal têm papel decisivo além de, em termos mais amplos, o exílio, durante a ditadura, ser fundamental para que muitos brasileiros passem a se entender como latino-americanos. É essa nova proximidade que torna mesmo frutífero pensar a relação entre Caliban e a antropofagia, o que não era uma verdadeira possibilidade no contexto intelectual anterior. Nesse sentido, mesmo que haja conexão

---

<sup>32</sup> Ver: Morejón Arnaiz, 2004 e Rocca, 2006.

<sup>33</sup> O argumento remete à avaliação de Fanon de que “o racista cria seu inferior” (Fanon, 1962, p. 75), por sua vez, inspirada na análise de Sartre sobre o antisemita e o judeu. Ou seja, as maneiras como seriam vistos judeus e negros refletiriam basicamente a representação do opressor.

entre os dois símbolos, há também diferenças entre eles. A proximidade é indicada, como já apontado por Fernández Retamar, pela circunstância de que “Caliban” é um anagrama de “canibal”, ambos sendo imagens pejorativas convertidas em símbolos positivos. No entanto, a defesa, no Manifesto Antropófago, da “absorção do inimigo sacro. Para transformá-lo em totem” (Andrade, 1972, p. 18), tem um sentido de síntese, aparentada, de alguma maneira, com as noções de mestiçagem e transculturação (Jáuregui, 2008; Ricupero, 2018). Em contraste, Fernández Retamar, num contexto de confronto pós-Revolução Cubana, pensa Caliban, o colonizado, em oposição a Próspero, o colonizador.

Também não deixa de ser significativo que o impacto da versão de *A Tempestade*, escrita por Boal, e da edição brasileira de *Caliban e outros estudos*, prefaciada por Darcy, não é dos maiores. A peça só é encenada em 1981, pelo grupo Gente de Casa, no Rio de Janeiro (Santos, 2015), e o livro não chega a ser reeditado.<sup>34</sup> Em outras palavras, apesar de o Brasil se aproximar, no período da Guerra Fria, do resto da América Latina, a distância que os separa continua a ser considerável.

Mas para além da Guerra Fria, “Calibán” continua a ter um impacto considerável, relacionado especialmente com sua incorporação pelo chamado pós-colonialismo (Lie, 1997a).<sup>35</sup> Nesse sentido, há uma conjunção entre certas apropriações terceiro-mundistas e leituras de *A Tempestade* realizadas principalmente a partir da academia anglo-saxã

---

<sup>34</sup> É verdade que já na carta a Dort, de 02 de maio de 1974, escrita de Buenos Aires, o teatrólogo se queixara que dez teatros haviam recusado ser alugados para que fosse montada sua versão da obra de Shakespeare. Sugere, assim, que a censura econômica poderia até ser pior do que a censura política. (Arquivo Augusto Boal, 2016).

<sup>35</sup> Frederic Jameson (2005) considera até, em Prefácio à edição norte-americana do ensaio de Fernández Retamar, que ele poderia ser entendido como o precursor latino-americano de *Orientalismo*. O próprio Edward Said (1995) vê “Calibán” como um exemplo de texto de “cultura da resistência” ao imperialismo.



(Ricupero, 2014). Tal combinação é facilitada principalmente em razão da peça shakespeariana ser um texto privilegiado para leituras questionadoras do cânone ocidental. De maneira comparável, também a antropofagia oswaldiana tem sido crescentemente valorizada pelos estudos pós-coloniais (Ricupero, 2018). Até porque as afinidades entre ambos são evidentes.

É, portanto, de se esperar que Caliban continue a encontrar a antropofagia. Resta saber se a junção produzirá frutos, questionando de fato o ocidente capitalista.

### **Bernardo Ricupero**

É doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor associado da mesma universidade. É pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

248

### **Bibliografia**

- ANDRADE, Clara. 2014. *O exílio de Augusto Boal: reflexões sobre um teatro sem fronteiras*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- ANDRADE, Oswald. 1972. *Do pau-brasil à antropofagia e às utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ARCHIVO Casa de las Américas. 2017. *Cuban culture and cultural relations, 1959, Part I: "Casa y Cultura"*. Leiden: Brill. Disponível em: <https://bit.ly/3J8wqTT>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- ARQUIVO Augusto Boal. 2016. São Paulo: Instituto Moreira Salles.
- ARTARAZ, Kepa. 2009. *Cuba and western intellectuals since 1959*. London: Palgrave Macmillan.
- BABBAGE, Frances. 2004. *Augusto Boal*. Abingdon: Routledge.
- BLOCH, Maurice. 1997. La psychanalyse au secours du colonialisme. *Terrain: Anthropologie & Sciences Humaines*, Marseille, n. 28, pp. 103-118.
- BOAL, Augusto. 1974?. *A Tempestade*. [S. l.: s. n.].
- BOAL, Augusto. 1979. *Técnicas latino-americanas de teatro popular*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- BOAL, Augusto. 2000. *Hamlet e o filho do padeiro: memórias imaginadas*. Rio de Janeiro: Record.

- BOMENY, Helena; JOSIOWICZ, Alejandra. 2017. O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama: intelectuais, cultura e política na América Latina. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, pp. 320-346.
- BONFIGLIO, Florencia. 2014. Correspondencias latinoamericanistas: una relectura de Calibán de Fernández Retamar. *CELEHIS*, Mar del Plata, a. 23, n. 28, pp. 65-83.
- BRATHWAITE, Edward. 1981. *The arrivants: a new world trilogy*. Oxford: Oxford University Press.
- CAMPUZANO, Luisa. 1992. La revista Casa de las Américas en la década de los sessenta. *América: Cahiers du CRICCAL*, Paris, n. 9-10, pp. 55-63.
- CASA de las Américas. 1965. Presentación. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 30.
- CASAL, Lourdes (org.). 1971. *El caso Padilla: literatura y revolución en Cuba. Documentos*. New York: Ediciones Nueva Atlántida.
- CÉSAIRE, Aimé. 1969. *Une Tempête*. Paris: Éditions du Seuil.
- CÉSAIRE, Aimé. 1983. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine.
- COELHO, Haydée R. 2010. A biblioteca de Darcy Ribeiro, “Espaço biográfico” e a interlocução latino-americana. *Aletria: revista de estudos da literatura*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, pp. 69-79.
- COSTA, Iná Camargo. 1993. *Teatro épico no Brasil: de força produtiva a artigo de consumo*. Tese de Doutorado em Filosofia. São Paulo: USP.
- CHANADY, Amaryll. 2000. El discurso calibanesco y la conceptualización de la diferencia. In: SKLODOWSKA, Elzbieta; HELLER, Ben A. (org.). *Roberto Fernández Retamar y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana. pp. 237-255.
- DONNELL, Alison; WELSH, Sarah. 1996. Introduction. In: DONNELL, Alison; WELSH, Sarah (org.). *The Routledge reader in Caribbean literature*. Abingdon: Routledge. pp. 27-41.
- DOUMERC, Eric. 2014. Caliban playing pan: a note on The Metamorphoses of Caliban in Edward Kamau Brathwaite's Caliban. *Caliban*, Marseille, n. 52, pp. 239-250.
- FANON, Frantz. 1962. *Peau noires, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil.
- FERES JR., João. 2005. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. 1971. Calibán. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 68, pp. 124-151.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. 1993. Ángel Rama y la Casa de las Américas. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 192, pp. 178-196.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. 2005. *Todo Caliban*. Buenos Aires: Clacso.

- FORNET, Ambrosio. 1967. New world en español. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 40, pp. 106-115.
- FRENK, Susan F. 1984. Two cultural journals of the 1960s: Casa de las Américas and Mundo Nuevo. *Bulletin of Latin American Research*, Hoboken, v. 3, n. 2, pp. 83-93.
- GILMAN, Claudia. 2003. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en américa latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- GILMAN, Claudia. 2011. Enredos y desenredos de Angel Rama y Emir Rodríguez Monegal. *Nuevo Texto Crítico*. v. 23-24, n. 47-48, pp. 69-92.
- GRIFFITH, Paul. 2010. *Afro-Caribbean poetry and ritual*. London: Palgrave Macmillan.
- HERENCIA, Juan Carlos Quintero. 2000. El espacio de la maldición: escenográficas del Calibán de Roberto Fernández Retamar. pp. 55-87.
- SKLODOWSKA, Elzbieta; HELLER, Ben A. (org.). *Roberto Fernández Retamar y los estudios latino-americanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidad de Pittsburgh.
- HULME, Peter. 2000. Reading from elsewhere: George Lamming and the paradox of exile. In: HULME, Peter; SHERMAN, William (org.). *'The Tempest' and its travels*. London: Reaktion Books. pp. 222-237.
- HULME, Peter. 2016. *Calibán: Roberto Fernández Retamar's American intelligence*. *Small Axe*, Durham, v. 20, n. 3, pp. 115-122.
- IBER, Patrick. 2015. *Neither peace nor freedom: the cultural cold war in latin america*. Cambridge: Harvard University Press.
- JAMESON, Fredric. 1985. A very partial chronology. In: SAYRES, Sohnya; STEPHANSON, Anders; JAMESON, Fredric; ARONOWITZ, Stanley (org.). *The 60s without apology*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- JAMESON, Fredric. 2005. Prefacio a la edición estadounidense.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. *Todo Caliban*. Buenos Aires: Clacso.
- JÁUREGUI, Carlos. 2008. *Canibalia: canibalismo, calibanismo, antropofagia cultural y consumo en américa latina*. Madrid: Iberoamericana editorial.
- LAMMING, George. 2004. *The pleasures of exile*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- LIE, Nadia. 1996. *Transición y transacción: la revista cubana Casa de las Américas, 1960-1976*. Gaithersburg: Hispamérica; Leuven: Leuven University Press.
- LIE, Nadia. 1997a. Countering Caliban: Fernández Retamar and the postcolonial debate. In: LIE, Nadia; D'HAEN, Theo (org.). *Constellation Caliban: figurations of a Character*. Amsterdam; Atlanta: Rodopi. pp. 245-270.

- LIE, Nadia. 1997b. Calibán en contrapunto: reflexiones sobre un ensayo de Roberto Fernandez Retamar (1971). *América: Cahiers du CRICCAL*, Paris, n. 18, t. 2, p. 573-585.
- MANNONI, Octave. 1966. *Prospero and Caliban: the psychology of colonization*. New York: Frederick Praeger Publishers.
- MARTINS, Carlos Eduardo. 2011. Emir Sader. *Boitempo Editorial*. Disponível em: <https://bit.ly/3H98q0U>. Acesso em: 23 jan. 2021.
- MATTOS, André Luis. 2007. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp.
- MCQUADE, Franck. 1992. Mundo Nuevo: la nueva novela y la guerra fría cultural. *América: Cahiers du CRICCAL*, Paris, n. 9-10, pp. 17-26.
- MISKULIN, Sílvia. 2009. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda.
- MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. 2004. *Política y polémica en América Latina: las revistas Casa de las Américas y Mundo Nuevo*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- MUNDO Nuevo, 1966. Presentación. *Mundo Nuevo*, Paris, n. 1, p. 4.
- NIXON, Rob. 1987. Caribbean and African appropriations of The Tempest. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 13, n. 3, pp. 557-578.
- POGOLOTTI, Graziella. 1968. Apuntes para el Che escritor. *Casa de las Américas*, La Habana, n. 46, p. 154-155.
- PORTER, Laurence. 1995. Aimé Césaire's reworking of Shakespeare: anticolonialist discourse in "Une Tempête". *Comparative Literature Studies*, College Township, v. 32, n. 3, pp. 360-381.
- PROTEAU, Laurence. 2001. Entre poétique et politique Aimé Césaire et la "négritude". *Sociétés contemporaines*, Paris, n. 44, pp. 15-39.
- RAMA, Ángel. 1978. *La riesgosa navegación del escritor exiliado*. *Revista de la Universidad de México*, Ciudad de México, n. 9, p. 1-10.
- RIBEIRO, Darcy. 1977. Entrevista. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 426, pp. 08-15.
- RIBEIRO, Darcy. 1980. *Os brasileiros: teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- RIBEIRO, Darcy. 1988. Prefácio. In: FERNÁNDEZ RERAMAR, Roberto. *Caliban e outros ensaios*. São Paulo: Busca Vida. pp. 07-09.
- RIBEIRO, Darcy. 2007. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RICUPERO, Bernardo. 2014. A tempestade e a américa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 93, pp. 11-31.
- RICUPERO, Bernardo. 2018. O "original" e a "cópia" na Antropofagia. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, pp. 875-912.

- ROCCA, Pablo. 2006. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Tese de Doutorado. . São Paulo: USP.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. 1977. The metamorphosis of Caliban. *Diacritics*, Baltimore, v. 7, n. 3, p. 78-83.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. 1967. “La CIA y los intelectuales”, *Mundo Nuevo* n. 14, p. 11-20.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. 1979. Carnaval/Antropofagia/Parodia. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, n. 108-109, p. 401-412.
- ROJAS, Rafael. 2017. *La polis literária*. Madrid: Taurus.
- ROLLEMBERG, Denise. 1999. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.
- SAID, Edward. 1995. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTIAGO, Silviano. 1978. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva.
- SANTOS, Patrícia Freitas. 2016. *Pedagogia da atuação: um estudo sobre o trabalho teatral de Augusto Boal no exílio latino-americano*. Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas. São Paulo: USP.
- SANTOS, Patrícia Freitas. 2018. O teatro sob a tempestade: uma leitura crítica de *A Tempestade* de Augusto Boal. *Sala Preta*. v. 18, n. 1, pp. 85-97.
- SCHWARZ, Roberto. 1978. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SERRA, Ana. 2007. *The “new man” in Cuba: culture and identity in the revolution*. Gainesville: University Press of Florida.
- SKLODOWSKA, Elzbieta; HELLER, Ben A. (org.). 2000. *Roberto Fernández Retamar y los estudios latino-americanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, Universidad de Pittsburgh.
- TOSTA, Antonio. 2011. Modern and post-colonial? Oswald de Andrade’s Antropofagia and the politics of labeling. *Romance Notes*, Chapel Hill, v. 51, n. 2, p. 217-226.
- VATIN, François. 2011. Dépendance et émancipation: retour sur Mannoni. *Revue du MAUSS*, Lormont, n. 38, p. 131-148.
- WILDER, Gary. 2005. *The French imperial nation-state: negritude and colonial humanism between the two world wars*. Chicago: The University of Chicago Press.
- ZABUS, Chantal. 2002. *Tempests after Shakespeare*. New York: Palgrave Macmillan.
- ZEA, Leopoldo. 1978. Apresentação. In: BOLIVAR, Simon. *Carta de Jamaica*. Ciudad de México: UNAM. pp. 3-7.
- ZEA, Leopoldo. 1995. Prólogo. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Ciudad de México: FCE. p. 7-10.



# DECIFRAR A ESFINGE: FIGURAÇÃO E ESCRITURA EM CLARICE LISPECTOR

Fernando Antonio Pinheiro Filho

*Professor livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).*

*São Paulo, SP, Brasil. E-mail: fepf@usp.br*

*Orcid: 0000-0002-2367-2411.*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-253286/114>

Em suas crônicas para o *Jornal do Brasil*, escritas e publicadas entre 1967 e 1973 (objetos desta análise), em duas ocasiões Clarice Lispector (1920-1977) faz menção a uma viagem ao Egito e comenta sua visita à Esfinge, à qual se compara e sugere que seu leitor também o faça. Em 12 de junho de 1971, ao comentar seu encontro com o monumento, ela diz o seguinte:

Vi a Esfinge. Não a decifrei. Mas ela também não me decifrou. Encaramo-nos de igual para igual. Ela me aceitou, eu a aceitei. Cada uma com o seu mistério. (Lispector, 1984, pp. 352)

O tema é retomado em 1º de abril do ano seguinte:

É preciso voltar a ver as pirâmides e a Esfinge. A Esfinge me intrigou: quero defrontá-la de novo, face a face, em jogo aberto e limpo. Vou ver quem devora quem. Talvez nada aconteça. Porque o ser humano é uma esfinge também e a Esfinge não sabe decifrá-lo. Nem decifrar a si mesma. No que nós nos decifrásemos, teríamos a chave da vida. (Lispector, 2005, pp. 408-409)

Clarice sugere um jogo de deciframento que não pode ter vencedor, porque seu prêmio é a “chave da vida”, que dissolveria o próprio enigma, assim como, se o paralelo não é abusivo, o que vai cifrado no texto literário também é visto por alguns como um mistério a ser trabalhado pela interpretação. A primeira citação é usada por Benjamin Moser no texto de abertura da biografia da escritora que publicara (Moser, 2011), intitulado justamente “Introdução. A Esfinge”, em que o autor remete à “aura de mistério”, ao “ar indecifrável” de Clarice, para usar expressões suas, como agulhão para sua narrativa. O livro de Moser foi sucesso editorial e, na edição de bolso da Editora Cosacnaify, a quarta capa traz excertos de comentários muito expressivos a esse respeito:

254

“Ainda que o mistério, o mito e o enigma sigam resistindo aos fatos, esse livro [...] representa um marco indispensável para quem quiser chegar mais perto da vertiginosa essência de Clarice”

(YudithRosenbaum)

“[...] Uma das escritoras mais misteriosas do século XX é finalmente revelada em todas as suas cores vibrantes”

(OrhamPamuk)

“[...] Moser construiu um relato quase completo da totalmente inefável Clarice Lispector”

(Clarín)

“Trata-se de um rico material biográfico ainda mais enriquecido pela forma como Moser descostura as camadas da complicada vida de Clarice”

(The New York Times). (MOSER, 2011, contracapa)

Em si mesmas, cada uma dessas assertivas remetem a um ímpeto interpretativo que só poderia ser julgado tendo à disposição a inteireza do argumento; no entanto, levando em conta apenas a expressividade que contém, teríamos o retrato sob medida da escritora para despertar a curiosidade pelo livro: Clarice, o mistério, o mito, o enigma; a escritora mais misteriosa; a totalmente inefável; a de vida complicada. E, de fato, essa saturação de signos recorrentes, a que podemos acrescentar o que foi dito por muitos dos que conviveram com ela, não prescinde da colaboração de Clarice, como vimos em suas considerações sobre a Esfinge e no gosto que tinha pelo apelido inspirado na estátua, “A Esfinge do Rio de Janeiro”. A imagem pública da escritora seguiria, assim, o caráter hermético de sua literatura e, a despeito disso, essa identificação é seguidamente desautorizada pela própria autora, notadamente nas crônicas, resultando em ambiguidade na figura de escritora que decorre de variadas manifestações suas. Creio que o “enigma Clarice”, que em boa medida só se sustenta por um efeito de atribuição, pode ser ao menos parcialmente esclarecido pela investigação do sentido dessas manifestações de sinal duplo e a função que exerceram como apoio para a autonomia do nome literário que sua autora construía. Com esse intento, usarei como ferramenta analítica a diferenciação estabelecida por Gisèle Sapiro (2014, p. 49) entre “estratégias de escritura” e “estratégias de autor”: o primeiro termo remete à visada intencionalista do gesto de escrever, ao trabalho artístico com a linguagem, e está limitado à consecução do projeto literário; o segundo volta-se para a obtenção de algum tipo de validação não exclusivamente literária, direcionando-se também para o reconhecimento temporal e, eventualmente, convertendo a notoriedade em ganho econômico, social ou político. Penso que a própria apreensão do texto se relaciona com a figura de autor que encontramos



ou que construímos nele e essa figura depende do modo como se entrelaçam estratégia de autoria e estratégia de escritura em cada escritor.<sup>1</sup>

Se é assim, teríamos na Clarice cronista a construção de uma postura anti-intelectual, distanciada do mundo erudito da grande literatura e alinhada aos profanos como estratégia de autor; ao passo que a carreira literária que seguiu até antes da atuação como cronista remete a uma estratégia de escritura implicando uma produção altamente experimental e inventiva e, assim, eivada de um esoterismo que afasta os leigos a que a imagem pública urdida no primeiro termo da equação remeteria. Ou, noutros termos, a “escritora difícil” é a mestra da linguagem desfamiliarizante celebrada pela crítica, imagem e juízo que se mantêm sem grandes alterações até a publicação de *A paixão segundo G. H.* ([1964] 2001), tido como ponto culminante da carreira e considerado por ela própria seu melhor livro, ao passo que a “mulher comum”, a simples “dona de casa” (para usar uma expressão assumida por ela) habita o universo da comunicação direta, simples, afeita ao prosaísmo da vida cotidiana – contraposição também explicitada por ela mesma. É preciso então desenvolver os matizes da(s) figura(s) de autor estabelecidas por Clarice Lispector numa vertente de sua produção que acena para algo diferente da escritora-esfinge em termos de escritura; mas, antes disso, retomar brevemente a sua caracterização.

\*\*\*

Na fortuna crítica de Clarice, a partir de sua estreia em 1943 com o romance *Perto do coração selvagem*, a obra foi interpretada, via de regra, nas chaves formalista, psicológica,

---

<sup>1</sup> A noção de estratégia literária não deve ser entendida aqui em seu sentido intencionalista mais corriqueiro, como prefiguração racionalizada da ação e, sim, como inclinação pré-reflexiva apreendida e internalizada como certa disposição da ação e do juízo a partir da experiência vivida no mundo social da literatura.

filosófica (com inflexões na metafísica e no existencialismo) e feminina, que por princípio seriam mais adequadas à temática “intimista”, à colagem, ao uso do fluxo de consciência, à fragmentação da linguagem e à tendência de supressão da narrativa linear, que já em sua primeira recepção é notada como o fator que a singularizava em relação a seus antecessores. Nas décadas seguintes, a consolidação do nome próprio da grande escritora beneficia-se do mesmo tom nas avaliações dos livros, que permanecem girando em torno da densidade psicológica atingida; do viés metalinguístico que, combinado à descontinuidade narrativa, dariam acesso a camadas profundas da existência, resultando numa literatura que, nas interpretações mais formalistas, prescinde da referência ao mundo exterior para produzir sentido. Carlos Mendes de Sousa (2012), autor da mais completa análise da obra clariciana, usa a expressão “desterritorialização” para designar um tipo de literatura que se perfaz preferencialmente dentro – da linguagem e da subjetividade, seus territórios imanentes. Esse viés crítico representa o reconhecimento de uma autoridade experta no uso literário da linguagem, tornada intransitiva e capaz de produzir estranhamento no leitor não iniciado. Ou seja, a Clarice romancista e contista, por sua linguagem altamente elaborada, remete a um leitor implícito capaz de seguir as instruções do texto (ou ao menos aceitar esse desafio), e que partilha assim dos valores literários do produtor e da crítica, aderindo, via de regra, à imagem idealizada do escritor como artífice de algo que escapa ao tempo e à história. Essa figuração de autor parece adequada a uma escritora tida como “difícil”, que zelava pela aura de mistério construída em torno de si e de sua literatura, objeto de sua identificação projetiva com a figura da Esfinge e seu mito – mas que reagia contra as implicações da mitificação de sua figura pública, aparente contradição que está no centro do enigma quando pensado sociologicamente.

Um bom modo de caracterizar mais precisamente o lugar de Clarice no mundo literário brasileiro imediatamente após sua morte, em 1977, aos 57 anos, é acompanhar o balanço do período registrado em textos de Alfredo Bosi e Antonio Candido, lembrando, antes, que esse momento corresponde ao desenvolvimento de uma configuração do espaço literário que terá efeito estruturante na produção subsequente, incluindo de algum modo os autores que estreiam nos anos 1980 e mesmo nas décadas seguintes. Trata-se da clivagem que, do ponto de vista do estilo literário, opõe o romance intimista ao realismo cruel ou brutalista, para nomearmos os dois polos cujos representantes maiores em termos de consagração são Clarice de um lado e Rubem Fonseca (1925-2020) e Dalton Trevisan (1925) de outro; esse grupo, segundo o crítico Luis Augusto Fischer, teria instituído um gradiente de qualidade estética não mais alcançado no Brasil:

258

Tomando por base a famosa antologia da *Granta*<sup>2</sup>, publicada há poucos anos, com o que se considerou os melhores escritores sub-40, não houve renovação significativa nesta geração, e valeria fazer um exame do que havia aparecido antes, nas antologias da Geração 90, do Nelson de Oliveira, as quais, relembradas de longe, igualmente não parecem ter trazido novidade forte ao gênero, considerada a vasta e profícua produção contística iniciada pelos dois noventões [Rubem Fonseca e Dalton Trevisan] mais Clarice Lispector. (Fischer *apud* Rebinsk, 2015, p. 26)

A classificação de Fischer, em que as portas do cânone literário brasileiro teriam sido fechadas ainda sob o regime militar e não mais abertas desde então, tem origem em dois

---

<sup>2</sup> O autor refere-se à edição da revista literária *Granta* de 2012, dedicada à nova geração de escritores brasileiros nascidos a partir de 1972.

dos mais consagrados críticos brasileiros, a quem recorro para precisar melhor seus contornos. Na coletânea de contos contemporâneos organizada por Alfredo Bosi (2015), em 1975, surge pela primeira vez, na apresentação do volume, a expressão “realismo brutalista” como referência à produção de Rubem Fonseca, que se juntaria a Trevisan na primeira linha de força detectada, a *literatura-verdade*, que desponta nos anos 1960 como resposta “à tecnocracia, à cultura para massas, às guerras de napalm, às ditaduras feitas de cálculo e sangue” (Bosi, 2015, p. 24). Já Clarice Lispector é caracterizada por Bosi pelo propósito de trazer as coisas à consciência e a consciência a si mesma, procedimento que ele chama de *introspecção de segundo grau* e que a põe na dianteira da segunda linha de força presente no campo, a ficção introspectiva apoiada na memória e na autoanálise.

Esse desenho não difere muito daquele feito por Antonio Candido, em artigo de 1981. Sublinhando a ideia de “liquidação do regionalismo” como horizonte da literatura pós-golpe de 1964, também ele indica que a saída se dá fundamentalmente pela reconfiguração da narrativa urbana, em que destaca Dalton Trevisan como “mestre do conto curto e cruel, criador de uma espécie de mitologia urbana de sua cidade de Curitiba” (Candido, 1981, pp. 62-63), figura maior do “realismo feroz”, sutil alternativa ao “realismo brutalista”. Mas a diferença relevante em relação a Bosi está na variação do critério de classificação, do fundo para a forma, ao tratar de Clarice:

Ela é provavelmente a origem das tendências desestruturantes, que dissolvem o enredo na descrição e praticam esta com o gosto pelos contornos fugidios. Decorre a perda de visão de conjunto pelo meticuloso acúmulo de pormenores, [...] Daí a produção de textos monótonos do tipo ‘*nouveau roman*’, de que Clarice foi talvez uma desconhecida precursora. (Candido, 1981, p. 65)

A vinculação de Clarice à desconstrução da narrativa como tendência da vanguarda já fora notada por José Guilherme Merquior (1990), escrevendo em 1963 a respeito de *A Maçã no escuro* (1999), romance de Clarice publicado originalmente em 1961, dois anos após sua volta em definitivo ao Brasil, com o fim de seu casamento com o diplomata Maury Gurgel Valente, que ensinara seu périplo pela Europa e EUA como “mulher de diplomata”, a partir de 1944. Registre-se que Merquior o faz em chave positiva, vindo na “morte do romance” a possibilidade de, tirando o foco dos fatos narrados, enriquecer a discussão de valores.

Os escritos de Bosi e Candido não comentam nenhum livro em particular, a visada abrange o conjunto da obra literária, incluindo a novela de 1977, *A Hora da estrela* (2003), último livro de Clarice, no caso de Candido. Diferente dessa leitura feita em bloco, Vilma Arêas (2005) propõe duas décadas depois uma separação entre os escritos de Clarice que permitirá à análise fazer uma transição mais matizada em direção aos textos não literários que tratarei adiante. Levando em conta a situação de dificuldade econômica enfrentada por Clarice em fins dos anos 1960 e ao longo da próxima década, Arêas diferencia as obras do período da produção anterior usando categorias da própria escritora: antes produzindo “com as entranhas”, Clarice agora o faz “com a ponta dos dedos”. Referindo-se à recepção de *A via crucis do corpo* (2004), de 1974, diz ela:

Enquanto a Academia se calava e a crítica dos suplementos culturais revelava todo o seu horror diante do que chamou ‘lixo’, me dei conta de que as palavras tão repetidas pela escritora – dividindo a própria obra entre a literatura ‘das entranhas’, isto é, composta sem injunções e sujeita apenas à intermitência da inspiração, e a literatura derivada da ‘ponta dos dedos’, isto é, submetida às imposições exteriores – de alguma forma foram aceitas

por quem se debruçara sobre aquela surpreendente via crucis. [...] Com o passar do tempo, a diferença tornou-se lugar-comum. De maneira clara ou velada – às vezes era só um constrangimento –, a melhor crítica simplesmente omitia esse livro de Clarice, implicitamente aceitando a divisão, que correspondia a duas escalas de valor: as ‘entranhas’ teriam iniciado em fim de 1943, com *Perto do coração selvagem*, e se prolongariam até 1964, com *A paixão segundo G. H.* e *A legião estrangeira*. Apesar de indecisões, algumas respeitáveis, a maioria dos leitores não tinha dúvidas sobre o nível de excelência dessa obra. No entanto, a partir de 1969, com *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, abalou-se essa certeza. A recepção do livro provocou hesitações, o mesmo acontecendo com *Água viva*, de 1973. Mas isso ainda não era grave, e havia muitas divergências. Foi *A via crucis do corpo*, de 1974, que dividiu radicalmente os campos. Creio mesmo que a unanimidade a respeito do interesse despertado por *A hora da estrela*, três anos depois, deveu-se num primeiro momento a certo alívio: a escritora retornava ao bom caminho [...] (Arêas, 2005, pp. 13-14)

261

Arêas coloca o problema com precisão em diversos níveis. De um lado recupera a percepção de Clarice sobre o problema de sua própria autonomia como escritora, ligando-a de certo modo a uma concepção idealista da literatura, que estaria a salvo das “injunções externas”, sem obedecer a nenhuma determinação ou condição de possibilidade a não ser o eflúvio próprio do gênio. De outro, acompanha a novidade da crítica fortemente negativa, no modo controlado ou virulento – ou, talvez, o que se revele aqui seja o padrão de variação e rigidez das categorias de percepção da crítica que deve haver-se com sua decepção ante a imagem já consolidada da Esfinge. Acrescente-se a isso outras duas novidades dessa produção “com a ponta dos dedos”.

Em primeiro lugar, o nível inaudito de violência e crueldade no desenvolvimento dos temas, sobretudo em *A via crucis do corpo* (2004 [1974]), cuja rejeição está ligada mais explicitamente a questões morais, e retornará em outro registro em *A hora da estrela* (2003 [1977]), livro derradeiro que será entronizado entre as obras-primas, como redenção dos descaminhos. Assim, na classificação proposta por Arêas, teríamos cronologicamente uma fase que vai da estreia até o ponto culminante da obra, produzida “com as entranhas”; uma segunda entre *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969) até *A via crucis do corpo*, escrita “com a ponta dos dedos”; e a terceira composta exclusivamente por *A hora da estrela*, que do ponto de vista do rendimento literário inclui-se no primeiro grupo.

262

As crônicas de Clarice em sua coluna no *Jornal do Brasil*, que, em geral, não são propriamente literárias (ao menos no sentido da linguagem desfamiliarizante já comentado), realizam-se também “com a ponta dos dedos”, deixando entrever uma outra Clarice diversa da escritora-esfinge, capaz de aderir ao uso pragmático da linguagem, dispondo-se a uma relação empática com o leitor comum, num pacto de leitura que rompe os limites da relação erudita entre o escritor e seu público mediada pela forma literária. Nesse material, Clarice dá a ver a *persona*, a figuração de escritora construída por ela a partir de sua volta ao Brasil, marco também da segunda fase de sua obra literária, toda ela vindo à luz sob novas condições materiais e simbólicas de produção,<sup>3</sup> bem como o manejo dessa figuração no interior do jogo literário. Com base exclusivamente numa análise das crônicas, tentarei mostrar como a necessidade de recolocar-se no mundo literário brasileiro preservando o máximo possível sua condição de artista

---

<sup>3</sup> Após o divórcio e a radicação no Rio de Janeiro, Clarice precisou buscar alternativas para manter a si e aos dois filhos, um deles sofrendo de esquizofrenia, diante da insuficiência da pensão do ex-marido.

autônoma levou Clarice a combinar estratégia de escritura e estratégia de autor de modo inusitado, sendo o “mistério” e categorias afins a cristalização sintética desse jogo complexo, que tem efeitos também no desenvolvimento da linguagem literária e no influxo de leitura pela crítica dos romances e contos publicados nos anos de cronista, ponto que não será desenvolvido aqui.

\*\*\*

A atuação de Clarice na imprensa teve início em 1940, como editora e repórter da *Agência Nacional*, órgão do governo federal no Rio de Janeiro. A partir de sua volta definitiva ao Brasil, já escritora reconhecida, seu estatuto muda de jornalista para colaboradora: Na *Revista Senhora*, ela passa a publicar alguns de seus contos; torna-se titular de colunas assinadas sob pseudônimo ou como “ghostwriter” nos jornais *Comício*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*; colabora como entrevistadora nas revistas *Manchete* e *Fatos e Fotos*, além das crônicas no *Jornal do Brasil*. As colunas tratam de temas “femininos”, conforme a classificação da época, em que a autora transmite dicas de comportamento para suas leitoras. Como não foram assinadas com seu nome, são menos importantes para o problema aqui colocado, ou seja, seguindo o propósito de recuperar uma dimensão de sua estratégia de escritora, quero circunscrever esta seção à Clarice que surge da porção não literária dos escritos “com a ponta dos dedos”, critério que leva de imediato às crônicas.

Clarice torna-se titular de uma coluna semanal no *Caderno B* do *Jornal do Brasil* em agosto de 1967, a convite de Alberto Dines (seu então editor-chefe), espaço que ocupará até dezembro de 1973. Se em seus textos literários a narrativa tênue importa menos que o impacto dos acontecimentos nos personagens, segundo ela própria, também nas crônicas os eventos, quando presentes,



servem de pretexto para notações as mais diversas: retratos de personalidades, comentários sobre artistas (escritores, fotógrafos, artistas plásticos, dramaturgos etc.), entrevistas, contos ou trechos de contos reutilizados, digressões sobre passagens de sua vida; enfim, textos de temas e formatos heterogêneos em que sobressaem reflexões no domínio da ética (no sentido antigo de reflexão sobre o caminho para a vida boa) e da estética. É frequente a presença de considerações sobre a literatura e a atividade literária, ora em crônicas expressamente destinadas a isso, ora de modo incidental ao tratar de outras questões. Vou me ater aos registros que tematizam ou circundam a literatura, recolhendo excertos em ordem preferencialmente cronológica, mas não de modo exaustivo: entre tudo sobre o que Clarice escreveu a respeito em sua coluna, trarei à tona a maior parte, suprimindo o que for redundante sem evitar certa saturação que corresponde à insistência da autora em reforçar os pontos mais heterodoxos de seu posicionamento.

A cronista estreia poucos anos após vir a público o conjunto de escritos que marcaram positivamente sua segunda recepção crítica, a partir da radicação definitiva no Rio de Janeiro em 1959: *Laços de família* (contos, 1960), *A Maçã no escuro* (romance, 1961), *A Paixão segundo G. H.* (romance, 1964) e *A Legião estrangeira* (contos, 1964). Ou seja, é no auge do renome da escritora-esfinge que Clarice tem a oportunidade de tornar-se popular, conforme comenta na crônica de 9 de dezembro de 1967, a respeito de um convite para uma festa:

[...] Não fui à festa: disseram que eu não conhecia ninguém, mas que todos queriam me conhecer.  
 Pior para mim. Não sou domínio público.  
 E não quero ser olhada. Eu ia ficar calada.  
 Maria Betânia me telefonou, querendo me conhecer.

Conheço ou não? Dizem que é delicada. Vou resolver.  
 Dizem que fala muito de como é. Estou fazendo isso?  
 Não quero. Quero ser anônima e íntima. Quero falar  
 sem falar, se é possível. Maria Betânia me conhece dos livros.  
 O *Jornal do Brasil* está me tornando popular.  
 Ganho rosas. Um dia paro. Para me tornar tornada.  
 Por que escrevo assim? Mas não sou perigosa.  
 E tenho amigos e amigas. Sem falar de minhas irmãs,  
 de quem me aproximo cada vez mais. Estou muito próxima,  
 de um modo geral. É bom e não é bom. É que sinto  
 falta de um silêncio. Eu era silenciosa. E agora me comunico,  
 mesmo sem falar. Mas falta uma coisa. Eu vou tê-la.  
 É uma espécie de liberdade, sem pedir licença a ninguém.  
 (Lispector, 2005, p. 53)

O texto é um bom cartão de visitas das dúvidas e ambiguidades da escritora recém-introduzida nos meios de comunicação de massa no papel de quem escreve livremente e em nome próprio, mas não quer ser “domínio público” nem objeto da curiosidade alheia – ao mesmo tempo em que admite a ameaça à fortaleza do “anônima e íntima” com o temor e o desejo que isso suscita, além do receio de já ter cedido à tentação: “Estou fazendo isso? Não quero”. É importante notar que essa interrogação remete também à linguagem empregada na crônica, eivada de cortes e elipses pouco afeitas à fala cotidiana, o que a leva a acalmar o leitor que a tenha achado “perigosa”, mostrando-se como alguém próxima e disposta a comunicar-se, mesmo lamentando a perda do silêncio.

Esse tópico é retomado no texto de 10 de fevereiro de 1968, intitulado “Anonimato”, agora em tom de desabafo e muitas notas acima:

Tantos querem a projeção. Sem saber como esta  
 limita a vida. Minha pequena projeção fere o meu  
 pudor. Inclusive o que eu queria dizer já não posso mais.

O anonimato é suave como um sonho. Eu estou precisando desse sonho. Aliás eu não queria mais escrever. Escrevo agora porque estou precisando de dinheiro. Eu queria ficar calada. Há coisas que nunca escrevi, e morrerrei sem tê-las escrito. Essas por dinheiro nenhum. Há um grande silêncio dentro de mim. E esse silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio. (Lispector, 2005, p. 76)

266

Aqui, num tom bem mais coloquial, o incômodo de escrever por dinheiro, contrariando a lei do interesse pelo desinteresse (marca dos campos de produção artística, notou Bourdieu, 1996) fica explícito, contraposto ao silêncio correlato da criação literária, daquilo que nenhum dinheiro a fará escrever porque é outra a moeda em circulação. Não obstante, também a moeda do *mana* literário pode ter seu valor questionado, conforme a crônica de 24 de fevereiro, em que responde a uma leitora que louva a “beleza das contribuições literárias” de Clarice, a que atribui um fortalecimento de sua afetividade:

Não fiquei contente por você, H. M., falar na beleza de minhas contribuições literárias. Primeiro porque a palavra beleza soa como enfeite, e nunca me senti tão despojada da palavra beleza. A expressão ‘contribuições literárias’ também não adorei, porque exatamente ando numa fase em que a palavra literatura me eriça o pelo como o de um gato. Mas, H. M., como você me fez sentir útil ao dizer-me que sua capacidade intensa de amar ainda se fortaleceu mais. Então eu dei isso a você? Muito obrigada. Obrigada também pela adolescente que já fui e que desejava ser útil às pessoas, ao Brasil, à humanidade, e nem se encabulava de usar para si mesma palavras tão imponentes. (Lispector, 2005, p. 78)

Nem dinheiro, nem destreza literária: o valor reconhecido por Clarice, a contrapelo dos critérios mais firmemente estabelecidos no mundo literário, é puramente pragmático; e o gesto ostensivo de mostrar conhecimento desses critérios, ao condenar a beleza usada como enfeite – noutra crônica, Clarice dirá que “[...] a linha divisória é quase invisível entre o mau gosto e a verdade, e [...] pior que o mau gosto em matéria de escrever, é um certo tipo horrível de bom gosto (Lispector, 2005, p. 188) –, reforça sua posição: a literatura, definida a partir dos critérios eruditos que incluem e consagram seus livros ericam-lhe o pelo, porque é desprovida de utilidade. Nesse sentido, pode-se especular que a imputação infamante de “autoajuda” talvez lhe provocasse algo entre a indiferença e o agrado. Na crônica de 15 de junho de 1968, é o sentimento de ser acolhida que é mobilizado como base da alegria expressa de pertencer à literatura brasileira:

E eu que, muito sinceramente, jamais desejei ou desejaria a popularidade – [...] eu, que não quero a popularidade, sinto-me no entanto feliz de pertencer à literatura brasileira. Não, não é por orgulho, nem por ambição. Sou feliz de pertencer à literatura brasileira por motivos que nada têm a ver com literatura, pois nem ao menos sou uma literata ou uma intelectual. Feliz apenas por ‘fazer parte’.  
(Lispector, 2005, p. 110)

Nessa altura, podemos já sublinhar alguns pontos que serão recorrentes no posicionamento de Clarice a respeito da literatura: a rejeição do renome, o desdém pelos critérios de excelência da escritura, a valorização da proximidade com o leitor (medida na efetividade do que ele lê em sua vida concreta) e, estreando nesse fragmento, a recusa da qualificação de intelectual ou de literata. O relato de uma conversa entre ela, João Guimarães Rosa

e o cirurgião plástico Ivo Pitanguí, numa festa da elite carioca, no texto de 14 de setembro de 1968, expressa bem os dois últimos itens:

Guimarães Rosa disse que, quando não estava se sentindo bem em matéria de depressão, relia trechos do que havia escrito. Espantaram-se quando eu disse que detesto reler minhas coisas. Ivo observou que o engraçado é que parece que eu não quero ser escritora. De algum modo é verdade, e não sei explicar por quê. Mas até ser chamada de escritora me encabula. Nessa mesma festa Sérgio Bernardes disse que há anos tinha uma conversa para ter comigo. Mas não tivemos. Pedi uma coca-cola, em vez. Ele estava falando com o nosso grupo coisas que eu não entendia e não sei repetir. Então eu disse: adoro ouvir coisas que dão a medida de minha ignorância. E tomei mais um gole de coca-cola. [...] Guimarães Rosa então me disse uma coisa que jamais esquecerei, tão feliz me senti na hora: disse que me lia, 'não para a literatura, mas para a vida'. (Lispector, 2005, p. 136)

268

O relato é ainda mais revelador por deixar entrever a dinâmica da interação e o deslocamento de Clarice em relação a ela. Entre pares, ela esquivava-se de todos os marcadores que possam identificá-la com seus convivas, mas não sem insinuar a superioridade irônica de sua ignorância expressa no recuo para o prosaico representado pela coca-cola que bebia. No entanto, em 2 de novembro, Clarice parece sentir a necessidade de um discurso mais ostensivo para o esclarecimento de sua posição, que afaste ambiguidades, deixando tudo às claras:

Intelectual? Não.

Outra coisa que não parece ser entendida pelos outros é quando me chamam de intelectual e eu digo que não sou. De novo, não se trata de modéstia e sim de uma realidade

que nem de longe me fere. Ser intelectual é usar sobretudo a inteligência, o que eu não faço: uso é a intuição, o instinto. Ser intelectual é também ter cultura, e eu sou tão má leitora que, agora já sem pudor, digo que não tenho mesmo cultura. Nem sequer li as obras importantes da humanidade. Além do que leio pouco: só li muito, e lia avidamente o que me caía nas mãos, entre os treze e quinze anos de idade. Depois passei a ler esporadicamente, sem ter a orientação de ninguém. Isso sem confessar que – dessa vez digo-o com alguma vergonha – durante anos eu só lia romance policial. Hoje em dia, apesar de ter muitas vezes preguiça de escrever, chego de vez em quando a ter mais preguiça de ler do que de escrever.

Literata também não sou porque não tornei o fato de escrever livros ‘uma profissão’ ou ‘uma carreira’.

Escrevi-os só quando espontaneamente me vieram, e só quando eu realmente quis. Sou uma amadora?

O que sou então? Sou uma pessoa que tem um coração que por vezes percebe, sou uma pessoa que pretendeu pôr em palavras um mundo ininteligível e um mundo impalpável. Sobretudo uma pessoa cujo coração bate de alegria levíssima quando consegue em uma frase dizer alguma coisa sobre a vida humana ou animal. (Lispector, 2005, p. 149)

269

A tomada de distância do mundo das letras galga aqui outro patamar, ao adicionar à figura de escritora que se vem esboçando a denegação mesmo do *ethos* de leitora erudita, e até o de pessoa letrada, ao sublinhar que lê pouco, desconhece as obras mais canônicas e admite o gosto profano pela literatura de entretenimento; tudo somado, temos o perfil de um tipo de leitor muito distante do leitor implícito nas obras de Clarice Lispector. Quanto à Clarice escritora, ganha destaque a preferência pela intuição, pelo instinto, à inteligência (o oposto do que caracterizaria um intelectual), bem como a hesitação entre o caráter

amador ou profissional da atividade de escrever, que ela retoma em 30 de novembro, no modo de uma espécie de “psicologia da composição”:

Como é que se escreve?

Quando não estou escrevendo, eu simplesmente não sei como se escreve. E se não soasse infantil e falsa a pergunta das mais sinceras, eu escolheria um amigo escritor e lhe perguntaria: como é que se escreve?

Por que, realmente, como é que se escreve? Que é que se diz? E como dizer? E como é que se começa? E que é que se faz com o papel em branco nos defrontando tranquilo?

Sei que a resposta, por mais que intrigue, é a única: escrevendo. Sou a pessoa que mais se surpreende de escrever. E ainda não me habituei a que me chamem de escritora. Porque fora das horas em que escrevo, não sei absolutamente escrever. Será que escrever não é um ofício? Não há aprendizagem, então? O que é? Só me considerarei escritora no dia em que eu disser: sei como se escreve. (Lispector, 2005, pp. 156-157).

270

Clarice separa diferentes instâncias da prática da escrita e de sua inteligência: escrever, saber escrever, saber que se sabe escrever, deixando o título de escritor para os que estão nos dois últimos níveis, para então reservar-se o nível primeiro e/ou primário: entre escrever e saber *que* e *como* se escreve, prefere escrever. O arremedo de anti-intelectualismo migrou do plano ético para o estético, mas é a mistura sutil entre eles que lhe permite contemplar a oposição profissional *versus* amador como quem está fora dela, porque a resolve na prática sempre que escreve – e apenas então. E, como correlato, a leitora Clarice prefere sentir a entender, como revela em crônica de 17 de maio: “Fui ver um filme, não entendi nada, mas senti tudo. Vou vê-lo de novo? Não sei, posso dessa vez

não estar em bem-estar, não quero arriscar, posso entender e não sentir” (Lispector, 2005, p. 195). Ou ainda, prefere saber ignorando:

O que eu já aprendi com os choferes de taxi daria para um livro. Eles sabem muita coisa: literalmente circulam. Quanto a Antonioni eu sei, e eles não sabem. Se bem que talvez, mesmo ignorando-o. Há vários modos de saber, ignorando. Conheço isso: acontece comigo também. (Lispector, 2005, p. 252)

Há muitas manifestações de Clarice na mesma direção, de separar inteligência e afecção sensível, reservando a escrita e a leitura literária para o último campo. Assim, suas explicações para o que escreve no fundo nada explicam, conforme a crônica de 11 de outubro:

Não é fácil lembrar-me de como e por que escrevi um conto ou um romance. Depois que se despegam de mim, também eu os estranho. Não se trata de transe, mas a concentração no escrever parece tirar a consciência do que não tenha sido o escrever propriamente dito. Alguma coisa, porém, posso tentar reconstituir, se é que importa, e se responde ao que me foi perguntado. (Lispector, 2005, p. 238)

271

Na sequência desse texto, recupera o momento da concepção de alguns contos, sempre insistindo no registro sensível que esteve na origem de cada um e no processo particular de desapego que se lhe derivou. Assim, diz ela sobre o conto “Feliz aniversário”<sup>4</sup>:

O que me lembro [...] é da impressão de uma festa que não foi diferente de outras diferentes de aniversário; mas aquele

---

<sup>4</sup> O conto é parte do livro *Laços de família*, de 1960.



era um dia pesado de verão, e acho até que nem pus a ideia de verão no conto. Tive uma impressão, de onde resultaram algumas linhas vagas, anotadas apenas pelo gosto e necessidade de aprofundar o que se sente. Anos depois, ao deparar com essas linhas, a história inteira nasceu, com uma rapidez de quem estivesse transcrevendo cena já vista – e no entanto nada do que escrevi aconteceu naquela ou em outra festa. (Lispector, 2005, p. 238)

Mas esse modo de fazer nada tem de fácil e quem escreve não é apenas canal passivo da transcrição imediata da intuição, conforme fica explícito em crônica de 2 de maio de 1970, sobre a feitura de um romance (que não é identificado):

272

Escrevi procurando com muita atenção o que se estava organizando em mim, e que só depois da quinta paciente cópia é que passei a perceber. Passei a entender melhor a coisa que queria ser dita.

Meu receio era de que, por impaciência com a lentidão que tenho em me compreender, eu estivesse apressando antes da hora um sentido. Tinha a impressão, ou melhor, certeza de que, mais tempo eu me desse, e a história diria sem convulsão o que ela queria dizer. (Lispector, 2005, p. 285)

Nesse sentido, a produção do texto é comparável a um tipo de gestação (tema – e metáfora – caro a Clarice) em que algo se prepara por si mesmo, mas só vem à tona pelo trabalho coordenado da percepção de quem o contém. No mesmo dia, outro texto complementa a questão da dificuldade em escrever, dessa vez distinguindo a produção em jornal dos livros:

## ESCREVER

Escrever para jornal não é tão impossível: é leve, tem que ser leve, e até mesmo superficial: o leitor, em relação a jornal, não tem nem vontade nem tempo de se aprofundar.

Mas escrever o que se tornará depois um livro exige às vezes mais força do que aparentemente se tem.

Sobretudo quando se teve que inventar o próprio método de trabalho, como eu e muitos outros. Quando conscientemente, aos treze anos de idade, tomei posse da vontade de escrever – eu escrevia quando era criança, mas não tomara posse de um destino – quando tomei posse da vontade de escrever, vi-me de repente num vácuo. E nesse vácuo não havia quem pudesse me ajudar.

Eu tinha que eu mesma me erguer de um nada, tinha eu mesma que me entender, eu mesma inventar por assim dizer a minha verdade. Comecei, e nem sequer era pelo começo. Os papéis se juntavam um ao outro – o sentido se contradizia, o desespero de não poder era um obstáculo a mais para realmente não poder. A história interminável que então comecei a escrever (com muita influência de *O lobo da estepe*, Herman Hesse), que pena eu não a ter conservado: rasguei, desprezando todo um esforço quase sobre-humano de aprendizagem, de autoconhecimento. E tudo era feito em tal segredo. Eu não contava a ninguém, vivia aquela dor sozinha. Uma coisa eu já adivinhava: era preciso tentar escrever sempre, não esperar por um momento melhor porque este simplesmente não vinha. Escrever sempre me foi difícil, embora tivesse partido do que se chama vocação. Vocação é diferente de talento. Pode-se ter vocação e não ter talento, isto é, pode-se ser chamado e não saber como ir. (Lispector, 2005, p. 286)

Quase três anos após sua estreia como cronista, Clarice mostra-se mais à vontade com o *métier* e pode distingui-lo claramente do ponto de vista do custo intelectual e emocional de quem escreve, do de escritora de livros de literatura, que aceita ser sua vocação. Além disso, admite também a diferenciação entre os públicos que não necessariamente se sobrepõem, de modo que o depoimento sobre as dificuldades da escrita literária arrisca-se a entrar em tensão com o caráter não intelectual, quase amador da atividade que se vinha desenhando. Essa tensão se resolve – ou ao menos é suavizada – pela disjunção entre vocação e talento: a vocação é o chamamento que indica o destino, mas depende do talento como meio para ser alcançado e, embora não o afirme peremptoriamente, Clarice sugere o desprovemento desses meios, do acesso aos caminhos que abundariam entre os intelectuais *da* e *na* literatura, preservando assim sua singularidade.

274

No ano seguinte, em 1971, a separação entre os modos de escrita será posta em questão na crônica de 29 de maio:

Vamos falar a verdade: isto aqui não é crônica coisa nenhuma. Isto é apenas. Não entra em gêneros. Gêneros não me interessam mais. Interessa-me o mistério. Preciso ter um ritual para o mistério? Acho que sim. Para me prender à matemática das coisas. No entanto, já estou de algum modo presa à terra: sou uma filha da natureza: quero pegar, sentir, tocar, ser. E tudo isso já faz parte de um todo, de um mistério. Sou uma só. Antes havia uma diferença entre escrever e eu (ou não havia? Não sei). Agora mais não. Sou um ser. E deixo que você seja. Isso lhe assusta? Creio que sim. Mas vale a pena. Mesmo que doa. Dói só no começo. (Lispector, 2005, p. 347)

Clarice retoma o tema do mistério, evocando a pose de escritora-esfinge (não por acaso o relato citado na abertura deste artigo está na crônica publicada duas semanas depois)

e sua abolição derrisória dos gêneros faz par com a unidade encontrada entre aquela que escreve e aquela que é. No entanto, esse ser recém-descoberto parece aceitar o mistério, não como enigma a desvendar, mas como a circunstância de quem aceita participar da ordem das coisas e de seu enraizamento na terra. Nesse sentido, o texto está em consonância com a crônica de 6 de novembro, que propõe o uso do intelecto como instrumento de silenciamento da inteligência:

Talvez esse tenha sido o meu maior esforço na vida: para compreender a minha não inteligência, fui obrigada a me tornar inteligente. (Usa-se a inteligência para entender a não inteligência. Só que depois o instrumento – o intelecto – por vício de jogo continua a ser usado – e não podemos colher as coisas de mãos limpas, diretamente na fonte). (Lispector, 2005, p. 385)

Em 1972, Clarice volta a comentar a diferença entre escrever crônicas e escrever livros e entre seus respectivos leitores:

275

Hemingway e Camus foram bons jornalistas, sem prejuízo de sua literatura. Guardadíssimas as devidas e significativas proporções, era isso o que eu ambicionaria para mim também, se tivesse fôlego.

Mas tenho medo: escrever muito e sempre pode corromper a palavra. Seria para ela mais protetor vender ou fabricar sapatos: a palavra ficaria intata. Pena que não sei fazer sapatos.

Outro problema: num jornal nunca se pode esquecer o leitor, ao passo que no livro fala-se com maior liberdade, sem compromisso imediato com ninguém. Ou mesmo sem compromisso nenhum.

Um jornalista de Belo Horizonte disse-me que fizera uma constatação curiosa: certas pessoas achavam meus livros difíceis e, no entanto, achavam perfeitamente fácil entender-me no jornal, mesmo quando publico textos mais complicados [...].

Respondi ao jornalista que a compreensão do leitor depende muito de sua atitude na abordagem do texto, de sua predisposição, de sua isenção de ideias preconcebidas. E o leitor de jornal, habituado a ler sem dificuldade o jornal, está predisposto a entender tudo. E isto simplesmente porque ‘jornal é para ser entendido’. Não há dúvida, porém, de que eu valorizo muito mais o que escrevo em livros do que o que escrevo para jornais – isso sem, no entanto, deixar de escrever com gosto para o leitor de jornal e sem deixar de amá-lo. (Lispector, 2005, p. 388)

276

Sobressai aqui uma tipologia não essencialista dos leitores, em que o fator determinante é a atitude diante do texto – e, a partir dessa tipologia, fica sugerido que a dificuldade da literatura clariciana está mais na decisão insciente tomada pelo leitor que a transforma em algo difícil: isso em boa medida porque esse leitor, não afeito ao jogo entre inteligência e não inteligência, vê o livro de antemão como enigma e nesse ato mesmo torna-se incapaz do modo de fruição preconizado por sua autora, de “colher as coisas de mãos limpas”. Já do ponto de vista de quem escreve, a diferença está no imperativo de a cronista levar em conta esse possível déficit do leitor, de que a escritora está desobrigada – regra cuja enunciação funciona inclusive como álibi para sua frequente ruptura nos escritos para jornal e, em sentido contrário, nos livros, meio para uma possível ligação empática com o leitor que é igualmente valorizada. Difícil não ver uma projeção de si no que diz Clarice sobre seu amigo Érico Veríssimo:

Mas a ideia de ser querido, digamos amado, agrada-lhe mais do que a ideia de ser admirado. Não trocaria seu público que o adora por uma crítica que lhe fosse mais favorável. [...] Quanto à ausência de profundidade de que alguns críticos o acusam, responde como um escritor francês que

‘um *pot de chambre est aussi profond*’. Mas concorda com os críticos: ‘Não sou profundo. Espero que me desculpem. (Lispector, 2005, p. 441)

Nos poucos momentos em que comenta a obra de seus pares, Clarice mantém o mesmo tom de relativo distanciamento do texto, evitando formar juízos de valor e, assim, afastando-se da posição de crítica literária, de que declina expressamente, por exemplo, no texto em que comenta um livro recebido de um leitor: “Tivesse eu a capacidade de fazer crítica, entraria provavelmente em detalhes. Mas não sou crítica. Só posso dizer que ‘Jornada em círculos’ é bom e que gostei de lê-lo” (Lispector, 2018, p. 34).

De par com a crítica “impressionista” que se permite, Clarice relata em tom de aquiescência a opinião de Dinah Silveira de Queiroz sobre os escritores fracassados:

Mas Dinah é benevolente com os escritores fracassados:

– Todo escritor é um ser que procura lançar sua mensagem como a clássica do naufrago que encerra o bilhete na garrafa e o atira às ondas. Muita vez essa mensagem se perde. Mas acho que deve haver pelo menos sempre respeito por esse ato de comunicação a distância. Nunca ri nem caçoei de nenhum escritor malogrado. Nós temos sorte? Será a mão de Deus Pai, será a humildade de fazer e refazer? A verdade é que se a mensagem chega nós estamos salvos, somos escritores. (Lispector, 2018, p. 350)

Na definição proposta por Dinah, bem mais ampla do que aquelas urdidadas nas instâncias mais altas do mundo literário, escritor é todo aquele cuja mensagem é recebida, e esse rebaixamento das exigências obedece a critérios de acolhimento não apenas estéticos, garantindo a aquiescência da autora da crônica.

Além das crônicas no *Jornal do Brasil*, Clarice assume uma coluna no jornal *Última Hora* em 1977, ano de sua morte. O texto de 23 de outubro é, portanto, o seu último e chama atenção a retomada do problema da erudição cultural em termos muito próximos dos que já acompanhamos. Como novidade, o desprezo material pelo objeto livro, em contraste com a bibliofilia não raro ostentada como fetiche por seus cultores e, como destaque maior, a ideia da incultura como legado. Dito isso, transcrevo a nota na íntegra:

### CULTURA

Uma amiga erudita, mas que não foi afetada pela erudição, me conta um boato, em leve censura por eu não corresponder ao boato que deveria ser mais certo que a realidade: muitos pensam que eu sou altamente intelectualizada e que tenho grande cultura. ‘Mas você’, diz ele com carinho, ‘devia pelo menos, só para não se envergonhar diante dos outros, dar um jeito melhor na sua estante, é uma biblioteca muito desfalcada demais’. Conto-lhe então que um homem de letras me disse: ‘Gostaria de ver sua biblioteca para entender finalmente onde você se inspira para as suas coisas’. Diz minha amiga: ‘Você vê que tenho razão?’

Mas realmente je m’en fiche. Brinco toda secreta de deixar que pensem o que quiserem. Como não tenho remorsos de ser realmente uma ‘desfalcada’ – em outras coisas me dói – estou pura para sentir o gosto do logro. É que também é muito bom enganar, conquanto que a pessoa não engane a si mesma. Só a poucos conto a verdade. No começo tentei dizer a verdade: mas tomavam como modéstia, mentira ou ‘esquisitice’. E desse tipo de contar a verdade não gostei. De modo que passei a me calar. Só a poucos digo a verdade. Essa minha amiga já me diz hoje tranquila: ‘O escritor tal, no seu livro...’ interrompe-se e sem escândalo me pergunta: ‘Você já ouviu falar dele?’

Mas bem queria deixar um testamentozinho exatamente para as pessoas involuntariamente logradas por mim: Deixo-lhe minha incultividade que em si não me deu nenhum gosto e até muita falta me fez, mas deixo-a [para o senhor], pois foi tão bom que o senhor não a supusesse: deixo-a intacta, pronta para ser transmitida. A cultura não se lega porque a pessoa mesma tem que trabalhá-la, mas a vantagem de uma relativa incultura é que se pode entregá-la toda a outra pessoa... eu bem sei que triste legado”. (Lispector, 2018, p. 647)

Para fazer uma espécie de síntese desse apanhado, recorro a outra atividade de Clarice na imprensa, sua contribuição como entrevistadora na coluna “Diálogos possíveis com Clarice Lispector”, que, conforme já mencionado, manteve na *Revista Manchete* entre maio de 1968 e outubro de 1969, recuperando a interlocução com dois colegas de profissão, em que emerge outro aspecto de sua “incultividade” e do trânsito entre literatura e não literatura. Como estratégia, a entrevistadora propõe um jogo, o de colocar-se – em geral por contraste – a partir do que sua relação pessoal com o entrevistado permite que ele revele sobre si mesma. Assim, na entrevista com Érico Veríssimo, a abertura chama atenção para o dilema sucesso de público *versus* sucesso de crítica:

Érico é escritor que não preciso apresentar ao público: trata-se, com Jorge Amado, do único escritor no Brasil que pode viver das vendagens de seus livros. Vendem como pão quente. Recebido de braços abertos pelos leitores, no entanto a crítica muitas vezes o condena (Lispector, 2018, p. 38)

Conforme já se pôde ver anteriormente, Clarice rejeita que a boa vendagem possa servir de critério para a condenação literária, e deixa nas entrelinhas seu desejo



de pertencer ao clube seleta de seus dois colegas – talvez o único “clube literário”<sup>5</sup> de que poderia participar, se as implicações disso pudessem ser controladas, conforme fica claro ao longo do diálogo:

– Sua fama é enorme, Érico. Se eu fosse famosa assim, teria minha vida particular invadida, e não poderia mais escrever. Como é que você se dá com a fama? Eu soube que o ônibus de turistas em Porto Alegre tem como parte do programa mostrar sua casa. (Lispector, 2018, p. 38)

As circunstâncias da vida profissional aparecem também no perfil de Nélida Piñon:

Nélida Piñon é o que se chama de boa profissional, no melhor sentido da expressão. Tem escritório para nele escrever e não se deixa ser interrompida por ninguém enquanto trabalha. Tem horário sempre respeitado. Ela é o contrário de mim: nem escritório tenho, além de ser completamente desorganizada. Nélida parece ter o destino traçado por ela mesma. Disse-me que é competitiva (mas saudavelmente competitiva, acrescento eu) e achou que eu não era competitiva. Como é que dois temperamentos tão diferentes resultam numa amizade tão leal? Tudo o que Nélida conquistou foi por força de um caráter impoluto. (Lispector, 2018, p. 44)

280

---

<sup>5</sup> Numa ocasião em que fora convidada para dirigir uma associação de classe a ser formada por um grupo de escritores, Clarice declina dizendo não acreditar numa literatura “clubificável”. Essa postura é emblemática do jogo entre o dentro e fora que enceta com diversos aspectos das definições de literatura, e que reverbera no próprio texto literário.

E, no corpo da entrevista:

– Eu me considero amadora, porque só escrevo quando tenho vontade. Já passei quase dez anos sem escrever. Você não, é uma profissional no melhor sentido da palavra. Você se sente uma profissional? (Lispector, 2018, p. 46)

Ao que Nélida Piñon replica:

– Peço-lhe licença para contestar sua autodefinição. Considero-a uma extraordinária profissional, que ainda não adquiriu consciência do próprio estado. Sua obra é produto sério e regular, diariamente enriquecido por uma sonda introduzida em sua consciência, e pela qual se realiza permanentemente a comunicação entre o mundo e sua matriz de criação. O que talvez a iniba é o trabalho encomendado. Porém, sujeitar-se ao trabalho encomendado não nos habilita à condição profissional. [...] Além de respeitar-se, respeitar o público, o profissional é constantemente exacerbado pela aguda consciência da função social de seu trabalho, que se destina basicamente a acentuar contradições, fixar a mitologia humana. Em princípio, todo escritor brasileiro é tratado como amador, porque seu esforço operacional não se traduz em lucro. Invadem-lhe a consciência para que perca o orgulho, e jamais abandone o estágio adolescente que é próprio do amadorismo. Sou profissional, sim, Clarice. Luto por essa condição, e não abdicó de tudo que isso implica. (Lispector, 2018, pp. 46-47)

281

Em relação à colega, o contraste explicitado diz respeito às condições mais práticas do exercício da escritura: de fato, Clarice diz em diversos momentos escrever na sala de seu apartamento, com a máquina de escrever no colo e seus filhos em volta, supostamente sem muita organização e planejamento, e sem controle de horário e do fluxo de trabalho. A fixação desses pontos deixa latente a rivalidade entre elas (ambas declaradamente competitivas),

ao sugerir que a força da vocação “amadora” mitiga a desvantagem das condições mais pedestres da fatura do texto. É justamente em relação ao amadorismo que Nélida reage, primeiro louvando o profissionalismo inconsciente da amiga para em seguida descaracterizar o trabalho encomendado como critério de profissionalismo e, finalmente, construir uma definição positiva de escritor profissional que faz questão de afirmar – e que, se inclui Clarice em sua circunscrição, sutilmente a torna menor por sua ausência de reflexividade em relação à sua condição.

\*\*\*

282

Em seu conjunto, o material recolhido mostra a construção de uma figura de autor em dissonância com aquela do escritor mais conforme à tradição letrada implícita nos textos literários e já estabilizada pela primeira recepção crítica de Clarice. Nesse ponto, é importante ressaltar que a dinâmica interna do texto literário pode ser religada à dinâmica externa das relações – pessoais, institucionais e, sobretudo, se assim se pode dizer, *intrapessoais* – em cujo interior o escritor monta uma apresentação de si, disponível para o leitor antes mesmo da leitura do texto, o que leva a considerar uma dimensão cênica da atividade literária, que se dá fora dos livros e pode repercutir de diferentes modos em seu interior. Se voltarmos aos termos antes usados, a combinação entre estratégia de escrita e de autor deve ser vista sempre como uma variante de um padrão socialmente consolidado ou a invenção de um novo padrão estruturalmente possível. No primeiro caso vigora o ajuste especular entre as duas dimensões, de modo que a postura do autor em suas manifestações públicas, sobretudo aquelas mediatizadas, tende a harmonizar-se com sua escrita, convergindo tudo – obra e postura – para a localização do escritor no espaço literário ou para o reforço de uma posição já consolidada.

Nas décadas que separam a morte de Clarice do momento atual, cresceu exponencialmente a tendência de exposição pública do escritor como dimensão de seu ofício, a ponto de sua entidade visível e celebridade passarem a subsistir por si, não raro por sobre, a obra a que remetem e quase sempre nesse padrão especular em que texto e performance reforçam-se mutuamente. As duas instâncias podem mesmo amalgamar-se, tornando a figuração ainda mais decisiva na ocupação de uma posição no espaço social da literatura. Nessa nova modalidade de jogo literário, a ameaça de heteronomia é permanente, já que as lógicas de reconhecimento extraliterárias, para além da escritura, tendem a fundir-se aos valores literários ou mesmo sobrepujá-los.<sup>6</sup>

Sabemos já o quanto o “caso Clarice” afasta-se desse padrão, graças ao modo peculiar de combinar as relações entre figura de autor e autoria do texto no período estudado. O “enigma Clarice” aparece então como ponto de convergência ao redor do qual combinam-se as estratégias de autor e de escrita em seu caso, e apoio da produção “com a ponta dos dedos”: também no paralelo entre as crônicas e os textos literários ele se faz “mistério”, descompasso que perturba ao materializar o contraste entre literatura e o lugar social em que o discurso literário se arma e, por isso, está difuso no que Clarice diz e escreve, mas também em sua recepção pelo público e pela crítica, a ponto de ser mobilizado ainda hoje, como atesta o exemplo que tratei na abertura do texto. Ou seja, essa memória persistente da escritora como esfinge, por certo, diz respeito ao que estaria cifrado em seu texto e nos aspectos de sua postura mais conformes a ele; no entanto, há algo enigmático também na disjunção entre a esfinge e a dona de casa, entre a articulação literária

---

<sup>6</sup> Há vários desenvolvimentos recentes em sociologia da literatura que vão nessa direção; entre eles destaco o trabalho de Jérôme Meizoz, que norteou essa parte da análise – especialmente o artigo “*Cendras, Houellebecq: Portrait photographique et présentation de soi*”. (Meizoz, 2014).

de alto rendimento no padrão letrado e o despojamento de um *ethos* em contraponto à afetação erudita. É preciso reconhecer que Clarice soube manejar o contraste em favor de sua autonomia, garantindo que o fundamento de sua literatura está nela mesma e não alhures e fazendo, assim, da disjunção entre o projeto literário de escritora de ruptura e a transgressão das boas normas de conduta do grande escritor uma espécie de salvo-conduto para a liberdade de criação: a dona de casa pode transgredir fazendo obra de invenção linguística, mas o contrapeso exigido é a transgressão paralela dessa esfinge que, em ruptura com a *persona* literária, apresenta-se como dona de casa. Lembremos aqui que, como vimos na análise de Arêas (2005), o predomínio da aprovação crítica começa a ser abalado em 1969, com *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, e tem seu ponto culminante cinco anos mais tarde, com *A via crucis do corpo* (1974); não é por coincidência que esse interregno de cinco anos, em que escreve os cinco livros de sua fase literária mais contestada, se sobreponha à atividade de cronista. Nesse caso, o rebaixamento estético atribuído pode ser em ampla medida entendido como efeito do mistério da transubstanciação reversa entre sagrado (literário) e profano (doméstico), e possivelmente contribuiu para nublar o que havia de novo nessa produção, em que, ao menos na superfície, a linguagem literária tornou-se mais próxima da transitividade da língua comum.

De todo modo, a própria Clarice parece responder ao emaranhado de paradoxos e dicotomias com que teve de lidar ao dizer a um jornalista que lhe indagara se “A janela de sua vida é voltada para dentro”:

Se você acha, significaria que olho de fora para dentro?

O que significaria que estou, como é a realidade,

dos dois lados. É que o mundo de fora também tem o seu

dentro, daí a pergunta, daí os equívocos. O mundo de fora

também é íntimo. Quem o trata com cerimônia e não o mistura a si mesmo, não o vive, e é quem realmente o considera estranho e de fora. A palavra dicotomia é uma das mais secas do dicionário. (Kerr, 1963, p. 17)

A Esfinge encontrou um meio de converter a dicotomia em fluxo, transitando entre o transitivo e o intransitivo.

## Fernando Antonio Pinheiro Filho

Pesquisador na área de Sociologia da Cultura, é professor livre-docente do Departamento de Sociologia da USP e autor do livro *Lasar Segall: arte em sociedade*.

## Bibliografia

- ARÊAS, Vilma. 2005. *Clarice Lispector com a ponta dos dedos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOSI, Alfredo. 2015. *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. *As regras da arte*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- CANDIDO, Antonio. 1981. Os brasileiros e a literatura latino-americana. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, v. 1, n. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3IIdiv0>. Acesso em: 9 dez. 2021.
- LISPECTOR, Clarice. 1999 [1961]. *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2000 [1964]. *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2001 [1964]. *A paixão segundo G. H.* Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 1998 [1971]. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2002 [1973]. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2004 [1974]. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2003 [1977]. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2005. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2005. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2002. *Correspondências*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2007. *Entrevistas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2018. *Todas as crônicas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LISPECTOR, Clarice. 2019. *Todos os contos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- MEIZOZ, Jérôme. 2014. Cendras, Houellebeq: Portrait photographique et présentation de soi. *CONTEXTES, Revue de sociologie de la littérature*. Marseille, n. 14. DOI: 10.4000/contextes.5908.

- MERQUIOR, José Guilherme. *Crítica: 1964-1989*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MOSER, Benjamin. 2011. *Clarice, uma biografia*. São Paulo: Cosacnaify.
- REBINSK, Luiz. 2015. Os Brutalistas. *Revista Cândido*. Curitiba, n. 47, pp. 20-27. Disponível em: <https://bit.ly/3qqc5kp>. Acesso em: 27/12/2021.
- SAPIRO, Gisèle. 2014. *La sociologie de la littérature*. Paris: La Découverte.
- KERR, Yllen. 1963. Clarice Lispector. *Jornal do Brasil, Yllen Kerr Pergunta*. Rio de Janeiro, 18 set. Disponível em: <https://bit.ly/3py87H3>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- SOUSA, Carlos Mendes de. 2012. *Clarice Lispector – Figuras da escrita*. São Paulo: Instituto Moreira Salles.



# TEORIA SOCIOLÓGICA E CIDADANIA: VELHOS E NOVOS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA POLÍTICA

Fernando Cardoso Lima Neto

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: fercaline@gmail.com*

*Orcid: 0000-0002-8373-5541*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-287312/114>

## **Teoria sociológica e história: a centralidade da nação**

Diferente das ciências naturais, que se desenvolvem mediante um processo acumulativo de teorias que, quando consagradas, dificilmente são postas em dúvida, o desenvolvimento das ciências humanas se dá mediante o dissenso gerado em torno de questões fundamentais, como a relação entre ação e estrutura. Os autores considerados clássicos pelas ciências humanas não são aqueles que produzem leis gerais que devem ser reconhecidas por todos como pontos de partida necessários e inevitáveis no seu fazer científico. Antes, nossos clássicos são aqueles que definem perspectivas gerais de análise que tornam possível oferecer um tipo específico de compreensão sobre fenômenos sempre produzidos na história, mesmo que não redutíveis a ela. Nesse sentido, a produção teórica das ciências humanas envolve duas dimensões que são, ao mesmo tempo, independentes e correlacionadas.

Por um lado, há a construção de proposições gerais e abstratas que definem a demarcação de temas, paradigmas, teorias e métodos específicos a essas disciplinas, isto é, o exercício lógico-analítico que define a abordagem sociológica como tal. Por outro lado, essas proposições



estão diretamente condicionadas a constrangimentos históricos, tanto no que diz respeito ao fato da construção dos seus objetos visar a compreensão de fenômenos históricos, quanto ao fato do arcabouço analítico dessas disciplinas ser continuamente alimentado e reajustado pela história do presente, isto é, pelo próprio tempo histórico em que vivem seus autores.

As fórmulas gerais e a exatidão da representatividade matemática são, aqui, substituídas por uma preocupação constante em ajustar e reajustar todo e qualquer instrumental teórico a um universo empírico que, por ser histórico, está em permanente mudança e que, por estarmos nele diretamente envolvidos, só nos é acessível mediante uma leitura sempre parcial daquilo que comparece como sua apreensão.

Toda abordagem sociológica está imersa nessa dupla condição histórica e hermenêutica sobre sua produção de conhecimento. Desde sua fundação, a sociologia tem se ocupado em refletir sobre problemas que emergem no bojo de processos históricos característicos de seu próprio tempo. Exemplo disso está na centralidade que a disciplina conferiu ao conceito de “nação”, desde a época de sua emergência e institucionalização até tempos muito recentes (Chernilo, 2006). Embora possamos identificar essa centralidade conceitual em todas as áreas da sociologia, é na sociologia política que isso se torna mais evidente. Durante quase todo o século XX, por exemplo, a sociologia política elaborou agendas de pesquisa que tinham na centralidade do Estado-nação um aporte analítico fundamental para a compreensão de como as relações entre autoridade e solidariedade definiram o problema da ordem social nas modernas sociedades ocidentais (Reis, 2015; Skocpol, 2004). A validade da equação entre sociedade e nação é o que há de mais emblemático nessa disposição e está presente não apenas no trabalho de sociólogos contemporâneos, mas também nas obras dos fundadores da disciplina (Reis, 2004).

Em geral, o problema da ordem social foi abordado pela sociologia política na medida em que se atribuía ao Estado nacional o status de uma categoria pretensamente universal. Esse tratamento tendeu a apresentar o conceito de Estado-nação como algo bem delineado, uma noção concisa. Muitas vezes, especialmente nas teorias da modernização de inspiração parsoniana, os sociólogos entenderam que aplicabilidade analítica desse conceito em diferentes regiões do mundo refletia um processo sócio-histórico geral que abrangia todas as sociedades. No entanto, as contribuições pioneiras de autores como Norbert Elias (1993 [1939]), Reinhard Bendix (1996 [1964]), Barrington Moore Jr (1983 [1966]), Theda Skocpol (1985 [1979]) e Charles Tilly (1996 [1974]) foram na direção contrária ao mostrar que o processo de formação dos estados nacionais comporta diferentes variáveis de experiência histórica em função dos diferentes desenvolvimentos a que estiveram submetidas as diversas sociedades que experimentam tal processo. Dito de outro modo, esses autores passaram a enfatizar que o processo de ordenação da vida social na forma típica de sociedades nacionais constituiu, sim, um processo geral, mas sempre ancorado em singularidades históricas.

Hoje em dia, essas ponderações sobre generalidade e especificidade na formação dos estados nacionais têm sido expostas de maneira ainda mais incisiva pelos sociólogos. No caso da sociologia política, muitos têm destacado os efeitos que a intensificação de processos globais trazem para a reflexão do lugar e do papel do Estado na ordenação política da vida em sociedade. Se, por um lado, a fusão entre Estado e nação, que coordenou a organização política das modernas sociedades ocidentais, tornou possível a emergência da noção de “cidadania” (Bendix, 1996; Reis, 1998); por outro lado, as alterações macropolíticas, que tiveram vez a partir do final do século passado e que colocaram em xeque muitos dos poderes outrora monopolizados pelo

Estado nacional, trazendo à tona todo um conjunto de novas questões centrais para a reflexão e redefinição das agendas da sociologia política (Ong, 2006b; Reis, 2004; Rose, 1999; Urry, 2000; Wolfe, 1991).

Este artigo se dedicará a traçar um panorama geral, ainda que breve, sobre transformações recentes na abordagem sociológica da noção de cidadania. Partindo do horizonte eminentemente nacional da concepção moderna do conceito, para destacar como a intensificação contemporânea de processos globais têm alterado preceitos clássicos sobre sua reflexão. Essas transformações implicam em uma nova compreensão sobre cidadania e solidariedade, relacionada a uma concepção menos endógena de estrutura social.

### **Cidadania e construção nacional**

290

Um dos trabalhos mais elucidativos sobre a correlação histórica que envolveu a formação dos estados nacionais e a emergência da noção moderna de cidadania é aquele realizado por Reinhard Bendix. Em “Construção Nacional e Cidadania” (1996), o autor expõe com minuciosa clareza conceitual e detalhada pesquisa histórica o modo como as relações tradicionais de autoridade presentes nas sociedades medievais foram sendo gradualmente transformadas em relações de autoridade fundadas no credo da igualdade democrática e no individualismo (Bendix, 1996). O processo geral sobre o qual Bendix assenta suas considerações é o da centralização política de um governo nacional que sucedeu à fragmentação da autoridade pública característica de sociedades pré-nacionais. O autor demonstra como o Ocidente obteve sucesso em fundir em um mesmo todo significativo (o Estado-nação) elementos de autoridade e legitimidade, resultando dessa fusão a concepção democrática de poder político e de identidade social politizada, a cidadania. Nesse sentido, entende que a burocratização da autoridade pública e a extensão da cidadania foram movimentos concomitantes

e interdependentes, de modo a constituir a simbiose entre Estado e nação como traço definitivo da comunidade política moderna (Bendix 1996; Reis, 1998).

Bendix entende que a igualdade de cidadania e a desigualdade das classes sociais foram processos que se desenvolveram correlacionadamente. Inicialmente, a interpretação individualista das relações de autoridade que estiveram a reboque das revoluções burguesas contribuiu para o estabelecimento de uma lógica meritocrática na formação do ideal igualitário então em gestação. Nesse sentido, em um primeiro momento, a concessão de direitos a membros de uma comunidade nacional conferiu proteção legal apenas àqueles que possuíam propriedade. A extensão da cidadania às camadas economicamente inferiores ocorreu apenas gradualmente, mediante lutas e processos políticos que foram modelando a distribuição de direitos e deveres entre uma população nacional. A lógica meritocrática que conduziu o estabelecimento do ideal igualitário refletia de maneira paradoxal o hiato existente entre Estado e sociedade numa era de igualdade. Por um lado, a igualdade abstrata entre indivíduos (igualdade formal perante a lei) não leva em consideração as grandes desigualdades sociais que existem entre eles. Portanto, para usufruir de seus direitos, os indivíduos se associarão uns aos outros a fim de apresentar suas reivindicações da forma mais efetiva possível. No entanto, por outro lado, a formação dessas várias associações (cujos interesses são, muitas vezes, conflitantes) tende a refletir, senão intensificar, as próprias desigualdades da estrutura social (Bendix, 1996).

Outra referência canônica nos estudos sobre a relação entre a emergência da noção moderna de cidadania e o desenvolvimento da sociedade de classes é o trabalho de T.H. Marshall (1967). No entanto, o modo como o autor relacionou teoria e história foi diferente daquele procedido por Bendix, que procurou pensar o processo geral de

formação do Estado nacional levando em consideração diferentes sociedades ocidentais. A abordagem macro-histórica que Marshall lançou mão em sua análise é mais descritiva do que generalista, estando circunscrita a eventos ocorridos na Inglaterra. Em 1949, época áurea do Estado de bem-estar social inglês, o sociólogo proferiu uma palestra sobre cidadania na Inglaterra, por ocasião de uma conferência em homenagem ao economista Alfred Marshall. Refletindo sobre as preocupações do seu homônimo economista, Marshall procurou na idéia de cidadania uma resposta ao problema da relação entre democracia e capitalismo. Procurou pensar possibilidades de conciliar a estrutura da democracia política com as consequências sociais das relações econômicas capitalistas, isto é, conciliar igualdade formal com as divisões do sistema de classes sociais (Marshall, 1967) A resposta que encontrou para o problema de conciliação entre capitalismo e democracia foi o Estado de bem-estar social, que limitaria as consequências negativas das diferenças de classe mediante a concessão de direitos sociais (Turner, 1993)

A conhecida tipologia de Marshall apresenta o desenvolvimento da cidadania como uma sequência evolutiva que envolve três dimensões específicas: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. A dimensão civil, originada em solo inglês durante o século XVIII, consiste em direitos necessários à liberdade individual (como, dentre outros, direito de ir e vir, de propriedade e de pensamento). Já no século XIX, observou o início da formação da dimensão política do conceito, que diz respeito ao direito de participar do exercício do poder político (o direito de votar e ser votado, direito de associação etc.). Por fim, a dimensão social trata do conjunto de direitos surgidos no século XX, que foram destinados ao bem-estar físico e econômico dos indivíduos (auxílio desemprego, direito à saúde e à educação etc.). Se no passado essas três dimensões estavam indissociadas em instituições amalgamadas, nas modernas sociedades nacionais elas

se diferenciaram funcionalmente e se fixaram no território do Estado-nação. Nesse sentido, a reconstrução histórica que Marshall se dedica a traçar em seu estudo é, por definição, nacional, envolvendo um processo duplo de fusão geográfica e de separação profissional (Marshall, 1967).

Muitas críticas foram dirigidas ao modelo de Marshall. Uma das mais contundentes é aquela que denuncia o caráter teleológico de uma concepção evolucionista de cidadania, mesmo que circunscrita apenas à Inglaterra (Turner, 1993; Urry, 2000). Entretanto, a despeito de limitações marcadas por certo etnocentrismo, a contribuição de Marshall é de fundamental importância para a sociologia política. Seu trabalho é reconhecido como um marco que consolidou uma influente e fértil tradição de pensamento sociológico. Suas idéias influenciaram e ainda influenciam um grande número de sociólogos preocupados com essa noção.

Mesmo que possamos localizar nas proposições de Marshall o ponto deflagrador para a compreensão moderna da noção de cidadania, seria equivocado supor a existência de uma teoria completa sobre o assunto. As três dimensões marshalianas fornecem mais uma descrição histórica dos direitos de cidadania do que uma explicação sobre sua expansão. No entanto, há aspectos gerais dessa discussão que devem ser levados em consideração dentro de qualquer esforço para definir cidadania. Em primeiro lugar, há que se considerar que cidadania está referida à natureza do pertencimento social dentro de coletividades políticas modernas. A partir disso, considera-se também o conteúdo, a forma, a produção e a distribuição de direitos e deveres dentro de uma população (Turner, 1993). Nesse sentido, é importante compreender que a noção de cidadania é o produto de relações sociais capitalistas, a formação de uma sociedade de classes, no seio de comunidades políticas específicas. É por isso que, tal como Bendix, Marshall também procurou compreender como a concepção de cidadania esteve

intimamente ligada tanto ao desenvolvimento do capitalismo quanto à institucionalização do Estado-nação. Desde então, a abordagem teórica da noção de cidadania esteve explicitamente vinculada à idéia de sociedades nacionais. Dito de outro modo, os direitos e deveres que caracterizam a noção moderna de cidadania são aqueles que vigoram dentro de um território nacional. Paralelo a isso, a idéia de inclusão ou pertencimento a essa unidade comum diz respeito à referência a uma (ou mais) nação em particular, cujas prerrogativas são sempre garantidas pelo Estado. A fusão entre nação e Estado é, portanto, a chave para a compreensão sociológica da noção moderna de cidadania (Reis, 1998).

294

As transformações históricas que ocorreram em todo o mundo no fim do século XX e início deste século têm tornado obsoletos os modelos convencionais de análise sobre o poder e a política. O fracasso tanto dos estados de bem-estar social na Europa Ocidental quanto dos estados autoritários das ex-repúblicas soviéticas e da América Latina foram sinais claros dos remanejamentos de poder que transformaram as relações entre Estado, mercado e sociedade em todo o mundo. Em meio a essas transformações, tem caído por terra a estrutura exclusivamente nacional que até então sustentava as várias concepções de cidadania. Os desafios que a intensificação de processos globais trouxe para as fronteiras tradicionais do Estado nação atingiram em cheio o debate político e sociológico sobre cidadania, causando uma nítida inflexão teórica no tratamento deste conceito (Reis, 2004; Rose, 1999; Turner, 1993; Urry, 2000; Wolfe, 1991). Nas seções seguintes, veremos como esta noção tem sido transformada e mesmo redefinida diante das mudanças macropolíticas que têm ocorrido no mundo durante as últimas décadas.

Antes disso, cumpre observar que, assim como acontece com a noção de cidadania, o conceito de nacionalismo também está intimamente associado ao processo histórico

de formação dos estados nacionais e tem passado por uma inflexão no debate teórico frente à intensificação dos processos globais. No ano de 1983, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983) e Benedict Anderson (1983) publicaram trabalhos que ajudaram a cristalizar o entendimento, predominante no século XX, do nacionalismo como produto necessário de condições tipicamente modernas da vida social. No entanto, na virada do século, um número crescente de autores passou a pensar formas de solidariedade nacional para além do Estado-nação moderno. Seja mediante reivindicação de nacionalismos sem estados (Calhoun, 1997), seja por meio da consideração de elementos étnicos pré-modernos da nacionalidade (Smith, 2000), seja como uma categoria prática que estrutura percepções, informa pensamentos e experiências, organiza discursos e práticas políticas (Brubaker, 1997), o que está em jogo nas abordagens recentes é o descentramento do Estado nacional. Muitos autores argumentam que o Estado nacional não deva mais ser tomado com uma referência tão primordial no âmbito da solidariedade entre os que compartilham uma identidade cultural generalizante, como, por exemplo, uma identidade nacional. Essa inflexão teórica, portanto, é análoga à que acontece no âmbito da cidadania, quando o Estado nacional também deixa de ser um parâmetro tão central para formação de outro tipo de identidade, uma identidade política.

295

### **Cidadania e globalização**

Se a formação da cidadania guarda uma relação umbilical com os processos históricos de construção do Estado nacional, o contexto atual da globalização impõe o desafio teórico de reelaborar os elementos sociológicos mais centrais desse conceito. Destaco aqui a contribuição de autores que sustentam uma compreensão mais ampla e original sobre globalização, definida como um modo de compreensão da realidade. Esse ponto de partida tornará



possível contextualizar os efeitos mais gerais da globalização sobre a atual compreensão de cidadania. Marshall entendeu a cidadania como um dispositivo para fomentar solidariedade mitigando os efeitos do capitalismo. Hoje em dia, as duas grandes finalidades da cidadania, promoção de bem-estar e solidariedade, estão sujeitas a transformações profundas (Aneesh, 2016). No âmbito do bem-estar, os principais desafios gerados pela globalização estão relacionados ao aumento da mobilidade tanto do capital quanto das pessoas para além das fronteiras nacionais. No âmbito da solidariedade, os desafios permeiam questões sobre direitos humanos, diásporas e cosmopolitismo (Aneesh, 2016). Antes de situar as questões gerais que perpassam qualquer esforço teórico para definir cidadania nas sociedades contemporâneas, é preciso discutir, ainda que sucintamente, o conceito de globalização, objeto de grande disputa teórica em diferentes campos do conhecimento. Atualmente, essa noção ultrapassou o campo científico se tornando “a palavra mais usada – e abusada – e a menos definida dos últimos e dos próximos tempos” (Beck, 1999, p. 44).

Uma das contribuições mais inovadoras nesse debate é a de Martin Albrow (1997), que define “era global” como algo que não tem correspondência teórica com os estudos pós-modernos (que contrapõem a era moderna ao caos), nem com os estudos da modernidade reflexiva (aqueles que não propõem o fim, mas a radicalização da modernidade) e nem sequer com os estudos mais corriqueiros sobre globalização (que tendem a tratar a globalização como resultado de um processo que vem sendo gestado desde a modernidade). Albrow argumenta que está em curso uma ruptura histórica entre a “era moderna” e a “era global”, que corresponde a uma “grande transformação” na história das sociedades humanas e, conseqüentemente, nos modos de pensamento com que interpretamos a vida social. Para ele, a ênfase sobre a finitude do mundo e a multiplicidade das relações

sociais faz com que a idéia de global não se refira à qualidade accidental de algo, mas, antes, se torne algo em si mesmo (Albrow, 1997). Questões sobre consciência ecológica, inovações tecnológicas, transposição das mais diversas fronteiras nacionais, e muitas outras são questões que estão diretamente relacionadas ao problema da globalização e da delimitação de um tipo específico de consciência que lhe é correspondente.

Por sua vez, Roland Robertson (1992; 2006) entende por globalização a compressão espacial e temporal do mundo como um todo, e também destaca seus aspectos culturais. A razão para esse tipo de preocupação está no fato de considerar que, desde a época das religiões milenares, diferentes civilizações ao longo do planeta possuíam diferentes tipos de orientação para uma mesma situação global. Embora reconheça a existência de processos milenares que já vinham atuando na formação da idéia do mundo como um todo, o interesse especial dele está em considerar os aspectos mais recentes da globalização. Para Robertson, os fenômenos culturais dos anos 1960 marcaram uma “revolução” na consciência global ao refinar o senso daquilo que já era supostamente comum a todas as civilizações em um mundo cada vez mais entrelaçado. Desde então, argumenta, essa sensação de interdependência global difundiu-se em muitos outros domínios da vida social. A segunda guerra mundial, o surgimento do “terceiro mundo” e a proliferação de instituições multilaterais são exemplos de eventos que seguiram essa “revolução” e adensaram esse tipo milenar de consciência (Robertson, 1992).

Recentemente, Ulrich Beck (2016) renovou esse paradigma que apresenta a globalização como uma transformação radical na compreensão da realidade social. Diferentemente do entendimento mais usual de “mudança social”, Beck define como “metamorfose” uma transformação mais radical que atinge, justamente, as visões de mundo. Fenômenos como a digitalização das comunicações e a crise ambiental,

por exemplo, são apresentados como efeitos da modernidade que potencializaram a formação desse cenário tão transformador. Beck chama atenção para o fato de existir, pela primeira vez na história, um espaço de ação potencialmente aberto a todos, embora persistam questões sobre desigualdades de acesso. A internet potencializa sentimentos de humanidade e solidariedade cosmopolita tanto como unidade de comunicação quanto como o potencial para, literalmente, conectar todas as pessoas. A inflexão da “nação” para o “mundo”, sustenta o autor, não é resultado de um programa ideológico imposto de cima pra baixo, mas efeito do fracasso de processos modernos, como a pobreza e fome global, além do envenenamento do planeta (Beck, 2016).

298

Em linhas gerais, discutindo globalização, autores como Albrow, Robertson e Beck analisam as condições históricas objetivas que atuam na formação de novas subjetividades e visões de mundo, novas consciências. Nesse contexto de transformações tão profundas, noções as mais variadas, como as ideias de sociedade, indivíduo, relações sociais ou poder, estão sujeitas a todo tipo de escrutínio e revisionismo crítico. A literatura sobre cidadania não foge à regra. Uma das críticas mais contundentes e influentes, visando superar os condicionamentos nacionais que tornaram possível a própria emergência da cidadania, é aquela apresentada por Jurgen Habermas (1995; 2002). O autor afasta o horizonte nacional para afirmar um modelo republicano e cosmopolita de cidadania, isto é, define cidadania como lealdade a princípios jurídicos e instituições políticas.

Diante do pluralismo cada vez mais intenso das formas culturais, grupos étnicos, visões de mundo e religiões das sociedades contemporâneas, Habermas entende que o Estado-nação não é mais uma base suficiente para assegurar a cidadania democrática (Habermas, 1995). Por um lado, a comunidade nacional atuou como fundamento cultural que tornou possível a ativação política dos cidadãos,

criando um tipo novo de solidariedade mediada pelo Estado. Por outro lado, embora as orientações particularistas e etnocêntricas do Estado nacional tenham tornado possível a emergência da cidadania, hoje em dia, elas se converteram em obstáculo para consumação da solidariedade em sociedades que são cada vez mais multiculturais. Assim, enquanto a solidariedade civil advém do sentimento de pertença a uma identidade coletiva nacional, a solidariedade cosmopolita deve apoiar-se no universalismo moral e nos direitos humanos (Habermas, 2002). Habermas sustenta que a noção de cidadania deve ser atualizada em sociedades multiculturais, de modo a promover a igualdade de condições a minorias étnicas, culturais e religiosas.

### **Cidadania e descentramento conceitual da nação**

Além das transformações no âmbito da consciência, o contexto atual da globalização também coloca em novas bases a soberania dos Estados nacionais, bem como seu monopólio para concessão de direitos aos indivíduos. Nesse sentido, hoje em dia, as transformações da cidadania ganham forma em um cenário de intensificação de processos globais que ocorrem em âmbitos os mais variados, como, por exemplo, nos fluxos de mercados, de tecnologias e de populações. Essas transformações reforçam a crítica habermasiana e nos levam para além do modelo marshalliano de entendimento da cidadania, exigindo outras formulações teóricas para tratar das novas relações entre solidariedade social e identidade política que têm surgido no mundo. Vejamos, sumariamente, três aspectos centrais nas abordagens correntes sobre cidadania que apontam para o descentramento do Estado nacional.

A primeira dimensão diz respeito à desarticulação e rearticulação de elementos básicos da cidadania nacional, como, por exemplo, direitos, deveres, titulações e territorialidade. Durante boa parte do século XX, esses elementos estiveram

fortemente associados entre si, formando um corpo mais ou menos unificado de noções relativas à cidadania nacional. O fato de estarem associados não significa que sejam a mesma coisa. Como observou Marshall, esses elementos, antes fundidos, foram legalmente dissociados para depois serem associados na forma de cidadania nacional. No entanto, atualmente, esses elementos estão se dissociando uns dos outros e se rearticulando em novos critérios para além daqueles referidos ao Estado-nação (Ong, 2006a). Um exemplo disso são as diversas populações móveis, como os exilados, os refugiados e os trabalhadores emigrantes, que podem reivindicar direitos associados à idéia de cidadania mesmo estando fora de seu país natal. Outro exemplo são as populações que veem seus direitos de cidadania regredir em seus próprios países. Casos assim acabam por implicar na “des-diferenciação” da tríade marshalliana, favorecendo concepções fragmentadas, moveáveis e instáveis de cidadania (Ong, 2006a, p. 16). Isso termina por tornar ainda mais acentuada a contradição entre direitos, que são formais e abstratos, e identidades sociais, que são particulares e territorialmente específicas. De um modo geral, os novos alinhamentos dos elementos básicos de cidadania estão relacionados ao modo como os estados nacionais manejam uma série de redes transnacionais, que os integra de maneira variada na comunidade política e no mercado global (Ong, 2006b; Urry, 2000).

Outro aspecto igualmente importante nas transformações contemporâneas da idéia de cidadania é aquele referente à emergência de novos atores sociais que alteraram os padrões convencionais de interação entre Estado, sociedade e mercado. Exemplo disso é o atual ressurgimento do debate em torno da noção de sociedade civil, que por muito tempo permaneceu esvaecido nas discussões sociológicas (Cohen e Arato, 1994; Wolfe, 1989). Entendendo o debate sobre sociedade civil como uma reversão das prioridades da economia política, os analistas retomaram o conceito a fim de tratar

de aspectos capilares do poder político, como ações, sentimentos e interesses comunitários. Os excessos de coerção promovidos pelos Estados autoritários na América Latina e no Leste Europeu contribuíram para a insatisfação geral das populações dessas regiões, tendo início a formação de movimentos sociais que reivindicavam a possibilidade de construção de relações de solidariedade social fora da autoridade estatal (Reis, 2004; Wolfe, 1991). Em meio a isso, assistimos também à colaboração crescente de organizações não governamentais (ONG) com o Estado (Lima Neto, 2013).

Um terceiro aspecto importante dessas transformações da cidadania diz respeito à diversificação das arenas políticas de reivindicação, uma consequência dos dois primeiros. A rearticulação dos elementos básicos da cidadania (primeiro aspecto) e a emergência de novos atores sociais (segundo aspecto) favoreceram a criação de novas arenas de reivindicação de direitos. Em todo o mundo, estão surgindo novos espaços políticos que são diferentemente regulados e vinculados a circuitos globais. Em alguns casos, esses espaços são menores que o território nacional e, em outros, excedem suas fronteiras. O uso da internet por guerrilheiros em Chiapas, os órgãos de defesa dos direitos do consumidor, as manifestações cívicas em defesa dos direitos de homossexuais (que acontecem simultaneamente em várias cidades do mundo), a criação de delegacias voltadas para o atendimento exclusivo de mulheres, as delegacias voltadas para o atendimento de turistas, as manifestações de organizações em defesa do meio ambiente, as reivindicações identitárias de comunidades étnicas (como as comunidades quilombolas), os movimentos de contestação à globalização, os vários “abaixo assinados” com as mais variadas reivindicações, enfim, são alguns dos muitos exemplos de diversificação e complexificação das novas demandas por reconhecimento e inclusão que ora fragmentam ora superpõem o espaço nacional.

Muitas vezes, a própria territorialidade da cidadania (isto é, o espaço nacional da terra natal) se dissolve no espaço do capitalismo global, bem como em espaços mapeados pela atuação de organismos multilaterais e organizações não governamentais. Essa sobreposição de espaços de atuação política cria condições para reivindicações de valores humanistas que não se encaixam em noções convencionais de cidadania ou mesmo de direitos humanos. Tomadas em conjunto, as transformações de elementos básicos da cidadania, a emergência de novos atores sociais e a diversificação dos espaços políticos de reivindicação vêm desafiando tanto os modelos mais unificados de cidadania quanto a estrutura nacional de suas reivindicações. Está se tornando cada vez mais claro que a dimensão espacial e temporal da cidadania é menos fixa do que se presumia anteriormente, uma vez que, por um lado, fluxos de pessoas e idéias atenuam as proteções tradicionais da cidadania, enquanto novas formas e pautas de reivindicações emergem em novos espaços políticos.

302

Todas essas transformações acabam por diversificar práticas estabelecidas de cidadania e soberania. Se nas teorias convencionais de cidadania a noção de soberania do Estado tendeu a ser percebida como uma singularidade política, no mundo contemporâneo a soberania é manifesta em formas múltiplas, por vezes contraditórias, envolvendo as mais variadas configurações de poder. Enquanto o Estado retém a soberania formal, agências e corporações multinacionais frequentemente exercem controle sobre as condições de vida, de trabalho e de imigração em diversas populações ao redor do mundo (Ong, 2006a). À medida que controles administrativos, cidadania e territorialidade, outrora fundidos na soberania do Estado, são enfim apartados, vemos emergir uma espécie de sobreposição de soberanias com naturezas diferentes. O esforço que os governos realizam para ajustar seus espaços políticos às diretrizes do capital global (oferecendo às corporações um poder indireto sobre as condições políticas de seus

cidadãos) é um indício daquilo que Aihwa Ong entende por “soberania graduada”, isto é, o efeito da mudança do papel do Estado, que deixa de ser o administrador de uma entidade nacional intransponível para ser o regulador de diversos espaços e populações que estão diferentemente ligados aos circuitos globais (Ong, 2006a, 2006b).

### **Novas composições da dinâmica de inclusão e exclusão**

Seja na sua fase clássica ou no período mais recente de inflexão do conceito, um fator que aparece como comum na análise sobre cidadania é a tendência progressiva da extensão dos seus direitos a novos grupos sociais. A questão do pertencimento a uma comunidade política sempre envolveu a definição de quem está apto (e, logo, de quem não o está) a usufruir desses direitos. A validade e o alcance dos direitos de cidadania obedecem a critérios mais ou menos definidos sobre a legitimidade do pertencimento político. Na modernidade, essa questão sempre esteve relacionada às fronteiras de um poder eminentemente nacional. Durante todo o século XX, conceitos influentes de cidadania foram baseados na oposição binária entre a inclusão daqueles que gozavam dos direitos de cidadania enraizados em uma determinada filiação nacional e a exclusão daqueles que não pertenciam ao Estado nacional. Essa concepção política e legal refletiu uma realidade prática em que o Estado-nação monopolizava a efetivação dos direitos e titulações de cidadania. Veremos, de modo igualmente breve, algumas considerações de ordem teórica e empírica sobre as novas composições dessa dinâmica de inclusão e exclusão da cidadania na contemporaneidade. Para isso, recorro aos apontamentos de Aihwa Ong sobre os direitos de cidadania em países asiáticos.

A fim de entender as alterações mais recentes do Estado nacional ante a intensificação de processos globais, Ong dirige sua atenção para as respostas que Estados em



desenvolvimento têm oferecido aos desafios de forças globais contemporâneas. Em linhas gerais, procura avaliar de que modo a lógica do mercado global é empregada em uma variedade de contextos etnográficos, diversificando práticas estabelecidas de cidadania e soberania. Ong associa essa lógica do mercado global ao que define como neoliberalismo, um discurso político assentado em dois postulados gerais: a reivindicação de que o mercado é melhor do que o Estado na distribuição de recursos públicos, e o retorno a uma forma de individualismo competitivo, possessivo e geralmente construído nos termos de uma doutrina sobre o consumo, enfatizando-se tanto eficiência econômica quanto responsabilidade ética (Ong, 2006a). Ong sustenta que a noção de neoliberalismo como um modo de “governar através da liberdade” tem se tornado um estilo dominante de políticas de governo tanto nas democracias liberais mais avançadas, quanto em países com pouca tradição democrática. Argumenta que políticas neoliberais de diminuição do Estado são muitas vezes acompanhadas pela proliferação de técnicas de governo que refazem os temas tradicionais da cidadania, uma vez que requerem que as populações sejam livres, autogestoras, isto é, que os indivíduos sejam sujeitos autoempreendedores em diferentes esferas da vida cotidiana, como saúde, educação, burocracia, profissões etc. O enfoque dessa política que o autor intitula de neoliberal não é, portanto, um cidadão que reivindica por dentro do Estado, mas um cidadão autorresponsável, que é obrigado a se tornar empreendedor de si mesmo (Ong, 2006a)

Entretanto, argumenta, se a propagação da racionalidade neoliberal nas relações entre Estado e mercado é um processo geral de alcance mundial, as respostas que as sociedades oferecem a esse processo variam em função das suas singularidades históricas. Ong identifica exemplos dessas variações em países asiáticos que combinam autoritarismo político e liberalismo econômico. Entende que,

embora esses países não sejam formações liberais em um senso estrito, suas inserções dentro da economia global têm requerido deles a adoção de determinados princípios para manejarem as populações por meio das quais realizam esta inserção. Na prática, isso significa uma reconfiguração desses territórios nacionais em múltiplas zonas de desenvolvimento, espaços diferencialmente vinculados a redes transnacionais de mercados, tecnologia e competência, com desigual concentração de recursos políticos, econômicos e sociais. Essas técnicas reflexivas de engenharia social e de engenharia das subjetividades interagem com diversos regimes éticos, cristalizando os problemas contemporâneos de cidadania e ética dessas sociedades. (Ong, 2006a, p. 78-79).

Tudo isso acaba por redefinir as dinâmicas de inclusão e exclusão da cidadania, tradicionalmente pensada a partir da oposição entre os que possuem e os que não possuem uma determinada nacionalidade. Isso é particularmente evidente no caso da Malásia, onde, desde a sua independência em 1957, e especialmente na década de 1970 em diante, pessoas com ascendência malaia receberam direitos e benefícios largamente negados àqueles que possuíam ascendência chinesa ou indiana. Programas especiais concederam os mais variados benefícios à maioria malaia da população, como, dentre outros, crédito empresarial, facilidade para firmar contratos com o governo, escolaridade, admissão universitária e empregos. Assim nasceu o primeiro sistema de ação afirmativa relacionado exclusivamente a etnicidade em todo o mundo (Ong, 2006a, p. 80). Essa forma de governar as populações na Malásia resultou em uma racialização das formações de classe (as classes médias e altas são compostas predominantemente por malaios) e uma naturalização das diferenças raciais. A maioria dos trabalhadores de etnia chinesa são trabalhadores urbanos, enquanto os de etnia indiana são, em sua maioria, trabalhadores camponeses, ambos com pouca qualificação, remuneração e direitos.

Os privilégios concedidos à porção malaia da população tiveram como objetivo formar profissionais mulçumanos aptos a competir no jogo do capitalismo global. As normas islamizadas de autodisciplina na produção de classes empresariais e profissionais são, portanto, suportadas por ações afirmativas voltadas para a extensão de benefícios relacionados a educação, emprego e atividade empresarial nesses grupos. Os jovens dessas camadas, por exemplo, muitas vezes são educados em Universidades ocidentais, por meio de convênios nos quais os primeiros dois anos de um currículo estrangeiro são completados na Malásia, antes de os estudantes ingressarem em uma Universidade americana, australiana ou inglesa (Ong, 2006a).

306

São muitos os exemplos das alterações na dinâmica de inclusão e exclusão da cidadania hoje, em circuitos globalizados, é também cada vez mais comum o fato de indivíduos com alto nível de educação e com habilidades profissionais valorizadas reivindicarem benefícios característicos de cidadania, independente de suas nacionalidades. Talentos exilados, por exemplo, constituem uma forma de titulação móvel sem cidadania formal. Por outro lado, cidadãos que são julgados muito complacentes ou menos aptos podem ser tratados como não merecedores dos direitos conferidos àqueles que possuem competência profissional reconhecida pelo mercado (Ong, 2006a).

No geral, Ong observa que, em países do leste e sul asiático, segmentos da população nacional são diferentemente disciplinados e recebem diferentes privilégios e proteções em função das suas participações nas atividades do mercado globalizado. Nesse sentido, fragmenta-se a cidadania de sujeitos que são formalmente cidadãos de um mesmo país. Nessas regiões, a adoção de valores associados à política de inspiração liberal tem condicionado os direitos de cidadania a critérios relativos à performance individual no mercado. Ao contrário da ideia usual de todos os cidadãos

desfrutando de um corpo unificado de direitos de cidadania, assistimos agora uma mudança do panorama político, no qual populações heterogêneas reivindicam direitos diversos associados à cidadania, aquilo que Aihwa Ong chama de “cidadania flexível” (Ong, 2006a, p. 88).

Recentemente, fora da área da sociologia política, o campo de estudos sobre as economias globais de valor também tem analisado os efeitos da vinculação da cidadania em sociedades não ocidentais a circuitos globais. Em particular, são destacadas transformações que alteram as dinâmicas de inclusão e exclusão de populações na proteção de direitos no âmbito das relações de trabalho. Assim, por exemplo, Intan Suwandi (2019) e John Smith (2011) exploram as possibilidades de teorizar sobre um conceito de imperialismo centrado na exploração do trabalho, especialmente nas relações entre o leste e sul globais com o oeste e norte globais. Suwandi (2019) projeta uma perspectiva centrada no trabalho e nas relações de classe para enfocar o estudo de cadeias globais de commodities. Analisa onexo entre os processos de controle do trabalho e as redes de produção para apresentar a produção global como uma nova forma econômica de imperialismo, resultado do desenvolvimento do capitalismo monopolista dominado por oligopólios multinacionais com considerável alcance global. Ao realizar dois estudos de caso de companhias na Indonésia, Suwandi (2019) apresenta exemplos de como multinacionais dominantes exercem controles sobre fornecedores indianos dependentes que, por sua vez, transferem a pressão pela flexibilidade na produção e as demandas de eficiência e alta produtividade para os trabalhadores do chão da fábrica. Por sua vez, Smith (2011) analisa a forma como as companhias Apple e Dell exploram trabalhadores na China com remuneração precária.

De modo geral, não apenas na sociologia política, a concepção clássica de cidadania como conjunto de direitos e deveres associados a uma comunidade política nacional tem

sido confrontada com concepções que demarcam as inconsistências e conflitos ligados ao conceito e, por consequência, às variadas dinâmicas de inclusão e exclusão (Hazana, Umeya e Kiyoshi, 2019). Um último exemplo ilustrativo dessa tendência é o trabalho de Herzog e Román (2015), que classificaram diferentes formas de revogação da cidadania, como a expatriação, a desnacionalização, a desnaturalização e a renúncia. A expatriação geralmente está associada ao ato voluntário de deixar um país para habitar outro, a desnacionalização se refere a comunidades não nacionais, a desnaturalização é perda da cidadania daqueles que haviam se naturalizado e, por fim, a renúncia implica o ato voluntário de requerer permissão para interromper o vínculo da cidadania (Herzog e Román, 2015).

### **Considerações finais**

308

No limiar do século XXI, um conjunto de novas condições históricas passou a remodelar as abordagens sociológicas mais convencionais sobre cidadania. O Estado nacional não é mais o ponto de partida privativo para a definição do conceito. Os novos fluxos e redes sociais que caracterizam a intensificação dos processos globais solapam concepções endógenas de estrutura social, remodelando os modelos de solidariedade social, outrora centrados no pertencimento nacional. Diferentemente das considerações marshalianas, cidadania, hoje, não implica, necessariamente, a vinculação a uma forma espacial específica. Atualmente, há várias organizações sociais demandando diversos tipos de direitos e deveres para diferentes tipos de cidadãos em diferentes extensões geográficas. As fronteiras espaciais e teóricas da noção de cidadania estão intimamente relacionadas aos remanejamentos de poder nas sociedades e não são historicamente invariantes. Diferentes formações históricas condicionam formas radicalmente diferentes de cidadania e da sua extensão (Urry, 2000; Turner, 1993).

Existem dois condicionantes teóricos fundamentais para se pensar a cidadania hoje. Por um lado, há que se levar em conta a natureza do pertencimento social em sociedades altamente diferenciadas, onde a autoridade do Estado-nação está posta em xeque. Por outro lado, há todo um conjunto de problemas relativos à equidade da alocação de recursos que continuam a ser desigualmente distribuídos. Se a primeira condição (o enfraquecimento da sociedade nacional) é uma questão nova, a segunda (a alocação de recursos desiguais) é a mesma questão que Marshall debateu como relação entre democracia e capitalismo, embora seja agora colocada em novas bases. Tradicionalmente, esses recursos foram analisados em termos de uma escassez econômica, mas, hoje, cada vez mais, a questão da escassez tem sido relacionada a recursos culturais. A busca pela igualdade e as novas exigências de legitimação das diferenças são aspectos crescentemente relacionados às formações contemporâneas de identidades sociais politizadas (Turner, 1993; Reis, 1998).

309

Os sucessivos debates teóricos em torno da noção de cidadania expõem de maneira bastante evidente uma marca indelével do tipo de conhecimento produzido na sociologia: a correlação entre história e teoria. A abordagem sociológica sobre cidadania varia não apenas em função dos diferentes aspectos teóricos que os analistas constroem ou mobilizam, mas também em função dos recortes empíricos em que assentam suas análises e, sobretudo, em função do contexto histórico mais amplo no qual se formam as questões teóricas gerais que condicionam o próprio debate. Uma coisa não pode ser separada das outras. Como foi argumentado anteriormente, durante boa parte do século XX, as formulações teóricas da noção de cidadania convergiram intimamente com as experiências históricas vividas pelas sociedades ocidentais. Cidadania e poder nacional foram, pois, dimensões interligadas tanto no pensamento sociológico quanto na vida cotidiana. Da mesma forma, modelos de cidadania não exclusivos

e desterritorializados retratam os desafios enfrentados pela política e pela ciência nas sociedades contemporâneas.

Seja na concepção moderna e nacional, seja na concepção contemporânea e global, é difícil estabelecer um modelo estável de teoria sobre cidadania. Qualquer tentativa mais ambiciosa de generalização do conceito não pode ser alcançada sem levar em consideração as condições contingentes e variáveis sobre as quais está assentada sua efetivação. Certamente, a noção de cidadania envolve o desenvolvimento de valores com tendência à universalização, mas sempre ancorados em critérios particularistas de pertencimento social. A construção de novas agendas teóricas para enfrentamento desse debate deve necessariamente conciliar os aspectos mais gerais de inflexão do conceito (como a rearticulação dos elementos básicos de cidadania, a diversificação das arenas políticas de reivindicação, a emergência de novos atores e as alterações na dinâmica de inclusão e exclusão) com a contingência de processos históricos singulares. Afinal, como todo conceito sociológico, a noção de cidadania é parte de seu próprio tempo histórico.

310

### **Fernando Cardoso Lima Neto**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

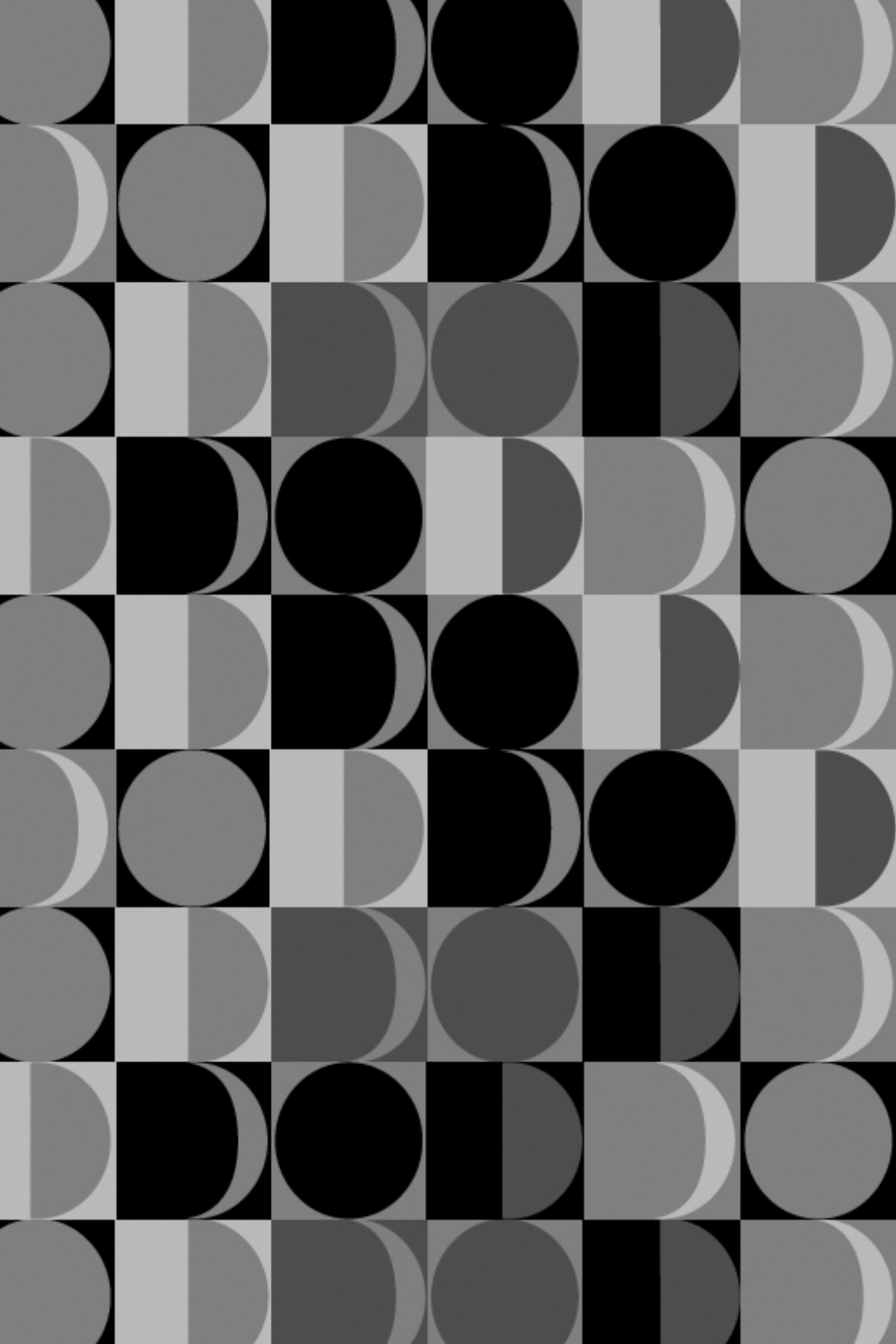
### **Bibliografia**

- ALBROW, Martin. 1997. *The Global Age*. Stanford: Stanford University Press.
- ANDERSON, Benedict. 1983. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: New Left Books.
- ANEESH, A. 2016. Differentiating citizenship. In: FERGSON, Kennan; PETRO, Patrice (ed.). *After capitalism: horizons of finance, culture and citizenship*. New Brunswick: Rutgers University Press.

- BECK, Ulrich. 2016. *The metamorphosis of the world*. Cambridge: Polity.
- BECK, Ulrich. 1999. *O Que é Globalização? equívocos do globalismo repostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- BENDIX, Reinhard. 1996. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp.
- BRUBAKER, Rogers. 1997. *Nationalism reframed: nationhood and the national question in the new Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CALHOUN, Craig. 1997. *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press. DOI: 10.1017/CBO9780511558764
- CHERNILO, Daniel. 2006. Social theory's methodological nationalism myth and reality. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 1, pp. 5-22. DOI: 10.1177/1368431006060460
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. 1994. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.
- ELIAS, Norbert. 1993. *O processo civilizador – v.2*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HABERMAS, Jürgen. 2002. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi.
- HABERMAS, Jürgen. 1995. O Estado-nação Europeu frente aos desafios da globalização: o passado e futuro da soberania e da cidadania. *Novos Estudos*, n. 43, pp. 87-101.
- HAZANA, Itsuhiro; UMEYA, Kiyoshi; NYANMJOH, Francis. 2019. *Citizenship in motion: South African and Japanese scholars in conversation*. Bamenda: Langaa RPCIG.
- HERZOG, Ben; ROMÁN, Ediberto. 2015. *Revoking citizenship: expatriation in America from colonial era to war on terror*. New York: NYU Press.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (org.). 1983. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIMA NETO, Fernando. 2013. Relação com o Estado na visão das ONGS: uma sociologia das percepções. *Textos para Discussão (IPEA)*, 1820, pp. 7-32. Disponível em: <https://bit.ly/2ZZI2b7>. Acesso em: 5 nov. 2021.
- MARSHALL, Thomas. 1967. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOORE JR., Barrington. 1983. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes.
- ONG, Aihwa. 2006a. *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. London: Duke.
- ONG, Aihwa. 2006b. Mutations in citizenship. *Theory, culture and society*. v. 23, n. 2-3, pp. 499-531. DOI: 10.1177/0263276406064831
- REIS, Elisa. 2015. Sociologia política e processos macro-históricos. *Sociologias*, v. 17, n. 38, pp. 18-43. DOI: 10.1590/15174522-017003802



- REIS, Elisa. 2004. The lasting marriage between nation and state despite globalization. *International Political Science Review*, v. 25, n. 3, pp. 251-257. DOI: 10.1177/0192512104043014
- REIS, Elisa. 1998. *Processos e escolhas*. Rio de Janeiro: ContraCapa.
- GIULIANOTTI, Ricard; ROBERTSON, Roland. 2006. Glocalization, globalization and migration: The cases of Scottish football supporters in North America. *International Sociology*, v. 21, n. 2, pp. 171-198. DOI: 10.1177/0268580906061374
- ROBERTSON, Roland. 1992. *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage.
- ROSE, Nikolas. 1999. *Powers of freedom: Reframing political thought*. Cambridge University Press. DOI: 10.1017/CBO9780511488856
- SKOCPOL, Theda; MISCOLCI, Richard. (trad.). 2004. A imaginação histórica da sociologia. *Estudos de sociologia*, v. 9, n. 16, pp. 7-29. Disponível em: <https://bit.ly/3wle1xc>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- SKOCPOL, Theda. 1985. *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Editorial Presença.
- SMITH, Anthony. 2000. *The nation in history: historiographical debates about ethnicity and nationalism*. Hanover: University Press of New England.
- SMITH, John. 2011. Imperialism and the law of value. *Global Discourse*, n. 2, v. 1, pp. 2-36. Disponível em: <https://bit.ly/3q8nMxm>. Acesso em 13 set. 2021.
- SUWANDI, Intan. 2019. *Value chains: the new economic imperialism*. New York: Monthly Review Press.
- TILLY, Charles. 1996. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp.
- TURNER, Bryan. (org.). 1993. *Citizenship and social theory*. London: Sage.
- URRY, John. 2000. *Sociology beyond societies*. London: Routledge.
- WOLFE, Alan. 1991. *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro: Ibase.
- WOLFE, Alan. 1989. *Whose keeper? social science and moral obligations*. Berkeley: University of California Press.



# **RESUMOS | *ABSTRACTS***



## A SEGURANÇA EM MUTAÇÃO: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS NO SÉCULO XXI

CLEBER LOPES

EDUARDO PAES-MACHADO

**Resumo:** Este artigo discute os significados e implicações da noção de segurança, bem como enfatiza a importância de entender a segurança a partir das práticas que os próprios participantes descrevem como meios de promoção da segurança. Aponta ainda que o modo como a segurança é pensada e promovida tem passado por mudanças provocadas pela ampliação das ameaças objetivas e subjetivas, pelo avanço da securitização e pelo reforço do policiamento estatal e privado. Argumenta também que os estudos brasileiros têm focado prioritariamente o papel do policiamento estatal na promoção da segurança, dando pouca atenção aos atores privados e aos hibridismos e influências mútuas entre atores estatais e não estatais que executam policiamento. A partir da noção de “pluralização do policiamento”, o artigo descreve a complexificação da paisagem da segurança e problematiza os desafios associados a isso. Finalmente, conclui que o estudo das várias modalidades de policiamento plural são importantes para se pensar políticas de segurança e caminhos para se regular as modalidades negativas de policiamento.

**Palavras-chave:** Segurança; Policiamento; Pluralização do Policiamento.

### *CHANGING SECURITY: CONCEPTS, PRACTICES AND EXPERIENCES IN THE 21ST CENTURY*

**Abstract:** *This paper discusses the meanings and implications of the notion of security, and emphasizes the importance of understanding security based on the practices that participants themselves describe as means of promoting security. It also points out that the way*

315

*security is thought of and promoted has undergone changes caused by the expansion of objective and subjective threats, the advance of securitization, and the reinforcement of state and private policing. The text argues that Brazilian studies have focused mainly on the role of state policing in promoting security, paying little attention to private actors and to hybridisms and mutual influences between state and non-state actors carrying out policing. Based on the notion of “pluralization of policing,” the article describes the complexification of the security landscape and problematizes the challenges associated with it. Finally, the paper concludes that the study of the different modalities of plural policing are important for reflecting on security policies and ways to regulate the negative modalities of policing.*

**Keywords:** *Security; Policing; Pluralization of Policing.*

**Recebido:** 13/08/2021      **Aprovado:** 14/11/2021



## A FAILURE TO IMPOSE CONTROL: PRIVATE SECURITY AND THE MEXICAN STATE

LOGAN PUCK

**Abstract:** Scholars tend to agree that imposing comprehensive regulations is one of the most effective strategies states can use to control and direct private security companies. This study shows how attempts to strictly regulate private security firms have failed in Mexico. The Federal government of Mexico, as well as each state government, has created some form of regulation to control the activities of the private security industry. In certain states, these regulations are more stringent than those in many countries. Nonetheless, corruption, weak enforcement, and high entry barriers have created low incentives for private security firms to abide by government regulations, leading to a widespread evasion and an expansive market of unregulated and undisciplined private security companies, thus bringing into question the efficacy of imposing strict private security regulations in states with weak institutions.

**Key Words:** Private Security; Regulations; Mexico.

### *A FALHA EM IMPOR CONTROLE: SEGURANÇA PRIVADA E O ESTADO MEXICANO*

**Resumo:** *Os estudiosos tendem a concordar que a imposição de regulações abrangentes é uma das estratégias mais efetivas que os estados podem usar para controlar e dirigir empresas de segurança privada. No entanto, este estudo mostra como as tentativas de regular estritamente as empresas de segurança privada no México têm falhado. O governo federal mexicano e todos os estados do país criaram alguma forma de regulação para controlar as atividades da indústria da segurança privada. Em alguns estados, essas regulações*

*são mais rígidas do que em muitos países do mundo. No entanto, a corrupção, a fraca imposição de regras e as altas barreiras à entrada de novas organizações têm criado poucos incentivos para que as empresas de segurança cumpram as regulações governamentais. Consequentemente, a evasão generalizada das regulações existentes tem criado um mercado amplo de empresas de segurança privada não reguladas e indisciplinadas, questionando, assim, a eficácia de se impor regulação estrita em Estados com instituições fracas.*

**Palavras-chave:** *Segurança Privada; Regulações; México.*

**Recebido:** 21/05/2021

**Aprovado:** 11/11/2021



## A ÂNCORA DA SEGURANÇA: CENTRALIDADES E CAPITAIS NA REDE DE SEGURANÇA DO PORTO DE SANTOS

GABRIEL PATRIARCA

**Resumo:** Este artigo busca contribuir empiricamente para os debates sobre a posição do Estado diante da pluralização dos atores no policiamento. O artigo mapeia a rede de segurança do porto de Santos com os objetivos de identificar as organizações que ocupam as posições centrais e compreender os capitais intercambiados que influenciam as suas centralidades. Os dados foram coletados em entrevistas semiestruturadas em profundidade com 17 gestores e ex-gestores, descritos por meio de análise de redes sociais e aprofundados com análise de conteúdo. Os resultados indicam que as posições centrais são ocupadas predominantemente por atores públicos, como a Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos) e a Polícia Federal, bem como pela segurança privada orgânica dos terminais portuários. Contudo, o Estado continua como a âncora da segurança, pois a centralidade dos atores privados é dominada pelos capitais mobilizados e buscados pelos atores públicos.

**Palavras-chave:** Porto de Santos; Redes de Segurança; Análise de Redes Sociais; Capitais.

### *THE SECURITY ANCHOR: CENTRALITIES AND CAPITALS IN THE SECURITY NETWORK OF THE SANTOS PORT*

**Abstract:** *This article seeks to contribute empirically to debates about the State position in face of the pluralization of policing actors. To identify organizations that occupy central positions and understand exchanged capitals influencing their centrality, this study maps the security network of the Santos port. Data were collected by means of in-depth semi-structured interviews conducted with 17 managers*



*and former managers, described by social network analysis and deepened with content analysis. The results indicate that public actors such as Cesportos and the Federal Police occupy the central positions, as well as in-house private security of the port terminals. However, the State remains the security anchor, as the centrality of private actors is dominated by the capitals mobilized and sought by public actors.*

**Keywords:** Santos Port; Security Networks; Social Network Analysis; Capitals.

**Recebido:** 14/07/2021

**Aprovado:** 11/11/2021



## TRANSNATIONAL POLICING FIELD: THE RELATIONS BETWEEN THE DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION AND THE BRAZILIAN FEDERAL POLICE

PRISCILA VILLELA

**Abstract:** This paper aims to understand the relatively autonomous development of joint efforts between the Drug Enforcement Administration (DEA) and the Brazilian Federal Police (PF) in drug international control, in parallel to governmental relations. To shed light on this process, this documentary research resorts to Bourdieu's formulation of field, which provides instrumental tools to understanding the relations between state bureaucracies at a transnational level, thus overcoming the inter-state framework that dominates the International Relations discipline. The findings indicate that assistance, training, and joint operations created a trust-based network among police officers from different parts of the world, enabling DEA to influence the PF conducts, guidelines, objectives, and strategies.

**Key Words:** Transnational Policing; Drug Control; DEA; Brazilian Federal Police; Field Analysis.

### *CAMPO TRANSNACIONAL DE POLICIAMENTO: AS RELAÇÕES ENTRE A DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION (DEA) E A POLÍCIA FEDERAL DO BRASIL (PF)*

**Resumo:** *Este artigo objetiva compreender as relações entre a DEA e a PF no combate ao tráfico internacional de drogas, que se desenvolveram de maneira relativamente autônoma e paralela às relações governamentais. Interpretamos esse processo à luz do conceito de campo oferecido por Pierre Bourdieu, que nos ofereceu os instrumentos necessários para que compreendêssemos as relações entre burocracias estatais em esfera transnacional, superando os marcos interestatais dominantes nas Relações Internacionais.*

321

*Por meio de uma pesquisa documental, concluímos que programas de assistência, treinamento e operações conjuntas foram ações estratégicas fundamentais na criação de uma rede de confiança entre polícias de diferentes partes do mundo, consolidando um campo próprio, por meio do qual a DEA pôde influenciar as condutas, diretrizes e objetivos da PF.*

**Palavras-chave:** *Policiamento Transnacional; Combate às Drogas; DEA; Polícia Federal do Brasil; Análise de Campo.*

**Recebido:** 03/06/2021      **Aprovado:** 11/11/2021



## SECURING THE MALL: DAILY HOSPITALITY SECURITY PRACTICES IN SÃO PAULO

SUSANA DURÃO

ERIKA ROBB LARKINS

CAROLINA ANDREI FISCHMANN

**Abstract:** Security—whether public or private—is a key tool for managing populations and integral for creating urban spaces. This paper examines how mall security practices in São Paulo work to create safe and clean worlds for customers, distinguishing it from an cityscape that is seen as violent, dangerous, and populated with criminals. Drawing on five months of ethnographic research and interviews with the security team of the “Rivertown” shopping center in São Paulo and various private security employees, we show how the mall is secured by means of a set of practices based on “hospitality security,” paying special attention to the key role that security guard behavior plays in this process.

**Keywords:** security; shopping mall; capital; hospitality; violence

### *PROTEGENDO O SHOPPING: PRÁTICAS DIÁRIAS DE SEGURANÇA HOSPITALAR EM SÃO PAULO*

**Resumo:** *A segurança – seja pública ou privada – é uma ferramenta fundamental para a gestão das populações, assim como é parte integrante da criação dos espaços urbanos. Neste artigo analisamos o modo como funcionam as práticas de segurança em shopping centers em São Paulo, visando criar um mundo seguro e limpo para os clientes, distinguindo-o de uma paisagem urbana que é vista como violenta, perigosa e povoada de criminosos. A partir de cinco meses de pesquisa etnográfica e entrevistas com a equipe de segurança do shopping center Rivertown, em São Paulo, e vários funcionários da segurança, demonstramos como o shopping é*

*garantido por meio de um conjunto de práticas que fazem parte do que chamamos de “segurança como hospitalidade”, dando atenção ao papel central que os comportamentos dos agentes de segurança desempenham nesse processo.*

**Palavras-chave:** *segurança; shopping center; capital; hospitalidade; violência*

**Recebido:** 30/06/2021

**Aprovado:** 11/11/2021



## O GOVERNO DA SEGURANÇA: MODELOS SECURITÁRIOS TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

ALCIDES EDUARDO DOS REIS PERON

MARCOS CÉSAR ALVAREZ

**Resumo:** Recentemente, a segurança pública em São Paulo tem sido impactada por discursos associados à noção de “smart city”. A introdução de sistemas de câmeras permitiu que empresas privadas e governo municipal propusessem modelos de gerenciamento securitário que atribuem crescentes responsabilidades individuais em certos espaços, propondo o uso intensivo da vigilância. Com base na análise dos projetos Vizinhança Solidária, City Câmeras e São Paulo Inteligente, o objetivo desse artigo é explorar o modo como essas iniciativas potencializam novas formas de governo da segurança na cidade, tendo em vista tendências identificadas por estudos na área: esferização, sociabilidade securitária e infraestruturação da vigilância. Assim, ao buscar identificar os deslocamentos provocados por esses arranjos localmente, são retomados os debates críticos sobre vigilância e governança multicêntrica da segurança.

**Palavras-Chave:** Gerenciamento da Segurança; Vigilância; São Paulo; Governança Multicêntrica; Sociabilidade Securitária.

### *THE GOVERNMENT OF SECURITY: TRANSNATIONAL SECURITY MODELS AND SURVEILLANCE TECHNOLOGIES IN THE CITY OF SÃO PAULO*

**Abstract:** *Recently, public safety in São Paulo has been impacted by discourses associated with the notion of “smart city”. The introduction of camera systems enabled private companies and the municipal government to propose security management models that assign increasing individual responsibilities in certain spaces, proposing*

325

*the intensive use of surveillance. Based on an analysis of the projects “Vizinhança Solidária”, City Cameras and “São Paulo Inteligente”, the aim of this article is to explore how these initiatives leverage new forms of security governance in the city, considering international trends identified by studies in the area: spherization, security sociability and surveillance infrastructure. Thus, critical debates on surveillance and multicentric security governance are resumed to identify displacements caused by these arrangements locally.*

**Keywords:** *Security Management; Surveillance; São Paulo; Multicentric Governance; Security Sociability.*

**Recebido:** 04/06/2020      **Aprovado:** 11/11/2021



## CALIBAN OU CANIBAL? DIÁLOGOS BRASILEIROS DE ROBERTO FERNÁNDEZ RETAMAR

BERNARDO RICUPERO

**Resumo:** O artigo procura entender como se forma, depois da Revolução Cubana, uma certa ideia da América Latina. Tomo, em especial, o ensaio “Calibán” (1971), de Roberto Fernández Retamar, como ponto de observação privilegiado, a partir do qual trato de outras visões da América Latina que também se serviram de *A Tempestade*, de William Shakespeare. Como fim específico, pretendo perceber a relação que se estabelece entre a identidade latino-americana criada pela Revolução Cubana, em que Caliban tem papel decisivo, e o Brasil. Trato, portanto, de um processo de circulação de ideias ainda pouco estudado, aquele entre países periféricos.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana; América Latina; Brasil; Roberto Fernández Retamar.

327

### *CALIBAN OR CANIBAL: BRAZILIAN DIALOGUES OF ROBERTO FERNÁNDEZ RETAMAR*

**Abstract:** *The article discusses how after the Cuban Revolution a certain idea of Latin America is created. I use specially the article “Calibán” (1971), by Roberto Fernández Retamar, as a point of observation to relate to other views about Latin America which also used *The Tempest*, by William Shakespeare. As a specific aim, I explore the relationship between the Latin-American identity created by the Cuban Revolution, where Caliban has a decisive role, and Brazil. I deal, thus, with a process of ideas circulation not very studied, the one between peripheral countries.*

**Keywords:** *Cuban Revolution; Latin America; Brazil, Roberto Fernández Retamar.*

**Recebido:** 06/07/2020

**Aprovado:** 19/03/2021







## DECIFRAR A ESFINGE: FIGURAÇÃO E ESCRITURA EM CLARICE LISPECTOR

FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO

**Resumo:** Focando o período em que Clarice Lispector escreve crônicas na grande imprensa, este artigo busca desvelar o sentido da aura de “mistério” que a envolve, associando-o à construção de uma *persona* literária em conflito com sua reputação de grande escritora para, em seguida, entender como esse afastamento da representação mais canônica do escritor contribuiu para a conquista de certo tipo de autonomia na literatura que produziu em sua fase final.

**Palavras-chave:** Literatura Brasileira; Autoria Literária; Clarice Lispector.

329

### *UNVEILING THE SPHINX: FIGURATION AND WRITING IN CLARICE LISPECTOR*

**Abstract:** *Focusing on the period in which Clarice Lispector writes chronicles in the mainstream press, this paper seeks to unveil the aura of “mystery” that surrounds her and its sense, associating it with the construction of a literary persona in conflict with her reputation as a great writer. To, then, understand how her deviation from the more canonic representation of the writer contributed to the achievement of a certain kind of autonomy in the literature she produced later in life.*

**Keywords:** *Brazilian Literature; Literary Authorship; Clarice Lispector.*

**Recebido:** 17/07/2020

**Aprovado:** 26/07/2021





## TEORIA SOCIOLÓGICA E CIDADANIA: VELHOS E NOVOS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA POLÍTICA

FERNANDO CARDOSO LIMA NETO

**Resumo:** Este artigo pretende oferecer um panorama sobre as inflexões teóricas mais recentes da sociologia política sobre a noção de cidadania. Considero as relações entre teoria sociológica e História para analisar a transição de abordagens clássicas sobre cidadania nacional, impregnadas pelo horizonte histórico e conceitual de formação dos Estados nacionais, em direção a um conceito que, frente à intensificação de processos globais, aparece cada vez mais desvinculado da exclusividade nacional. O contexto histórico da globalização impõe desafios urgentes para a forma de pensar a própria ideia de solidariedade. A rearticulação de elementos básicos de cidadania (como direitos, titulações e territorialidade), a diversificação dos espaços políticos de reivindicação, a emergência de novos atores e as alterações na dinâmica de inclusão e exclusão são algumas das novas condições que, atualmente, redirecionam a abordagens sobre o conceito.

**Palavras-chave:** Cidadania; Sociologia Política; Estados Nacionais; Globalização.

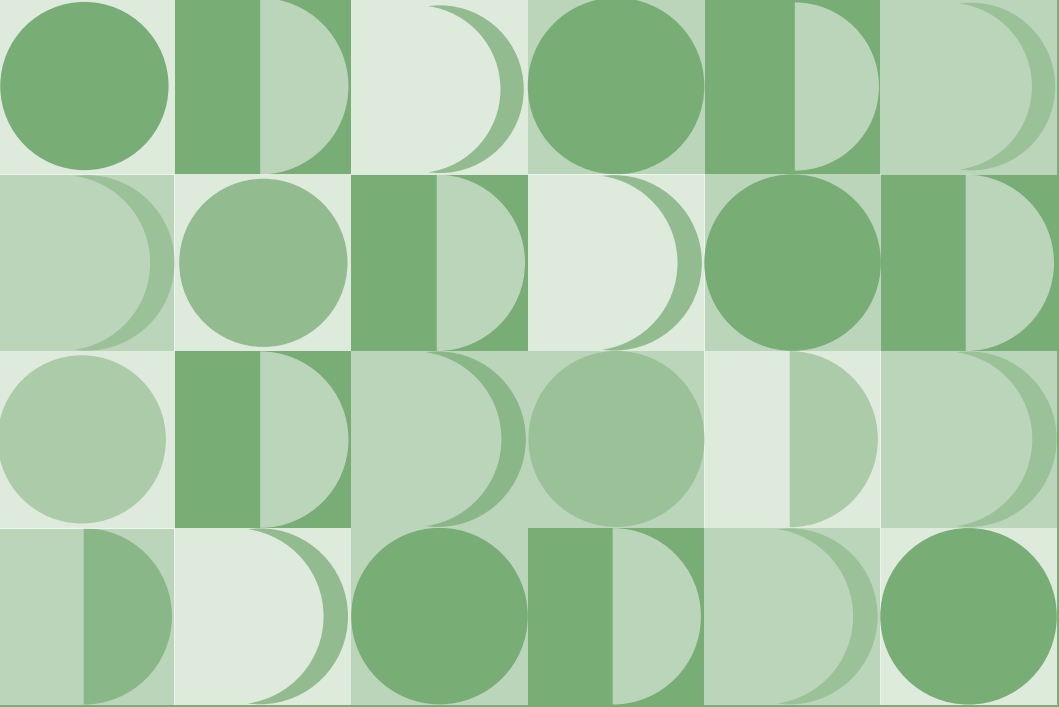
### *SOCIOLOGICAL THEORY AND CITIZENSHIP: OLD AND NEW CHALLENGES OF POLITICAL SOCIOLOGY*

**Abstract:** *This article aims to provide an overview of the latest theoretical issues of contemporary political sociology regarding the notion of citizenship. To this end, it relies on the associations between sociological theory and history to analyze the inflection of classical approaches to national citizenship, impregnated by the historical and conceptual horizon of national states towards a concept that is increasingly unrelated to national exclusivity due to the intensification*

*of global processes. The historical context of globalization poses urgent challenges as to the way of thinking the very idea of solidarity. The re-articulation of basic elements of citizenship (such as rights, titles, and territoriality), the diversification of the political spaces of claim, the emergence of new actors, and the changes in the dynamics of inclusion and exclusion are some of the new conditions that redirect the approaches to the concept.*

**Keywords:** *Citizenship; Political Sociology; Nation States; Globalization.*

**Recebido:** 26/04/2018      **Aprovado:** 01/03/2020



ISSN 0102-6445



9 770102 644006